



SUMÁRIO

5.3. Meio Socioeconômico	5
5.3.1. Dinâmica Populacional.....	5
5.3.2. Dinâmica Econômica.....	23
5.3.3. Dinâmica Territorial	74
5.3.4. Dinâmica sociocultural	122
5.3.5. Discussões e Conclusões sobre a Socioeconomia.....	157

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 5.3-I – ESTUDO – PRAIAS DO SOLAR DO UNHÃO	161
ANEXO 5.3-II – ESTUDO TRÁFEGO.....	163

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 5.3.1-1 - Setores Censitários da AID. Fonte: IBGE Censo demográfico 2010.....	6
FIGURA 5.3.1-2 – Vista das comunidades Gamboa de Baixo e Solar do Unhão. Ao fundo, prédios do bairro da Vitória. Fonte: ABA, 2014.....	7
FIGURA 5.3.1-3 – Comunidade do Solar do Unhão. Fonte: ABA, 2014.	9
FIGURA 5.3.1-4 – Rede de Esgoto Gamboa de Baixo. Fonte: ABA, 2014.	10
FIGURA 5.3.1-5 – Ancoradouro Gamboa de Baixo. Ao fundo, o quebra mar da Bahia Marina. Fonte: ABA, 2014.	10
FIGURA 5.3.1-6 – Escola Municipal Permínio Leite. Rua Democrata, Bairro 2 de Julho.....	14
FIGURA 5.3.1-7 – Gamboa de Cima. Fonte: ABA, 2014.	15
FIGURA 5.3.2-1 – Índices do emprego, rendimento médio real e massa de rendimento - RMS, 1997 – 2013.	26
FIGURA 5.3.2-2 – Vista dos costões rochosos presentes na Localidade da Gamboa.....	38
FIGURA 5.3.2-3 – Pier e os Costões rochosos presentes no trecho adjacente ao Corredor da Vitória.....	38
FIGURA 5.3.2-4 – Figura demonstrando os pesqueiros pontuais e áreas de pesca, mapeados durante saída de campo na data de 06/12/2014.....	39
FIGURA 5.3.2-5 – Pesqueiros e áreas de pesca plotados em carta náutica.....	40
FIGURA 5.3.2-6 – Bote de madeira a remo chegando da pescaria na praia da Preguiça.	41
FIGURA 5.3.2-7 – Pescador da localidade da praia da Preguiça segurando lagostas capturadas na área de pesca próxima à Bahia Marina.	41
FIGURA 5.3.2-8 – Espécies de peixes identificados durante monitoramento da ictiofauna realizado na Bahia Marina como parte do Plano Básico Ambiental. Fonte: Programa de Monitoramento dos Ecossistemas aquáticos na Área de Influência do Empreendimento Bahia Marina Aquático Relatório Técnico 9ª Campanha – Setembro de 2014.....	43
FIGURA 5.3.2-9 - Vista geral da praia da Preguiça ao lado do restaurante Amado.....	45
FIGURA 5.3.2-10 – Vista geral da comunidade do Solar do Unhão.....	45
FIGURA 5.3.2-11 – Vista geral da comunidade da Gamboa.....	45
FIGURA 5.3.2-12 – Vista da comunidade da Gamboa.....	46
FIGURA 5.3.2-13 – Vista de diversos homens na Praia da Preguiça utilizando água do sistema pluvial.	47
FIGURA 5.3.2-14 – Vista da “moradia” estabelecida na Praia da Preguiça.	47
FIGURA 5.3.2-15 – A) Bote de madeira motorizado com três tripulantes. B) Barco motorizado com três tripulantes.....	48
FIGURA 5.3.2-16 – A) Bote de madeira a remo com dois tripulantes. B) Barco motorizado com dois tripulantes.....	48
FIGURA 5.3.2-17 – A) Botes de madeira com dois e três tripulantes. B) Barco motorizado com um tripulante.	48
FIGURA 5.3.2-18 – Vista da Bahia Marina localizada ao lado do quebra mar do 2º Distrito Naval de Salvador.	51
FIGURA 5.3.2-19 - Vista das embarcações atracadas próximo ao 2ª Distrito Naval em Salvador.	52





FIGURA 5.3.2-20 – Embarcações atracadas na Rampa do Mercado modelo ao lado do 2ª Distrito Naval e Terminal Náutico da Bahia.....	52
FIGURA 5.3.2-21 – Vista dos píeres instalados na região adjacente ao corredor da vitória.....	52
FIGURA 5.3.2-22 - Embarcações atracadas no YACHT Clube da Bahia.	53
FIGURA 5.3.2-23- Embarcações atracadas no Porto da Barra e Navios de Carga ancorados ao fundo.....	53
FIGURA 5.3.2-24 – Pescadores realizando a pesca de linha de mão em botes de madeira a remo na região do Porto da Barra.....	54
FIGURA 5.3.2-25 – Vista da Praia do Porto da Barra e esportista praticando Stand Up Paddle – SUP.....	54
FIGURA 5.3.2-26 – Embarcações sediadas próximas às áreas do Solar do Unhão e Gamboa.	55
FIGURA 5.3.2-27 – Embarcações sediadas próximas às áreas do Solar do Unhão e Gamboa.	56
FIGURA 5.3.2-28 – Embarcações sediadas próximas às áreas do Solar do Unhão e Gamboa.	56
FIGURA 5.3.2-29 – Jangada de fibra sediada próximo às áreas do Solar do Unhão e Gamboa.....	56
FIGURA 5.3.2-30 – A) Bote de madeira a remo atracado na Praia da Preguiça; B) Bote de fibra a remo atracado na Praia da Preguiça; C) Barco de convés atracado no Solar do unhão/Gamboia; D) Barco motorizado atracado no Solar do Unhão/Gamboia; E) Botes de madeira encaixados no Solar do Unhão/Gamboia; F) Jangada de fibra motorizada e barcos de convés atracados na região do Solar do Unhão/Gamboia.	59
FIGURA 5.3.2-31 – Pescadores da localidade de Porto São João beneficiando sardinha para venda direta ao consumidor na própria localidade.....	66
FIGURA 5.3.2-32 – Pititingas capturadas no porto de Santana Rio Vermelho para venda direta ao consumidor na própria localidade.....	66
FIGURA 5.3.2-33- Pescadores retornando da pesca com rede de emalhe na praia de Santana – Rio Vermelho em de bote de fibra a remo com três pescadores embarcados - Dezembro de 2014.....	69
FIGURA 5.3.2-34- Exemplo de produção pesqueira de bote de fibra a remo com três pescadores embarcados utilizando rede de emalhe no Rio Vermelho em Dezembro de 2014 – 10 a 12 kg estimados...	69
FIGURA 5.3.2-35 – Despesas por funções.	73
FIGURA 5.3.2-36 – Estrutura dos impostos.	73
FIGURA 5.3.3-1 - Localização dos acidentes, desastres e desabamentos ocorridos do sec. XIV ao XXI. Fonte: Tese de Doutorado, MUÑOZ, 2009 ³³	83
FIGURA 5.3.3-2 – Localização dos acidentes, desastres e desabamentos ocorridos no sec. XX. Fonte: Tese de Doutorado, MUÑOZ, 2009 ³³ , pag. 211.	84
FIGURA 5.3.3-3 – Imagem aérea e poligonal do entorno do empreendimento, 1959. Fonte: INFORMS / CONDER.....	86
FIGURA 5.3.3-4 – Imagem aérea e poligonal do entorno do empreendimento, 1976. Fonte: INFORMS / CONDER.....	87
FIGURA 5.3.3-5 – Imagem aérea e poligonal do entorno do empreendimento, 1989. Fonte: INFORMS / CONDER.....	88
FIGURA 5.3.3-6 – Imagem aérea e poligonal do entorno do empreendimento, 1998. Fonte: INFORMS / CONDER.....	89
FIGURA 5.3.3-7 – Imagem aérea e poligonal do entorno do empreendimento, 2014.....	90
FIGURA 5.3.3-8 – Mapa Monumentos no CHS, IPAC-BA Vol I, 1984.	92
FIGURA 5.3.3-9 – Inserção do Edifício Comercial na paisagem – Relação com o Solar do Unhão. Fonte: Fotografia Tarso Figueira, Fotomontagem de Quântica Design.....	93
FIGURA 5.3.3-10 – Plano de Ocupação, Perfil G G, Prancha 04. Fonte: Relatório Final Processo Marina, GT-1991.....	93
FIGURA 5.3.3-11 – Emolduramento do Solar do Unhão.....	94
FIGURA 5.3.3-12 – Detalhes do frontispício na rua interna da Bahia Marina, imediações do SOHO. Fonte: Bahia Marina.	95
FIGURA 5.3.3-13 – Ampliação Bahia Marina, Edifícios inseridos na paisagem, vista e vista aproximada.	95
FIGURA 5.3.3-14 - Vista do frontispício, Prancha 06. Fonte: Relatório Final Processo Marina, GT/1991.	96
FIGURA 5.3.3-15 – Vista do Frontispício com inserção das edificações complementares da BAHIA MARINA.	97
FIGURA 5.3.3-16 – Cloc Residence – Interrupção do <i>continuum</i> verde da falésia.	98
FIGURA 5.3.3-17 – Marcação de fachada que desorganiza os pontos focais da paisagem preexistente.	99
FIGURA 5.3.3-18 – Perspectiva do Edifício Comercial.	102
FIGURA 5.3.3-19 – Poligonais de Áreas de Leis, Decretos e Grupo de Trabalho /1991.....	104



FIGURA 5.3.3-20 – Mapa de uso e ocupação do solo no entorno do empreendimento.	105
FIGURA 5.3.3-21 – Áreas de lazer no entorno do empreendimento.	120
FIGURA 5.3.3-22 – Mapeamento das áreas de lazer da BAHIA MARINA.	121
FIGURA 5.3.4-1- Mapa de localização de sítios arqueológicos de grupos Tupiguarani e Aratu, situados no Recôncavo Baiano. Fonte: Silva, 2000.	127
FIGURA 5.3.4-2- Dança de índios Tupinambás (WHITE, 2013).	131
FIGURA 5.3.4-3- Mapa ilustrativo da distribuição indígena no início do século XVI, com indicação dos Tupinambá em Salvador, Bahia. Modificado de Fausto (1992).	132
FIGURA 5.3.4-4 –Mapa esquemático da ocupação indígena na região compreendendo Salvador, bem como das aldeias ao redor da cidade durante o século XVI. Modificado de Pinho (1968).	133
FIGURA 5.3.4-5- Esquema do local do naufrágio do galeão Sacramento e das condições de vento que agiam no momento do naufrágio (GUEDES, 1981).	138
FIGURA 5.3.4-6- Planta da Restituição da Bahia de autoria de João Teixeira Albernaz, 1631.	145
FIGURA 5.3.4-7- Construção da Avenida Contorno em Salvador, Bahia, durante a década de 60.	146
FIGURA 5.3.4-8- Vista frontal da parte alta e baixa da cidade de Salvador no início do século XVII. Autor: Hessel Gerritsz (1627).	147
FIGURA 5.3.4-9- Vista parcial da escarpa de Salvador com visão em perfil da cidade alta e baixa durante a segunda metade do século XIX (1875) (VASQUEZ, 2003).	148
FIGURA 5.3.4-10- Parte de ilustração panorâmica de Salvador com indicação para a 'Igreja de Conceição da Praia'. Pintura de Friedrich Salathé (possivelmente de 1830).	150
FIGURA 5.3.4-11- Centro histórico de Salvador fotografado por Ben Mulock, em 1859.	151
FIGURA 5.3.4-12- Centro Histórico de Salvador atualmente.	151
FIGURA 5.3.4-13- Parte de ilustração panorâmica de Salvador com indicação para o 'Solar do Unhão'. Pintura de Friedrich Salathé (possivelmente de 1830).	152
FIGURA 5.3.4-14- Vista atual do Solar do Unhão, conjunto arquitetônico situado ao lado da Bahia Marina (MAM, 2013).	153
FIGURA 5.3.4-15- Vista do elevador Lacerda do início do século XX.	154
FIGURA 5.3.4-16- Reforma do Elevador Lacerda, em 1930.	154
FIGURA 5.3.4-17- Elevador Lacerda atualmente.	155
FIGURA 5.3.4-18- Antigo Mercado Modelo.	156
FIGURA 5.3.4-19- Mercado Modelo visto desde o Elevador Lacerda.	156

LISTA DE QUADROS

QUADRO 5.3.1-1– Caracterização das comunidades do entorno.	15
QUADRO 5.3.1-2 – Atividades desenvolvidas pelos moradores do entorno.	16
QUADRO 5.3.1-3 – Estatísticas.	18
QUADRO 5.3.1-4 – Algumas Doenças Infecciosas e Parasitárias.	18
QUADRO 5.3.1-5 – Casos de algumas Doenças notificadas em Salvador – 2013.	20
QUADRO 5.3.1-6 - Avaliação da Infraestrutura de serviços.	22
QUADRO 5.3.1-7 - Demandas da população das comunidades do entorno.	22
QUADRO 5.3.2-1- Estimativas da população total e economicamente ativa, taxas globais de participação e de desemprego total região metropolitana de Salvador 2013-2014.	24
QUADRO 5.3.2-2- Estimativas da ocupação por setor de atividade – RMS 2011-2012.	25
QUADRO 5.3.2-3 – Estimativa do número de ocupados, segundo posição na ocupação - RMS2011 – 2012.	25
QUADRO 5.3.2-4- Rendimento médio real dos ocupados segundo posição de ocupação – RMS 2011-2012.	26
QUADRO 5.3.2-5 – Saldo de emprego celetista por setor de atividade econômica - Bahia, RMS, Salvador – 2013.	27
QUADRO 5.3.2-6- PIB Municipal Valor Adicionado por setor e administração pública Salvador 2011.	29
QUADRO 5.3.2-7 – PIB Municipal Imposto sobre produto, PIB e per capita Bahia, Salvador – 2011.	29
QUADRO 5.3.2-8 – Unidades locais por seção e divisão da classificação de atividades 2012.	30
QUADRO 5.3.2-9 – Movimentação de cargas nos Portos de Salvador 2013.	33
QUADRO 5.3.2-10 – Pesqueiros georreferenciados durante saída de campo.	37





QUADRO 5.3.2-11 – Índices ecológicos por estação de amostragem da ictiofauna do programa de monitoramento da Bahia Marina.	44
QUADRO 5.3.2-12 – Número médio de tripulantes estimados por categoria de embarcações atracadas na Praia da Preguiça.	49
QUADRO 5.3.2-13 – Número médio de tripulantes estimados por categoria de embarcações atracadas no Solar do Unhão/Gamboa.	49
QUADRO 5.3.2-14 – Número máximo de tripulantes estimados por categoria de embarcações sediadas na Praia da Preguiça ao lado do restaurante Amado.	50
QUADRO 5.3.2-15 – Número máximo de tripulantes estimados por categoria de embarcações sediadas no Solar do Unhão/Gamboa.	50
QUADRO 5.3.2-16 – Características da frota sediada na Praia da Preguiça.	57
QUADRO 5.3.2-17 – Características da frota sediada na região do Solar do Unhão e Gamboa.	57
QUADRO 5.3.2-18 – Definições dos métodos de pesca de acordo com o aparelho utilizado.	60
QUADRO 5.3.2-19 – Espécies de peixes citadas pelo mestre de pesca da localidade Solar do Unhão.	62
QUADRO 5.3.2-20 – Lista de espécies de peixes e respectiva abundância por ponto de amostragem obtidos na nona campanha de levantamento da ictiofauna na área de influência da Bahia Marina em setembro de 2014 (BMA, 2014) ¹⁹	63
QUADRO 5.3.2-21 – Composição das receitas correntes, Salvador 2013.	72
QUADRO 5.3.2-22 - Demonstrativo das despesas de capital, Salvador 2013.	72
QUADRO 5.3.4-1- Lista dos Naufrágios da Bahia (proximidades de Salvador e Baía de Todos os Santos).	138
QUADRO 5.3.4-2- Sítios de Naufrágios e Afundamentos na Baía de Todos os Santos entre 1503 a 1995 (ARAÚJO, 2000).	141
QUADRO 5.3.4-3- Edificações históricas localizadas na área diretamente afetada pelo empreendimento.	148
QUADRO 5.3.4-4- Quantitativo dos bens arquitetônicos representativos da história e cultura localizados na área de influência direta do empreendimento.	149
QUADRO 5.3.4-5- Principais edifícios históricos localizados na área de influência direta, século de construção e condição de tombamento.	149

LISTA DE TABELAS

TABELA 5.3.1-1– Renda nas comunidades do entorno.	6
--	---



5.3. Meio Socioeconômico

Para a caracterização do meio socioeconômico dentro do perímetro da área de influência do empreendimento, foram realizados levantamentos de dados secundários junto a órgãos e empresas públicas, bem como consulta aos estudos ambientais anteriores.

5.3.1. Dinâmica Populacional

5.3.1.1. População do entorno

Identificar os grupos sociais localizados na AID do empreendimento

O entorno imediato que constitui a AID do empreendimento corresponde ao Subdistrito/Setor de Conceição da Praia, onde existem apenas 206 domicílios e residem 497 pessoas, o que representa uma densidade populacional de 83,39 h/km²; e o setor 292740805270156 do Subdistrito da Vitória onde existem 335 domicílios e residem 1.037 pessoas, com uma densidade populacional de 18.729.23h/Km². Este último setor é considerado como um aglomerado subnormal¹ pela classificação do IBGE e corresponde às Comunidades da Gamboa de Baixo e Solar do Unhão.

Os dois setores, Conceição da Praia e o 292740805270156 do subdistrito da Vitória, apresentam nas suas representações gráficas por sexo e idade, faixas ocas nas idades de 20 a 24 anos, indicando perda de população jovem. Essa perda populacional sugere que parte dos jovens adultos muda de local de residência, provavelmente em busca de melhores oportunidades de trabalho (**FIGURA 5.3.1-1**).

¹ O IBGE define aglomerado subnormal ao "conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características abaixo: irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou - carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública)". Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>> Acesso em setembro de 2014.



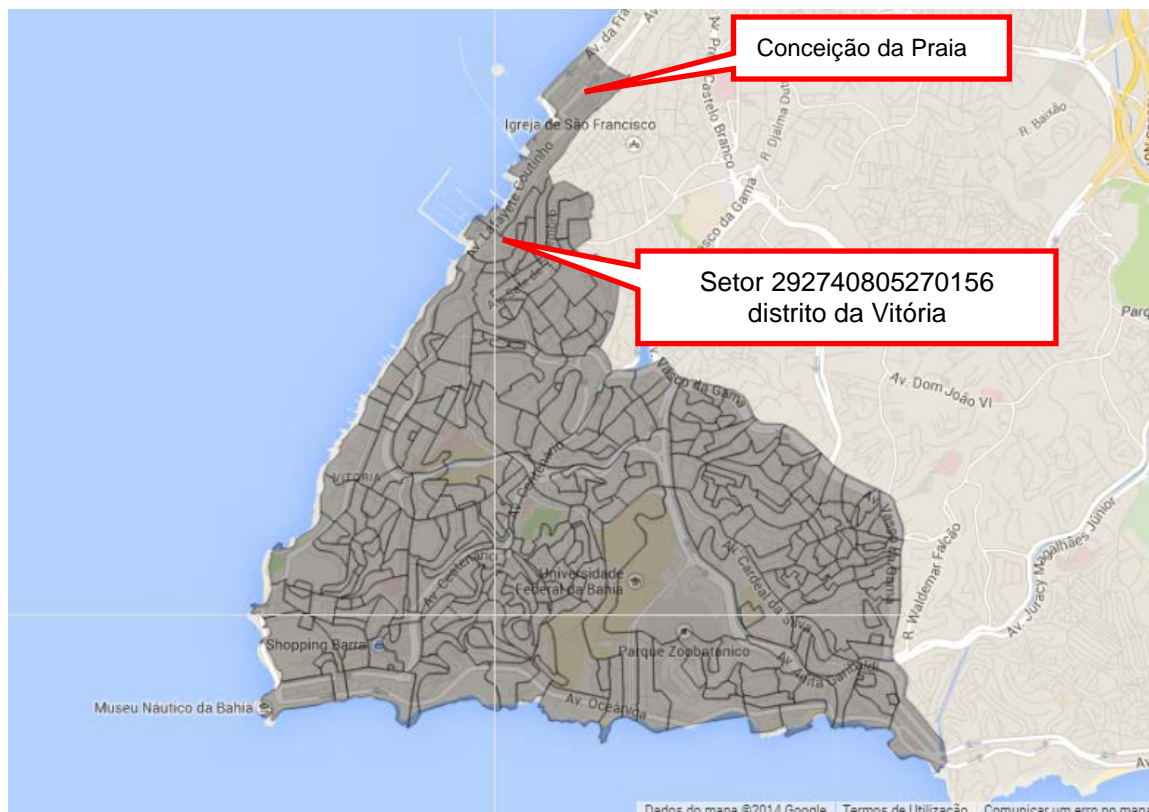


FIGURA 5.3.1-1 - Setores Censitários da AID. Fonte: IBGE Censo demográfico 2010.

A renda média da população da AID de R\$ 4.424,24 é bastante elevada para os padrões do Estado. Apenas o setor da comunidade da Gamboa de Baixo apresentou renda média abaixo de um salário mínimo. Todos os demais apresentaram rendas acima de R\$ 1.450,00.

No entorno do empreendimento, nas comunidades da Gamboa de Baixo, da Rua da Preguiça, do Solar do Unhão, Jaqueira do Unhão e Dois de Julho, a renda média dos entrevistados que responderam a questão se situava em torno dos R\$ 1.079,00, com uma maior incidência de trabalhadores recebendo salário mínimo (23,2%). Embora o valor médio de renda seja superior ao salário mínimo, cerca de 16,6% dos consultados ganhavam até $\frac{1}{2}$ salário mínimo por mês, sendo que 9,1% se encontravam na faixa de pobreza, com menos de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo de renda mensal, o que indica uma situação de vulnerabilidade social. Uma parte considerável de moradores, cerca de 18%, não quis responder a questão ou não possuía renda. Entre estes entrevistados, 17,1% participavam do programa de redistribuição de renda Bolsa Família (TABELA 5.3.1-1).

TABELA 5.3.1-1– Renda nas comunidades do entorno.

Renda	(%)
4.000,00 - 10.000,00	3
2.000,00 - 3.000,00	6
1.600,00 - 1.800,00	3
1.200,00 - 1.500,00	22,7
728,00 - 800,00	4,5

Renda	(%)
724	27,3
400,00 - 700,00	16,6
201,00 - 362,00	7,5
147,00 - 200,00	9,1
Total	100

n=102.

Fonte: Pesquisa de Campo/2014.

Áreas residenciais na AID do empreendimento

As áreas residenciais que se encontram no entorno do empreendimento – e que foram visitadas na pesquisa de campo por serem os locais com possibilidade de serem impactados nas fases de implantação e operação do empreendimento - são: a Comunidade do Solar do Unhão, a Comunidade da Gamboa de Baixo, e o bairro histórico do 2 de Julho, principalmente as ruas da Preguiça e a rua Fagundes Varela, conhecida pela população moradora entrevistada como a Jaqueira do Unhão. Essas populações estão nestes locais há muitas gerações (**FIGURA 5.3.1-2**).



FIGURA 5.3.1-2 – Vista das comunidades Gamboa de Baixo e Solar do Unhão. Ao fundo, prédios do bairro da Vitória. Fonte: ABA, 2014.



Comunidade Solar do Unhão

A comunidade Solar do Unhão tem seu acesso pela Rua Desembargador Castelo Branco de Baixo. Leva este nome por estar ao lado do Solar do Unhão, antiga construção que abriga o MAM - Museu de Arte Moderna da Bahia. As ruas da comunidade são estreitas e recortadas de vielas. A pavimentação é irregular e extremamente precária. A comunidade conta com a coleta de lixo, mas todos precisam levar seus sacos para a entrada da comunidade, local onde é feita a coleta pela empresa de limpeza pública.

O acesso à água é garantido a todos. Esse serviço é avaliado pela comunidade como excelente. Já a rede de esgoto, de acordo com os moradores, não comporta a demanda e vaza constantemente. Em muitas ruas é possível observar águas servidas vazando das caixas aparentes. A população se queixa deste problema e considera que a EMBASA, empresa responsável pelo saneamento do Estado, não dá a devida manutenção às caixas do esgoto.

A Comunidade do Solar do Unhão, segundo uma liderança entrevistada, é composta por mais de trezentas famílias. Estão organizados em uma associação de moradores: a Associação de Moradores da Comunidade Solar do Unhão, fundada no ano de 1995. Atualmente, segundo seu presidente, a associação conta apenas com o apoio de um morador que vende produtos no evento semanal que ocorre aos sábados no MAM e paga uma quantia mensal para a associação. A Bahia Marina reformou recentemente a sede da associação, mas a efetivação dos muitos projetos prometidos para se desenvolver na comunidade ainda não ocorreu, segundo alguns moradores entrevistados. Atualmente na sede são realizadas aulas de jiu-jitsu para pessoas de fora e de dentro da comunidade.

O Empreendedor esclarece que as atividades desenvolvidas junto à comunidade do Solar do Unhão são realizadas no contexto dos Programas de Educação Ambiental e Comunicação Social, condicionantes da LI 854/2012, e documentadas nos relatórios semestrais de acompanhamento de condicionantes apresentados ao IBAMA.

Na comunidade, poucos se dedicam à pescaria de maneira sistemática (apenas cerca de 10 pessoas vivem exclusivamente da pesca na comunidade). Porém, muitos moradores possuem pequenos barcos que ancoram próximos à comunidade. Os pescadores da comunidade do Solar do Unhão não são colonizados, nem recebem os benefícios desta adesão. Os itens **5.3.2.2 b)** e **c)** detalham as informações a respeito da atividade pesqueira da comunidade.

As queixas mais recorrentes da população da comunidade referem-se à perda das praias existentes antes da implantação da Bahia Marina anos atrás (acredita-se que os moradores estejam se referindo à Praia do Solar do Unhão). Com o objetivo de esclarecer algumas questões levantadas pelos moradores da comunidade do Solar do Unhão relativas ao aparecimento de uma acumulação de material cascalhoso nessa praia, foi realizado um estudo sobre a origem da acumulação do cascalho e apresentado na comunidade. O relatório final desse estudo encontra-se no **ANEXO 5.3-I** deste estudo.



A comunidade do Solar do Unhão contava² com a presença de um coletivo de grafiteiros, o MUSAS – Museu de Street Arte de Salvador, que movimentou a comunidade por mais de um ano, realizando atividades lúdicas e de recuperação de faixadas das suas casas, transformando e colorindo a comunidade através da arte de rua (**FIGURA 5.3.1-3**).



FIGURA 5.3.1-3 – Comunidade do Solar do Unhão. Fonte: ABA, 2014.

Comunidade da Gamboa de Baixo

A Comunidade da Gamboa de Baixo tem alguns acessos através da passarela de pedestre que acompanha a Av. Contorno. Suas ruas são como as ruas da comunidade do Solar do Unhão: apresentam a mesma precariedade e padecem dos mesmos problemas com o saneamento, principalmente no que diz respeito ao esgoto. Igualmente são observadas caixas de esgoto transbordando pela comunidade (**FIGURA 5.3.1-4**). Não possuem coleta de lixo e a população precisa subir até a avenida acima para descartar adequadamente seus resíduos. Segundo a liderança da comunidade, um grande trabalho de conscientização foi realizado com os moradores e atualmente poucas pessoas jogam lixos nas encostas e no mar. O acesso ao cais é realizado por cima de pedras na beira do mar. Não existe praia de areia.

² O Projeto foi fundado em 2012 e sua sede foi transferida neste ano para o Recôncavo. Projeto disponível em <https://www.facebook.com/ilovemusas/info?tab=page_info> Acesso em junho de 2014.



FIGURA 5.3.1-4 – Rede de Esgoto Gamboa de Baixo. Fonte: ABA, 2014.

A grande atividade laboral que se desenvolve nesta comunidade e que envolve muitos de seus moradores, é a pesca. É tradição neste contato histórico com o mar que em toda família local se encontre pescadores e pescadoras, ou mesmo indivíduos responsáveis pela venda do produto pescado fora da comunidade. A pesca é considerada uma empresa familiar. Alguns pescam, outros vendem o pescado, mantendo-se na família todas as fases da atividade (**FIGURA 5.3.1-5**).

Muitas mulheres da comunidade dedicam-se à captura de peixes ornamentais e vendem nas diversas lojas de peixes espalhadas pela cidade. Muitas dessas lojas encomendam os peixes e as mulheres mergulham próximo à comunidade para capturá-los. Os itens **5.3.2.2 b)** e **c)** detalham as informações à respeito da atividade pesqueira da comunidade.



FIGURA 5.3.1-5 – Ancoradouro Gamboa de Baixo. Ao fundo, o quebra mar da Bahia Marina. Fonte: ABA, 2014.



A comunidade da Gamboa de Baixo tem uma associação de moradores chamada Amigos de Gegê, fundada em 1992 e que conta com uma sede para realização de suas reuniões e atividades. Atualmente conta com o serviço voluntário de uma professora que dá aulas de línguas para interessados da comunidade. É por meio do trabalho voluntário de moradores e pessoas de fora da comunidade que são realizadas as oficinas e atividades educativas.

Segundo sua presidente, a associação passa por um momento de reorganização. Afirma que trabalham sem apoio financeiro e que prezam pela manutenção da cultura proveniente do mar, através da pesca que os caracteriza.

A comunidade da Gamboa de Baixo desenvolve diversas festas anuais, com a ajuda de toda a população (arrecadam entre si o necessário para tanto). O tradicional presente de lemanjá, festa realizada em fevereiro, é mantido como forte traço cultural, significativo emblema identitário da comunidade. Mesmo os pescadores que vão trabalhar na festa no bairro do Rio Vermelho, retornam para a entrega do presente conjunto da comunidade.

Quando interpelados sobre os problemas vivenciados pela comunidade, suas queixas são as mesmas da comunidade vizinha. Apesar de internamente a comunidade se sentir segura, a sensação de insegurança é também relatada. Porém, salienta-se que a polícia é a maior perpetradora de atos de violência contra os moradores.

A ausência de áreas de lazer é preponderante na fala dos entrevistados. A praia carrega em si o único destino para o desenvolvimento das atividades de ócio e lazer.

Rua Fagundes Varela

A população mais próxima à Bahia Marina é a residente à Rua Fagundes Varela. O acesso a esta rua pode se dar tanto pelo bairro 2 de Julho, quanto pela Av. Contorno. O padrão construtivo desta rua é diferenciado das comunidades visitadas, pois apresentam alguns casarões antigos que precisam de reforma. Outras casas construídas são de padrão construtivo aceitável, apesar de existirem pequenas casas sem muita estrutura.

De acordo com moradores, uma tubulação de esgoto está localizada atrás da entrada de veículos da Bahia Marina (sentido Comércio) e corre por baixo da pista da Avenida Contorno. Por conta de um entupimento na rede, antes de desaguar na praia ao lado do empreendimento, grandes poças de água fétida e coberta de lixo foram formadas. A propagação de vetores de doenças como ratos e mosquitos é crônica com risco de importantes problemas de saúde para a população.

A Empreendedora explica que a tubulação de esgoto em questão está localizada na Rua Fagundes Varela, margeando o muro de contenção da rua, lado de fora do empreendimento e é de responsabilidade da EMBASA. Esta tubulação entupiu, causando o transbordamento das caixas de passagem e as águas sujas escoaram para uma calha de água pluvial que fica entre a Bahia Marina e a Fagundes Varela. Esta situação motivou o empreendimento a solicitar vistoria no local por parte da EMBASA, além de ter gerado queixas por parte dos moradores de localidades próximas à Avenida Contorno, como o largo Dois de Julho, Gamboa e Ladeira da Preguiça, e de proprietários de restaurantes instalados no local, devido à tamanha proliferação de mosquitos, sendo motivo de denúncias feitas pela população ao Centro de Controle de Zoonoses e ao





Jornal A TARDE. Em resposta à reportagem, a EMBASA por meio de nota comunica, “que as redes de esgotamento sanitário da Rua Fagundes Varela, na Avenida Contorno, e a que passa próxima à Bahia Marina, por baixo da pista da Avenida Contorno, estão funcionando normalmente”.

Ladeira da Preguiça

A Ladeira da Preguiça é habitada por diversas famílias residentes ali há várias gerações. É um antigo acesso da cidade baixa para a cidade alta. Quando visitada pela equipe, observou-se um casario antigo convivendo com casas de construção mais recentes. A área passa por uma obra de reforma da contenção que caiu sobre a av. Contorno. Esta rua é a Visconde de Cairu, que desce do Largo 2 de Julho, chegando à Ladeira da Preguiça. Atualmente este acesso à rua está fechado.

A população ali residente explica que o entorno da ladeira passou por intervenções do poder público, o que creditam à proximidade da residência do atual prefeito.

Em termos de acesso aos serviços públicos, como o direito a saneamento básico, composto por rede de água, esgoto, coleta de lixo e varrição das ruas, a região os tem garantidos. Mas em rua por trás da ladeira, o esgoto vaza de algumas caixas expostas, causando mau cheiro em toda rua.

A atividade da pesca, como em outras comunidades próximas ao mar, era mais expressiva na Preguiça. Mas, segundo seus moradores, a pesca não é mais desenvolvida como antigamente, pois muitos pescadores tiveram que retirar suas embarcações que atracavam na praia da comunidade, para atracar na rampa do Mercado “Atualmente poucos barcos são vistos ancorados na praia, ao lado da Bahia Marina”³. São todos a remo e de pequeno porte, como ‘catraias’.

Não possuem associação de moradores, mas o Centro Cultural Que Ladeira é Essa, fundado por jovens da comunidade há cerca de um ano, demonstra um ativismo cultural de grande expressão.

Não possuem apoio financeiro de nenhuma via, mas se organizam em trabalhos voluntários, desenvolvendo diversas atividades, principalmente, para entreter e formar adolescentes e crianças residentes na ladeira e no seu entorno. Atualmente desenvolvem atividades artísticas e esportivas: aulas de jiu-jitsu e capoeira, oficinas de música, cinema e fotografia. Alguns voluntários dão aulas de línguas para a população interessada.

O Centro Cultural Que Ladeira é Essa, somado a outros coletivos como o MUSAS, modificou as fachadas das casas, pintando e adornando paredes e muros com desenhos representativos das expressões culturais desenvolvidas nas comunidades. Este trabalho resulta numa efetiva modificação visual das casas, recuperando um pouco da autoestima da população, segundo os moradores. Para garantir o recurso necessário a estas intervenções, fazem campanhas nas redes sociais e acabam por levantar os valores desejados.

³ Depoimento de morador local.

Outros grupos organizados encontram-se na área de abrangência da referida ladeira, como o Grupo de Capoeira Regional Topázio, o Projeto Bahia Stret e o Grupo K9, uma brigada dos Bombeiros que faz treinamentos na Praia da Preguiça. Na mesma praia, três associações de remo desenvolvem suas atividades, além de ser a área do futebol e futvolei. Existiam tradicionalmente várias atividades relacionadas à praia como a corrida de catraias e campeonatos de futebol, que envolviam muitos bairros. O desenvolvimento destas atividades garantiu inegável espaço de sociabilidade das comunidades entre si por muitas décadas.

Segundo alguns dos entrevistados, a tentativa da empreendedora de fechar a praia com um muro provocou uma ação judicial junto ao Ministério Público. A este respeito, a Bahia Marina informou que a Ação no MP foi arquivada, pois não houve tentativa por parte da Bahia Marina de fechamento do acesso à praia com muro. Na decisão pelo arquivamento o Ministério Público Federal:

“afirma que o Patrimônio da União esclareceu, mediante ofício, que “a aludida construção trata-se de guarda-corpo de proteção, em alvenaria de bloco e cimento, que não obstrui o acesso à praia.”

Bairro 2 de Julho

O Bairro 2 de Julho margeia a parte alta da região considerada como área de influência do empreendimento. Como um bairro histórico, tem sua história totalmente imbricada com a história da cidade.

Atualmente, o 2 de Julho está passando por um intenso debate político, por conta das modificações que estão sendo pensadas e desenvolvidas pelo poder público, com projeto em andamento que intenta modificações estruturais no bairro, que vão desde a chegada de hotéis de luxo até a resignificação do bairro e perda do nome que o define.

Por conta deste processo, que tem cerca de dois anos, nasceu o Movimento Nosso Bairro é 2 de Julho. Uma tentativa de um contingente de moradores, artistas e profissionais liberais, sobretudo, de debater com a comunidade local as diretrizes de seu espaço. O fórum tem importante trabalho no bairro, principalmente no desenvolvimento de atividades culturais, como a participação recente na última Bienal da Bahia.

Este fórum de moradores se reúne semanalmente para discutir o direito constitucional à cidade, à moradia adequada e, principalmente, à permanência das pessoas tradicionalmente moradoras do bairro. Não possuem liderança convencional, dividindo suas atividades de maneira igualitária aos que se propõem participar dos debates e ações. Atuam principalmente na manutenção do debate político, acerca das vicissitudes do bairro e do entorno.

O bairro possui uma associação, a ACLAJ, Associação Cultural do Largo 2 de Julho e adjacências. Segundo entrevistados, esta associação está de acordo com o projeto pensado pela prefeitura para o bairro, o que os distingue totalmente. Não há diálogo entre o referido movimento social e a associação.

O bairro 2 de Julho abriga majoritariamente os serviços públicos que estão disponíveis às populações do entorno, contida na área de influência do empreendimento. Nele se



encontra a maioria das escolas públicas que atendem as crianças, adolescentes e jovens das comunidades estudadas (**FIGURA 5.3.1-6**). O posto de saúde de referência destas populações também se encontra no bairro, assim como todo o comércio que abastece os moradores. O trânsito pelo bairro é fundamental para as populações das proximidades, que necessitam cruzar o bairro para ter acesso ao transporte público, como é o caso das populações da Gamboa de Baixo e do Solar do Unhão.



FIGURA 5.3.1-6 – Escola Municipal Perminio Leite. Rua Democrata, Bairro 2 de Julho.

Gamboa de Cima

A comunidade de Gamboa de Cima (**FIGURA 5.3.1-7**), ao contrário das demais, está localizada na parte alta do Bairro 2 de Julho, acima do nível da Avenida Contorno. Ela não enfrenta problemas de saneamento básico e a insegurança é apontada como o seu principal problema. O nível social dos moradores é mais alto que o dos moradores das demais comunidades já relatadas. Há muitas casas comerciais de passagem, escolas, hotéis, pousadas, igrejas e edifícios residenciais e comerciais, além de casas de alto padrão. As principais queixas dos moradores são a insegurança, descarte inadequado do lixo e a presença volumosa de usuários de drogas circulando na região. Este último problema aparece relatado em todos os locais visitados e é visto como um problema de saúde pública por alguns e caso de intervenção policial para outros.



FIGURA 5.3.1-7 – Gamboa de Cima. Fonte: ABA, 2014.

Para as comunidades localizadas no entorno imediato ao empreendimento, como a Gamboa de Baixo, a Solar do Unhão, a Jaqueira do Unhão e Preguiça, a falta de saneamento básico, segurança e áreas de lazer são os principais problemas que enfrentam. A necessidade de disponibilização de creches nas áreas é reivindicação constante de pais e mães de família. Salientam a necessidade de projetos que possam manter os jovens em atividades constantes de formação, para não caírem na criminalidade presente nas áreas. A iluminação pública em vários espaços é precária, sendo lembrada, também, pelas comunidades como item que necessita de grande melhoria. Uma fala constante, também, salientada, é a ausência de pontos de ônibus na Av. Contorno, assim como de pavimentação adequada das vias internas às comunidades, que possam garantir acessibilidade a pessoas portadoras de necessidades especiais e, principalmente, de idosos.

QUADRO 5.3.1-1– Caracterização das comunidades do entorno.

<p>Comunidade Solar do Unhão; Gamboa de Baixo; Preguiça e Bairro 2 de Julho</p>	<p>Os acessos internos, ruas e vielas são estreitas, pavimentadas precariamente, e com bocas de lobo que vazam a menor chuva, tanto na comunidade Solar do Unhão, quanto na Gamboa de Baixo. As outras regiões do Bairro 2 de Julho apresentam boas condições de pavimentação e tratamento de esgoto, não sendo encontrados lugares com águas servidas expostas nas ruas. Na região da ladeira da Preguiça, uma rua também apresenta esgoto a céu aberto; Suas residências não têm padrão: são grandes, pequenas, improvisadas e umas sobre as outras; Avaliam otimamente o abastecimento de água; Avaliam pessimamente o serviço de esgoto, pois esses estão quase sempre entupidos e vazam constantemente.</p>
<p>Lazer</p>	<p>As comunidades abaixo da Av. Contorno não possuem área de lazer, utilizando majoritariamente a praia para tal fim. Alguns moradores de Solar do Unhão utilizam uma pequena quadra localizada num dos arcos da Av. Contorno. A Preguiça também se relaciona com a praia como sua única área de lazer. Possuem o Centro Cultural que abriga projetos e oficinas para adolescentes e crianças, principalmente, sendo este outro equipamento de lazer da população. O Largo do 2 de Julho, os restaurantes e teatros do centro da cidade também são utilizados por sua população para atividades de lazer.</p>
<p>Organização social</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Associação de Moradores da Comunidade Solar do Unhão, fundada no



	<p>ano de 1995. Representa cerca de 300 famílias;</p> <ul style="list-style-type: none"> • O MUSAS – Museu de Street Arte de Salvador; • Associação Amigos do Gegê de Moradores da Gamboa de Baixo, fundada 1992. • Bahia Street - trabalha com meninas e adolescentes de escolas públicas, desenvolvendo projetos e programas que envolvam a melhoria da autoestima; • A ACLAJ, Associação Cultural do Largo 2 de Julho e adjacências. • Movimento Nosso Bairro é 2 de Julho, relaciona-se habilmente com todos os outros movimentos e associações sociais existentes na área. É responsável por articulações importantes frente ao Ministério Público e a manutenção do debate acerca do projeto municipal de reestruturação do bairro.
Pesca	Vide item 5.3.2.2.

O perfil da população na área de influência direta apresenta grande heterogeneidade, tendo em vista que esta área envolve, desde populações de aglomerados subnormais como a Gamboa de Baixo e Preguiça, até restaurantes de luxo e escritórios de empresas financeiras situadas no Comércio. No entorno mais imediato (Solar do Unhão e Gamboa de Baixo), os principais grupos identificados foram os dos pescadores artesanais. Entre os entrevistados da AID, o perfil profissional indicou uma grande maioria de trabalhadores no setor de prestação de serviços e atividades marinhas, como pescadores, marinheiros e mergulhadores (**QUADRO 5.3.1-2**). O número de aposentados era de 6,3%.

QUADRO 5.3.1-2 – Atividades desenvolvidas pelos moradores do entorno.

Atividade/Profissão	Percentual
Administrador	1,20
Desenhista	1,10
Do sexo	1,20
Dona de casa	4,80
Estudante	4,80
Funcionário Público	1,20
Marinheiro	4,80
Mergulhador	1,20
Pescador ou marisqueiro	6,00
Serviços domésticos, cozinheira, serviços de limpeza em residências	10,6
Serviços de segurança, porteiro, motoristas	10,7
Setor de transporte	1,20
Setor do comércio ou setor de serviços	44,00
Outros	7,20
Total	100,00

Fonte: ABÁ Pesquisa de Campo.

Avaliar as expectativas/percepção da população do entorno em relação ao empreendimento, por meio de pesquisas qualificadas e contatos com a população diretamente afetada.

Expectativa é um construto do campo da psicologia social e da sociologia e enquanto tal, não se refere a estudos de sujeitos tomados individualmente, mas aos grupos e demais coletivos sociais. Em termos gerais, significa uma predisposição para agir a determinados estímulos em função da cultura e visão de mundo de um determinado grupo social. Ela fundamenta respostas e neste aspecto se assemelha às “atitudes” e “opiniões”. Espera-se que os indivíduos de um grupo social reajam segundo as expectativas do grupo, mas nem sempre é possível prever com segurança que os indivíduos atuem segundo as expectativas compartilhadas, o que dá ao conceito certa dose de incerteza. Expectativas, quando não atendidas, podem gerar focos de tensão e conflito.

Na análise das comunidades do entorno desenvolveu-se um estudo de expectativas com base na observação de campo, grupos de discussão informais, entrevistas em profundidade e na aplicação de uma escala *likert* a uma amostra não probabilística de moradores locais. Apesar de não ser uma amostra aleatória probabilística, a confiabilidade das respostas pode ser garantida pela teoria da saturação⁴.

Os estudos indicaram que existe uma forte vocação dos moradores com o mar, o que se traduz em atividades como a pesca. Mais recentemente, com a presença da Bahia Marina, surgiram novas atividades marinhas, com a abertura de postos de trabalho para marinheiros e mecânicos das embarcações de recreio atracadas no empreendimento.

A análise também observou que os entrevistados compartilham de uma concepção de modo de vida na qual os empregos formais não representam a centralidade. Isso pode ser confirmado, em parte, pela resposta ao questionário quando os moradores demonstraram um maior interesse na melhoria da segurança e dos transportes.

No estudo de expectativa abordaram-se as atitudes coletivas dos moradores das diversas comunidades da AID em relação à Bahia Marina. Esse estudo empregou uma escala *likert* com quatro questões semelhantes. O resultado indicou que quando tomado de forma coletiva as respostas dos moradores se mostram mais favoráveis ao empreendimento, com uma atitude positiva de média intensidade (0,99) numa escala que varia de +2 a -2.

As médias obtidas em cada questão colocada para os entrevistados indicam atitudes positivas em relação à melhoria proporcionada pela Bahia Marina: na sua vida pessoal (escore 0,84); na situação do entorno (escore de 0,75) e; na vida das pessoas das comunidades do entorno (escore 0,88). Os consultados também concordam que Marina não prejudicou a atividade dos pescadores e marisqueiras ou o trânsito da área. Essa última resposta foi a que obteve a melhor pontuação positiva, com um escore de 1,53.

⁴ “A saturação é o instrumento epistemológico que determina quando as observações deixam de ser necessárias, pois nenhum novo elemento permite ampliar o número de propriedades do objeto investigado. A dificuldade maior que o emprego do “critério de saturação” apresenta é o do dimensionamento ex-ante da pesquisa. Não há como prognosticar com rigor o tamanho e o tempo necessários à saturação. Neste texto discute-se a possibilidade de construir uma estimativa da extensão e do dispêndio de recursos com observações, a partir da predição do ponto de saturação baseada em indicadores determinados empiricamente.” Disponível em http://www.revistapmkt.com.br/Portals/9/Edicoes/Revista_PMKT_003_02.pdf> Acesso em junho de 2014.



QUADRO 5.3.1-3 – Estatísticas.

	Sua Vida Melhorou	A Bahia Marina melhorou a situação da área	A Bahia Marina melhorou a vida das pessoas da comunidade	A Bahia Marina não prejudicou a vida dos pescadores e marisqueiras	A Bahia Marina não prejudicou o trânsito na região
Média	0,84	0,75	0,88	0,95	1,53
Erro padrão	1,275	0,781	0,772	0,970	0,848

Fonte: Pesquisa de Campo.

5.3.1.2. Condições de saúde e doenças endêmicas

Análise da ocorrência de doenças endêmicas e verificação, ao longo da Área de Influência Direta, de áreas com habitats favoráveis para o surgimento e proliferação de vetores.

Endemias são aquelas doenças ou agentes infecciosos que se tornam habituais em uma determinada área, em um determinado período de tempo. Em geral, as doenças endêmicas no Brasil são as doenças infecciosas e parasitárias. Segundo o Ministério da Saúde, as doenças infecciosas e parasitárias de especial interesse público incluem, entre outras, as listadas no **QUADRO 5.3.1-4**.

QUADRO 5.3.1-4 – Algumas Doenças Infecciosas e Parasitárias.

AIDS	Cólera	Febre Amarela	Poliomielite
Amebíase	Coqueluche	Hanseníase	Raiva
Ancilostomíase	Dengue	Hepatites A, B, C, D e E	Rubéola
Ascariíase	Difteria	Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA)	Sarampo
Botulismo/ Botulismo do Lactante	Doença de Chagas	Leishmaniose Visceral	Sífilis
Brucelose	Doenças Diarréicas	Leptospirose	Teníase
Cancro Mole	Doença Meningocócica	Malária	Tétano
Candidíase	Esquistossomose	Meningite	Tuberculose

Fonte: MINISTÉRIO DA SAÚDE (2010).

Conforme se observa, são doenças heterogêneas e que variam bastante nos mais diversos aspectos, desde os modos de contaminação, suas profilaxias e, mesmo, os tratamentos adequados. Muitas delas conformam as DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis; outras são verminoses provenientes de ingestão de água e alimentos contaminados e/ou resultados de falta de saneamento básico; há ainda aquelas que são transmitidas por vetores e que dependem de uma melhor infraestrutura e habitação adequada, além de melhor educação sanitária e voltada aos cuidados de saúde, como a dengue, por exemplo.

As doenças infecciosas e parasitárias têm ocupado historicamente um papel relevante entre as causas de mortalidade no Brasil. Segundo PAES e SILVA (1999), este grupo de doenças é extremamente importante porque tem um grande impacto social, já que se

vincula diretamente à pobreza e às condições gerais de vida da população em termos de estrutura de habitação, alimentação, higiene e saneamento básico.

Segundo os autores, nos últimos vinte anos tem havido uma modificação no padrão brasileiro de mortalidade, que vem sendo chamado de transição epidemiológica. Em geral, as doenças infecciosas e parasitárias (DIP) vêm decrescendo como causas-morte em comparação às doenças crônico-degenerativas, como doenças do aparelho circulatório e neoplasias (tumores). No entanto, *pari passu*, a sua morbidade não decresceu na mesma proporção, ainda que tenha perdido o antigo foco prioritário de ação.

De acordo com o Ministério da Saúde (2010), essa é exatamente a situação vivenciada pelo Brasil nos últimos anos: enquanto a mortalidade oriunda das DIP diminuiu de maneira relevante, a morbidade associada a elas não caiu na mesma amplitude. Por isso, este grupo de doenças continua a oferecer inúmeros desafios à saúde pública, na medida em que tem havido uma série de transformações no seu padrão. Embora haja uma redução geral, ao mesmo tempo tem havido também a introdução de novas doenças, como a AIDS, e a modificação de alguns agentes infecciosos, provocando até pandemias, como a do vírus H1N1 em 2009. Ademais, doenças antigas como a cólera e a dengue ressurgiram e endemias importantes como as de Tuberculose e Meningite persistem e continuam representando problemas à saúde pública.

Segundo esta publicação especializada do Ministério da Saúde (2010), a situação das doenças transmissíveis no Brasil conformou um quadro complexo nos últimos anos, que pode ser resumido na compreensão de que há atualmente dentro deste grupo doenças transmissíveis com uma tendência declinante, algumas com uma tendência de persistência e outras com tendências emergentes ou reemergentes.

Entre as doenças transmissíveis com tendência declinante estão aquelas para as quais foram encontrados instrumentos eficazes de prevenção e controle, como a imunoprevenção. Destacam-se a Varíola, a Poliomielite, o Sarampo, o Tétano neonatal, a Raiva humana, a Difteria, Coqueluche, Tétano acidental e mesmo a Doença de Chagas.

Entre as doenças transmissíveis com tendência de persistência estão as Hepatites virais (B e C), que têm uma grande prevalência e uma ampla distribuição geográfica, a Tuberculose, a Leptospirose, as Meningites B e C, as Leishmanioses Tegumentar e Visceral e a Esquistossomose. A persistência destas últimas se explica basicamente pelas modificações ambientais produzidas pelo homem, aos deslocamentos populacionais de áreas endêmicas e o déficit ainda existente de saneamento básico, acesso à água e a esgotamento sanitário.

Por fim, estão as doenças transmissíveis de tendência emergente ou reemergentes. Entre as emergentes, destaca-se a AIDS que, segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde), conforma uma epidemia concentrada no Brasil. Segundo o MS (Ministério da Saúde), a epidemia está estabilizada nos estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, mas está em crescimento nos estados do Norte/Nordeste. Entre as doenças reemergentes está a Cólera, que tem retornado em surtos em áreas sem saneamento básico e a Dengue, que foi reintroduzida no país em 1982, como consequência da urbanização acelerada e não planejada. Atualmente, esta doença aparece na forma de três diferentes sorotipos e tem tido um padrão de gravidade elevado em crianças.



Conforme observado, as DIP são doenças complexas, que estão, fundamentalmente, associadas às condições de vida da população, a pobreza, a estrutura de saneamento básico, padrão de habitação, alimentar e de higiene. Além disso, como são doenças de contágio cotidiano, por assim dizer, necessitam, para serem erradicadas, da Atenção Básica em Saúde, principalmente do trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde e das Equipes de Saúde da Família. Por estarem relacionadas a elementos tão complexos e estruturais, as DIP continuam sendo um desafio para a saúde pública no Brasil, especialmente nos estados do Norte e Nordeste, onde essas condições de vida e a estrutura dos serviços de saúde são ainda mais precárias do que a média nacional.

O **QUADRO 5.3.1-5** apresenta os casos de algumas dessas doenças em Salvador e no subdistrito de saúde do Centro Histórico, onde se localiza a AID do empreendimento, no ano de 2013.

QUADRO 5.3.1-5 – Casos de algumas Doenças notificadas em Salvador – 2013.

Doença	Casos	Subdistrito de Saúde Centro Histórico
Aids	1061	71
Cólera	0	0
Coqueluche	196	3
Dengue	2.747	107
Doença de Chagas	4	0
Doenças Exantemáticas	23	0
Esquistossomose	5	0
Hanseníase	311	5
Hepatite Viral	629	40
Leishmaniose Tegumentar	7	0
Leishmaniose Visceral	16	0
Leptospirose	181	5
Malária	12	0
Meningites	961	11
Paralisia Flácida	8	0
Sífilis Congênita	399	15
Sífilis Gestante	441	8
Tuberculose	2.397	99
Violência Doméstica, Sexual e Outras	2.694	102

Fonte: SESAB/DIS/SINAN - SMS/SUIS-SINANET

Como se pode observar, destacam-se doenças infecciosas e parasitárias (DIP), como AIDS, Dengue, Hepatite viral, Tuberculose, além dos casos de violência que vêm sendo analisados e acompanhados como “endêmicos” pelo Ministério da Saúde, ou seja, como um agravo de notificação.

Algumas comunidades da AID do empreendimento carecem de melhor infraestrutura urbana, especialmente de saneamento básico. Na comunidade do Solar do Unhão, ainda que haja abastecimento de água, a rede de esgoto não comporta a demanda e vaza constantemente segundo os moradores. É possível observar, em muitas ruas, águas servidas vazando das caixas aparentes. A comunidade conta com coleta de resíduos sólidos, mas a população precisa levar seus lixos para a entrada da comunidade, local da coleta pela empresa de limpeza pública. A Gamboa de Baixo apresenta a mesma precariedade e padece dos mesmos problemas com o saneamento, principalmente no que diz respeito ao esgoto. Igualmente foi possível observar durante o trabalho de campo



caixas de esgoto transbordando. A comunidade não possui coleta de lixo e a população precisa subir até a avenida acima para dispensar adequadamente seus resíduos.

Na Rua Varela Fagundes há uma vala que, devido a problemas de manutenção da rede de esgoto por parte da EMBASA, empoça em uma área abaixo da avenida e forma um charco que alcança a praia da Preguiça. A propagação de vetores de doenças como ratos e mosquitos é crônica. Já na Ladeira da Preguiça, a população tem acesso a um melhor nível de serviços públicos, incluindo saneamento básico, mas na rua por trás da ladeira, ainda há esgoto vazando de algumas caixas expostas, causando mau cheiro em todo o local.

O déficit de saneamento básico pode ser um dos fatores para algumas das doenças apresentadas no **QUADRO 5.3.1-5**, como a Hepatite A, que é transmitida por água e alimentos contaminados, e a Leptospirose. Por outro lado, algumas outras características das comunidades, como a alta densidade e a precariedade habitacional, conforme se verá no item sobre uso e ocupação do solo, podem contribuir para os casos de tuberculose e dengue, relevantes neste distrito sanitário.

Outras doenças como AIDS e as Hepatites B e C estão associadas a outros comportamentos de riscos, como o uso de drogas injetáveis e as relações sexuais sem proteção. Segundo relatos de campo, próximo a AID do empreendimento, assim como em boa parte do centro histórico de Salvador, em função do processo histórico de degradação e abandono da área, assim como de fatores mais complexos, melhor analisados mais abaixo, há áreas onde se reúnem dependentes químicos, além de áreas de prostituição.

No que concerne aos novos projetos da Bahia Marina, objeto desse licenciamento, não devem impactar a prevalência dessas doenças nas comunidades localizadas na AID, a menos que contribuam para atrair ainda mais densidade para a região, o que não é provável, já que as doenças estão associadas a dimensões bastante estruturais dos municípios de Salvador e da região do Centro Antigo da cidade.

5.3.1.3. Infraestrutura básica e de serviços

Caracterizar as condições gerais de infraestrutura de serviços públicos na área de influência direta, bem como descrever as demandas em relação a serviços de educação, saúde, segurança, transporte, energia elétrica, comunicação, abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, coleta e disposição de resíduos sólidos.

Conforme observado no item acima, a Área de Influência Direta apresenta uma grande estratificação em relação ao padrão construtivo e infraestrutura de serviços, sendo integrada tanto por comunidades consideradas subnormais, como por empresas e escritórios de alto padrão. As partes constituídas pelas comunidades da Gamboa de Baixo e Solar do Unhão apresentam infraestruturas deficientes em relação às vias de acesso e saneamento. Embora o abastecimento de água seja considerado bom pelos moradores, o serviço de esgotos é insuficiente e são visíveis vazamentos no sistema.

**QUADRO 5.3.1-6 - Avaliação da Infraestrutura de serviços.**

Avaliações	Transporte	Saúde	Educação	Segurança	Saneamento
Péssimo	34,1	29,3	23,2	42,7	6,1
Ruim	11,0	7,3	7,3	14,6	1,2
Regular	15,9	19,5	24,4	19,5	17,1
Bom	26,8	33	36,5	15,9	45,1
Ótimo	8,5	8,5	3,7	2,4	25,6
Sistema	3,7	2,4	4,9	4,9	4,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Score ⁵	1,63	1,84	1,9	1,17	2,87
Desvio Padrão	1,434	1,400	1,265	1,242	1,036

Fonte: Pesquisa de Campo.

A avaliação dos moradores das comunidades é negativa para quase todos os aspectos com exceção do saneamento, por conta do abastecimento de água considerado bom. A coleta de lixo é irregular. Em algumas áreas existem coleta e varrição e em outras, como na Gamboa de Baixo, não há coleta de lixo domiciliar.

A avaliação do saneamento também obteve a menor variação em torno da média, indicando uma maior homogeneidade nas respostas. Depois de saneamento, os melhores scores foram para a educação.

Os serviços de fornecimento de energia elétrica domiciliar atende todos os domicílios. As comunidades e vias de circulação contam com iluminação pública.

Na área do comércio, a infraestrutura de serviços é considerada boa, com abastecimento de água, esgotamento sanitário, iluminação pública, transporte e segurança adequados. O Centro conta, ainda, com um setor de serviços bem desenvolvido com bancos, comércio, correios e instituições de ensino superior e de qualificação profissional.

QUADRO 5.3.1-7 - Demandas da população das comunidades do entorno.

Demandas por:	Porcentagem	Porcentagem válida
Segurança	38,1	41,6
Lazer	19,0	20,8
Educação	14,4	15,5
Emprego	3,6	3,9
Saúde	7,1	7,8
Transporte	9,5	10,4
Não respondida	8,3	-
Total	100,0	100,0

n=95

Fonte: Pesquisa de Campo

Entre as demandas da população entrevistada na área do entorno (AID) é mencionada também a questão do Lazer, em 20,8% das respostas. As principais atividades de lazer estão ligadas à praia, apontada por 90% dos moradores. O jogo de futebol aparece em

⁵ As pontuações variam de 0 (Péssimo) a 4 (Ótimo).

segundo lugar, com apenas 6,0% das respostas, devido à falta de espaço para a prática. Demanda por áreas para atividades culturais envolve 3,6% das respostas.

5.3.2. Dinâmica Econômica

5.3.2.1. Estrutura produtiva e de serviços

Apresentar os seguintes indicadores para a Área de Influência: PEA, taxa de desemprego municipal, índices de desemprego.

Avaliar a disponibilidade e qualificação da mão de obra local com potencial de contratação para instalação e operação do empreendimento, considerando a população do entorno do empreendimento.

A taxa de desemprego é o mais citado indicador da conjuntura econômica para avaliar as condições de funcionamento do mercado de trabalho. Essa taxa permite aferir a proporção da mão de obra disponível não utilizada na atividade econômica. As variações desse indicador são condicionadas por diversas forças, dentre as quais se sobressaem o tempo de duração do desemprego. A intuição econômica sinaliza que, quanto maior o tempo de desemprego de um determinado indivíduo, menor sua chance de sair da condição em que se encontra.

O estoque de desemprego é um passivo social que pode estar distribuído de forma equitativa ou extremamente desigual. A análise da estrutura do desemprego é fundamentalmente uma análise de como este passivo social encontra-se distribuído. Antes de elucidar sobre as informações dos quadros abaixo, cabe um breve conceito e notas metodológicas⁶.

A População em Idade Ativa (PIA) corresponde à população com 10 ou mais anos e a População Economicamente Ativa (PEA) corresponde à parcela da PIA ocupada ou desempregada. Sendo assim, de acordo com o **QUADRO 5.3.2-1** a seguir, no ano de 2013, a RMS apresentou uma taxa média de participação na relação PEA/PIA de 59,5%. Este fato é justificado no boletim mensal da PEDRMS (dez, 2013), no qual afirma que o contingente de desempregados cresceu em 5 mil pessoas, devido à saída de mil pessoas do mercado de trabalho e à relativa estabilidade do contingente de Ocupados (-6 mil). Essa taxa de 2013 foi inferior em relação a 2012 em 0,9 pontos percentuais (p.p.). No que diz respeito ao desemprego total (DES/PEA), conforme quadro abaixo, a taxa foi de 16,9% em dezembro e a taxa média em 12 meses de 18,4%.

Segundo o Boletim mensal da PEDRMS (dez, 2013), em relação a dezembro de 2012, a taxa de desemprego total apresentou pequeno aumento, ao passar de 16,6% para os atuais 16,9% da PEA. O

⁶ A PEDRMS tem como unidade amostral o domicílio da área urbana dos 10 municípios que a compõem: Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz. Estes municípios estão subdivididos em 17 distritos, 22 subdistritos, 165 zonas de informação (ZI) e 2.243 setores censitários (SC). A metodologia de sorteio produz uma amostra equiproporcional em dois estágios, sendo os SC sorteados dentro de cada ZI e os domicílios dentro de cada SC. As informações de interesse da pesquisa são coletadas mensalmente, através de entrevistas realizadas com moradores de 10 anos de idade ou mais, em aproximadamente 2.500 domicílios, que representam uma fração amostral de 0,35% do total de domicílios da RMS. Em alguns casos, a significância pode atingir o âmbito municipal.



crescimento da taxa de desemprego total deveu-se exclusivamente à taxa de desemprego aberto⁷, que passou de 11,4% para 12,4%, já que a de desemprego oculto⁸ diminuiu no período, passando de 5,2% para 4,5%.

QUADRO 5.3.2-1- Estimativas da população total e economicamente ativa, taxas globais de participação e de desemprego total região metropolitana de Salvador 2013-2014.

Mensal	Taxas (%)		População Total (1)
	Participação (PEA/PIA)	Desemprego Total (DES/PEA)	
Jan-2013	60,6	17,3	3.557
Fev	60,0	18,6	3.561
Mar	60,2	19,7	3.565
Abr	59,2	20,2	3.569
Mai	58,8	19,7	3.573
Jun	58,3	19,1	3.577
Jul	58,9	18,7	3.581
Ago	59,7	18,2	3.585
Set	60,3	17,8	3.589
Out	59,8	17,1	3.593
Nov	59,6	16,9	3.597
Dez	59,1	16,9	3.601
Jan-2014	59,7	17,0	3.605
Fev	59,6	17,7	3.609
Mar	59,4	17,7	3.613
Variação Mensal (%)			
Mar-2014/Fev-2014	-0,3	0,0	
Variação no Ano (%)			
Mar-2014/Dez-2013	0,5	4,7	
Variação Anual (%)			
Mar-2014/Mar-2013	-1,3	-10,2	

(1) Em 1000 pessoas. (2) Base: média de 2000 = 100.

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

Ao observar o quadro abaixo, verifica-se o aumento no nível de ocupação (4,9%) se deu em todos os setores de atividade econômica pesquisados. Entre estes, o aumento mais expressivo foi verificado no setor de Serviços (43 mil pessoas), seguido do Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (14 mil), da Construção (11 mil) e da Indústria de transformação (2 mil).

⁷ Pessoas que procuraram trabalho de modo efetivo nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias.

⁸ (I) por trabalho precário: pessoas que realizam de forma irregular, ou seja, em caráter ocasional e eventual, algum trabalho remunerado (ou pessoas que realizam trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes) e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram até 12 meses atrás; (II) por desalento: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas procuraram efetivamente nos últimos 12 meses.



QUADRO 5.3.2-2- Estimativas da ocupação por setor de atividade – RMS 2011-2012.

Setores	Estimativa (em mil pessoas)		Var. absoluta (em mil pessoas) 2012/2011	Var. relativa (%) 2012/2011
	2011	2012		
Total	1.442	1512	70	4,9
Ind. Transformação	130	132	2	1,5
Construção	133	144	11	8,3
Comércio e reparação de veículos	275	289	14	5,1
Serviços	864	907	43	5,0

Fonte: PEDRMS.

No caso de uma análise por posição ocupacional, observa-se que em 2012 houve um ganho de 5,8% no contingente de assalariados, o que representa 56 mil pessoas. Este resultado deve-se, exclusivamente, ao aumento no setor privado (70 mil ou 8,8%), já que no setor público houve redução (13 mil ou 7,8%) (**QUADRO 5.3.2-3**).

No segmento privado, o assalariamento com carteira de trabalho assinada cresceu (63 mil ou 9,3%), intensificando o desempenho positivo observado nos anos anteriores. Já o assalariamento sem carteira assinada, sai de uma trajetória de cinco anos consecutivos de declínio e volta a aumentar em 2012 (7 mil ou 6,0%). O nível de emprego elevou-se para os trabalhadores autônomos (10 mil ou 3,3%) e para os trabalhadores domésticos (7 mil ou 5,9%), enquanto reduziu para os empregadores (2 mil ou 5,4%) (**QUADRO 5.3.2-3**).

QUADRO 5.3.2-3 – Estimativa do número de ocupados, segundo posição na ocupação - RMS2011 – 2012.

Setores	Estimativa (em mil pessoas)		Var. absoluta (em mil pessoas) 2012/2011	Var. relativa (%) 2012/2011
	2011	2012		
Total de ocupados	1.442	1.512	70	4,9
Assalariados total	963	1019	56	5,8
Setor privativo	795	865	70	8,8
com carteira assinada	678	741	63	9,3
sem carteira assinada	117	124	7	6,0
Setor público	167	154	-13	-7,8
Autônomos	300	310	10	3,3
Empregadores	37	35	-2	-5,4
Empregadores domésticos	118	125	7	5,9

Fonte: PEDRMS.

Quanto ao rendimento médio real, no ano de 2012, houve um decréscimo tanto para os ocupados (3,8%), como para os assalariados (4,1%). Em termos monetários, a remuneração média dos ocupados na RMS passou a equivaler a R\$ 1.071,00 e a dos assalariados, a R\$ 1.175,00 (**QUADRO 5.3.2-4**). O único setor que apresentou variação positiva de 2012 em relação a 2011 foi o dos empregadores domésticos, com alta de 9,2%. Os demais registraram quedas, sendo as mais acentuadas no setor privado, na categoria sem carteira assinada, e no setor empregadores, -4,7% e -5,1%, respectivamente.



QUADRO 5.3.2-4- Rendimento médio real dos ocupados segundo posição de ocupação – RMS 2011-2012.

Setores	Estimativa (em mil pessoas)		Varições (%)
	2011	2012	2012/2011
Total de ocupados	1.113	1.071	-3,8
Assalariados ⁽¹⁾	1.225	1.175	-4,1
Setor privado	1.070	1.046	-2,2
Com carteira assinada	1.135	1.113	-1,9
Sem carteira assinada	674	642	-4,7
Setor público	2.002	1.959	-2,1
Autônomos	807	797	-1,2
Empregadores	2.962	2.812	-5,1
Empregadores domésticos	478	522	9,2

Fonte: PEDRMS

⁽¹⁾ Inclusive os assalariados que não sabem o tipo de empresa em que trabalham.

A **FIGURA 5.3.2-1** abaixo apresenta a evolução através de índices do emprego, do rendimento médio real e da massa de rendimento. No ano de 2013, em comparação com o ano anterior, a massa de rendimentos reais cresceu 2,9%, o emprego apresentou uma leve taxa de crescimento 0,9% e o rendimento médio real, alta de 2,8%. Percebe-se que ao longo da trajetória a massa de rendimento acompanha a evolução do emprego gerado na RMS.

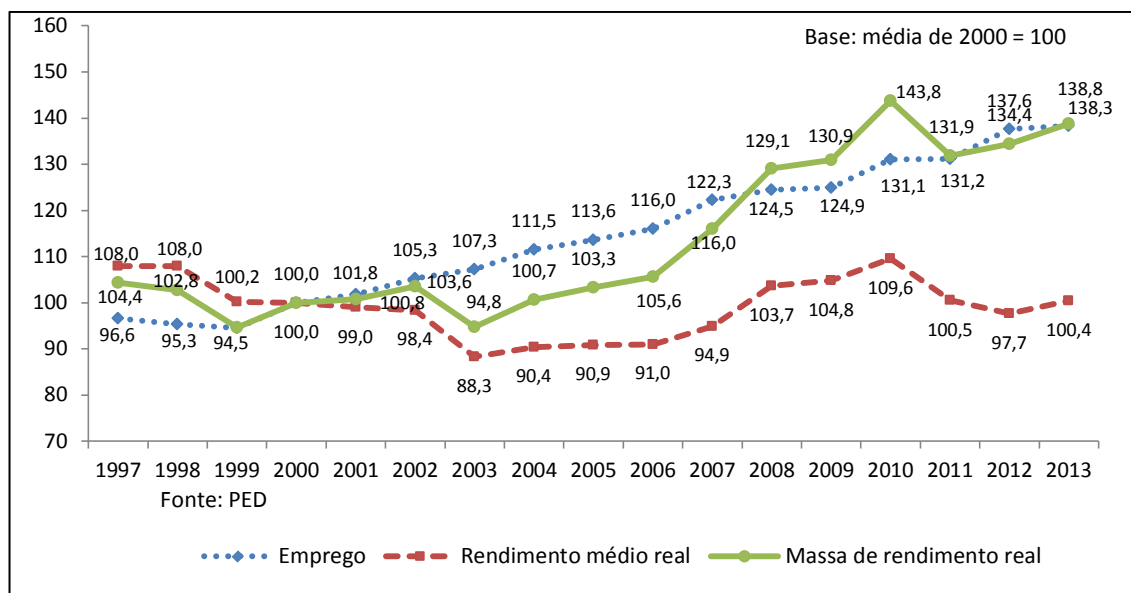


FIGURA 5.3.2-1 – Índices do emprego, rendimento médio real e massa de rendimento - RMS, 1997 – 2013.

No acumulado do ano de 2013, segundo as informações do CAGED/MTE, Salvador registrou um saldo positivo de 16.907 novos empregos gerados, resultado da diferença entre admissões e desligamentos. O saldo da cidade foi proveniente do setor de Serviços, que criou 6.815 postos de trabalho, logo em seguida do setor de Construção Civil, que gerou 6.317 postos e Indústria de Transformação com 1.966 novos postos. A capital baiana contribuiu com 87% do saldo gerado em toda RMS (total de 19.383 novos postos). Isso comprova a importância e pujança desse município no quesito geração de



emprego. Assim, manteve seu posto de principal município gerador de empregos do estado. Em relação ao ano de 2012, houve aumento de cerca de 10%, haja vista que, em 2012, foi registrado um saldo de 15.167 postos de trabalho, contra 16.907 novos postos gerados em 2013. O município de Salvador hoje apresenta as melhores oportunidades de emprego (aumento do rendimento) nas atividades de comércio e da construção civil. De acordo com o boletim anual do CAGED (2013), em 2012, a RMS foi responsável pela criação de 17.286 postos de trabalho, o equivalente a 39,8% do total de postos abertos no estado (+43.423 postos). No mesmo período, o interior do estado foi responsável pela geração de 26.137 empregos com carteira assinada, correspondendo a 60,2% dos postos celetistas. Já no ano de 2013, dos 51.270 empregos criados no estado, 34,3% dos postos do emprego total foram gerados pela RMS e o interior gerou 65,7% dos empregos criados no estado (**QUADRO 5.3.2-5**).

QUADRO 5.3.2-5 – Saldo de emprego celetista por setor de atividade econômica - Bahia, RMS, Salvador – 2013.

IBGE-Setor	jan/13	fev/13	mar/13	abr/13	mai/13	jun/13	jul/13	ago/13	set/13	out/13	nov/13	dez/13	Total
RMS	1.433	1.747	2.059	4.478	2.168	365	-421	4.541	4.757	-1.145	4.699	-5.298	19.383
1 - Extrativa mineral	5	30	-3	-7	-13	-16	12	-3	9	-10	-6	-1	-3
2 - Indústria de transf.	604	224	243	5	653	-3	409	375	659	330	-199	-592	2.708
3 - Serviços Ind. de Utilid. Púb.	182	315	-452	270	74	-61	-24	-85	147	543	169	-15	1.063
4 - Construção Civil	641	-479	2.155	1.569	708	-36	947	853	2.205	-2.027	175	-1.883	4.828
5 - Comércio	-737	-548	-915	-139	553	-536	-379	340	1.325	655	2.594	-492	1.721
6 - Serviços	913	2.105	1.050	2.598	12	986	-1.758	2.850	356	-473	2.730	-2.543	8.826
7 - Administração Pública	-184	10	-11	124	77	22	327	184	-29	-59	-772	338	27
8 - Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca	9	90	-8	58	104	9	45	27	85	-104	8	-110	213
Salvador	260	257	717	4.469	3.076	1.090	912	4.346	2.798	-1.478	5.355	-4.895	16.907
1 - Extrativa mineral	3	26	3	-6	1	-6	8	2	-1	-6	-3	-1	20
2 - Indústria de transf.	186	-27	346	95	137	10	273	350	462	74	190	-130	1.966
3 - Serviços Ind. de Utilid. Púb.	224	321	-442	277	80	-7	-15	-101	100	26	70	5	538
4 - Construção Civil	139	-718	786	2.037	741	446	1.178	2.077	229	-877	1.563	-1.284	6.317
5 - Comércio	-688	-523	-533	-187	433	-388	-206	219	768	208	1.967	-304	766
6 - Serviços	384	1.189	568	2.186	1.549	1.015	-656	1.624	1.220	-786	1.588	-3.066	6.815
7 - Administração Pública	18	-26	16	24	12	0	324	178	-21	-51	-7	-10	457
8 - Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca	-6	15	-27	43	123	20	6	-3	41	-66	-13	-105	28

Fonte: MTE-CAGED.

Notas: Dados contam com o ajuste das declarações realizadas fora do prazo.



Desagregando-se o setor de Serviços em subsetores de atividade, observa-se que o subsetor de Serviço de alojamento e alimentação teve uma participação significativa, com a geração de 11.592 empregos em 2013, o que corresponde a 61% do total do setor. A Construção civil ocupou o segundo lugar em 2013, no *ranking* que classifica os setores de acordo com os saldos anuais, com 6.317 postos de trabalho, rerepresentando uma melhora ante os empregos gerados em 2012.

Por se tratar do grande município que é a capital baiana, a dinâmica do mercado de trabalho (levando em consideração a disponibilidade e qualificação da mão de obra local) absorverá facilmente a contratação de pessoal qualificado para instalação e operação do empreendimento. Através do saldo de emprego celetista por setor de atividade econômica do CAGED, pôde-se observar que a construção civil, tanto na RMS quanto em Salvador, é a segunda atividade que mais gerou empregos em 2013.

5.3.2.2. Atividades Produtivas da população do entorno

Apresentar e caracterizar a estrutura produtiva e serviços exercidos nas Áreas de Influência Direta: tipo e aspectos da produção, nível tecnológico; aspectos da economia informal; e redes de escoamento da produção

Os 417 municípios baianos apresentam características econômicas bastante diferenciadas. Entre eles estão aqueles com base econômica predominantemente agropecuária, outros com forte presença de indústrias e outros com preponderância do setor de serviços. Essas características, por si só, já permitem entender que, a depender da importância que cada setor assume na economia do município, eles poderão gerar diferentes repercussões na evolução e tamanho do PIB municipal.

Através do **QUADRO 5.3.2-6** abaixo, pode-se avaliar a estrutura setorial de Salvador por meio do Valor Adicionado (VA). Constata-se que o setor de serviço é o que apresenta a maior importância dentre os grandes setores e seu montante é da ordem de R\$ 27 bilhões, concentrando 83% da economia e 29% em relação ao total do estado. Essa característica demonstra a magnitude da capital baiana e o tamanho do seu comércio, haja vista que nessa AID localiza-se o centro financeiro, empresarial e comercial de Salvador, além da forte presença da economia informal. Do mesmo modo que ocorre nos pequenos municípios, onde o predomínio da Atividade Pública (APU) prevalece, em Salvador seu peso é bem expressivo, algo em torno de 12%, ficando atrás do setor industrial em 3,1 pontos percentuais (p.p.). Hoje a economia da capital é fortemente atrelada às atividades de comércio e administração pública. Já o setor agropecuário, dentro do município, pesa apenas 0,2%, mostrando a pouca contribuição dessa atividade no município em estudo.



**QUADRO 5.3.2-6- PIB Municipal Valor Adicionado por
setor e administração pública Salvador 2011.**

Municípios	Valor Adicionado (R\$ milhões)			Valor Adicionado APU (R\$ milhões)
	Agropecuária	Indústria	Serviços (1)	
Bahia	10.398,64	36.649,06	92.676,53	25.308,49
Salvador	16,78	5.477,35	27.022,15	3.845,30

Fonte: SEI / IBGE

(1) inclui APU (Administração Pública)

Nota: Dados sujeitos a retificação

A RMS é a principal região econômica e demográfica do estado da Bahia, concentrando mais de 55% do Produto Interno Bruto (PIB) baiano e 25% da sua população. Salvador, capital do estado e município símbolo dessa região, é o mais importante centro urbano, onde exerce incomparável papel polarizador. A RMS é uma região com forte papel complementar à matriz industrial brasileira, pela sua especialização na produção de insumos industriais, principalmente químicos e petroquímicos. É também responsável por aproximadamente 68% das exportações e importações demandadas pelo estado da Bahia e, passam por seus portos, 3% da corrente do comércio do país.

A caracterização de Salvador, pela ótica do PIB, revela um valor de R\$ 38 bilhões sendo responsável por 24% do PIB do estado em 2011. Em referência aos valores do PIB *per capita*⁹, ou seja, o valor total da produção dividido pela população residente do espaço em questão nota-se que Salvador apresenta uma renda *per capita* de R\$ 14 mil reais, valor este superior ao estado em quase R\$ 3 mil reais (**QUADRO 5.3.2-7**).

**QUADRO 5.3.2-7 – PIB Municipal Imposto sobre produto, PIB
e per capita Bahia, salvador – 2011.**

Municípios	Impostos Sobre Produtos (R\$ milhões)	PIB (R\$ milhões)	PIB Per Capita (R\$1,00)
Bahia	20.144,39	159.868,62	11.419,63
Salvador	6.303,25	38.819,52	14.411,73

Fonte: SEI / IBGE

Ao focar as informações do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE/IBGE), observa-se que a capital baiana apresenta forte concentração na atividade de comércio com elevado número de unidades locais, acima de 24 mil. Essa quantidade representa 19% em relação ao total do estado. A segunda atividade de maior destaque quanto ao número de empresas fica por conta da construção civil (nos últimos anos é o setor de atividade econômica que sempre apresenta taxas de crescimento positivas no Valor Adicionado), e sua participação em relação ao estado é superior a 30%, fato que pode ser evidenciado com as grandes obras públicas feitas na capital baiana nesses últimos 5 anos, gerando emprego e renda para a população (**QUADRO 5.3.2-8**).

⁹ Estes valores do PIB e PIB per capita não representam uma distribuição equitativa da riqueza. Esse indicador per capita é usado com frequência, seguindo a ideia de que a população local se beneficiaria com um aumento na produção de alguma atividade econômica. O fato é que o PIB não considera o nível de desigualdade de renda, e logo o PIB per capita não é uma medida de renda pessoal.


QUADRO 5.3.2-8 – Unidades locais por seção e divisão da classificação de atividades 2012.

Município	Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0)	Número de unidades locais (Unidades)
Salvador - BA	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	112
	Indústrias extrativas	52
	Indústrias de transformação	2.381
	Construção	2.863
	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	24.772
	Alojamento e alimentação	4.332
	Informação e comunicação	1.215
	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	1.423

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas.

Observa-se na AID uma forte presença das atividades de comércio, construção, atividades imobiliárias, alimentação e serviços pessoais e domésticos, o que acarreta aumento da participação na estrutura produtiva de Salvador, tanto em termos de número de estabelecimentos quanto em termos de ocupação. Desta forma, entende-se que, em termos absolutos, tanto o número de estabelecimentos quanto o de trabalhadores do chamado setor terciário cresceram entre 2000 e 2013, exceto nas atividades financeiras, pois não é possível afirmar que haja uma tendência de orientação da estrutura produtiva da RMS na direção dos chamados serviços avançados.

Todo tipo de ampliação ou/e instalação de empresas (pequena, média e de grande porte), seja ela na capital ou em municípios menores, proporciona melhorias em infraestrutura, aquecimento da economia local com a geração de emprego, maior arrecadação ao município, melhoria na qualidade de vida etc., proporcionando, dessa forma, um crescimento e desenvolvimento econômico para o município. Além disso, diminuem as desigualdades sociais e econômicas, principalmente, no que tange a distribuição de renda, a exclusão, discriminação social, desemprego, pobreza e violência.

A Metrópole Salvador é o centro de produção de serviços diversificados. É polo de poder político regional, abrigando organizações governamentais e centros de decisão de grandes e médias empresas. É centro de comércio nacional e internacional e de atividades de serviços de diversos tipos, tanto daquelas que produzem para o consumo pessoal, quanto daquelas que fornecem insumos intangíveis para empresas. É, também, polo de educação superior e de produção de arte, cultura e entretenimento. Dessa forma, é ainda centro turístico e, particularmente, de turismo de negócios.

Os tipos e aspectos da produção de Salvador, mais especificamente na AID, firma-se sobre condições do setor de serviços, área na qual predomina uma forte vocação das atividades do comércio e das instituições financeiras.

A dominância econômica de Salvador ressalta o aparente contrassenso das tendências de dispersão das atividades econômicas. A necessidade de integração ao sistema requer acesso a um conjunto de serviços especializados, que reforçam a importância dessa concentração. Então, a consolidação e a expansão de diversificado conjunto de atividades, conforme observados na AID, contribuem para a sua base econômica urbana, sob a forma de serviços que adquirem características gradualmente avançadas, o que posiciona Salvador num papel estratégico.

Segmentos como construção civil, atividades imobiliárias, alimentação, comércio e serviços pessoais foram aqueles que apresentaram expressivos aumentos, tanto no incremento de novas empresas como no estoque de trabalho. As atividades de construção e imobiliárias apresentaram crescimento que se deveu, sobretudo, ao *boom* verificado neste mercado a partir da segunda metade dos anos 2000.

No que concerne ao fator tecnológico, que tem dupla ação sobre a oferta e demanda de trabalho, a primeira situação é aquela relacionada à eliminação de postos de trabalho. Nesse caso, a dinâmica do mercado de trabalho no município é afetada por esse fator, sobretudo nos segmentos onde a baixa qualificação e a possibilidade de substituição de mão de obra por equipamentos eletroeletrônicos são mais evidentes. Por outro lado, a tecnologia também atua de forma a dinamizar o mercado de trabalho. Também nos segmentos de equipamentos de transportes e de fabricação de máquinas, a necessidade tecnológica propicia a abertura de novas vagas de trabalho para aqueles que detêm o conhecimento necessário. Nesse caso, o conteúdo tecnológico está diretamente associado à qualificação da mão de obra. Além do setor industrial, a tecnologia pode contribuir e se faz presente em uma série de atividades do setor de serviços, a exemplo daqueles voltados para as empresas e que estão presentes na capital baiana.

Portanto, os segmentos com conteúdo tecnológico contribuem para o crescimento do emprego, pelo menos em algumas atividades específicas. Notadamente, o fator tecnológico é mais visível dentro do segmento industrial e, nesse caso específico, boa parte da mão de obra que será absorvida no empreendimento será qualificada. No entanto, a maior parte do conteúdo tecnológico está associada aos serviços prestados às empresas e, dessa forma, Salvador pode se beneficiar da nova configuração de produção no que concerne à geração de postos de trabalho.

No que diz respeito ao mercado informal, essa informalidade é presente em grandes centros urbanos e Salvador não seria uma exceção à regra. Esse tipo de economia envolve atividades que estão à margem da formalidade, sem firma registrada, sem emitir notas fiscais, sem empregados registrados, sem contribuir com impostos ao governo. Na AID essa prática é bem comum, mesmo sabendo que essa economia não é diretamente observável, ou seja, nenhum agente econômico normalmente situado nesta atividade desejaria ser identificado.

Percebe-se que a economia informal existente na AID não está uniformemente distribuída, porém é predominante o número de camelôs principalmente na área do centro e do comércio. Esse tipo de informalidade agrega valor ao trabalhador se tornando, na maioria das vezes, a única fonte de renda da família. Existe um número muito grande de vendedores ambulantes e em geral são pessoas desempregadas que buscam no mercado informal uma alternativa para sobreviver, vendendo coisas variadas. Apesar desse cenário já fazer parte do cotidiano, ainda surpreende o fato das relações entre ambulantes e Secretária de Serviços Públicos / Fiscalização permanecerem conflituosas.

A informalidade verificada na AID se destaca como importante espaço de ocupação de parte relevante de trabalhadores, antes incorporados ao setor regulamentado da economia. Devido ao limitado crescimento dos setores protegidos e a maior dificuldade de inserção dos homens, chefes de família, e indivíduos com maior nível educacional, no mercado de trabalho metropolitano, ocorre um deslocamento de parte desta população para atividades até então consideradas marginais e reservadas aos mais jovens, no seu



primeiro contato com o mercado de trabalho, ou aos mais idosos, mulheres e indivíduos com baixo nível de qualificação.

É importante frisar que a economia, em qualquer lugar, é caracterizada tanto pela formalidade, quanto pela informalidade, em maior ou menor grau. Dessa forma, parte do contingente de trabalhadores disponíveis que não estão no mercado de trabalho formal é absorvida pelo mercado informal e, assim, mais do que concorrer com o lado formal, a economia contribui para a expansão daquele, na medida em que propicia a geração de renda e, por consequência, a demanda por parte desse contingente de produtos e serviços gerados pela economia formal. Assim, as relações de troca dentro da economia se tornam cada vez mais intensas e necessárias para o crescimento econômico do município. Este é o mecanismo interno que propicia a expansão da economia local.

É bom citar que a informalidade pode ser compreendida por atividades legais e ilegais. As legais são aquelas cujas práticas econômicas são “socialmente aceitáveis”, como por exemplo, omissões de renda, salários, propriedades, lucros, recebimento de salário desemprego ou outra forma de seguridade social. Já as atividades ilegais, observadas na AID (em pequeno número, mas evidente) compõem-se da venda de produtos roubados, da fraude, do contrabando, da produção e distribuição de drogas e outras atividades correlatas.

Por outro lado o crescimento da economia informal pode fornecer fortes incentivos para atrair trabalhadores do setor formal, tendo em vista que de grande parte da renda adquirida na informalidade, uma parcela é imediatamente gasta na economia formal resultando num movimento cíclico com efeito positivo sobre esta.

No que concerne às redes de escoamento, o espaço geográfico é constituído de interações espaciais que representam a composição e complementação interna de uma região/município. Essas se dinamizam ao longo do tempo nas mais diversas escalas. Assim, a compreensão das interações de produção de uma determinada região ou município é viabilizada pelos fluxos de entrada e saída.

A expansão da malha viária de Salvador, iniciada na década de 50, caracterizou-se pela implantação de um sistema de vias arteriais modernas, que redefiniu a organização espacial da circulação na cidade. Assim, entre as décadas de 1950 e 1970 foram construídos amplos sistemas de avenidas, particularmente as de fundo de vale. Além das avenidas de vale, também foram abertas quatro opções de tráfego para a cidade, são elas: a Avenida Suburbana, a Avenida Otávio Mangabeira, a Paralela e sua ligação com a orla marítima. Também são do mesmo processo e fruto das intervenções do governo federal a duplicação da BR-324, a construção da rodovia CIA – aeroporto, na via Parafuso e do Acesso Norte. Essas ações públicas redirecionaram o crescimento de Salvador e a circulação de mercadorias em direção ao vetor norte e para a área do miolo, antes voltado para a Baía de Todos os Santos (BTS) e para o Recôncavo. Paralelamente à expansão da malha viária, foram implantados pelo governo estadual a estação rodoviária e o CAB (Centro Administrativo da Bahia). Tais empreendimentos desempenharam papéis fundamentais no desenvolvimento dessa área, pois redirecionaram e redimensionaram os fluxos da cidade. É importante ressaltar que a falta de infraestrutura nas vias de escoamento da produção dificulta as relações de troca, encarecendo o deslocamento do produtor.



Além da malha viária, e por situar-se de forma privilegiada na Baía de Todos os Santos, Salvador tem como uma das principais características, no sentido de escoamento da produção, a Companhia das Docas do Estado da Bahia, localizada bem próximo da AID, mais especificamente entre a Ponta do Monte Serrat, ao norte e a Ponta de Santo Antônio, ao sul, a cerca de 4 milhas da Barra. O perfil do Porto de Salvador é exportador e se destaca na movimentação de contêineres (alimentos, petroquímicos, pneus, peças automobilísticas, sisal), cargas gerais (granito, siderúrgicos e celulose), granéis sólidos (trigo) e líquidos (asfalto) e também na recepção de cruzeiros marítimos, movimentando assim a economia local através da chegada de turistas na cidade. Além disso, é um dos maiores exportadores de frutas do Brasil, com expressiva participação no comércio exterior. Tem como característica a disponibilidade do cais para 10 navios atracados simultaneamente e apresenta uma frequência média de 62 navios/mês aportados em 2013 (QUADRO 5.3.2-9).

QUADRO 5.3.2-9 – Movimentação de cargas nos Portos de Salvador 2013.

Meses	Espécie De Carga - Em Tonelada						Prod. Líquido		Total Geral	Nº De Navios
	Carga Geral		Granel Sólido		Containerizada					
	Import	Export	Import	Export	Import	Export	Import	Export		
Janeiro	7.963	12.280	7.875	-	89.164	104.162	5.276	-	226.720	65
Fevereiro	2.897	11.004	41.197	-	106.206	109.634	5.289	-	276.227	64
Março	2.263	11.007	31.632	-	111.550	117.458	5.283	-	279.193	69
Abril	2.858	4.212	15.353	-	142.371	128.586	5.251	-	298.631	55
Maio	5.801	22.257	13.109	-	152.651	127.561	3.001	-	324.380	58
Junho	3.177	8.783	35.866	-	135.297	126.927	0	-	310.050	48
Julho	7.635	14.379	34.795	-	154.853	138.274	0	-	349.936	58
Agosto	8.766	11.364	86.610	-	141.670	127.777	5.776	-	381.963	58
Setembro	5.699	11.374	39.389	-	124.919	141.618	0	-	322.999	61
Outubro	4.936	15.089	108.550	-	168.693	161.002	5.224	-	463.494	72
Novembro	3.138	8.891	58.524	-	145.058	167.621	0	-	383.232	73
Dezembro	2.802	7.941	17.000	-	154.529	157.976	0	-	340.248	63
Total	57.935	138.581	489.900	-	1.537.797	1.504.434	35.100	-	3.957.073	744

Fonte: CODEBA, Salvador, 2014.

Mapear e caracterizar a atividade pesqueira na área de influência aquática (direta e indireta), apresentando:

A atividade pesqueira é desenvolvida em ambientes marinhos e estuarinos desde tempos imemoriais. Em países de regiões tropicais, a atividade de pesca tem sido a principal fonte de sobrevivência e de proteínas de diversas populações costeiras (SADOVY 2005)¹⁰. Apesar de todas as mudanças culturais ocorridas desde a revolução industrial, a pesca continua sendo exercida como forma de sobrevivência mesmo em grandes centros urbanos.

Salvador, localizada as margens da Baía de Todos os Santos apresenta uma vocação natural para a realização da atividade pesqueira. Exercida por homens e mulheres que tem na atividade sua principal fonte de renda, Salvador possui uma frota composta por uma grande variedade de embarcações; entre as utilizadas para atividade pesqueira, destacam-se os barcos de convés com casco apresentado quilha denominados de Saveiros, e os botes de madeira, motorizados e não motorizados, que exploram as mais

¹⁰ SADOVY, Y. 2005. Trouble on the reef: the imperative for managing vulnerable and valuable fisheries. Fish and Fisheries.6, 167-185. BIOMONITORAMENTO E MEIO AMBIENTE



diversas áreas de pesca dentro da Baía de Todos os Santos e regiões de mar aberto sobre a plataforma continental adjacente à costa leste do município.

Além da pesca embarcada, Salvador também possui “bancos de moluscos” onde ocorre a coleta manual, também conhecida como mariscagem. Estes bancos estão localizados no subúrbio ferroviário e são fonte de recursos para marisqueiras que realizam a coleta de moluscos como principal fonte de sobrevivência (SEAGRI 1994)¹¹.

No surgimento da cidade de Salvador, na borda leste da Baía de Todos os Santos foi o onde se instalaram as primeiras moradias e edificações da cidade. Neste trecho da cidade, sempre esteve presente uma atividade de pesca artesanal nas localidades da praia da Preguiça, Solar do Unhão e Gamboa. Nos dias atuais, estas localidades continuam sendo identificadas como locais utilizados para o desenvolvimento de atividades de pesca. Dados oficiais do Boletim Estatístico da Pesca Marinha e Estuarina do Litoral da Bahia identificam na borda leste da Baía de Todos os Santos, as localidades da Praia da Preguiça, Gamboa, Contorno/Gamboa como locais de desembarque de pescado (CEPENE, 2006)¹².

Apesar de toda a evolução dos modos de vida urbanos, a atividade pesqueira se mantém viva nos grandes centros, sendo a maneira de sobrevivência de uma população significativa, com cultura e características próprias, que vivem exclusivamente da atividade de pesca, e, em boa parte dos casos, por opção. Muitos permanecem na atividade de pesca por considerarem este modo de vida mais livre, fugindo dos padrões impostos pelo trabalho formal como, por exemplo, os horários fixos e pré-estabelecidos.

Diferentemente, em regiões costeiras estuarinas mais afastadas dos centros urbanos, a ausência de oportunidades e a baixa qualificação para a ocupação dos empregos formais obriga um grande número de pessoas a realizar a agricultura de pequena escala e a pesca artesanal como fonte principal de sobrevivência. Entretanto, é importante ressaltar que, da mesma maneira que ocorre em ambientes mais distantes dos centros urbanos, também, em grandes centros existe um contingente de pescadores que permanecem na atividade por estarem desempregados e pelas dificuldades de inserção no mercado formal, seja por ausência de vagas ou por baixa capacitação.

Outra característica da pesca em centros urbanos é o fato de que os pescadores não moram, necessariamente, próximos aos locais de atracação e desembarque de pescado. Ao longo dos anos, conforme as cidades se modificavam as localidades onde são desenvolvidas atividades de pesca também foram passando por mudanças.

A valorização das áreas costeiras como locais de moradia aumentou os preços dos terrenos, levando a saída dos pescadores de moradias mais próximas dos pontos de desembarque, que migraram para bairros periféricos. Atualmente já existem gerações de pescadores que sempre residiram em locais distantes dos pontos de desembarques onde realizam suas atividades.

Segundo o dicionário Houaiss “comunidade” pode ser definida como população que vive num dado lugar ou região, geralmente ligada por uma vida em comum. Esta definição é

¹¹ SEAGRI, 1994. Perfil do Setor Pesqueiro: Litoral do Estado da Bahia. Bahia Pesca S.A./SEAGRI/Governo da Bahia. Salvador. 75p.

¹² Boletim Estatístico da Pesca Marítima e Estuarina do Nordeste do Brasil – 2006 / Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste – 2006 – Tamandaré, PE: CEPENE, 2006.





facilmente aplicável em regiões afastadas dos centros urbanos, onde os pescadores e marisqueiras normalmente convivem em bairros onde a pesca predomina como principal atividade de trabalho da população adulta.

Entretanto, os “bairros de pescadores” como vistos em cidades menores não são observados em grandes centros urbanos. Neste caso, as residências dos pescadores são pulverizadas em diferentes bairros periféricos, não ocorrendo, portanto, uma convivência fora dos locais de desembarque e de atracação de embarcações. Dessa forma, em cidades grandes, podemos utilizar como ponto de partida para a identificação da comunidade pesqueira os pontos de desembarque de pescado e atracação das embarcações de pesca, já que estes locais se configuram como ponto de encontro e desenvolvimento das relações sociais cuja pesca é atividade em comum daquela população.

Diante do exposto, é apropriado à finalidade de identificar as comunidades de pescadores que atuam na área de influência direta e indireta, utilizarmos como unidade de identificação as próprias localidades de atracação e desembarque, que concentram e reúnem os pescadores.

Áreas de influência para as atividades pesqueiras no âmbito socioeconômico e ambiental

Conforme a definição encontrada no item 4, a Área de Influência Direta (AID), para o Meio Socioeconômico, constitui uma poligonal que se estende do Solar do Unhão até o Mercado Modelo, com limite continental na Avenida Lafayette Coutinho e limite marítimo em 50m mar afora, tendo como base a linha de costa, com exceção da área onde se localiza a Bahia Marina, onde foi considerado como base o contorno do quebra-mar implantado e o Píer D. Esta poligonal foi definida tendo como base as alterações da paisagem, que se dará, basicamente, na área entre o Solar do Unhão e os restaurantes localizados na Bahia Marina.

Já a definição das áreas de influência para os Meios Físico e Biótico foi baseada na interferência do empreendimento no ambiente marinho nas etapas de implantação ou operação. Todas as edificações objetos do presente estudo foram projetadas sobre a área em terra da Bahia Marina, com cerca de 28.000,00 m², formada parte pelo terreno original e parte pelo aterro hidráulico construído na primeira etapa do empreendimento. Apenas no Edifício Comercial existe uma área que potencialmente interfere no meio marinho, decorrente dos pilares situados ao longo da fachada noroeste, correspondendo em projeção a uma faixa de 469,61m², restrita à saia do enrocamento.

Em relação à atividade de pesca serão consideradas como comunidades na área de Influência Direta do empreendimento as comunidades da praia da Preguiça, localizada entre o restaurante Amado e o empreendimento Porto Trapiche, Solar do Unhão e Gamboa. Nestas localidades foi registrada a presença de pescadores residentes em outros bairros de Salvador, incluindo 2 de Julho, Contorno, Barris, Garcia, Garibaldi e Calabar.



a) *Pesqueiros importantes que possam vir a ser afetados pelo empreendimento (como pela intensificação do trânsito de embarcações), e aqueles no entorno do empreendimento.*

Pesqueiros são definidos por Maldonato (1993)¹³ como locais habituais de pesca, escolhidos de acordo com a composição do fundo, profundidade e tipo de pescado normalmente capturado. O conhecimento concreto do ambiente natural possibilita aos pescadores a escolha dos locais mais produtivos para realizarem suas atividades de captura com base em critérios fisiográficos do fundo submarino.

Neste trabalho, os pesqueiros foram classificados de acordo com Nunes (2003)¹⁴ em duas categorias: (i) pesqueiros pontuais, formados por uma feição rochosa (e.g. afloramento rochoso, recife de coral) ou cultural (naufrágios, sucata de carro, galhos etc.) e (ii) áreas de pesca, formadas por conjuntos de feições rochosas e/ou fácies sedimentares específicas (e.g. fundos lamosos; fundos arenosos).

Apesar de todas as obras do empreendimento ocorrer em terra, consideramos como área de influência direta relativa à pesca, a Praia da Preguiça, Solar do Unhão até a comunidade da Gamboa, com limite continental na Avenida Lafayette Coutinho e limite marítimo em 100m mar afora, tendo como base a linha de costa, com exceção da área onde se localiza a Bahia Marina, onde foi considerado como base o contorno do quebra-mar implantado e o Píer D.

Seguindo o princípio da precaução (FAO, 1995)¹⁵, foi realizada uma saída a campo cobrindo uma área mais extensa, com o objetivo de georreferenciar os principais pesqueiros e áreas de pesca localizadas entre a Bahia Marina e a região do Porto da Barra, que foi considerada, com a grande área de entorno da Bahia Marina. Esta saída de campo possibilitou a identificação da frota em atividade, artes de pesca utilizadas e principais usos da área observados no entorno da Bahia Marina.

A saída de campo foi realizada com utilização de um barco de pesca orientado por um mestre de pesca, morador da localidade do Solar do Unhão. Para ajudar a compreensão e detalhamento sobre a frota em atividade foram realizados registros fotográficos das embarcações e dos pescadores durante a atividade de pesca nas áreas marítimas no entorno da Bahia Marina.

Durante a saída de campo foram georreferenciados os principais pesqueiros, no trecho situado entre o quebra-mar do distrito naval até a região do Porto da Barra, sendo identificados 9 pesqueiros pontuais e duas áreas de pesca.

Além do registro das coordenadas geográficas com o auxílio de um receptor GPS foi solicitado ao mestre de pesca que informasse (i) o nome, (ii) tipo de pesqueiro, (iii) profundidade, (iv) tipo de substrato, (v) aparelhos de pesca, (vi) recursos/espécies

¹³ MALDONATO, S. 1994. *Mestres e Mares, Espaço e Indivisão na Pesca Marítima*. Ed Anna Blume, São Paulo – Brasil. 194 p.

¹⁴ NUNES A.S. 2003- *Habitats Essenciais Para os Peixes Explorados Pela Frota "Linheira" do Porto de Santana, Rio Vermelho, Salvador-Bahia – Universidade Federal da Bahia – Instituto de Geociências Curso de Pós-Graduação em Geologia - Dissertação de Mestrado -172 pp.*

¹⁵ FAO. *Precautionary approach to capture fisheries and species Introductions*. Elaborated by the Technical Consultation on the Precautionary Approach to Capture Fisheries (Including Species Introductions). Lysekil, Sweden, 6-13 June 1995.



capturados e seus respectivos hábitos de vida. Estas informações estão sintetizadas no **QUADRO 5.3.2-10**.

QUADRO 5.3.2-10 – Pesqueiros georreferenciados durante saída de campo.

Ponto	Identificação do Pesqueiro	Tipo de pesqueiro	Prof.(m)	Tipo de substrato	Aparelhos de pesca utilizados	Recursos capturados	Hábito de vida das principais espécies capturadas
1	Área de pesca	Área de pesca	12 a 14m	Cascalho e areia	Rede de emalhe	Peixes/ Lagosta	Demersais /Bentônicos
2	Limite norte área de pesca	Área de pesca					
3	Limite sul área de pesca	Área de pesca					
4	Coroa (arribação do Peguari)	Pontual	3 a 4m	Cascalho	Linha de mão/ mergulho	Peixes/ Moluscos	Demersais/ Bentônico
5	Local de atracação Gamboa	Pontual	8m	Areia	Linha de mão	Peixes	Pelágicos/ Demersais
6	Pedra do Pó Branco	Pontual	18m	Pedra	Linha de mão	Peixes	Demersais
7	Limite norte área de pesca	Área de pesca	18m	Cascalho e areia / pedra	Rede de emalhe / Linha de mão	Lagosta/ Peixes	Demersais /Bentônicos
8	Limite sul área de pesca	Área de pesca	18m				
9	Ponta do Santo Antônio	Pontual	4m	Pedra	Linha de mão / mergulho	Peixes	Demersais
10	Ponta de Santa Maria	Pontual	8m	Pedra	Linha de mão / mergulho	Peixes	Demersais
11	Buraquinho do Graçaim	Pontual	18m	Pedra	Linha de mão/ mergulho	Peixes	Demersais
12	Navio	Pontual/ Área de pesca	19m	Naufração	Linha de mão	Peixes	Pelágicos
13	Canal	Pontual	21m	Areia	Linha de mão	Peixes	Demersais
14	Meu só	Pontual Artificial	11m	Pneu, Chapa de carro e galho de aroeira	Linha de mão	Peixes	Demersais
15	Dois Irmãos	Pontual Artificial	12m	Geladeira, Pneu, Galho de aroeira	Linha de mão	Peixes	Demersais

O delineamento espacial dos pesqueiros seguiu as dimensões estimadas pelo mestre de pesca. A descrição dos tipos de substratos e formações encontradas no trecho navegado corresponde às feições fisiográficas que caracterizam toda a borda leste com presença de costões rochosos, encontrando-se diretamente com o mar, conforme pode ser observado na **FIGURA 5.3.2-2** e **FIGURA 5.3.2-3**.

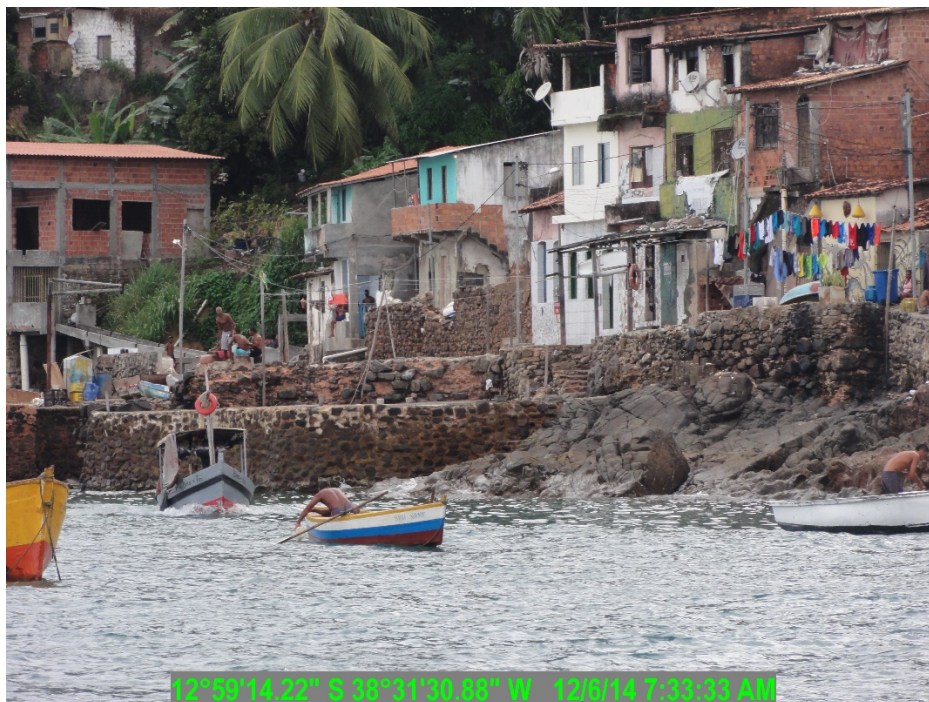


FIGURA 5.3.2-2 – Vista dos costões rochosos presentes na Localidade da Gamboa.



FIGURA 5.3.2-3 – Pier e os Costões rochosos presentes no trecho adjacente ao Corredor da Vitória.

Com o georreferenciamento, estimativa de tamanho e classificação dos pesqueiros, estes foram plotados na **FIGURA 5.3.2-4** onde é possível observar sua distribuição.

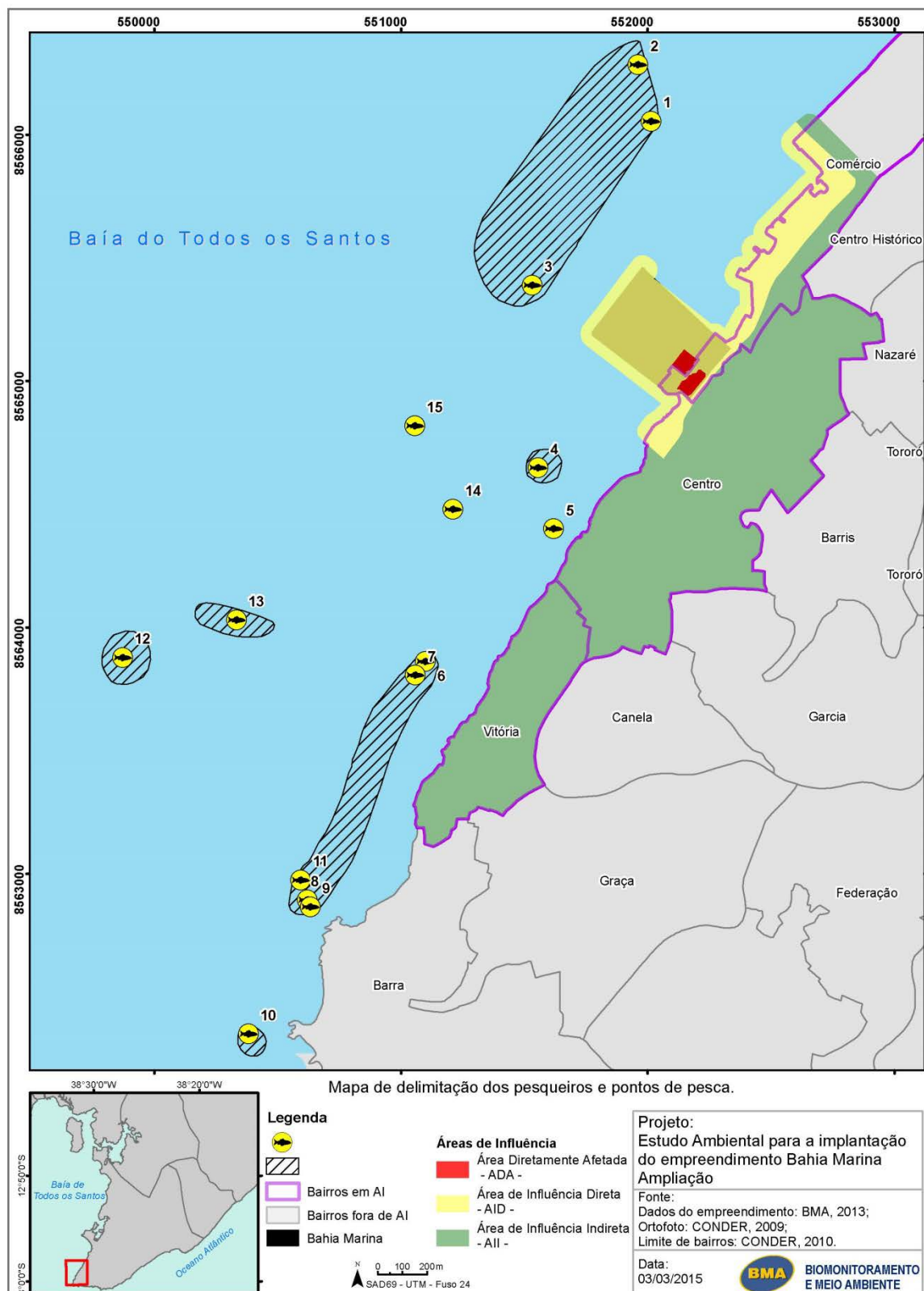


FIGURA 5.3.2-4 – Figura demonstrando os pesqueiros pontuais e áreas de pesca, mapeados durante saída de campo na data de 06/12/2014.

Além da visualização da distribuição dos pesqueiros na imagem de satélite, os pesqueiros georreferenciados foram plotados sobre carta Náutica da marinha N 1.102 (FIGURA 5.3.2-5).

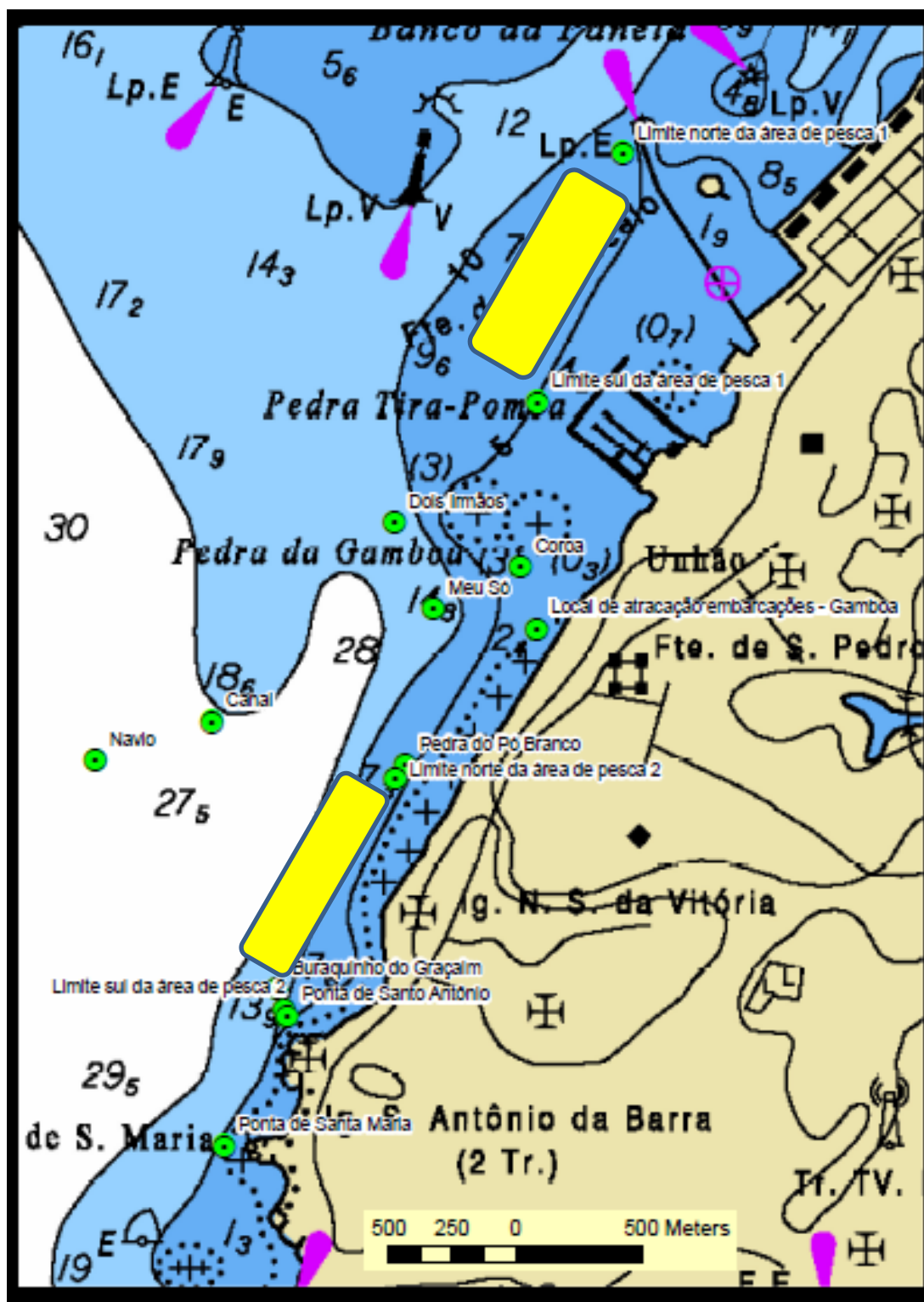


FIGURA 5.3.2-5 – Pesqueiros e áreas de pesca plotados em carta náutica.

A primeira área de pesca identificada está localizada entre o quebra mar do primeiro distrito naval até o limite do quebra mar da Bahia Marina (polígono destacado em amarelo na **FIGURA 5.3.2-5**).

Esta área de pesca é utilizada para a instalação de redes de emalhe para captura de peixes e lagostas **FIGURA 5.3.2-6** e **FIGURA 5.3.2-7**.



FIGURA 5.3.2-6 – Bote de madeira a remo chegando da pescaria na praia da Preguiça.



FIGURA 5.3.2-7 – Pescador da localidade da praia da Preguiça segurando lagostas capturadas na área de pesca próxima à Bahia Marina.

Uma característica desta área de pesca é que os pescadores locais utilizam o quebra mar da Bahia Marina como ponto de referência para sua exata localização. O fundo submarino neste trecho foi identificado pelo mestre de pesca como sendo cascalhoso e arenoso. Entre as comunidades que utilizam esta área, foram identificados como principais usuários os pescadores da Praia da Preguiça, Solar do Unhão e Gamboa.

Seguindo em direção sul da marina também foi identificado uma segunda área de pesca caracterizada pela predominância de um fundo arenoso (polígono amarelo) (**FIGURA 5.3.2-5**). Também nesta área de pesca a rede de emalhe foi indicada como principal aparelho de pesca utilizado, entretanto, nesta área, os recursos alvo são peixes pelágicos e demersais, não sendo mencionada a captura de lagosta. Nesta área foram identificados



como principais usuários os pescadores da Praia da Preguiça, Solar do Unhão, Gamboa, late e Porto da Barra.

Além das duas áreas de pesca, nove pesqueiros pontuais foram georreferenciados, estes terão suas principais características descritas abaixo:

- O Pesqueiro denominado “Coroa” está localizado próximo às comunidades do Solar do Unhão e Gamboa. Este pesqueiro é bastante conhecido devido a uma agregação do molusco gastrópode “Peguari” *Strombus* spp. Essa agregação ocorre entre os meses de junho a agosto. Nesse período as comunidades do Solar do Unhão e Gamboa direcionam suas pescarias para a captura do molusco que é realizada através de mergulho livre. Segundo o mestre de pesca, pequena profundidade do pesqueiro facilita o acesso a este recurso. Segundo suas estimativas, a profundidade varia entre 3 e 4m e o substrato predominante é o cascalho.

Próximo ao pesqueiro “Coroa”, estão localizados outros dois pesqueiros pontuais, “Meu só” e “Dois irmãos”. Estes dois pesqueiros são artificiais e foram “edificados” pelo mestre de pesca que guiou a saída de campo.

- O pesqueiro “Meu só” é formado por pneus, “carcaça” de carro e galhos de aroeira. Este material foi depositado num fundo arenoso para servir como um atrator artificial. A utilização deste pesqueiro ocorre principalmente pelo pescador que o construiu. Apenas eventualmente é utilizado por outros pescadores. Da mesma forma, o pesqueiro “Dois irmãos” é formado por uma “carcaça” de geladeira, pneus e galhos de aroeira. Este pesqueiro também funciona como um atrator artificial e é usado pelo mestre de pesca que realizou a saída de campo; Estes pesqueiros encontram-se em profundidades em torno de 11 e 12m.
 - Os pesqueiros denominados de “Pedra do pó branco”, “Ponta de Santo Antônio”, “Ponta de Santa Maria” e “Buraquinho do Graçaim” foram indicados como sendo formações rochosas de embasamento (“pedras pretas”) e são utilizados por pescadores de diversas localidades tais como: Praia da Preguiça, Solar do Unhão, Gamboa, late, Porto da Barra e alguns pescadores do Rio vermelho. Estes pesqueiros são pontuais e abrigam um grande número de organismos incrustantes tais como esponjas, corais, algas, antozoários, acídias entre outros. Esta cobertura de animais sésseis serve de alimento e abrigo para diversas espécies de peixes e crustáceos. Também nestes pequenos ecossistemas são encontradas espécies de peixes ornamentais que também são alvo de pesca.
- FIGURA 5.3.2-8.**

*Chromis multilineata**Stegastes spp.***FIGURA 5.3.2-8 – Espécies de peixes identificados durante monitoramento da ictiofauna realizado na Bahia Marina como parte do Plano Básico Ambiental.**

Fonte: Programa de Monitoramento dos Ecossistemas aquáticos na Área de Influência do Empreendimento Bahia Marina Aquático Relatório Técnico 9ª Campanha – Setembro de 2014.

- O pesqueiro denominado “Navio” refere-se a um naufrágio localizado na região entre o Forte de Santa Maria e o Farol da Barra. Esta feição cultural costuma agregar uma grande variedade de espécies, pois a complexidade da estrutura proporciona abrigo e alimento para as mesmas. A pescaria realizada no “navio” pelos pescadores do Solar do Unhão e Gamboa é direcionada para espécies de hábitos pelágicos tais como os bonitos, cavalas, bicudas entre outras.
- Por fim, o pesqueiro denominado de “Canal” é um canal submarino, utilizado pelos pescadores para a captura de espécies de peixes demersais. Diversos trabalhos apontam para regiões de canais submarinos como áreas ricas em biodiversidade (TYLER *et al.*, 2009¹⁶; MC CLAIN & BARRY, 2010¹⁷). Nunes (2009)¹⁸ também registra que a presença de canais submarinos parecem determinantes na permanência de diversos peixes demersais na região da Costa do Dendê, pois proporcionam o aumento da complexidade e disponibilidade de refúgios. O pesqueiro “Canal” é frequentado por pescadores da Gamboa, late, Porto da Barra e pescadores do Rio Vermelho.

Após esta descrição, avaliando o empreendimento ora licenciado, podemos deduzir que os pesqueiros georreferenciados já se encontram distantes da marina e, portanto, não serão afetados.

É importante ressaltar, que além destes pesqueiros georreferenciados, o próprio enrocamento da Bahia Marina fornece uma complexidade estrutural no fundo submarino que atrai diferentes espécies de peixes recifais e espécies pelágicas carnívoras. O enrocamento serve, em alguns casos, como pontos de pesca de mergulho e linha de mão, realizadas por pescadores que utilizam pequenas embarcações a remo sediadas na comunidade do Solar do Unhão.

O efeito de “atração” de peixes, influenciados pela presença do molhe, pode ser verificado nos dados coletados em setembro de 2014 para o monitoramento da

¹⁶ TYLER *et al.*, 2009. Europe's Grand Canyon. Nazaré Submarine Canyon. *Oceanography* vol 22. Nº 1.

¹⁷ MC CLAIN & BARRY, 2010. Habitat heterogeneity, disturbance, and productivity work in concert to regulate biodiversity in deep submarine canyons. *Ecology*, 91(4), pp. 964–976.

¹⁸ NUNES A. S. 2009. A utilização da geologia na identificação dos habitats mais adequados para o estabelecimento de áreas marinhas protegidas na Costa do Dendê, Bahia, Brasil. Universidade Federal da Bahia- Instituto de Geociências - Curso de Pós-Graduação em Geologia – Tese de Doutorado – 127 pp.



ictiofauna, como parte do Programa Básico Ambiental que a Bahia Marina realiza (BMA, 2014)¹⁹. Este relatório indica que a estação de coleta de dados localizada na parte externa do molhe da marina (BM-01) apresenta a maior abundância entre as estações amostradas (**QUADRO 5.3.2-11**). Esta maior abundância pode estar relacionada à presença do molhe que propicia abrigo e substratos consolidados para o crescimento de organismos bentônicos.

QUADRO 5.3.2-11 – Índices ecológicos por estação de amostragem da ictiofauna do programa de monitoramento da Bahia Marina.

PONTOS	Riqueza	Abundância	Diversidade	Equitabilidade	Dominância
BM 01	24	545	3,65	0,64	0,19
BM 02	15	171	2,72	0,52	0,34
BM 03	10	106	1,93	0,47	0,54
BM 04	7	49	1,54	0,41	0,64
BM 05	17	185	3,06	0,82	0,12
BM 06	4	6	1,67	0,95	0,27

Fonte: BMA, 2014.¹⁹

b) Número total de pescadores usuários da Área de Influência Direta e Indireta

Conforme já descrito, as comunidades de pesca devem ser consideradas, em grandes centros urbanos, a partir do espaço onde os pescadores realizam suas atividades de trabalho, já que ocorre uma dispersão das moradias dos pescadores, não sendo observados “bairros de pescadores”, mas sim, pontos tradicionais de atracação e de desembarque de pescado, onde ocorrem a congregação de pescadores residentes em diversos bairros.

Como o empreendimento não apresenta nenhuma edificação em ambiente aquático não tendo, portanto, nenhuma interferência direta no ambiente marinho do entorno, será feita uma análise da população de pescadores que estão situados na AID e AII. Esta análise visa identificar quantitativamente o uso deste trecho da linha de costa por comunidades pesqueiras.

Para fins de análise, vamos considerar a população de pescadores e frota sediadas nas seguintes localidades: (i) Praia da Preguiça, localizada entre o restaurante Amado e o empreendimento Porto Trapiche; (ii) Comunidade do Solar do Unhão e (iii) Gamboa (**FIGURA 5.3.2-9 a FIGURA 5.3.2-12**).

¹⁹ Biomonitoramento e Meio Ambiente, 2014. Programa de Monitoramento dos Ecossistemas aquáticos na Área de Influência do Empreendimento Bahia Marina Aquático Relatório Técnico 9ª Campanha – Setembro de 2014.





FIGURA 5.3.2-9 - Vista geral da praia da Preguiça ao lado do restaurante Amado.

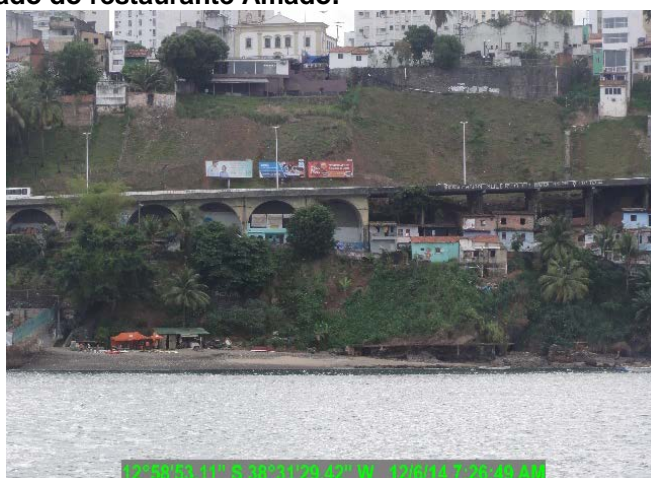


FIGURA 5.3.2-10 – Vista geral da comunidade do Solar do Unhão.

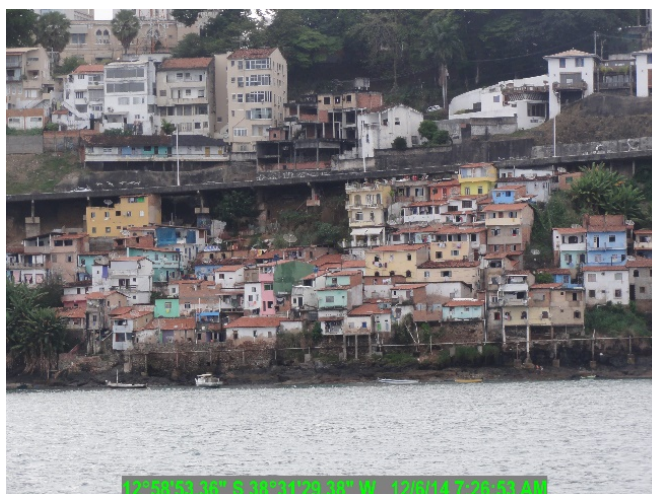


FIGURA 5.3.2-11 – Vista geral da comunidade da Gamboa.

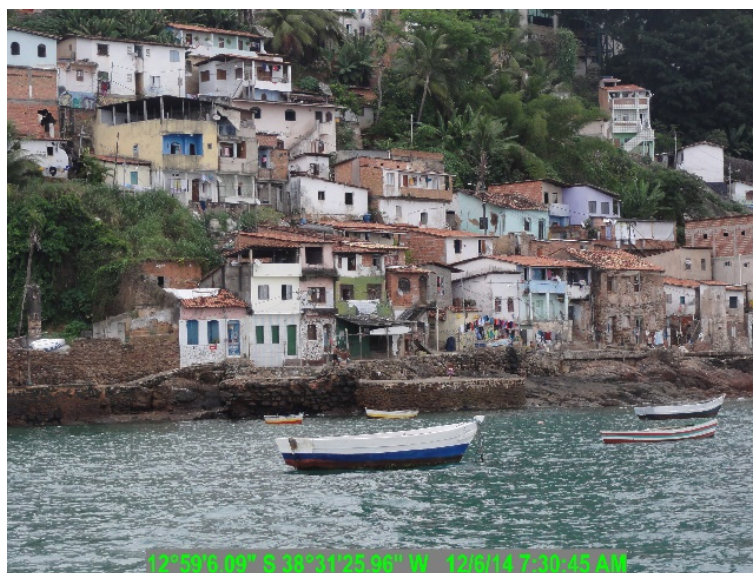


FIGURA 5.3.2-12 – Vista da comunidade da Gamboa.

Para a realização da estimativa do número de pescadores nas localidades acima citadas, foram realizadas duas entrevistas com um mestre de pesca residente na comunidade do Solar do Unhão. A atuação diária na atividade pesqueira possibilita uma melhor compreensão da dinâmica da pesca no trecho estudado e um reconhecimento das pessoas que habitualmente pescam na região.

A ausência de informações oficiais sobre o número de pescadores em cada ponto de desembarque dificulta a análise mais acurada sobre a importância socioeconômica da pesca. A coleta de informações de forma pontual serve apenas como indicador sobre a população atual em atividade, podendo modificar-se rapidamente devido ao dinamismo inerente a pesca.

Durante levantamentos de campo, o mestre de pesca estimou que na localidade da Praia da Preguiça, localizada entre o Restaurante Amado e o empreendimento Porto Trapiche, cerca de 20 pessoas realizam a pesca regularmente. Na localidade do Solar do Unhão/Gamboa, foram identificados cerca de 20 homens vivendo exclusivamente da atividade de pesca e 150 pessoas atuando regularmente, totalizando 170 pessoas trabalhando com pesca.

Dados disponibilizados pela colônia Z-1 registram 70 pescadores na localidade da Gamboa. O dado da colônia deve ser visto com ressalvas já que nem sempre os pescadores estão cadastrados ou contribuem com as mensalidades de maneira a manter em ordem sua documentação de registro. Um exemplo claro são os pescadores sediados na praia localizada entre o restaurante Amado e o empreendimento Porto Trapiche, que realizam a pesca como atividade de sobrevivência, mas não possuem qualquer tipo de registro nos órgãos de fiscalização e fomento do setor pesqueiro.

Durante a saída de campo foi observada a presença de diversos homens na praia utilizando água de origem pluvial. Também foi observada uma moradia com restos de madeira na própria praia (**FIGURA 5.3.2-13** e **FIGURA 5.3.2-14**).



FIGURA 5.3.2-13 – Vista de diversos homens na Praia da Preguiça utilizando água do sistema pluvial.

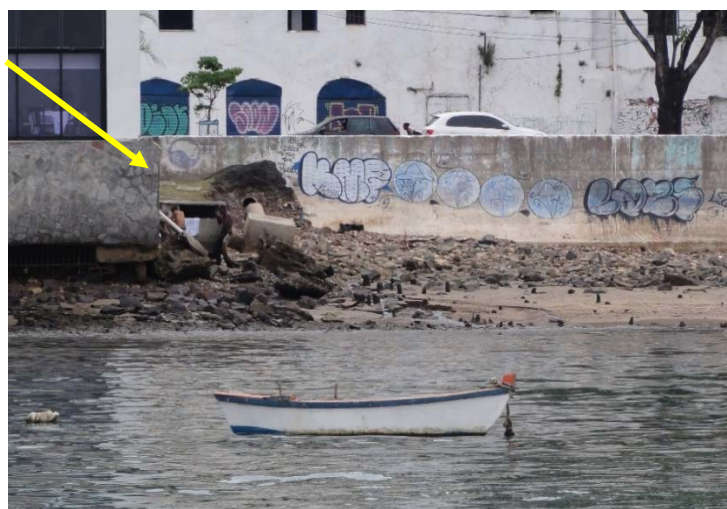


FIGURA 5.3.2-14 – Vista da “moradia” estabelecida na Praia da Preguiça.

Uma estratégia para estimarmos o número de pescadores em uma localidade é observar os recursos explorados e a frota em atividade. Na AID e AII a pesca tem como principais alvos os peixes explorados, principalmente, com redes de emalhe, linha de mão e mergulho livre. Todos estes métodos de pesca requerem o uso de embarcações para serem realizados. Além destes, também existe a pesca direcionada para a captura de peixes ornamentais marinhos, realizada por mulheres da Gamboa, com auxílio de máscara e nadadeiras, que pode ou não utilizar embarcação, e a pesca de tarrafa, que pode ser realizada a partir das pequenas enseadas e afloramentos rochosos das comunidades de Solar do Unhão e Gamboa.

Durante a saída de campo foi contabilizado o número de embarcações por categoria, usando a classificação disponível no Boletim Estatístico da Pesca Marinha e Estuarina do litoral da Bahia (CEPENE 2006)¹². A partir do tipo e tamanho da embarcação, foi considerado o número médio de tripulantes. Para isso, tomamos por base as observações feitas em campo (**FIGURA 5.3.2-15**, **FIGURA 5.3.2-16** e **FIGURA 5.3.2-17**).

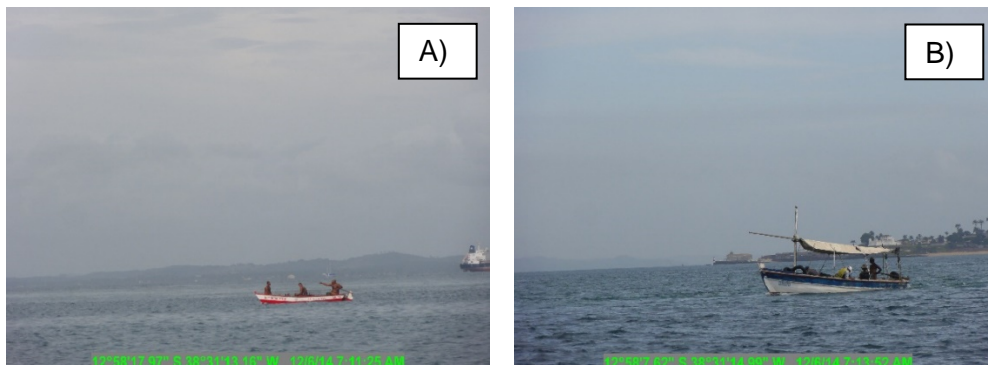


FIGURA 5.3.2-15 – A) Bote de madeira motorizado com três tripulantes. B) Barco motorizado com três tripulantes.

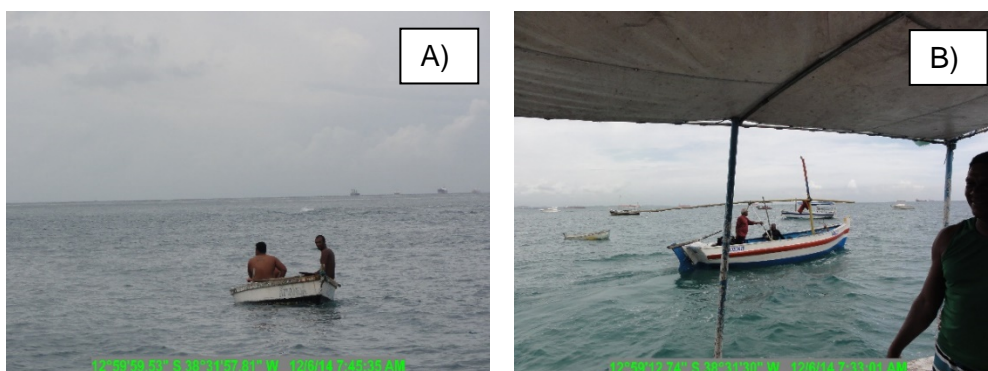


FIGURA 5.3.2-16 – A) Bote de madeira a remo com dois tripulantes. B) Barco motorizado com dois tripulantes.



FIGURA 5.3.2-17 – A) Botes de madeira com dois e três tripulantes. B) Barco motorizado com um tripulante.

Foram contadas as embarcações atracadas na Praia da Preguiça, localizada entre o Restaurante Amado e o empreendimento Porto Trapiche e na área marítima adjacente as localidades do Solar do Unhão e Gamboa. Nestas duas últimas localidades, a contagem das embarcações foi feita de forma unificada, tendo em vista que o ponto de atracação é o mesmo. Para a quantificação do número de pescadores, utilizamos o número médio de tripulantes e o número de embarcações, conforme apresentado no **QUADRO 5.3.2-12** para a Praia da Preguiça e **QUADRO 5.3.2-13** para a localidade do Solar do Unhão/Gamboa.

QUADRO 5.3.2-12 – Número médio de tripulantes estimados por categoria de embarcações atracadas na Praia da Preguiça.

Tipo de embarcação	Quantidade média de tripulantes	Número total de embarcações observadas	Número total estimado de pescadores
Bote a remo ²⁰ com casco de madeira ou fibra	2 Homens	9	18
Bote motorizado ²¹ com casco de madeira ou fibra	2 Homens	5	10
Jangada ²² de Fibra	2 Homens	2	4
Total		16	32

Fonte: Coleta de dados em campo.

QUADRO 5.3.2-13 – Número médio de tripulantes estimados por categoria de embarcações atracadas no Solar do Unhão/Gamboá.

Tipo de embarcação	Quantidade média de tripulantes	Número total de embarcações observadas	Número total estimado de pescadores
Bote a remo com casco de madeira ou fibra	2 Homens	35	70
Bote motorizado com casco de madeira ou fibra	2 Homens	10	20
Jangada de fibra	2 Homens	4	8
Barco motorizado ²³ de madeira	3 Homens	7	21
Barco de convés ²⁴ de madeira ou fibra, motorizados	3 Homens	9	27
Total		65	146

Fonte: Coleta de dados em campo.

Baseados nas categorias, tamanhos, modos de propulsão e o número médio de pescadores por embarcação (**QUADRO 5.3.2-12** e **QUADRO 5.3.2-13**), foi contabilizado para os dois pontos de atracação (Preguiça e Solar do Unhão/Gamboá) o total de 178 pescadores. Este número é condizente com o número estimado pelo mestre de pesca à mesma área, que foi de 170 pessoas trabalhando com pesca.

Visando evitar ao máximo qualquer tipo de subestimação na quantificação dos usuários das áreas marítimas na AID e AII, avaliamos também a frota, considerando o número máximo de tripulante já observado em função do tipo, tamanho e modo de propulsão da embarcação.

Ao utilizar um limite máximo de tripulantes da embarcação como critério para estimativa do número de pescadores, novamente nos baseamos no conceito do “princípio da precaução”, pois utilizando o número máximo de tripulantes só incorremos no risco de superestimação do número de pescadores, o que se revela menos prejudicial do que uma subestimação.

²⁰ Embarcação movida a remo, com casco chato, de pequeno porte, conhecida vulgarmente como catraia, bateira, bote a remo;

²¹ Embarcação a motor, denominado “motor de rabeta” ou motor de popa, com casco de madeira ou fibra, fundo chato, sem quilha, sem convés, sem casaria denominada de canoa, barquinha, bateira, catraia. Comprimento variando entre 5 e 12mts

²² Embarcação a remo/vela/motorizada casco chato, largo, com até 6m de comprimento, construído com tábuas ou fibra em forma de balsa conhecido como balsa, Janga.

²³ Embarcação a motor, com casco de madeira e quilha, sem convés, com ou sem casaria, denominada de barco motorizado, barco a motor.

²⁴ Embarcação motorizada, casco de madeira/fibra, com quilha, com convés e casaria, classificadas em pequeno, médio ou grande. Conhecida vulgarmente como saveiro.



Utilizando este método, foram calculados para a Praia da Preguiça, localizada entre o restaurante Amado e o empreendimento Porto Trapiche, cerca de 48 pessoas trabalhando na atividade pesqueira. Nas localidades do Solar do Unhão e Gamboa foram estimadas 201 pessoas (**QUADRO 5.3.2-14** e **QUADRO 5.3.2-15**) totalizando 249 pescadores nas três localidades.

QUADRO 5.3.2-14 – Número máximo de tripulantes estimados por categoria de embarcações sediadas na Praia da Preguiça ao lado do restaurante Amado.

Tipo de embarcação	Quantidade máxima de tripulantes	Número total de embarcações estimadas	Número total estimado de pescadores
Bote a remo com casco de madeira ou fibra	3 Homens	9	27
Bote motorizado com casco de madeira ou fibra	3 Homens	5	15
Jangada de fibra motorizada	3 Homens	2	6
Total		16	48

Fonte: Coleta de dados em campo.

QUADRO 5.3.2-15 – Número máximo de tripulantes estimados por categoria de embarcações sediadas no Solar do Unhão/Gamboa.

Tipo de embarcação	Quantidade máxima de tripulantes	Número total de embarcações estimadas	Número total estimado de pescadores
Bote a remo com casco de madeira ou fibra.	3 Homens	35	105
Bote motorizado com casco de madeira ou fibra motorizada	2 Homens	10	20
Jangada de fibra	3 Homens	4	12
Barco motorizado de madeira	4 Homens	7	28
Barco de convés de madeira ou fibra, motorizados	4 Homens	9	36
Total		65	201

Fonte: Coleta de dados em campo.

Avaliados o número de embarcações, composição da frota e tripulação máxima observada, foi estimado cerca de 249 pessoas envolvidas na atividade de pesca na região do entorno da Bahia Marina. A diferença entre os números mínimo e máximo estimados foi de 79 pessoas.

Objetivando então a garantia da inclusão de todos os usuários nas AID e AII, vamos assumir o total de 249 pessoas como pescadores usuários das áreas marítimas da região do entorno do empreendimento.

c) Quantos pescadores da área de influência possuem regularização no registro geral da pesca e quantos são beneficiados pelo seguro defeso

Dados informados pelo presidente da Colônia de Pesca Z-1, responsável pelas localidades do Solar do Unhão e Gamboa, existem cerca de 70 pescadores devidamente cadastrados e regularizados na colônia. Entre os beneficiários do seguro-defeso para o camarão, foi informado um total de 60 pescadores.

d) Rotas de pesca no entorno do empreendimento e áreas de atracação de embarcações pesqueiras, incluindo a área inserida no empreendimento.

O empreendimento, objeto deste estudo, realizará alterações dentro do ambiente emerso no terreno da própria Bahia marina. Sendo assim, não existirá nenhum tipo de alteração ou influencia destas obras sobre as rotas de pesca no entorno e áreas de atracação, incluindo a área inserida no empreendimento.

Para fins de análise das rotas de pesca e áreas de atracação de embarcações pesqueiras no entorno do empreendimento, vamos utilizar as mesmas localidades pesqueiras que foram escolhidas para a análise e estimativa de número de pescadores usuários das AID e All: (i) Praia da Preguiça, localizada entre o restaurante Amado e o empreendimento Porto Trapiche; (ii) Comunidade do Solar do Unhão e (iii) Gamboa.

As áreas marítimas localizadas no entorno da Bahia Marina são utilizadas como rotas de navegação para vários tipos de embarcações que utilizam seus serviços, assim como uma frota local sediada na Praia da Preguiça. O quebra mar do 2º Distrito Naval serve como limite físico entre a Bahia Marina e a região do Forte São Marcelo e rampa do Mercado Modelo, conforme pode ser observado na **FIGURA 5.3.2-18**.

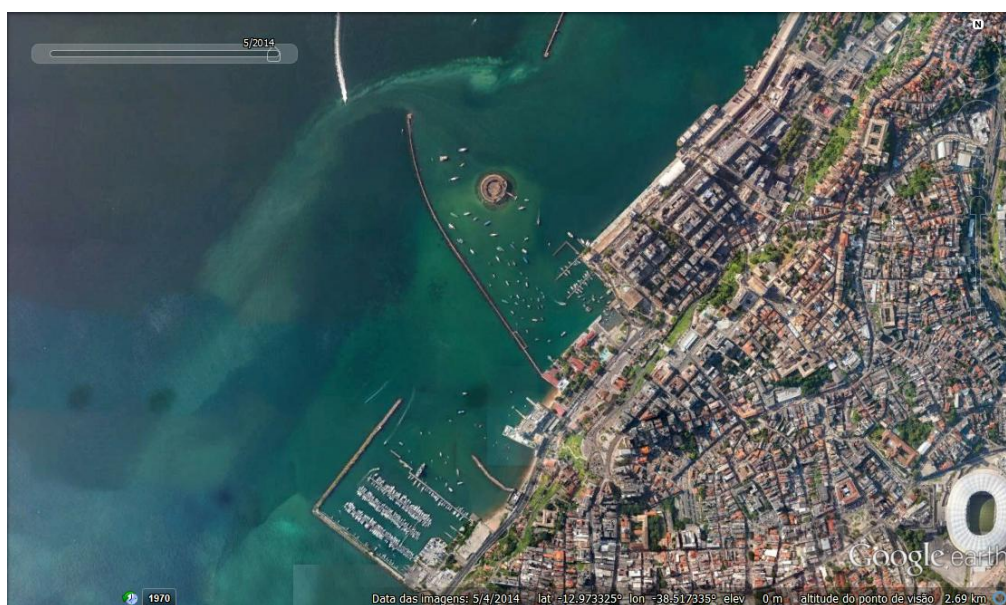


FIGURA 5.3.2-18 – Vista da Bahia Marina localizada ao lado do quebra mar do 2º Distrito Naval de Salvador.

Mais especificamente nas imediações da Bahia Marina, temos diversas instalações portuárias que recebem um grande fluxo de embarcações, com destaque para o 2º Distrito Naval, o Terminal Náutico da Bahia, a Rampa do Mercado (**FIGURA 5.3.2-19** e **FIGURA 5.3.2-20**), incluindo também os píeres dos prédios da Vitória, o late Clube e o Porto da Barra, que juntos abrigam e recebem o fluxo de centenas de embarcações (**FIGURA 5.3.2-21**, **FIGURA 5.3.2-22** e **FIGURA 5.3.2-23**).



FIGURA 5.3.2-19 - Vista das embarcações atracadas próximo ao 2ª Distrito Naval em Salvador.



FIGURA 5.3.2-20 – Embarcações atracadas na Rampa do Mercado modelo ao lado do 2ª Distrito Naval e Terminal Náutico da Bahia.



FIGURA 5.3.2-21 – Vista dos píeres instalados na região adjacente ao corredor da vitória.



FIGURA 5.3.2-22 - Embarcações atracadas no YACHT Club da Bahia.



FIGURA 5.3.2-23- Embarcações atracadas no Porto da Barra e Navios de Carga ancorados ao fundo.

Além disso, devemos levar em conta que, próximo a este trecho está localizado o Porto de Salvador e a zona de fundeio dos navios que a ele se dirigem. Então, por ser uma região de vocação portuária, a área é utilizada diariamente por centenas de embarcações de todos os tipos e portes e a atividade pesqueira desenvolvida nesta área já está adaptada à convivência com este tráfego marítimo intenso, conforme pode ser observado na **FIGURA 5.3.2-24**.

Durante a saída de campo, o trecho escolhido para o mapeamento dos portos de atracação seguiu, partindo do quebra mar do 2^a Distrito Naval em direção ao sul, até a localidade do Porto da Barra. A rota para a navegação foi escolhida de acordo com os pescadores encontrados na área do entorno da Bahia Marina, conforme já descrito anteriormente no item “a”.

Sendo assim, foi observado no trecho navegado, a presença de estruturas náuticas já sedimentadas e a presença de diferentes usos estabelecidos na área, tendo em vista que, após o prédio do Solar do Unhão, também existe um tráfego constante de embarcações e outros equipamentos náuticos (e.g. Jet Ski ou Pranchas de SUP) que fazem uso deste trecho, como rotas de navegação (**FIGURA 5.3.2-25**).



FIGURA 5.3.2-24 – Pescadores realizando a pesca de linha de mão em botes de madeira a remo na região do Porto da Barra.



FIGURA 5.3.2-25 – Vista da Praia do Porto da Barra e esportista praticando Stand Up Paddle – SUP.

e) Quantidade e tipos de embarcações pesqueiras utilizadas na área de influência

Conforme já descrito anteriormente, para fins de análise, vamos considerar a população de pescadores e frota sediadas nas seguintes localidades: (i) Praia da Preguiça, localizada entre o restaurante Amado e o empreendimento Porto Trapiche; (ii) Comunidade do Solar do Unhão e (iii) Gamboa;

Para a identificação da composição e número de embarcações sediadas nestas localidades, foi contabilizado, durante a saída de campo, o número de embarcações por categoria, usando a classificação disponível no Boletim Estatístico da Pesca Marinha e Estuarina do litoral da Bahia (CEPENE 2006)¹².

A contagem das embarcações foi realizada com auxílio do mestre de pesca, que identificou quais embarcações não estavam atracadas no momento da coleta de dados. A identificação através dos nomes e proprietários das embarcações facilita a estimativa de número de barcos que compõem a frota local.

Para a contagem da frota, a saída de campo foi realizada logo pela manhã, horário em que as embarcações estão se dirigindo às atividades de pesca. Foi identificada uma frota composta por embarcações pequenas, movidas a remo ou motorizadas, que realizam uma pesca costeira, não saindo da Baía de Todos os Santos. Também foi registrada a presença de barcos de convés, com maior autonomia, que realizam a pesca em região de mar aberto, sobre a plataforma continental da costa leste da cidade, conforme pode ser visto entre a **FIGURA 5.3.2-26** e a **FIGURA 5.3.2-29**, além do **QUADRO 5.3.2-16** e **QUADRO 5.3.2-17**.



FIGURA 5.3.2-26 – Embarcações sediadas próximas às áreas do Solar do Unhão e Gamboa.



FIGURA 5.3.2-27 – Embarcações sediadas próximas às áreas do Solar do Unhão e Gamboa.



FIGURA 5.3.2-28 – Embarcações sediadas próximas às áreas do Solar do Unhão e Gamboa.



FIGURA 5.3.2-29 – Jangada de fibra sediada próximo às áreas do Solar do Unhão e Gamboa.

A contabilização das embarcações na Praia da Preguiça, localizada entre o restaurante Amado e o empreendimento Porto Trapiche, identificou uma frota composta por embarcações de pequeno porte, movidas principalmente a remo. A frota está descrita no **QUADRO 5.3.2-16**.

A frota sediada na Praia da Preguiça, localizada entre o restaurante Amado e o empreendimento Porto Trapiche é de pequeno porte, baixa autonomia, sendo composta, principalmente, por embarcações movidas a remo. Alguns botes de fibra utilizam motores e conseguem se deslocar para regiões mais distantes da praia. São utilizadas as linhas de mão e redes de emalhe. Em alguns casos de uso das redes de emalhe, quando instaladas na própria praia, podem ser utilizadas sem que necessariamente necessitem de uma embarcação para sua instalação.

QUADRO 5.3.2-16 – Características da frota sediada na Praia da Preguiça.

Tipo de embarcação	Descrição CEPENE	Tamanho	Número total de embarcações contabilizadas
Bote a remo com casco de madeira ou fibra.	Embarcação movida a remo, com casco chato, de pequeno porte, conhecida vulgarmente como catraia, bateira, bote a remo, etc.	Variando entre 4,30 a 5,20m	9
Bote motorizado com casco de madeira ou fibra.	Embarcação a motor denominado "motor de rabela" ou "motor de centro" com casco de madeira ou fibra, fundo chato, sem quilha, sem convés, sem casaria denominada de canoa, barquinha, bateira, catraia.	Variando entre 4,30 a 5,20m	5
Jangada de fibra	Embarcação a remo/vela ou motorizada casco chato, largo, com até 6m de comprimento, construído com tábuas ou fibra em forma de balsa conhecido como balsa, janga	6m	2
Total			16

A frota sediada no Solar do Unhão/Gamboia apresenta uma característica mais profissional, sendo constituída por uma maior variedade de embarcações motorizadas. Estas embarcações, que possuem uma maior autonomia, utilizam preferencialmente áreas de pesca nas regiões da plataforma continental, desde o Farol da Barra até as imediações do Rio Vermelho. O **QUADRO 5.3.2-17** descreve a frota sediada no Solar do Unhão/Gamboia.

QUADRO 5.3.2-17 – Características da frota sediada na região do Solar do Unhão e Gamboia.

Tipo de embarcação	Descrição CEPENE	Tamanho	Número total de embarcações contabilizadas
Bote a remo com casco de madeira ou fibra	Embarcação movida a remo, com casco chato, de pequeno porte, conhecida vulgarmente como catraia, bateira, bote a remo, etc.	Variando entre 4 a 5,20m	35
Bote motorizado com casco de madeira ou fibra	Embarcação a motor denominado "motor de rabela" ou "motor de centro" com casco de madeira ou fibra, fundo chato, sem quilha, sem convés, sem casaria denominada de canoa, barquinha, bateira, catraia.	Variando entre 4 a 5,20m	10
Jangada de fibra motorizada	Embarcação a remo/vela ou motorizada casco chato, largo, com até 6m de	6m	4



Tipo de embarcação	Descrição CEPENE	Tamanho	Número total de embarcações contabilizadas
	comprimento, construído com tábuas ou fibra em forma de balsa conhecido como balsa, janga		
Barco motorizado de madeira	Embarcação a motor, com casco de madeira e quilha, sem convés, com ou sem casaria, denominada de barco motorizado, barco a motor	Variando entre 5 e 6m	7
Barco de convés de madeira ou fibra, motorizados	Embarcação motorizada, casco de madeira/fibra, com quilha, com convés e casaria, classificadas em pequeno, médio ou grande. Conhecida vulgarmente como saveiro	Variando entre 6,5 e 11m	9
Total			65

A frota sediada nas localidades descritas acima possuem embarcações que realizam saídas diárias para a pesca. A área geográfica de atuação da frota está diretamente relacionada com o modo de propulsão. Embarcações movidas a remo tendem a permanecer mais próximas dos seus pontos de atracação. Embarcações motorizadas tendem a sair da Baía de Todos os Santos, realizando pesca em mar aberto.

Em relação à frota movida a remo, é importante chamar a atenção para o fato de que em alguns casos, pescadores utilizando embarcações movidas a remo, que possuem uma melhor compleição física, podem se distanciar, indo até áreas próximas à Barra e Ilha de Itaparica.

No caso dos barcos de convés, estes chegam a pescar na região da quebra da plataforma continental e talude superior, em pesqueiros denominados de "paredes". Entre os peixes citados como espécies habitualmente capturados, foram identificadas espécies que ocorrem em profundidades acima de 120m, a exemplo do Saramonete *Etelis oculatus* e o vermelho do olho amarelo *Lutjanus Vivanus*. Estas profundidades só são alcançadas na região do talude superior, fora da Baía de Todos os Santos.

Também foi citado pelos pescadores que a frota sediada nestas localidades utiliza alguns pesqueiros que são comuns aos pescadores do Rio Vermelho, entre eles foram citados o "Jiqui" e o "Artemidis", que foram classificados por Nunes (2003)¹⁴ em um pesqueiro pontual e uma área de pesca. As imagens da **FIGURA 5.3.2-30** identificam as embarcações das localidades da Praia da Preguiça e Solar do Unhão/Gamboia.



FIGURA 5.3.2-30 – A) Bote de madeira a remo atracado na Praia da Preguiça; B) Bote de fibra a remo atracado na Praia da Preguiça; C) Barco de convés atracado no Solar do unhão/Gamboia; D) Barco motorizado atracado no Solar do Unhão/Gamboia; E) Botes de madeira encalhados no Solar do Unhão/Gamboia; F) Jangada de fibra motorizada e barcos de convés atracados na região do Solar do Unhão/Gamboia.



f) Os métodos de pesca empregados

No trecho da praia da Preguiça, identificou-se a linha de mão e anzol, seguidos pelas redes de espera (rede de emalhe) como principais aparelhos utilizados. As redes de emalhe em geral, são colocadas próximas ao fundo em substratos arenosos, evitando-se locais com a presença de fundos consolidados; e capturam peixes de meia água. Já na utilização das redes de espera, para a captura de lagosta, os fundos preferenciais são os cascalhosos, considerados mais propícios para a captura deste recurso.

Nas localidades do Solar do Unhão e Gamboa, a maior quantidade de pescadores se reflete numa boa variedade de métodos de pesca empregados. Nestas comunidades, foram citadas a utilização dos seguintes métodos de pesca: Linha de mão, Rede de Emalhe, Groseira/espinhel, Tarrafa, Manzuá para peixe, Caça submarina e pesca de peixe ornamental. Estes métodos estão descritos abaixo de acordo com a definição utilizada no Boletim de Pesca Marinha e Estuarina do Litoral da Bahia (CEPENE 2006)¹².

QUADRO 5.3.2-18 – Definições dos métodos de pesca de acordo com o aparelho utilizado.

Denominação	Especificação
Linhas	Resume todas as pescarias efetuadas com linhas, de fundo ou superfície, realizadas manualmente pelo homem. São conhecidas como linha de curso, linha de mão, linha de fundo, linha de superfície, anzol etc.
Rede de espera	Diversas redes nas quais os peixes ficam emalhadados em sua panagem. Genericamente denominadas "rede de emalhar". De acordo com as espécies que capturam são nomeadas: sauneira, tainheira, bagreira, serreira, corvineira, sardinha, etc.
Espinhel	Consiste em uma linha principal de nylon torcido da qual partem linhas secundárias com anzol em suas extremidades. A linha principal distende-se horizontalmente sobre a lâmina d'água e as secundárias verticalmente. Vulgarmente conhecida como groseira, espinhel.
Tarrafa	Rede que ao ser lançada sobre o cardume se abre, forma um círculo e se fecha. Ao se recolhida envolve os peixes. Sua utilização é feita em águas rasas, com ou sem apoio de embarcações.
Manzuá	Armadilha de fundo, semi-fixa, utilizada nas capturas de lagostas e peixes. Revestida de arame e/ou nylon, possui uma entrada chamada sanga. Conhecida como covão lagosta ou manzuá lagosta. Quando confeccionada em palheta (cana-brava), é usada na captura de peixe e denominada manzuá peixe.
Mergulho livre	Mergulho em águas rasas, sem equipamento auxiliar, com propósito de capturar peixes, lagostas e polvos, utilizando-se arpão, manual, espingarda submarina, bicheiro, pés de pato e máscara. Ou capturar peixes e invertebrados ornamentais com o auxílio de sacos plásticos Denominado mergulho de peito ou mergulho livre.

Entre os aparelhos identificados, a linha de mão se destaca como o mais utilizado, estando presente em todas as embarcações. As redes de emalhe foram identificadas, sendo utilizadas por uma grande variedade de embarcações, desde as movidas a remo aos barcos de convés que realizam a pesca em mar aberto.

As redes utilizadas para a captura de peixes e lagostas são instaladas em fundos cascalhosos presentes, sobre a plataforma continental, e em áreas dentro da Baía. Entre as comunidades que utilizam este aparelho, foram identificados como principais usuários os pescadores da Praia da Preguiça, Solar do Unhão, Gamboa.

A groseira ou espinhel também foi citada como aparelho de pesca utilizado pelas frota do Solar do Unhão e Gamboa. Este aparelho de pesca em geral é utilizado próximo a fundos lamosos, quando direcionados à captura de cações e arraias. Também podem ser utilizados, direcionados para a captura de peixes demersais que vivem associados com fundos consolidados e cascalhosos. Em geral, a utilização deste aparelho é feita por embarcações de maior porte, como os barcos motorizados e os barcos de convés.



A tarrafa é um método de pesca que pode ser realizado com e sem auxílio de embarcação. Esta pescaria pode ser realizada nas enseadas das localidades do Solar do Unhão e Gamboa, assim como podem utilizar os afloramentos como ponto de lançamento para a rede. Este método de pesca tem como principais recursos alvos peixes de meia água, que vivem em cardumes tais como as sardinhas, tainha, agulhinhas, xangós e pititingas. Este pescado tem uma grande rotatividade, pois além de ser utilizado para alimentação, também é utilizado como isca, o que garante um comércio “regular” para este tipo de captura.

O Manzuá peixe foi identificado nas comunidades do Solar do Unhão e Gamboa. Os manzuás são colocados sobre fundo submarino em áreas próximas a rochas e também utilizam embarcações para sua instalação. Esta armadilha é usada para a captura de peixes demersais.

O mergulho livre foi um dos métodos de pesca mais realizados nas localidades do Solar do Unhão e Gamboa. Entre os usuários do método do mergulho livre destacam-se na comunidade algumas mulheres que realizam a pesca de peixes ornamentais para a revenda em lojas de aquário. Esta pescaria é bem comum na Baía de Todos os Santos, movimentando um comércio especializado. Também é realizada a caça submarina, direcionada para a captura de peixes e lagostas.

g) Espécies alvo

As espécies capturadas na costa atlântica de Salvador são típicas de águas tropicais, ocorrendo uma grande diversidade de espécies e baixa densidade das populações. No trecho ora analisado, a condição oceanográfica de mar aberto favorece a ocorrência de um grupo de espécies muito semelhantes, tanto dentro da Baía como nas comunidades encontradas na plataforma continental.

Durante a coleta de informações sobre a atividade pesqueira, foi visto que as embarcações de convés e embarcações motorizadas costumam acessar regiões de mar aberto, realizando capturas em diferentes pesqueiros na plataforma continental e regiões do talude. Estes pesqueiros são também utilizados por pescadores da Barra e Rio Vermelho.

Trabalhos de monitoramento do desembarque, realizados pelo programa REVIZEE entre os anos de 1997 a 2000, levantaram dados sobre as principais espécies capturadas pela frota sediada no porto de Santana – Rio Vermelho. Esta listagem de espécies foi obtida a partir da análise mais de 800 desembarques monitorados ao longo do projeto, quando foram registrados 19.855 indivíduos capturados, distribuídos entre 34 famílias, 57 gêneros e 88 espécies (NUNES, 2003)¹⁴.

Durante a saída de campo, foi solicitado ao mestre de pesca que citasse os nomes vulgares das espécies de peixes habitualmente capturadas pelos pescadores da Praia da Preguiça, Solar do Unhão e Gamboa. Foram citadas 56 “espécies” de peixes. O **QUADRO 5.3.2-19** abaixo apresenta a descrição taxonômica e hábito de vida das espécies que foram citadas a partir do nome vulgar.



QUADRO 5.3.2-19 – Espécies de peixes citadas pelo mestre de pesca da localidade Solar do Unhão.

Nome Vulgar	Família	Espécie	Hábito
Aracanguira	Carangidae	<i>Alectis ciliaris</i>	Pelágico
Aracimbora	Carangidae	<i>Carangoides crysus</i>	Pelágico
Ariacó	Lutjanidae	<i>Lutjanus synagris</i>	Demersal
Arraia	Dasyatidae	<i>Dasyatis americana</i>	Bentônico
	Dasyatidae	<i>Dasyatis guttata</i>	Bentônico
Aruçapeba	Serranidae	<i>Alphestes afer</i>	Demersal
Badejo	Serranidae	<i>Mycteroperca bonaci</i>	Demersal
Barbeiro	Acanthuridae	<i>Acanthurus bahianus</i>	Demersal
	Acanthuridae	<i>Acanthurus chirurgus</i>	Demersal
Beatriz	Scorpaenidae	<i>Scorpaena plumieri</i>	Demersal
Bicuda	Sphyraenidae	<i>Sphyraena barracuda</i>	Pelágico
Biquara	Haemulidae	<i>Haemulon plumieri</i>	Demersal
Bom Nome	Malacantidae	<i>Malacanthus plumieri</i>	Demersal
Bonito	Scombridae	<i>Euthynnus alletteratus</i>	Pelágico
Boquinha	Serranidae	<i>Paranthias furcifer</i>	Demersal
Cação	Carcharhinidae	<i>Rhizoprionodon spp.</i>	Demersal
Cangulo	Balistidae	<i>Balistes vetula</i>	Demersal
Caramuru verde	Muraenidae	<i>Gymnothorax funebris</i>	Demersal
Caramuru pintado	Muraenidae	<i>Gymnothorax moringa</i>	Demersal
Carapeba	Gerreidae	<i>Diapterus rhombeus</i>	Demersal
Carrapato	Haemulidae	<i>Haemulon parrai</i>	Demersal
Cassumba de Mero	Priacanthidae	<i>Priacanthus arenatus</i>	Demersal
Catimbau	Fistulariidae	<i>Fistularia tabacaria</i>	Pelágico
Cavala Aimpim	Scombridae	<i>Acanthocybium solandri</i>	Pelágico
Cherne	Serranidae	<i>Epinephelus mystacinus</i>	Demersal
Cioba	Lutjanidae	<i>Lutjanus analis</i>	Demersal
Dentão	Lutjanidae	<i>Lutjanus jocu</i>	Demersal
Dourado	Coryphaenidae	<i>Coryphaena hippurus</i>	Pelágico
Galo	Carangidae	<i>Selene setapinnis</i>	Pelágico
	Carangidae	<i>Selene vomer</i>	Pelágico
Graçaim	Carangidae	<i>Caranx latus</i>	Pelágico
Guaiuba	Lutjanidae	<i>Ocyurus crysurus</i>	Demersal
Guariuba	Carangidae	<i>Caranx bartholomaei</i>	Pelágico
Guaricema	Carangidae	<i>Carangoides crysus</i>	Pelágico
Jabu	Serranidae	<i>Cephalopholis fulva</i>	Demersal
Jacundá	Serranidae	<i>Serranus phoebe</i>	Demersal
Jaguaraçá	Holocentridae	<i>Holocentrus ascencionis</i>	Demersal
Jaguaraçá	Holocentridae	<i>Myripristis jacobus</i>	Demersal
Mangaroeira	Labridae	<i>Halichoeres cyanocephalus</i>	Demersal
Mero	Serranidae	<i>Epinephelus itajara</i>	Demersal
Mero Gato	Serranidae	<i>Epinephelus adscencionis</i>	Demersal
Olho de Boi	Carangidae	<i>Seriola dumerilli</i>	Pelágico
	Carangidae	<i>Seriola fasciata</i>	Pelágico
	Carangidae	<i>Seriola rivoliana</i>	Pelágico

Nome Vulgar	Família	Espécie	Hábito
Olho de Vidro	Priacanthidae	<i>Pristigenis alta</i>	Demersal
Pegador	Echeneidae	<i>Echeneis naucrates</i>	Pelágico
Peixe Porco	Balistidae	<i>Balistes capriscus</i>	Demersal
Peixe Rato	Monacanthidae	<i>Aluterus monocerus</i>	Demersal
Pena	Sparidae	<i>Calamus penna</i>	Demersal
Pirambu	Haemulidae	<i>Anisotremus surinamensis</i>	Demersal
Quatinga	Haemulidae	<i>Haemulon aurolineatum</i>	Demersal
Salema	Haemulidae	<i>Anisotremus virginicus</i>	Demersal
Saramonete	Mullidae	<i>Pseudupneus maculatus</i>	Bentônico
Saramonete do Fundo	Lutjanidae	<i>Etelis oculatus</i>	Demersal
Sardinha	Clupeidae	<i>Opistonema oglinum</i>	Pelágico
Sargentinho	Pomacentridae	<i>Abudefduf saxatilis</i>	Demersal
Sororoca	Scombridae	<i>Scomberomorus brasiliensis</i>	Pelágico
Serra	Scombridae	<i>Scomberomorus cavalla</i>	Pelágico
Ubarana	Albulidae	<i>Albula vulpes</i>	Demersal
Vermelho	Lutjanidae	<i>Lutjanus apodus</i>	Demersal
Vermelho do Olho Amarelo	Lutjanidae	<i>Lutjanus vivanus</i>	Demersal
Xaréu	Carangidae	<i>Caranx hippos</i>	Pelágico

Dados obtidos na nona campanha de monitoramento da ictiofauna do Plano Básico Ambiental desenvolvido pela Bahia Marina, realizada em setembro de 2014 (BMA, 2014)¹⁹ revelou o total de 41 espécies distribuídas em 25 famílias. Entre as espécies registradas no monitoramento, muitas também são registradas nas capturas das frotas locais. Outras são utilizadas no comércio de peixes ornamentais.

Quando comparamos as espécies registradas nos desembarques amostrados no Rio Vermelho e as espécies observadas durante os levantamentos da ictiofauna do PBA, podemos identificar cerca de 13 espécies em comum (**QUADRO 5.3.2-20**).

QUADRO 5.3.2-20 – Lista de espécies de peixes e respectiva abundância por ponto de amostragem obtidos na nona campanha de levantamento da ictiofauna na área de influência da Bahia Marina em setembro de 2014 (BMA, 2014)¹⁹.

ESPÉCIES	NOME COMUM	FAMÍLIA	BM-01	BM-02	BM-03	BM-04	BM-05	BM-06
<i>Abudefduf saxatilis</i> [#]	Sargentinho	Pomacentridae	2	10	3	5	40	0
<i>Acanthurus bahianus</i>	Barbeiro	Acanthuridae	48	0	0	0	18	0
<i>Acanthurus chirurgus</i> [#]	Barbeiro	Acanthuridae	29	0	0	0	0	0
<i>Acanthurus coeruleus</i> [#]	Barbeiro-azul	Acanthuridae	59	3	3	0	13	0
<i>Anisotremus virginicus</i> [#]	Salema	Haemulidae	1	0	3	0	0	0
<i>Bodianus rufus</i> [#]	Budião-papagaio	Labridae	6	2	2	0	0	0
<i>Cantherhines pullus</i> [#]	Cangulo-de-pedra	Monacanthidae	1	0	0	0	0	0
<i>Cantherhines macrocerus</i> [#]	Porquinho-pintado	Monacanthidae	1	0	0	0	0	0
<i>Canthigaster figueredoi</i> ^{# @}	Baiacu-de-refice-mirim	Tetraodontidae	3	0	0	0	0	0



ESPÉCIES	NOME COMUM	FAMÍLIA	BM-01	BM-02	BM-03	BM-04	BM-05	BM-06
<i>Cephalopholis fulva</i> # \$	Jabú	Serranidae	2	0	0	0	0	0
<i>Carangoides crysos</i> \$	Guaricema	Carangidae	0	0	0	0	0	2
<i>Chaetodon striatus</i> #	Borboleta	Chaetodontidae	2	0	0	0	1	0
<i>Chromis multilineata</i>	Tesourinha	Pomacentridae	23	1	0	0	0	0
<i>Decapterus</i> sp. \$	Xixarro	Carangidae	100	0	0	0	0	0
<i>Diplectrum radiale</i>	Margarida	Serranidae	0	0	0	0	0	1
<i>Haemulon aurolineatum</i>	Quatinga	Haemulidae	200	82	12	0	29	0
<i>Haemulon parra</i>	Quatinga	Haemulidae	0	0	0	0	5	0
<i>Haemulon plumieri</i>	Quatinga	Haemulidae	1	0	0	1	1	0
<i>Haemulon steindachneri</i>	Carrapato	Haemulidae	2	9	0	0	25	0
<i>Halichoeres poeyi</i> #	Budiãozinho	Labridae	2	0	0	0	0	0
<i>Holocanthus ciliatus</i> #	Peixe-Anjo	Pomacanthidae	0	1	0	0	0	0
<i>Holocentrus adscensionis</i>	Jaguaraça	Holocentridae	0	1	0	0	0	0
<i>Mugil</i> sp. \$	Tainha	Mugilidae	0	0	3	0	0	0
<i>Myripristis jacobus</i>	Mariquita	Holocentridae	0	1	0	0	0	0
<i>Ocyurus chrysurus</i> \$	Guaiúba	Lutjanidae	3	0	1	0	0	0
<i>Ogcocephalus vespertilio</i> #	Peixe-morcego	Ogcocephalidae	1	0	0	1	0	0
<i>Ophioblennius trinitatis</i> @	Peixe-macaco	Bleniidae	0	0	1	0	11	0
<i>Parablennius</i> spp.	Maria-da-toca	Bleniidae	0	1	0	0	0	0
<i>Pareques acuminatus</i> #	Maria-nagô	Scienidae	0	1	0	0	0	0
<i>Pomacanthus paru</i>	Prixe-frade	Pomacanthidae	0	1	0	0	1	0
<i>Priacanthus arenatus</i>	Olho-de-cão	Priacanthidae	0	1	0	0	0	0
<i>Scarus trispinosus</i> * \$ @	Bodião-azul	Labridae	1	0	0	0	2	0
<i>Scarus zelindae</i> \$ @	Bodião	Labridae	0	0	0	0	2	0
<i>Sparisoma axillare</i> \$ @	Bodião-batata	Labridae	6	0	0	1	9	0
<i>Sparisoma radians</i>	Bodião	Labridae	0	0	0	0	3	0
<i>Sparisoma</i> spp.	Bodião	Labridae	0	0	0	0	3	0
<i>Sphoeroides greeleyi</i>	Baiacú	Tetraodontidae	5	0	0	0	4	2
<i>Sphyrnaena barracuda</i> \$	Barracuda	Sphyrnaenidae	0	0	1	1	0	0
<i>Stegastes</i> spp.	Donzela	Pomacentridae	39	56	77	39	18	0
<i>Stegastes variabilis</i> #	Donzela	Pomacentridae	8	1	0	1	0	0
<i>Synodus foetens</i>	Peixe-lagarto	Synodontidae	0	0	0	0	0	1
TOTAL DE ESPÉCIES			24	15	10	7	17	4

*Espécies listadas como ameaçadas segundo a IUCN Red List of Threatened Species (2012).

#Espécies que apresentam importância como recurso ornamental.

\$Espécies que apresentam importância como recurso alimentar.

@Espécies endêmicas do Brasil.



Estas espécies capturadas são registradas em toda a costa leste de Salvador e dentro da Baía de Todos os Santos. Trabalhos relacionados à ecologia de peixes realizados dentro da BTS (FLOETER *et al.*, 2004²⁵; MEDEIROS *et al.*, 2011²⁶; AMORIM-REIS, J.A. & CRUZ, F.C 2009²⁷; COSTA NUNES *et al.*, 2012²⁸) identificam diversas espécies citadas pelo mestre de pesca e observadas nos levantamentos da ictiofauna realizados na Bahia Marina.

As espécies identificadas no **QUADRO 5.3.2-19** estão também classificadas por seus hábitos de vida, o que diferenciam suas características bioecológicas, que resultam em taxas de produtividade em biomassa também diferenciadas.

As espécies de peixes de hábitos pelágicos têm por principal característica permanecerem próximas à superfície e na coluna da água, ou seja, são espécies ditas “boeiras” pelos pescadores, pois são capturadas próximos à superfície. Entre as espécies pelágicas (“boeiras”) podemos diferenciar três grupos cujas características ecológicas e de ciclo de vida resultam em diferentes taxas de produtividade e valores de comercialização. São elas os (i) pequenos pelágicos, representados por sardinhas, tainhas, agulhinhas, xizarros; os (ii) pelágicos costeiros, representados pelos xaréus, sororocas, cavalas e os (iii) pelágicos oceânicos, representados pelos bonitos, dourados e atuns.

Cada um destes três grupos apresenta características de ciclo de vida que se refletem nas taxas de produção. Os pequenos pelágicos, com destaque para as sardinhas, tainhas, agulhinhas e pititingas apresentam ciclos de vida mais curtos e densidades populacionais maiores; isso resulta em cardumes muito mais densos e quantidades maiores de captura em kg.

Entretanto, a própria característica de serem mais abundantes faz com que seus valores de revenda sejam mais baixos que os valores alcançados por outras espécies. Isso se traduz em uma maior quantidade de biomassa desembarcada, mas baixos valores de revenda, por não serem considerados “peixes de primeira”.

Um exemplo no município de Salvador é o da frota sediada na localidade do Porto São João (**FIGURA 5.3.2-31**), que no ano de 2002 fez com que Salvador fosse considerado, entre os municípios localizados as margens da BTS, o maior produtor de pescado com uma produção de 10.118 t/ano, representando 21% do total estadual. Esta elevada produção no município foi justificada pelos registros dos desembarques de tainhas e sardinhas, realizados na localidade de Porto São João, no subúrbio ferroviário do município (CEPENE, 2002).

²⁵ FLOETER, S.R., FERREIRA, C.E.L., DOMINICI-ROSEMENA, A. & ZALMON, I. 2004. Latitudinal gradients in Atlantic reef fish communities: trophic structure and spatial use patterns. *J. Fish. Biol.* 64:1680-1699. <http://dx.doi.org/10.1111/j.0022-1112.2004.00428.x>

²⁶ MEDEIROS *et al.*, 2011. Yellowline arrow crab *tenorhynchus seticornis* (Brachyura: Majidae) acting as a cleaner of reef fish, eastern Brazil. *Marine Biodiversity Records*, page 1 of 3. Vol. 4; e68

²⁷ AMORIM-REIS, J.A. & CRUZ, F.C 2009. Ichthyofauna of two beaches in the outlet of the Paraguaçu River - Todos os Santos Bay, Bahia, Brazil. *Anais do IX Congresso de Ecologia do Brasil*, 13 a 17 de Setembro de 2009, São Lourenço - MG

²⁸ COSTA NUNES, J.A.C., MEDEIROS, D.V., REIS-FILHO, J.A., SAMPAIO, C.L.S., & BARROS, F. Reef fishes captured by recreational spearfishing on reefs of Bahia State, northeast Brazil. *Biota Neotrop.* 12(1): <http://www.biotaneotropica.org.br/v12n1/en/abstract?article+bn02012012012>.





FIGURA 5.3.2-31 – Pescadores da localidade de Porto São João beneficiando sardinha para venda direta ao consumidor na própria localidade.



FIGURA 5.3.2-32 – Pititingas capturadas no porto de Santana Rio Vermelho para venda direta ao consumidor na própria localidade.

As espécies pelágicas costeiras representadas pelos xaréus, cavalas, sororocas, peixe galo entre outras apresentam um maior porte e valor comercial. Estas espécies tem um ciclo de vida mais longo que os pequenos pelágicos, resultando numa menor taxa de produção em biomassa. Sendo assim, as populações apresentam-se menos densas, mas a baixa densidade é compensada pelo maior porte das espécies e maior valor de comercialização.

Também formadores de cardume, estas espécies são capturadas principalmente com uso da linha de mão, que é um aparelho de pesca seletivo e naturalmente captura menores quantidades de indivíduos. Eventualmente estas espécies apresentam períodos de agregação, denominados pelos pescadores de “arribada”, quando são utilizadas redes para sua captura, resultando numa alta produção em biomassa, mas de forma pontual dentro do calendário de pesca.



Os peixes pelágicos oceânicos, tais como os dourados, agulhões e atuns são caracterizados, principalmente, por só ocorrerem no período de “safra”, entre dezembro a março, e pelo grande porte dos indivíduos. Neste caso específico, as capturas são bastante visadas pelo valor comercial das espécies e pelo fato da captura de um ou dois indivíduos traduzir-se em maior biomassa em kg, rendendo mais em termos de revenda. Entre as comunidades que exploram estes recursos estão o Solar do Unhão e Gamboa, através das embarcações de maior porte e autonomia que utilizam áreas de pesca fora da Baía de Todos os Santos.

No caso das espécies ditas demersais, estas são assim classificadas por permanecerem entre a coluna da água e o fundo submarino, sem, entretanto, encostarem no substrato. Os demersais podem ser divididos em dois grandes grupos, (i) os demersais comerciais, que vivem associados com fundos consolidados e são alvo de uma captura mais comercial, e outras (ii) espécies recifais de menor porte, que compõem toda a estrutura trófica de ambientes tropicais.

As espécies demersais ditas comerciais apresentam um ciclo de vida mais longo e baixa densidade populacional. Entretanto, devido ao alto valor comercial alcançado, estas espécies são alvo de uma pesca artesanal mais profissional, com embarcações de convés que se afastam mais da costa, podendo alcançar regiões de quebra da plataforma continental, onde estes recursos são encontrados. Neste caso, as pescarias também têm um maior período de duração, quando as embarcações podem fazer viagens com dois ou mais dias de duração. Em geral, estas espécies são capturadas a noite e apresentam no inverno sua maior produtividade.

Por fim, os peixes demersais recifais de menor porte, compostos por diferentes grupos de espécies que são capturados durante o dia. Estas espécies não apresentam valor comercial e em geral são vendidos ou compartilhados nas localidades onde os pescadores residem. Estas espécies são capturadas, principalmente, pelos botes movidos a remo, que utilizam a linha de mão como principal aparelho de pesca e realizam a pescaria nas imediações dos pontos de atracação de suas embarcações.

h) Desembarque médio por recurso no calendário anual da pesca (kg);

Dados sobre produtividade em kg e valores da venda do pescado não devem ser considerados se obtidos de forma esporádica. Dados de produção só apresentam algum significado se coletados continuamente, de forma que variações na produtividade possam ser observadas.

No contexto deste empreendimento, como não há qualquer estrutura ou atividade que coloque em risco a produtividade pesqueira da região do entorno. Os dados aqui apresentados devem ser tratados apenas como exemplos de produção, não sendo razoável a sua utilização para estimativas de produtividade de pescado.

Dito isso, podemos fazer algumas inferências sobre a produtividade média por aparelhos de pesca utilizados e recurso/hábitos de vida das espécies capturadas.

Para uma base mais próxima da produção, foram realizadas duas entrevistas com Mestre de pesca da comunidade do Solar do Unhão e foi solicitado que relatasse a produtividade média por tipo de recurso ao longo do ano. De acordo com a espécie alvo e aparelhos de



pesca utilizados, podemos fazer considerações sobre suas taxas de produção na região da área de estudo. Como exemplo, utilizaremos a captura realizada com rede de emalhe na Praia de Santana no Rio Vermelho em dezembro de 2014 (**FIGURA 5.3.2-33** e **FIGURA 5.3.2-34**).

As pescarias identificadas na região das localidades da Praia da Preguiça, Solar do Unhão e Gamboa, foram, principalmente, a pesca realizada com linha de mão direcionada a peixes de hábitos demersais e pelágicos, a pesca de rede de emalhe direcionada para captura de peixes e lagostas e a pesca de tarrafa direcionada para sardinhas, tainhas e pititingas.

Entre as espécies citadas pelo mestre de pesca, as sardinhas e tainhas, capturadas com redes de emalhe e tarrafa, podem, em dias de maior produtividade, ser capturados entre 10 e 25 kg/dia por pescador. Em dias normais a estimativa de captura varia entre 8 a 15 kg/dia. Esta pescaria parece ser constante, tendo em vista que estas espécies também são utilizadas como iscas para a realização de outras pescarias.

Entre os peixes pelágicos costeiros, a produção média por pescador varia entre 8 e 15 kg/dia, entretanto, é importante lembrar que esta biomassa em geral refere-se a poucos indivíduos, normalmente capturados com linha de mão e anzol. Entre as espécies citadas destacamos a guaricema, sororoca e peixe galo como as regularmente capturadas neste trecho da costa.

Entre os peixes pelágicos oceânicos estas capturas estão restritas às embarcações que pescam em mar aberto e, quando capturados, a produção média por pescador varia de 20 a 30 kg/dia. Esta pescaria é realizada por um pequeno número de barcos de convés habilitados a se afastarem mais da linha de costa e só estão presentes com regularidade no período de safra, que ocorre entre os meses de dezembro a março.

As espécies demersais comerciais capturadas em região de mar aberto apresentam uma maior produtividade em períodos mais chuvosos (inverno) e, da mesma forma que as espécies pelágicas costeiras, a produção em biomassa é baixa, sendo que, em média, a produção varia de 5 a 10 kg/dia por pescador e, em geral, referindo-se a poucos indivíduos capturados, entre estes, estão os vermelhos ariacó, dentão guaiuba.

Já as espécies demersais que não apresentam valor comercial, explorados pela frota de botes a remo, a produção média diária varia em torno de 5 a 15kg/dia. Devendo-se ressaltar que este pescado, na sua maior parte, é capturado e utilizado com fins de alimentação e apenas quando ocorre um excedente de produção são comercializados. Entre estes destacamos os barbeiros, os budiões, jabus e quatingas.



FIGURA 5.3.2-33- Pescadores retornando da pesca com rede de emalhe na praia de Santana – Rio Vermelho em de bote de fibra a remo com três pescadores embarcados - Dezembro de 2014.



FIGURA 5.3.2-34- Exemplo de produção pesqueira de bote de fibra a remo com três pescadores embarcados utilizando rede de emalhe no Rio Vermelho em Dezembro de 2014 – 10 a 12 kg estimados.

i) Indicar em mapas potenciais restrições à pesca e a atracação que estão sujeitas a serem estabelecidas devido às obras e ao complexo já existente;

Conforme descrito no Item 2, todas as edificações objetos do presente estudo foram projetadas sobre a área em terra da Bahia Marina, cerca de 28.000,00 m², formada parte pelo terreno original e parte pelo aterro hidráulico construído na primeira etapa do empreendimento. Sendo todas as intervenções realizadas em ambientes emersos, não são observados quaisquer tipos de restrição às rotas de navegação e às áreas de pesca na região do empreendimento objeto deste estudo, nem da região de entorno, em função das obras a serem realizadas e ao complexo já existente.



j) Identificar as comunidades onde residem os pescadores do entorno

Em relação à atividade de pesca foram consideradas como comunidades na área de Influência Direta do empreendimento as comunidades da Ladeira da Preguiça, que utiliza a área entre o restaurante Amado e o empreendimento Porto Trapiche, Solar do Unhão e Gamboa. Nestas localidades é registrada a presença de pescadores residentes em outros bairros de Salvador, incluindo Av. Contorno, 2 de julho, Barris, Garcia, Garibaldi e Calabar.

Caracterização dos possíveis conflitos com a atividade de pesca e o empreendimento

A Bahia Marina, implantada no ano de 1999, pode ser considerada um empreendimento já estabelecido a tempo suficiente para que os ajustes e harmonização da atividade pesqueira e a marina estejam sedimentadas.

Em verdade, a afinidade das atividades desenvolvidas pela Bahia Marina e a pesca, tendo a navegação como elo, criou um conjunto de oportunidades para prestadores de serviços nas atividades relacionadas à navegação, surgindo postos de trabalho para marinheiros, capitães de embarcações, mecânicos náuticos, especialistas em manutenção e reparação de embarcações, abrindo novas oportunidades de emprego formal para pessoas que tinham na pesca, e, portanto conhecimentos específicos relacionados à navegação, como sua principal atividade. Atualmente, diversos moradores destas duas comunidades exercem atividade laboral na Bahia Marina.

A possibilidade de o presente empreendimento a ser licenciado e as atividades de pesca se sobreponem ou interferirem entre si não ocorre em nenhum momento, devido ao fato de que as obras ocorrerão em ambientes emersos, já ocupados pela Bahia Marina.

Mesmo considerando a Praia da Preguiça, ponto de desembarque mais próximo da marina, a obra também não trará nenhuma alteração, tendo em vista que todo o trânsito de materiais e o fluxo de pessoas relativo à obra e usuários dos serviços a serem prestados, será feito por via terrestre.

Desta forma, não é razoável considerar que ocorrerá algum tipo de conflito ou sobreposição com a atividade pesqueira desenvolvida nas localidades da Praia da Preguiça, Solar do Unhão e Gamboa, seguindo a linha de costa até a região do Porto da Barra, devido às obras objeto deste licenciamento.



5.3.2.3. Arrecadação Municipal

Diagnóstico da Arrecadação municipal e análise do prognóstico quanto à arrecadação prevista

As prefeituras, de um modo geral, ainda dependem das transferências repassadas pelas esferas superiores. No entanto, após a Constituição de 1988, houve um forte incremento da arrecadação própria municipal e muito já se investiu na melhoria de sua máquina fazendária. Ainda assim, revela-se que resta um enorme potencial para se elevar a arrecadação municipal e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade do sistema tributário do país.

Os tributos municipais são os que apresentam maior dificuldade para administrar e explorar e como têm características eminentemente urbanas, a arrecadação tende a se concentrar nas regiões mais desenvolvidas e ricas e, conseqüentemente, nesse caso, em Salvador. A grande dispersão que se verifica entre as receitas tributárias de municípios com nível de renda e faixa populacional semelhante, entretanto, revela um potencial tributário ainda não explorado, que em muito pode incrementar a receita própria e ampliar a capacidade de gasto municipal, além de contribuir para a melhoria dos resultados fiscais, com a conseqüente redução do endividamento e déficit públicos.

É cabível acrescentar que o Fundo de Participação dos Municípios - FPM se representa, por um lado, a primeira fonte de financiamento para a grande maioria das prefeituras, por outro, tem uma relevância inversamente proporcional ao tamanho do município. Nos últimos anos, as regras de repartição do FPM incentivaram a proliferação de centenas de novas unidades municipais, na maioria dos casos, muito pequenas e sem a menor condição de se sustentarem sem os repasses do governo federal. A proliferação destas pequenas localidades provocou sensível redistribuição de recursos dentro de cada Unidade da Federação, uma vez que o percentual de rateio do FPM para cada estado encontra-se fixado. Por vezes, as perdas impostas às antigas prefeituras em decorrência da criação de novas cidades tendem a mascarar o desempenho favorável em nível nacional dos repasses dos fundos de participação.

A análise da composição da receita corrente revela a importância da receita tributária no total de recursos à disposição do município, pois colabora com mais de um terço na receita corrente. Essa elevada participação corrobora a tese de que o maior potencial de geração de receita tributária própria concentra-se nos grandes centros e nas regiões mais desenvolvidas, como é o caso de Salvador. Já as transferências correntes contribuem com aproximadamente 55% e o grupo de outras transferências com 4,2%. Neste grupo estão compreendidas as transferências de outros impostos do Estado e da União (exceto do ICMS e do FPM) e outras correntes e de capital, incluindo as transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF - e do SUS.




QUADRO 5.3.2-21 – Composição das receitas correntes, Salvador 2013.

Receitas	R\$	Participação
Receitas correntes	3.665.548.424,92	100,0%
Receita Tributária	1.296.572.941,54	35,5%
Receita de Contribuições	133.158.109,33	3,6%
Receita Patrimonial	56.733.830,76	1,5%
Receita Industrial	1.054.501,59	0,0%
Receita de Serviços	17.593.448,69	0,5%
Transferências correntes	2.005.578.543,35	54,7%
Outras receitas correntes	154.857.049,66	4,2%

Fonte: STN.

O retrato do município de Salvador em 2013 mostra que 52% das despesas com capital foram direcionadas aos investimentos e 45,7% com amortizações da dívida. Cabe frisar que no total das despesas (corrente + capital) a contribuição da despesa de capital é de apenas 8%. Na composição das despesas correntes, 48% são custeios com pessoal e encargos sociais²⁹; 50% com outras despesas correntes e por fim, restando apenas 2% para juros e encargos da dívida.

QUADRO 5.3.2-22 - Demonstrativo das despesas de capital, Salvador 2013.

Despesas	R\$	Participação
DESPESAS DE CAPITAL	301.798.320,66	100,0%
Investimento	157.420.438,86	52,2%
Amortização da Dívida	137.777.881,80	45,6%
Inversões Financeiras	6.600.000,00	2,2%
Outras Despesas de Capital	334,00	0,0%

Fonte: STN

No contexto das finanças municipais, as despesas efetuadas devem estar de acordo com as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo: saúde, educação, segurança pública, habitação, entre outras, com objetivo de elevar o nível de bem-estar da população.

As despesas ou gastos por funções representam o volume de recursos que o governo gastou com a atividade-fim de cada ministério. Assim, nas despesas por função (fonte STN), exercício 2013, constata-se que 25% dos gastos total do município de Salvador encontram-se voltados na área de saúde e saneamento; 20% com habitação e urbanismo e 19% na educação e cultura. Este comportamento é em grande parte explicado pelo fato de terem sido fixados constitucionalmente limites mínimos de aplicação de recursos nestas funções.

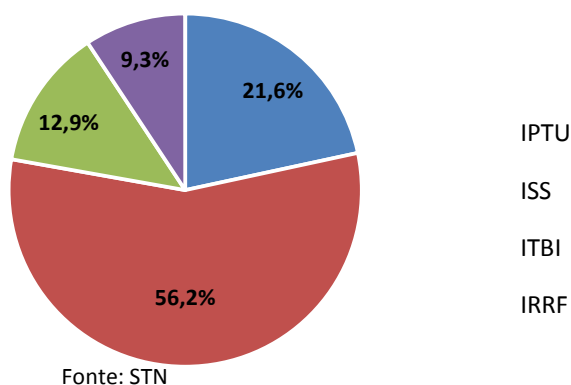
²⁹ Os dados da despesa com pessoal merecem redobrado cuidado uma vez que em muitos municípios é grande o dispêndio com o pessoal da administração indireta (autarquias, fundações, empresas, dentre outros) e nem sempre contemplados nos valores informados.



FIGURA 5.3.2-35 – Despesas por funções.

A maior eficácia dessas despesas é uma condição necessária para que o município possa obter mais crescimento econômico, menor desigualdade, mais oportunidades de trabalho, menos violência e uma vida mais longa e recompensadora para sua população. Desse modo é importante que os gestores e servidores públicos saibam qual é a missão real de um governo e quais são as suas limitações, para que as políticas públicas sejam corretamente planejadas e implementadas.

No que tange ao imposto municipal, percebe-se que os principais são, por ordem de importância, o Imposto Sobre Serviços³⁰ (ISS) e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) com representatividades de 56% e 22%, respectivamente. Sabe-se que esses dois tributos apresentam limitações, uma vez que depende principalmente do desenvolvimento econômico e do grau de urbanização do município.

**FIGURA 5.3.2-36 – Estrutura dos impostos.**

Em relação à arrecadação tributária, mais precisamente as informações referentes aos impostos sobre produtos, percebe-se que todos os impostos de Salvador, que recaem

³⁰ O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) é um tributo não-vinculado que incide sobre manifestações de riqueza do sujeito passivo (devedor). É de competência dos municípios e do Distrito Federal. Tem como fato gerador a prestação de serviços e sua finalidade é exclusivamente arrecadatória.



sobre os produtos, perfazem um montante de R\$ 6,3 bilhões, valor esse superior ao gerado por toda a indústria (R\$ 5,5 bilhões) e o dobro gerado pela administração pública (3,8 bilhões). O valor arrecadado representa aproximadamente 31% do valor dos referidos tributos gerados no estado.

Conclui-se com isso que muito pouco do total das receitas orçamentárias está relacionada àquelas de natureza própria. Tal situação ganha contornos de maior complexidade ao se constatar que a capacidade de realização de investimentos é baixa, uma vez que os recursos orçamentários próprios, relacionados à sua dinâmica econômica, são insuficientes para fazer frente a todos os problemas e demandas sociais de sua população.

Levando-se em conta que o valor estimado da obra é de 31 milhões e que 20% são os impostos diretos, esse valor seria algo próximo a R\$ 6 milhões de reais. Economicamente, este impacto acarretará no aumento da arrecadação municipal, facilitando investimentos em obras públicas e promovendo melhorias na qualidade de vida da população. Além disso, poderá demandar, através de programas de otimização, o atendimento às cobranças da sociedade feitas aos poderes públicos pela efetiva aplicação dos recursos em medidas que melhorem a socioeconomia local, revertendo para a população os acréscimos tributários obtidos.

5.3.3. Dinâmica Territorial

O item apresentado responde à demanda do TR IBAMA para o Estudo Ambiental de dois novos edifícios a serem implantados na área do equipamento Bahia Marina: Centro Náutico/Hotel e Edifício Comercial. A abordagem da dinâmica territorial contempla o escopo do item 5.3.3 do TR do IBAMA apoiada: na Legislação Urbanística, de Proteção ao Patrimônio Histórico e Ambiental, nos Planos e Análises Urbanísticas Referenciais, Pareceres Técnicos, Mapas e Fotografias, além de publicações que envolvem a área do empreendimento e possibilitaram a reconstituição do processo de evolução da paisagem.

Os documentos do empreendimento que basearam esta análise foram fornecidos pelo empreendedor e compreendem: Plantas baixas, cortes, fachadas, perspectivas e fotografias com inserção dos volumes na paisagem. Todo o material de análise tem registro autoral de profissionais habilitados junto aos órgãos de classe profissional.

5.3.3.1. **Caracterização da Paisagem por meio de análise descritiva e histórica da ocupação nos últimos 50 anos**

Muitos fatores influem nos processos de renovação do tecido urbano e se cristalizam na paisagem modificando-a. O frontispício da cidade do Salvador é das áreas mais impactadas ao longo do tempo, desde a sua fundação. Cinco séculos de intervenções, sem a intencionalidade de um resultado paisagístico, instiga à compreensão dos elementos que estruturam a composição desta paisagem, haja vista que, a imagem do frontispício, apesar de seguidas transformações, se mantém como importante marco da identidade da cidade.

Ao longo do processo de análise do empreendimento Bahia Marina, estudo sobre a paisagem elucida quais elementos asseguram que transformações sucessivas não tenham lesado nesta paisagem o seu valor, apesar de que significativas alterações, substituição de tipologias e inserções indesejáveis possam ser apontadas.

As relações espaciais dos elementos da paisagem do frontispício são marcantes e podem ser denotadas relações de dominância, intensidade, contraste, originalidade, associatividade, variabilidade, complexidade que concorrem para a clareza e a nitidez da sua aparência. Reforçado pelos usos e o caráter simbólico pode-se sintetizar que os elementos principais desta composição do frontispício estão nas relações que estabelecem: a faixa verde da encosta, que separa os planos da cidade alta e cidade baixa; a dominância dos edifícios monumentais, que estabelece uma escala a ser respeitada com relação aos demais volumes; planos que se estruturam a partir de outros, estabelecendo uma relação de complexidade; amplitude dos visuais que asseguram a apreensão da Baía de Todos os Santos na leitura da continuidade do seu bordo até a península; a contraposição terra/mar e, a escala dos elementos que venham a ser implantados, compatível com relação à dimensão vertical do frontispício.

Quatro caminhos foram valorizados na análise histórica e descritiva da ocupação do entorno do empreendimento Bahia Marina nos últimos 50 anos: o impacto dos processos econômicos no uso e ocupação do solo do Centro da Cidade do Salvador, fortemente apoiado no texto de Sampaio (1999)³¹; o alcance das políticas públicas desenhadas para o Centro (CARDOSO, 2010)³²; os registros dos processos de deterioração do patrimônio por acidentes e desastres, extraídos da tese de MUÑOZ (2009)³³; a leitura da evolução da ocupação do entorno da Bahia Marina na série histórica de imagens aéreas dos anos 1959, 1976, 1989, 1998 e 2014, (INFORMS/CONDER e GOOGLE MAPS).

Impactos dos processos econômicos no uso e ocupação do solo e na paisagem do Centro da Cidade do Salvador

O processo de esvaziamento e as transformações no Centro Histórico de Salvador e entorno têm início no sec. XIX, quando a cidade começou a se desenvolver na direção sul, o Centro iniciou o processo de redução da população mais abastada e os imóveis passaram a ser ocupados por estratos de baixa renda com o efeito de progressiva deterioração que avançou sobre suas adjacências.

Apesar do longo período de estagnação econômica, desde a década de 70 do sec. XIX, a cidade do Salvador, cuja configuração urbana era definida pelos elementos estruturantes: o porto, a zona comercial, a estação ferroviária da Calçada e as áreas servidas pelas linhas de bonde, experimentou no início do sec. XX, aparência de uma modernização representada pelas obras dos dois governos de Seabra, que transformaram radicalmente os bairros do Comércio e do Centro: na cidade baixa, com aterros do Porto até Água de Meninos e novo centro para expansão bancária e comercial; na cidade alta, reformas

³¹ SAMPAIO, A. H. L., Formas Urbanas: Cidade Real & Cidade Ideal, contribuição ao estudo urbanístico de Salvador. Salvador: Quarteto Editora / PPG-AU, Faculdade de Arquitetura da UFBA, 1999.

³² CARDOSO, L. A. F.. História Ocupação e Delimitação do CAS. In BAHIA. Governo do Estado. Secretaria de Cultura. Escritório de Referência do Centro Antigo. UNESCO. Centro Antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Participativo./ Escritório de Referência do Centro Antigo, UNESCO. – Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2010, pp. 41-59.

³³ MUÑOZ, ROSANA. Acidentes e desastres em trecho da Falha de Salvador: um estudo na busca da preservação dos edifícios de interesse cultural. Tese de Doutorado depositada no PPG-AU da Universidade Federal da Bahia, Fac. de Arquitetura, 2009.



viárias importantes, regularização dos traçados com demolições, execução de contenções na encosta da falha geológica, e, expansão dos bairros das classes mais abastadas para o sul, acelerando o processo de esvaziamento e agravando a condição do ambiente do Centro Histórico de Salvador que perde em atratividade com relação à parte modernizada.

A cidade chegou à década de 50 alentando uma reação ao longo período de estagnação econômica, referido como o enigma baiano. No meado do sec. XX Salvador é uma cidade sem produção, exportadora de capital, onde predominavam atividades do setor terciário.

A reação à inércia econômica começa a surgir no meado da década de 40 com o florescimento da ideia de modernidade e com o projeto de industrialização, fortalecido no cenário político e econômico nacional com Plano de Metas do presidente Juscelino Kubistchek. Os agentes econômicos são mobilizados e passam a empreender a recuperação das atividades produtivas, tendo a indústria como setor alavancador da economia.

Esta circunstância de estagnação manteve a cidade sem transformações expressivas, compacta e com tecido urbano contínuo. Na transição dos anos 40-50, alguns novos edifícios construídos no Centro cristalizaram os elementos do pensamento modernista e sinalizaram para as grandes alterações que se aproximavam. Conforme SAMPAIO (1999)³¹, são “obras que apontam para a mudança na feição da cidade”.

O novo ciclo econômico desenvolvimentista, cujo marco inicial é a implantação da Petrobras, concentrou grande monta de investimentos em Salvador e no Recôncavo, reorganizou as relações urbano-regionais, impactou o uso e ocupação do solo e, conseqüentemente, a paisagem de Salvador.

Na arquitetura e no urbanismo as teses modernistas foram desenvolvidas no âmbito do Escritório de Planejamento Urbano da Cidade do Salvador - EPUCS, 1946-1950. Segundo SAMPAIO (1999)³¹ a arquitetura é o item que fixa na paisagem a nova imagem da Salvador moderna. Dos anos 50-60 são construídos edifícios com os elementos da nova arquitetura nos bairros do Comércio e do Centro, os edifícios: Cidade do Salvador, 1952, Mariglória, 1952/54, Otacílio Gualberto, 1955, Aliança dos Seguros, 1956, Teatro Castro Alves, 1959, Banco da Bahia, 1958, várias faculdades da UFBA; e, as intervenções viárias, nas proximidades de áreas já ocupadas ou em processo de consolidação como as avenidas: Centenário, Contorno, Frederico Pontes e Barros Reis.

A Avenida do Contorno, elemento marcante do frontispício, ressalvados os méritos da sua arquitetura e de constituir-se em intervenção percebida como necessária à época, se insere como elemento que secciona a encosta estabelecendo a descontinuidade deste plano, conformando subáreas, espaços autônomos com relação à própria avenida e à parte superior da meia encosta, com acesso independente desta, através de sistema viário secundário, que possibilitam a proximidade com o plano d'água, uma condição privilegiada de fruição da Baía de Todos os Santos - BTS, escassa nesta orla da cidade.

Desde os anos 50, o modernismo, com a marca da verticalização impacta a paisagem da cidade mesclando edifícios novos ao conjunto edificado ao longo dos séculos, de concepções estilísticas variadas, alterando-lhe as feições. No ano de 1959 o Centro





Histórico de Salvador - CHS veio a ser tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Entre os anos 60 e 70, afirmou-se a economia industrial, com o CIA - Centro Industrial de Aratu e o COPEC - Complexo Petroquímico de Camaçari e a migração rural-urbana intensiva acompanhou o crescimento da indústria. O Centro manteve forte dinâmica até o final dos anos 70.

A fluidez necessária à expansão da cidade foi assegurada pelo sistema viário em implantação – as avenidas de vale -, que estruturam a expansão e transformaram a sua paisagem radicalmente: forte processo de crescimento horizontal na direção da periferia e verticalização nas áreas centrais.

O antigo padrão espacial – compacto e de tecido contínuo – altera-se refletindo a industrialização concentrada em municípios fora de Salvador e o Centro passa a ser valorizado pelo patrimônio cultural que concentra, sendo-lhe atribuído novo papel pelo setor turismo e lazer.

Em termos urbanísticos, ajustes da legislação ampliando a liberalidade construtiva e a possibilidade de alienação de terras públicas favoreceu a realização das avenidas de vale, direcionando a expansão urbana. De imediato, as novas vias, executadas à revelia de um planejamento interdisciplinar, impactaram a paisagem abrindo o acesso direto às encostas, antes preservadas, alterando e comprometendo significativamente o patrimônio ambiental e paisagístico, em especial com supressão da cobertura vegetal.

A ocupação dos bairros, concentrada nas cumeadas, se intensifica avançando sobre as encostas. Incrementa-se a acessibilidade de modo geral, com consequências na reconfiguração da forma urbana para um modelo polinuclear à escala do território urbano regional.

O setor terciário cresceu em escala, refletindo a dinâmica da indústria, e o continuado afluxo de mão de obra intensificou o processo de adensamento da cidade, passando as camadas de menor renda a se instalar na nova periferia em conjuntos habitacionais e em favelas nos bairros centrais.

No Centro Histórico os sobrados e casas em precário estado de conservação foram ocupados em arranjos tipo cortiços, que, como num círculo em propagação expandiu a degradação físico-social para além do Centro Histórico alcançando os bairros do Comércio e parte do Centro.

Nos anos 80 a crise nacional alcança o estado da Bahia com repercussão no planejamento e no urbanismo da capital: o fluxo de deslocamento da população campocidade se mantém e agravam-se as condições de infraestrutura e moradia. A intensidade das carências se acentua diante do quadro de demandas sociais não atendidas, acumuladas desde o sec. XIX, aumentando as pressões sobre o Centro e intensificando invasões. As áreas de concentração de baixa renda no Centro Histórico, a partir da Lei 10.527/2001 passam a ser definidas como Zonas de Especial Interesse Social – ZEIS no Plano Diretor de 2008.

No vácuo da dinâmica econômica, no momento da reversão do interesse no CHS e intensivo fluxo de esvaziamento com o deslocamento do eixo de investimento



empresarial para as novas centralidades no vetor norte, o empreendimento Bahia Marina é formatado e, em 1985, é apresentado para análise junto à Prefeitura da Cidade do Salvador. Aportando, além de investimentos e dos serviços náuticos a que se propunha, constituiu-se num fato novo com potencial de renovação do tecido e criação de polo reestruturador de atividades para o CHS, visto que situado em subespaço do bairro do Comércio.

O efeito propagador do equipamento se amplia com a perspectiva de conexões futuras com a área da Conceição e com as adjacências a norte – Porto e Cia de Navegação da Bahia e, ao sul – Solar do Unhão. Pode-se atribuir a este empreendimento a renovação de imóveis no entorno: residências e empreendimentos comerciais além da atração de público para esta área da cidade, com frequência diurna e noturna, que utiliza o conjunto de atrações de lazer que o próprio equipamento oferece.

Novos ajustes na legislação urbanística tiraram do controle a ocupação das zonas urbanas nos anos 80. A cidade terciária cuja expansão nos anos 60-70 criou múltiplos subcentros e uma polinucleação especializada das atividades, nos anos 70-80 conformou os corredores de atividades terciárias, que conectam bairros antigos às zonas de expansão urbana, progressivamente consolidados até os anos 90, dentre estes, o corredor de atividades que abrange o empreendimento Bahia Marina, conforme define o PDDU 2008.

A ocupação terciária da cidade expande-se também nas cumeadas com porte e escala de atividades de bairro, permeada por usos residenciais. A função do Comércio como centro bancário perdurou até o início dos anos 90, quando se desloca para a região do Iguatemi e Avenida Tancredo Neves.

O Centro chega ao século XXI com uma população cerca de 40% menor do que tinha ao final da década de 70, com certa homogeneidade no espaço compreendido entre Terreiro de Jesus e o Largo do Carmo e uma diversidade de atividades e tipologias funcional e arquitetônica nas demais áreas. A verticalização do modernismo tardio deixou marcas na paisagem do CHS, mas a cidade contemporânea, dos edifícios de gabaritos majorados, se avizinhou, mas não adentrou o Comércio e o Centro. Exceção para as imediações do Campo Grande e o espigão da Vitória e cujos exemplares participam das visuais a partir do mar, de Itapagipe, do Porto, do Solar do Unhão e dos empreendimentos situados no bordo da baía, inclusive da Bahia Marina.

Efeito das Políticas Públicas na ocupação e na paisagem

Configurada a tendência de esvaziamento do centro, políticas públicas com a finalidade de restabelecer a vitalidade do Centro Histórico e bairros adjacentes – Centro e Comércio, e preservar o patrimônio arquitetônico e urbanístico foram formatadas, principalmente pelo governo estadual, a partir da década de 60.

As políticas públicas se sucederam com suas peculiaridades, mas, de maneira geral, tiveram como foco e pressuposto: o Pelourinho e Terreiro de Jesus como áreas preferenciais para as intervenções devido à maior importância histórica e paisagística, maior interesse turístico, e concentração de imóveis em estado de conservação crítico; a atividade turística e outras terciárias como via de reversão do esvaziamento e deterioração; a população residente vista como entrave ao desenvolvimento das





atividades privilegiadas nos objetivos das políticas públicas; a realização de intervenções localizadas e a aposta no seu efeito propagador.

A partir dos anos 80 a vertente habitacional passa a ser uma tentativa, rapidamente estancada pela incompatibilidade de enquadramento dos imóveis do acervo do patrimônio cultural nos moldes do programa do Sistema Financeiro de Habitação (PROHAP).

Ainda nesta década, outra iniciativa com o viés da concentração das representações do poder público municipal foi implementada, o Projeto CAMI – Centro Administrativo Municipal Integrado, mas sem alcance da dinamização pretendida.

Na segunda metade da década de 80, com eleições diretas, o poder municipal revigorado desenha o Programa Especial de Recuperação e Revitalização dos Sítios Históricos de Salvador – PERSH. Este Programa continha uma visão global, abarcando os usos de moradia, trabalho, encontro, lazer, preservação do patrimônio arquitetônico e urbano-paisagístico e cultural, momento em que o Centro de Salvador passa a ser reconhecido pela UNESCO como patrimônio da humanidade. Entretanto, a efervescência idealizada esbarra em ações pontuais que não têm efeito multiplicador.

A partir de 1991 tem início o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, conduzido pelo governo estadual com grande quantidade de obras e recursos. Este Programa também apostando na atividade turística, introduziu o conceito de shopping ao ar livre e, ainda assim, a iniciativa refluíu. As intervenções foram divididas em sete etapas de reforma: quatro destas realizadas entre 1992 e 1995; a quinta e sexta etapas ocorreram no período 1996-1999, ano no qual se iniciou a sétima etapa ainda não concluída.

Tímidas tentativas de soerguer este Programa passaram por discussões relativas à forma de gestão deste espaço, mas não houve desdobramento no sentido de reversão da qualidade e intensidade da ocupação projetada, exclusivamente, de caráter comercial turístico e lazer, quando em 1999 a produção habitacional passa a integrar os objetivos da reabilitação dos imóveis.

Nos anos 2000, o Programa PRODETUR-NE II – Programa Desenvolvimento do Turismo do Nordeste II investiu majoritariamente na recuperação do patrimônio cultural, concentrando naqueles que poderiam contribuir para requalificação do Centro. Foram contempladas edificações importantes: recuperação do Portal da Misericórdia, nova sede do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural - IPAC – 2ª etapa, Forte Santo Antônio, Além do Carmo, além de recursos de qualificação empresarial e profissional. Ações importantes, mas não atreladas a um planejamento abrangente, necessário para compor estratégias multissetoriais. Ainda no curso dos anos 2000, com recursos oriundos de outras fontes, foram contemplados os projetos da Feira de São Joaquim, do terminal do Porto de Salvador.

Novo processo de planejamento para o Centro foi instaurado com a criação do Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador - ERCAS, em 2007, no âmbito do governo estadual. Considerando a necessidade de envolvimento abrangente dos diversos agentes sociais, econômicos institucionais e das três esferas governamentais e organizações não governamentais para elaborar e pactuar soluções mais efetivas e duradouras foram adotados os princípios do planejamento participativo, resultando no Plano de Reabilitação do CAS. Este Plano define 14 proposições para o CAS e, valorizando a função





habitacional, defende a constituição de um Fundo de Investimento Imobiliário para captação de investidores como meio para o soerguimento do Centro de Salvador. Considerando que o Plano de Reabilitação estabelece diretrizes para o horizonte de planejamento e encontra-se em curso de implementação, de modo focalizado, destaca-se no cenário prospectivo do Plano a inserção do empreendimento Bahia Marina.

O Plano de Reabilitação do CAS e o empreendimento Bahia Marina

Elaborado como uma política integrada para assegurar a sustentabilidade econômica, física e social da área e com o objetivo maior de buscar novo sentido para o lugar (CHS) que “perdeu sua funcionalidade e interesse econômico”, o Plano estabelece as metas:

“... o resgate da função habitacional, o fomento das atividades econômicas e atração de novas, o incremento do turismo cultural, a dinamização do bairro do Comércio e do Porto, a requalificação dos tecidos urbanos, dos espaços e dos equipamentos culturais, além de atrair a população de Salvador para frequentar um espaço cultural, /que/ concentra a memória da cidade e apresenta formas de discutir o futuro.” (Plano de Reabilitação, 2010).

Institucionalmente, o Plano corresponde às diretrizes do Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais do Ministério das Cidades, com ênfase na reversão do esvaziamento habitacional e da degradação das áreas urbanas centrais, assim como, às orientações do Ministério da Cultura relativas à preservação do patrimônio cultural e ao papel estratégico da cultura para o desenvolvimento.

Na análise das atividades empresariais e comerciais desenvolvidas no CAS o Plano de Reabilitação valoriza os projetos privados e projetos recém-implantados, pois que “representam importantes equipamentos para a área”.

O Plano considera que “os estabelecimentos de lazer e entretenimento dirigidos para o público jovem e/ou de maior poder aquisitivo, que vêm se localizando nos últimos anos na Avenida Contorno, ainda não aparecem de forma nítida nas estatísticas. Apesar disso, a estrutura de serviços constituída, em especial na Bahia Marina, já pode ser considerada um importante elemento dinamizador dessa área”.

O CAS já conta com áreas com grande poder de atração: a Fonte Nova, o Porto, a Feira de São Joaquim, o Mercado de São Miguel, a LGR Além do Carmo, além de outros equipamentos da iniciativa privada, implantados e em projeto. A Via Expressa Portuária de Salvador que conecta a BR-324 ao Porto da cidade facilitou o escoamento de cargas e melhorou o trânsito na área, com reflexos em toda a cidade. O objetivo do Plano é de atrair estabelecimentos que possam integrar uma cadeia produtiva e incentivar a vinda de novos negócios de menor porte.

Saliente-se que alguns dos projetos relacionados no Plano encontram-se paralisados, e certamente aguardam um panorama conjuntural mais favorável, além da superação dos desafios estruturais do centro: sociais, mendicância, violência urbana, marginalidade; de infraestrutura urbana e turística: transporte urbano, sinalização turística, limpeza urbana, acessibilidade e outros.





As proposições do Plano de Reabilitação do CAS, em especial duas das 14 proposições, estão diretamente sintonizadas com o empreendimento Bahia Marina: Fomento à atividade econômica no CAS e a Dinamização do bairro do Comércio e revitalização da orla marítima do CAS.

A primeira responde ao objetivo de gerar intensa circulação de pessoas e incentivar o dinamismo econômico prescrevendo: identificar formas de ampliar as atividades existentes e estruturais da região, atrair grandes investimentos e oferecer um ambiente propício ao desenvolvimento econômico, apoiar projetos e empreendimentos que atraiam público e investimentos para o CAS, incrementar o nível de atividade econômica para gerar maior renda e oportunidade para novos negócios. Neste contexto a BAHIA MARINA é citada como empreendimento de alto valor para a dinamização da economia no CAS. (Plano de Reabilitação, 2010, pag. 183).

Embora o reconhecimento da importância deste empreendimento, este e outros situados no bordo da BTS, no Comércio, não foram registrados no Mapa 02 – Grandes investimentos no CAS (Plano de Reabilitação, 2010, pag. 281), entretanto, a atividade náutica, enquanto propagadora de novos negócios que têm como imperativo a proximidade das áreas portuárias, são estratégicas na ativação da economia do Centro.

Em outra direção, o Plano enfatiza a atração de empresas que reforcem concentrações de atividades existentes de modo a ampliar a qualificação e remuneração do trabalho nestas atividades, especificamente.

A segunda focaliza a dinamização do bairro do Comércio e a revitalização da orla marítima do CAS, da Gamboa à Jequitaiá, com o aproveitamento e valorização dos projetos já em andamento: Forte da Gamboa, Plano Náutico da Baía de Todos os Santos, Porto de Salvador, Feira de São Joaquim, Bahia Marina e outros.

A dinamização pressupõe: aumentar a integração da Baía com a cidade seja requalificando os terminais marítimos de São Joaquim e Centro Náutico, seja com a ampliação do transporte náutico com origem nas marinas públicas e particulares; prover conexões ampliadas com a cidade alta como preconiza o PDDU com novos ascensores; requalificar o patrimônio e urbanizar a zona do Comércio para os deslocamentos a pé e para inserir novos modais de transporte, fortalecendo elementos que podem ampliar a mobilidade e acessibilidade ao Centro bem como a inserção de Salvador nas rotas de regatas marítimas internacionais. Para alcance deste objetivo é fundamental equipar e valorizar as áreas de bordo, cuja rica espacialidade na proximidade do mar proporciona experiências de fruição de alta qualidade.

As seguidas políticas públicas para o Centro não alcançaram a extensão da sua poligonal, assim como não reverberaram até os limites da Área de Proteção Rigorosa. No recente Plano de Reabilitação a área de planejamento foi ampliada para a poligonal do CAS - Centro Antigo de Salvador, um reconhecimento de que o processo de degradação física e social se ampliou e que a reversão ou reabilitação depende de estratégia multivariada tal a complexidade que atingiu a questão do esvaziamento do centro.



Paisagem em transformação por processos de deterioração do patrimônio por acidentes e desastres

Ao longo dos quase cinco séculos da sua história inúmeros acidentes e desastres concorreram para modificações na paisagem do frontispício da cidade do Salvador.

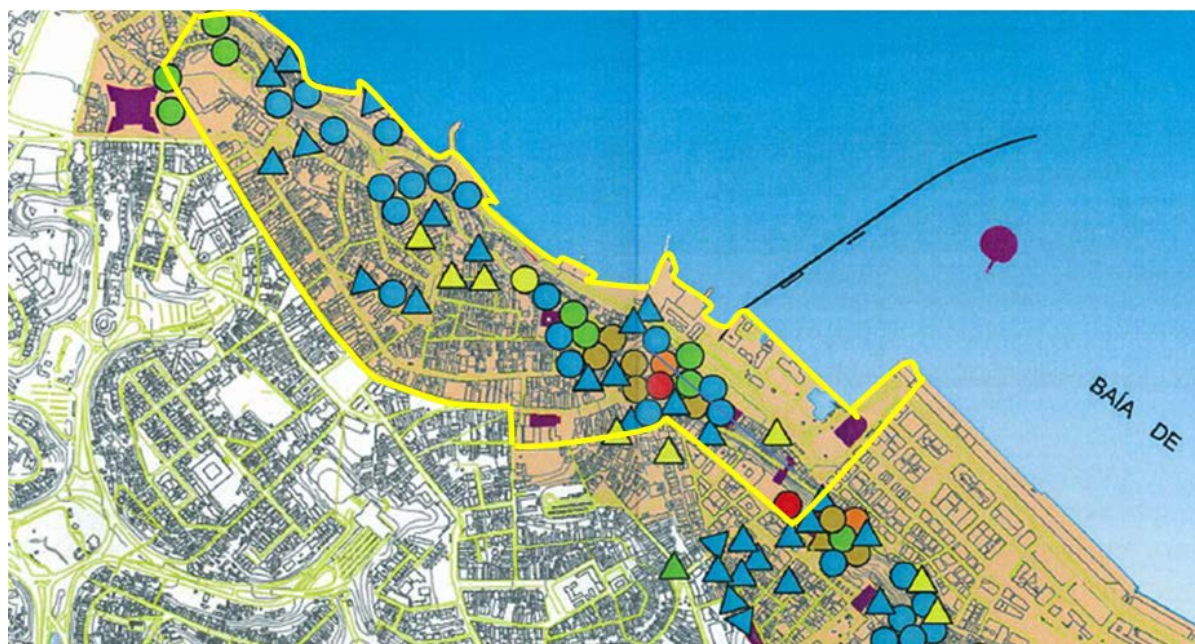
No precioso estudo intitulado Acidentes e Desastres em Trecho da Falha de Salvador: um estudo na busca da preservação dos edifícios de interesse cultural (MUÑOZ, 2009)³³, pode-se perceber a sequência de transformações da paisagem a partir do inventário das ocorrências havidas desde a fundação da cidade até o ano 2006, na área compreendida entre o Forte de São Pedro e a Lapinha.

Nesse extenso estudo foram analisadas as variáveis que influenciaram a estabilidade dos taludes destacando-se: características geológicas, geomorfológicas, geotécnicas e climáticas, ocupação de encosta, cortes e aterros, infraestrutura e gestão urbana, remoção de cultivo inadequado de vegetação, vibrações e construções de contenções.

As conclusões da pesquisa indicam que as variáveis mais influentes nos acidentes da falha geológica foram a precipitação pluviométrica e a geomorfologia da área de estudos. As influências antrópicas são fortemente determinantes de acidentes e dentre estes se destacam o acúmulo do lixo e a ocupação irregular. Entretanto, para as ocorrências de desabamento, muitas delas envolvendo casarões antigos, foram mais influentes a precipitação pluviométrica e o comprometimento estrutural decorrente de falta de manutenção. Este último fator está relacionado aos efeitos do processo que ainda passa o centro da cidade: do esvaziamento progressivo à substituição da classe socioeconômica dos residentes. A população desatrelada de políticas públicas de alcance efetivo e sem capacidade de realizar a manutenção predial superficial e/ou estrutural conduziu ao arruinamento do patrimônio em larga escala. O que ainda se manteve passou por uma renovação/reconstrução de questionável qualidade arquitetônica.

Os mapas produzidos no estudo referido registram as ocorrências a cada século. Visando focalizar o objetivo deste documento – análise da ocupação nos últimos 50 anos e o recorte espacial adotado como entorno do empreendimento, as considerações se restringem ao século XX, neste recorte espacial, século em que mais ocorrências foram registradas, majoritariamente de ocorrências de desabamento predial.

O mapa geral das ocorrências por século mostra a frequência de acidentes na falha geológica, no entorno do equipamento Bahia Marina (**FIGURA 5.3.3-1**).



CONSIDERAÇÕES GRÁFICAS:

- Acidentes e desastres
- △ Desabamentos/edificações com comprometimentos estruturais

LEGENDA:

Acidentes e desastres com escorregamentos de terras

- Século XVI
- Século XVII
- Século XVIII
- Século XIX
- Século XX
- Século XXI

Desabamentos/edificações com comprometimentos estruturais

- ▲ Século XVI
- ▲ Século XVII
- ▲ Século XVIII
- ▲ Século XIX
- ▲ Século XX
- ▲ Século XXI

FIGURA 5.3.3-1 - Localização dos acidentes, desastres e desabamentos ocorridos do sec. XIV ao XXI. Fonte: Tese de Doutorado, MUÑOZ, 2009³³.



○ Acidentes e desastres △ Desabamentos – edificações com comprometimento estrutural

1e	23/04/1906 – Ladeira da Montanha	3	02/06/1916 - Trapiche Jaqueira
5	23/04/1920 – Conceição da Praia	7	30/05/1924 – Rua Carlos Gomes
10	18/06/1926 – Unhão	11	1926 - Rua Chile
14e	02/05/1935 – Unhão	12b	11/04/1935 – Ladeira da Preguiça
15a	16/05/1935 – Ladeira da Gameleira	14b	02/05/1935 - Largo Teatro S. João
25b	23/04/1964 – Rua Joaquim Maia	19	30/04/1939 – Igreja dos Aflitos
27	27/05/1966 – Avenida Contorno	21	16/06/1952 – Largo 2 de Julho
28	03/06/1968 – Avenida Contorno	31b	27/04/1971 – Gamboa de Cima
29	20/05/1969 – Avenida Contorno	32b	07/05/1971 – Rua Sodré
39b	03/06/1978 – Gamboa de Baixo	33	25/06/1972 – Rua Senador Costa Pinto
39c	03/06/1978 – Avenida Contorno	43b	16/05/1992 – Solar do Unhão
40	15/04/1984 – Preguiça	45	29/05/1994 – Ladeira da Preguiça
43a	16/05/1992 – Solar do Unhão	54	25/03/1999 – Rua Gamboa de Baixo
53	02/08/1998 – Unhão	60 ^a	04/07/1999 – Ladeira da Preguiça
55	27/04/1999 – Rua Dois de Julho	60b	04/07/1999 – Rua Democrata
57a	03/05/1999 – Encosta da Av. Contorno		

FIGURA 5.3.3-2 – Localização dos acidentes, desastres e desabamentos ocorridos no sec. XX. Fonte: Tese de Doutorado, MUÑOZ, 2009³³, pag. 211.

No sec. XX, no entorno do empreendimento Bahia Marina, são 15 episódios de desabamentos e edificações com comprometimento estrutural, e 16 eventos de acidentes e desastres (**FIGURA 5.3.3-2**).

As numerosas ocorrências alteraram a feição principalmente das edificações que não mais guardam o valor como patrimônio histórico – salvo poucas exceções –, diferentemente, e certamente por causa de tantas ocorrências de desmoronamentos, a



encosta, apesar das transformações e introdução de contenções, neste trecho do entorno do empreendimento, manteve as feições da ocupação da cidade tradicional com leve adensamento da ocupação.

No Sec. XXI as ameaças de desabamentos de antigas edificações e ruínas permanecem. No total são 12 episódios, sendo 10 de desabamento de edificações com comprometimento estrutural e dois de acidentes e desastres. A redução do número de acidentes pode refletir políticas públicas preventivas como a “Operação Estabilização de Encostas”.

Na área de entorno da Bahia Marina, neste século XXI, registram-se seis dos episódios de desabamento/edificações com comprometimento estrutural e apenas 1 de acidentes e desastres. Em 2007, o CREA realiza vistoria preventiva nos imóveis dos seguintes logradouros: Rua da Conceição da Praia, Rua do Corpo Santo, Rua Guindaste dos Padres, Ladeira da Misericórdia e Ladeira da Montanha, visando a salvaguarda da sociedade tal a extensão e o estado da degradação física do conjunto edificado.

O quadro geral das edificações no entorno é ainda mais grave do que apontam os registros. Imóveis contíguos à Igreja da Conceição e outros que compõem o conjunto de edifícios no sopé da falha geológica foram transfigurados por desabamento, inclusive de fachadas principais. Encontram-se escorados distanciando a cidade do encantamento que se lhe apregoa com repercussão direta nos investimentos em curso.

Na encosta, na área do entorno do equipamento Bahia Marina, no ano de 2014, mais um desastre de escorregamento de terra foi registrado e encontra-se em execução extensa alvenaria de contenção. Os acidentes e desastres que se repetiram ao longo de cinco séculos dão sinais de persistência, apesar da evolução do conhecimento e da tecnologia.

Observação da evolução da estrutura urbana e da paisagem na série histórica de imagens: 1959, 1976, 1989, 1998 e 2014

Os registros por meio de fotos aéreas permitem analisar e confirmar o descritivo histórico da ocupação do Centro de Salvador, e, como as imagens revelam, muito das relações entre os elementos construídos são autoexplicativas, apenas algumas sinalizações acompanham as leituras das imagens.

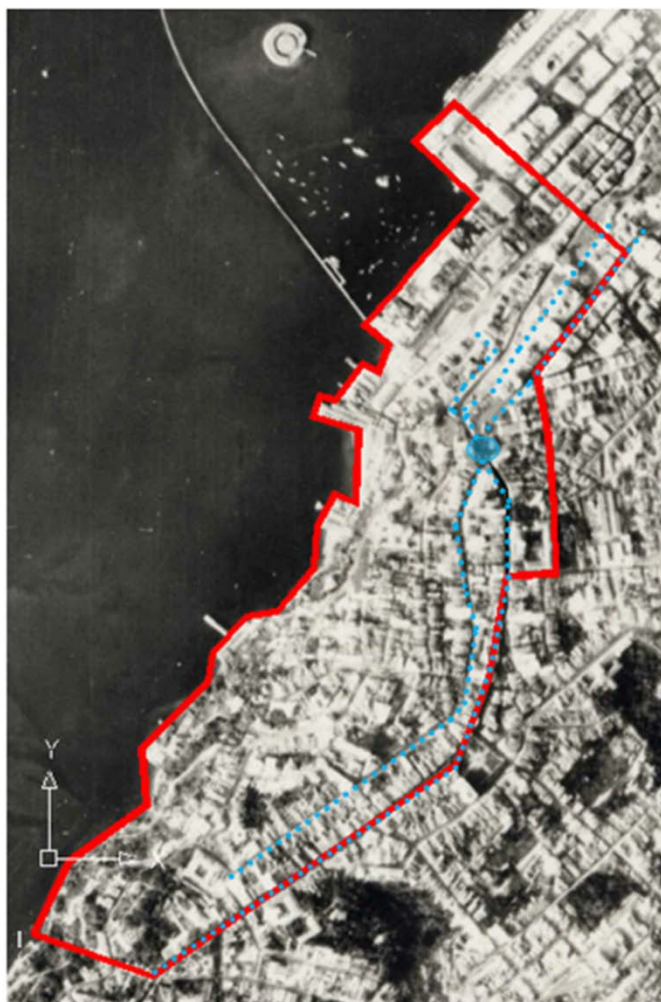


FIGURA 5.3.3-3 – Imagem aérea e poligonal do entorno do empreendimento, 1959. Fonte: INFORMS / CONDER.

A **FIGURA 5.3.3-3** mostra a encosta da falha geológica ainda sem a construção da Avenida do Contorno. Percebe-se com clareza o sistema viário do topo da falésia – Av. Sete de Setembro, Rua Carlos Gomes, a Ladeira da Montanha, a Praça Castro Alves, a Rua Chile e demais vias com bastante nitidez, apesar da pouca qualidade da imagem. Imagem do ano em que o CHS foi tombado pelo IPHAN, mostra o antigo Mercado Modelo. O píer do Trapiche Jaqueira destaca-se, mais saliente que os píeres dos demais Trapiches. A quantidade de embarcações abrigadas no quebra mar não difere dos registros fotográficos atuais.



FIGURA 5.3.3-4 – Imagem aérea e poligonal do entorno do empreendimento, 1976. Fonte: INFORMS / CONDER.

Em 1976 (**FIGURA 5.3.3-4**) todas as condições do esvaziamento do CHS já estavam postas, em especial, as avenidas de vale estavam em construção. O píer do Trapiche Jaqueira já havia sido demolido. Destaque para as praias: do Unhão, da Preguiça e do Comando do 2º Distrito Naval. O espaço verde da encosta se apresenta bastante definido. A nitidez da delimitação dos edifícios ao longo da Ladeira da Montanha e da Conceição denota que ainda se mantém independente do estado de conservação. O sombreamento das edificações mostra os edifícios verticalizados, espaçados, na Av. Sete de Setembro, Rua Carlos Gomes, Ladeira de São Bento, Rua Chile e concentrados no Comércio. O Edifício. N. Senhora de Lourdes já havia sido edificado nesta data. Fora da

poligonal percebe-se movimento de terra no vale dos Barris – avenidas de vale em construção.



FIGURA 5.3.3-5 – Imagem aérea e poligonal do entorno do empreendimento, 1989. Fonte: INFORMS / CONDER

Na **FIGURA 5.3.3-5** detecta-se a remoção do armazém mais próximo ao Mercado Modelo e o redesenho do sistema viário nas imediações da Praça Cairu. O verde da encosta da falésia ainda bem legível e o início da construção do molhe da Bahia Marina. Fora da poligonal vê-se a Estação da Lapa construída que se articula com as avenidas de vale.



FIGURA 5.3.3-6 – Imagem aérea e poligonal do entorno do empreendimento, 1998. Fonte: INFORMS / CONDER.

Nota-se que o aterro, o molhe principal e alguns “*fingers*” da Bahia Marina já haviam sido executados (**FIGURA 5.3.3-6**). As praias estão mantidas. Nesta imagem os edifícios da Avenida Sete de Setembro e Carlos Gomes e outros podem ser lidos pela proporção das edificações, muitos atravessando de uma avenida à outra. Bem perceptível, se comparada esta imagem com as dos anos 1959 e 1976, podendo ser identificada a progressão da alteração do tecido urbano.



FIGURA 5.3.3-7 – Imagem aérea e poligonal do entorno do empreendimento, 2014.

Fonte: GOOGLE MAPS.

As praias do Unhão, Preguiça e do Comando do 2º. Distrito Naval permanecem e uma nova faixa de praia foi conformada entre o molhe norte e o Trapiche Porto (**FIGURA 5.3.3-7**). O espelho repleto de embarcações, o novo molhe em construção e os *fingers* da marina do Centro Náutico são os elementos na paisagem mais recente. Outras alterações são a extensão e novo píer da marina Correia Ribeiro, nova cobertura para anexo do Solar do Unhão, renovação do conjunto de estruturas da marina Correa Ribeiro, Trapiche Adelaide e importante supressão de vegetação da encosta em razão do empreendimento Cloc Marina Residence. A retirada de dois armazéns, a urbanização do cais do porto e a nova estação de passageiros.



O equipamento Bahia Marina – Obras de ampliação e a paisagem

A caracterização da evolução da paisagem, numa abordagem mais particular da inserção dos edifícios da Ampliação na paisagem, focaliza a relação de vizinhança com os testemunhos do patrimônio histórico no seu entorno, as alterações das relações espaciais em decorrência de transformações recentes e as particularidades das novas edificações propostas.

Metodologicamente serão consideradas as visuais a partir do exterior, quando a paisagem fixa-se a partir de relações entre espaço natural e espaço construído, visuais a partir da Baía de Todos os Santos, e, as visuais do interior, quando a paisagem se estrutura no deslocamento nas principais vias da cidade, com principal incidência dos efeitos topológicos.

Os elementos da estrutura da paisagem passíveis de registro são a forma, a função e o significado e serão cotejados na análise das particularidades das novas edificações propostas e a inserção na paisagem do entorno.

O equipamento e o Patrimônio Histórico

O empreendimento situado em acressidos de marinha está contíguo à Área de Proteção Rigorosa do Centro Histórico, onde há a maior concentração do patrimônio histórico e cultural da cidade. Na **FIGURA 5.3.3-8** estão mapeados os monumentos situados na área de entorno da BAHIA MARINA, identificados àqueles que têm maior relação com este equipamento.

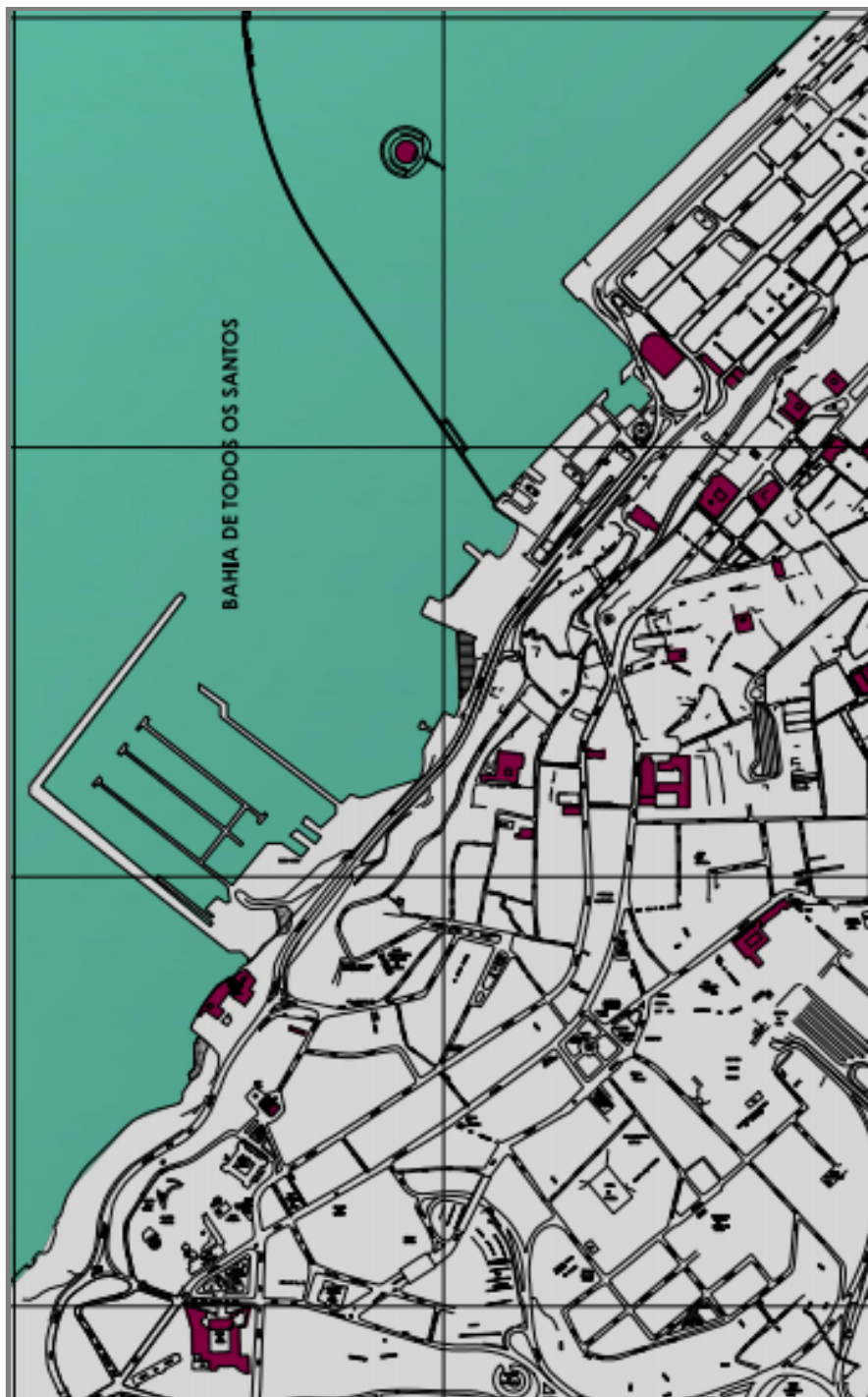


FIGURA 5.3.3-8 – Mapa Monumentos no CHS, IPAC-BA Vol I, 1984.

Fonte: Adaptação, recorte da área de entorno do empreendimento Bahia Marina.

Os dois monumentos mais significativos na vizinhança são o Solar do Unhão e o Convento de Santa Tereza, além do Forte de São Marcelo.

Com relação ao Solar do Unhão, as edificações têm em comum estarem implantadas à mesma cota, serem construídas em acrescidos de marinha, situadas no bordo da baía,

em plano acentuadamente distinto, abaixo da principal via de deslocamento e de acesso aos edifícios e ao Comércio.

Na avaliação das perspectivas, quando da aproximação da área do equipamento, temos que a sucessão de edificações - Solar do Unhão e Bahia Marina - compõe a visão serial no trecho entre a Gamboa e os Aflitos quando ambas as edificações se encontram num mesmo campo focal, **FIGURA 5.3.3-9**.

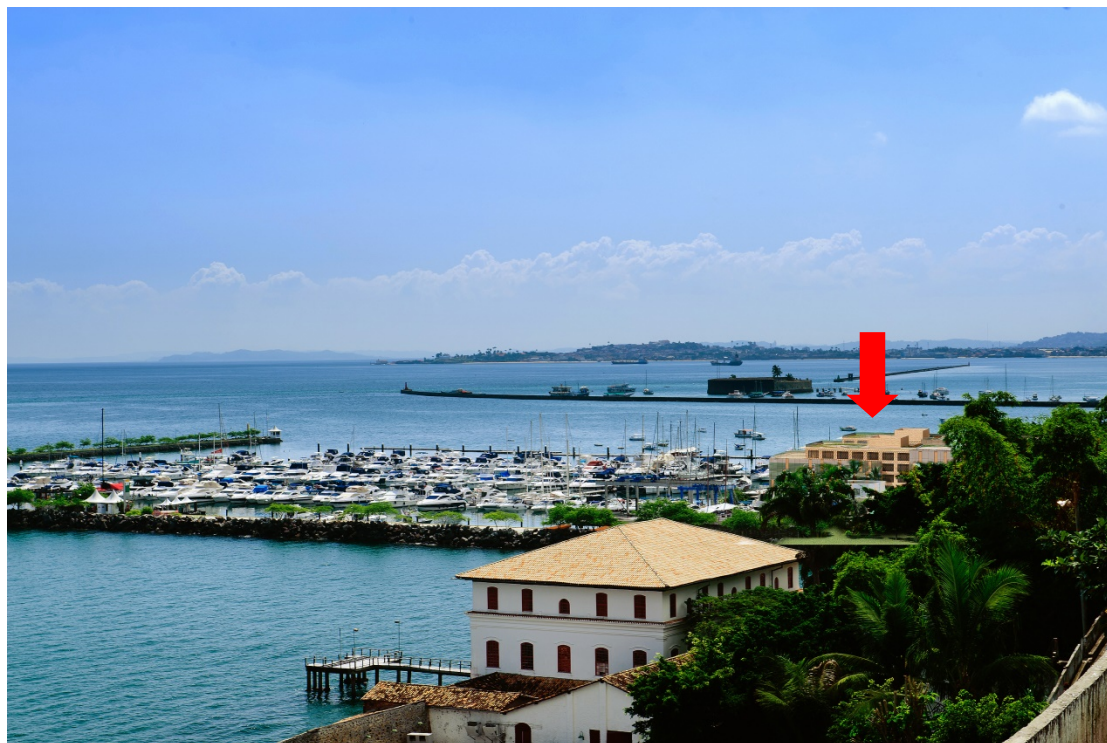


FIGURA 5.3.3-9 – Inserção do Edifício Comercial na paisagem – Relação com o Solar do Unhão. Fonte: Fotografia Tarso Figueira, Fotomontagem de Quântica Design.

A relação entre estes complexos não passou despercebida ao GT /1991. A **FIGURA 5.3.3-10** representa exatamente a relação destes complexos que, neste percurso – Gamboa / Aflitos -, pela Avenida do Contorno, num dado momento, o Solar do Unhão rebate-se sobre a lateral do volume a edificar.

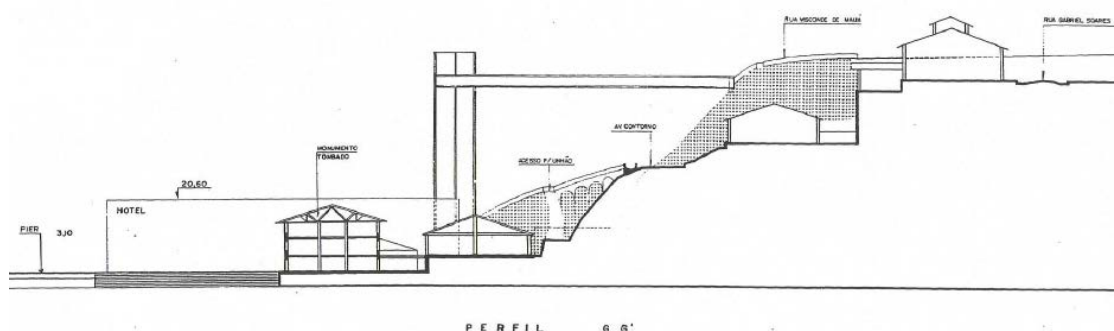


FIGURA 5.3.3-10 – Plano de Ocupação, Perfil G G, Prancha 04. Fonte: Relatório Final Processo Marina, GT-1991.



A praia do Unhão, entretanto, estabelece a justa medida da distância entre estes dois complexos e assegura o emolduramento do Solar do Unhão, garantindo-lhe a identidade e integridade paisagística a partir das visuais do exterior como demonstra a **FIGURA 5.3.3-11**.



FIGURA 5.3.3-11 – Emolduramento do Solar do Unhão.

Fonte: Robson Mendes/AGECOM, em Plano de Reabilitação, CAS p.82.

O Convento de Santa Tereza situado em cota bem mais elevada, acima da Rua Visconde de Mauá, não se relaciona com o empreendimento, compondo uma visão serial da paisagem nos deslocamentos internos, mas sim, quando os edifícios, em projeção ortogonal, integram a fachada do frontispício.

Os demais monumentos e edificações tombadas na poligonal de entorno distam do equipamento, têm relação secundária com a Bahia Marina e, certamente, os critérios privilegiados para harmonizar com os monumentos mais próximos também os contemplarão.

A partir do subespaço constituído pela Bahia Marina, passa-se a oferecer, ao usuário deste equipamento, visuais externas do frontispício, mais aproximadas, de onde este pode ser apreciado de um ponto de vista inusitado, e, o Convento de Santa Tereza, dantes despercebido da população por não compor o campo visual dos deslocamentos da cidade, passa então a integrar as visuais do entorno do equipamento (**FIGURA 5.3.3-12**).



FIGURA 5.3.3-12 – Detalhes do frontispício na rua interna da Bahia Marina, imediações do SOHO. Fonte: Bahia Marina.

O Forte de São Marcelo, delimitado no compartimento paisagístico definido pelo quebra mar, tem espaço de emolduramento assegurado a partir da visual mais crítica – na sinaleira da Avenida do Contorno – quando o observador posicionado em frente ao Solar do Unhão, em proximidade máxima com a Bahia Marina, ainda resguarda desta perspectiva, o compartimento paisagístico deste monumento, conforme mostra a **FIGURA 5.3.3-13**.



FIGURA 5.3.3-13 – Ampliação Bahia Marina, Edifícios inseridos na paisagem, vista e vista aproximada.

Fonte: Fotografia Tarso Figueira, Fotomontagem Quântica Design.

A relação entre estes monumentos foi considerada e destacada pelo GT/1991 como mostra a **FIGURA 5.3.3-14**, extraída deste documento.

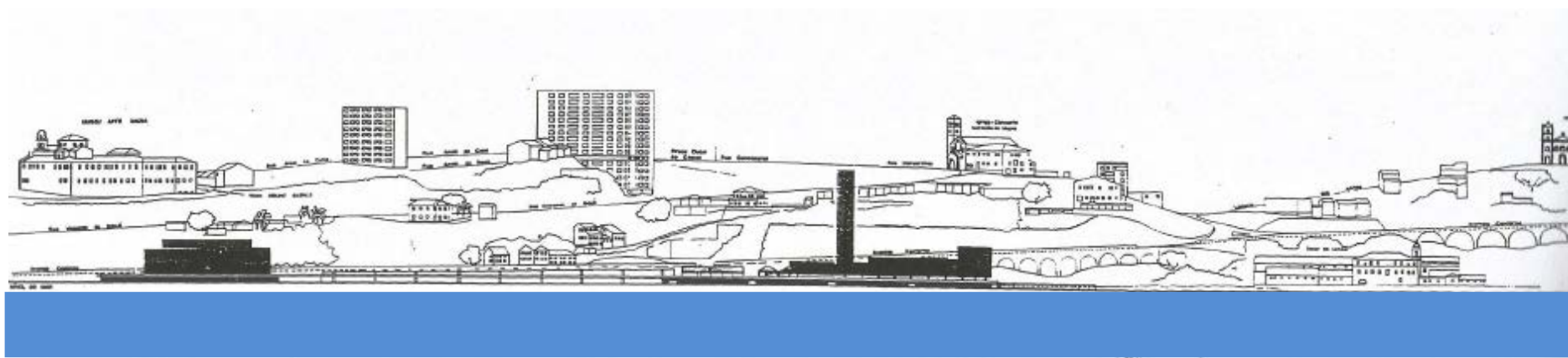


FIGURA 5.3.3-14 - Vista do frontispício, Prancha 06. Fonte: Relatório Final Processo Marina, GT/1991.

Na **FIGURA 5.3.3-15** a montagem dos novos edifícios na paisagem do frontispício possibilita aquilatar a interferência na qualidade do ambiente e da paisagem com a inclusão das edificações. O Centro Náutico/Hotel em função de situar-se atrás do volume do Edifício Comercial e por ter menos pavimentos, deste ponto de vista, não tem participação na composição. O Edifício Comercial com o partido arquitetônico que subdivide a massa construída não determina uma superioridade volumétrica com relação aos monumentos.



FIGURA 5.3.3-15 – Vista do Frontispício com inserção das edificações complementares da BAHIA MARINA.

Fonte: Fotografia Tarso Figueira. Fotomontagem Quântica Design.

Comparando esta representação simplificada do frontispício, **FIGURA 5.3.3-14** com a **FIGURA 5.3.3-15** pode-se observar que:

- A inserção dos volumes mantém as relações valorizadas na proposta do GT Marina 1991;
- As massas do complexo Bahia Marina não empanam as volumetrias do Solar do Unhão, do Convento de Santa Tereza ou do Forte de São Marcelo;
- As opções de revestimentos e cor se contrapõem as massas brancas das caixas murarias dos monumentos assegurando-lhes a distinção e a identidade.
- Os trechos em vidro devem contribuir para amenizar e tornar menos incisivas as arestas dos volumes como efeito dos reflexos e transparência que este material proporciona.

Para não deixar de ponderar também sobre as diferenças entre a ocupação proposta no plano de massas do GT/1991 e a área ocupada pelos edifícios complementares em análise, temos que o edifício de maior porte está deslocado no plano horizontal com relação à Avenida do Contorno, porque observa um recuo muito superior ao da proposta do GT/ 1991. Passa-se de um recuo definido para uma ocupação lindeira à Avenida do Contorno com 17,50m, para um recuo de 73,00m. Saliente-se que foi mantida a altura estabelecida conforme consta no plano do GT /1991.

As implicações da atual implantação, avaliadas como positivas, são primordialmente: não caracterizar uma ocupação lindeira ao longo da Av. Contorno do lado do mar na medida em que o maior recuo reforça a leitura de independência e autonomia deste subespaço do Comércio; a capacidade desse expressivo espaço ter a força para resgatar e de



integrar as áreas de borda residuais, decorrentes da implantação da Avenida do Contorno, restituindo-as à cidade, conferindo-lhe acessibilidade, potencializando-as na condição de componentes deste subespaço, da Gamboa de Baixo à sede do Comando do 2º. Distrito Naval.

Transformações recentes no entorno do equipamento

Numa análise que se atualiza desde os anos noventa, no intervalo entre os anos 2005 e 2014, as prospecções à época (2005) indicavam transformações mais generosas para com a cidade do que resultou das intervenções concretizadas no entorno do equipamento. Neste transcurso foram introduzidas significativas alterações no frontispício, refletindo a oscilação no compromisso de preservação dos valores da paisagem e nos critérios de análise para licenciamento. Para exemplificar, pode-se citar como mais significativas: a inserção de edifício com linguagem arquitetônica de forte impacto visual com relação ao padrão tipológico que caracteriza a ocupação do frontispício, desorganizando os pontos focais da composição paisagística preexistente, e a alteração no compartimento paisagístico do Solar do Unhão, das visuais da Baía de Todos os Santos, com a construção de empreendimento que segmenta o *continuum* de vegetação da encosta, importante elemento que reforça a relação de planos distintos da Cidade Alta e Baixa, conforme registrado nas **FIGURA 5.3.3-16** e **FIGURA 5.3.3-17**.

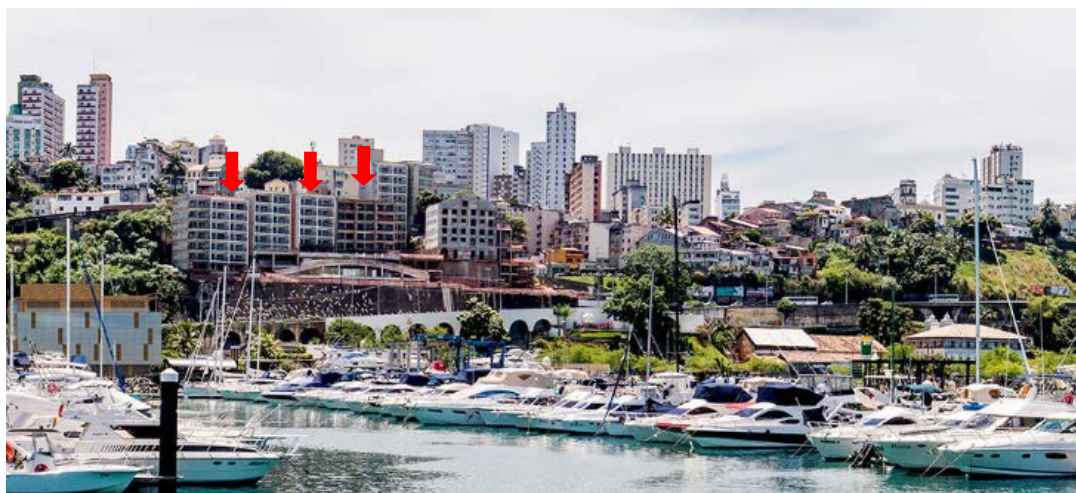


FIGURA 5.3.3-16 – Clow Residence – Interrupção do *continuum* verde da falésia.

Fonte: Fotografia Tarso Figueira, Fotomontagem Quântica Design.



FIGURA 5.3.3-17 – Marcação de fachada que desorganiza os pontos focais da paisagem preexistente.

Fonte: Fotografia Tarso Figueira, Fotomontagem Quântica Design.

As transformações recentes no entorno da Bahia Marina, se por um lado, resultaram de renovações de construções existentes e ratificaram o caráter embrionário de uma nova dinâmica econômica para o Centro Histórico, por outro, repercutiram na paisagem desestruturando-a fortemente.

De outro modo, a não renovação de edifícios da encosta deteriorou o aspecto geral do frontispício. Na proximidade da Igreja de N. Senhora da Conceição da Praia, na sua manifestação mais agravada, fachadas desmoronaram e denotam o comprometimento geral da estabilidade das edificações que compõem o conjunto contíguo à Igreja da Conceição, trecho de maior importância do frontispício no Comércio.

Para o segmento do frontispício que corresponde à Rua Visconde de Mauá, em frente ao equipamento Bahia Marina, havia-se prospectado a recomposição do casario na outra margem da avenida, bem como a articulação deste equipamento através de outras estruturas complementares, para conformação do espaço turístico do Comércio.

Entretanto, a renovação que se consolidou foi a de habitações de baixo padrão construtivo e estético. As ruínas e edificações que precariamente resistiam, à época, não foram recuperadas ou incorporadas a iniciativas outras que elevassem a qualidade da paisagem neste trecho. A requalificação ou reabilitação, como denomina o atual Plano para o Centro, ainda continua no papel, salvo algumas intervenções de infraestrutura que não têm potência para promover a transformação esperada.

As qualidades paisagístico/ambientais proporcionadas com a implantação da Bahia Marina foram agregadas ao sistema de espaços abertos da cidade e continuam a alimentar e sustentar a expectativa de consolidação de nova dinâmica econômica para o Centro Histórico. Outros projetos que poderiam constituir-se em alavancas não



deslançaram. São vários os apontados no Plano de Reabilitação do CAS que aguardam uma melhor orquestração de investimentos para sair do papel.

Os novos empreendimentos implantados e em implantação nas imediações reforçam a atração de público de estratos socioeconômicos mais altos. A mescla de estratos sociais, entretanto, se efetiva nos momentos de eventos de grande fluxo tanto aqueles que acontecem nas dependências da Bahia Marina quanto nos que passaram a ocorrer na Praça Cairu, espaço que vem se consolidando para esta finalidade.

A ampliação da Bahia Marina potencializa a diversidade de públicos, pois, ambos os edifícios – Centro Náutico/Hotel e Comercial - congregam usos de potencial geração de empregos, acentuam a convergência de público visitante e, certamente, acarretarão na intensificação de população circulante, preenchendo a lacuna da frequência diurna, com tendência à homogeneização de fluxos nos períodos diurno e noturno.

As Obras de Ampliação e a inserção na paisagem

Os dois edifícios propostos na ampliação do empreendimento – Centro Náutico/Hotel e o Edifício Comercial – incorporam as recomendações sedimentadas ao longo de duas décadas de discussões técnicas, um acervo de considerações e massa crítica sobre a ocupação deste espaço, tanto por parte dos órgãos licenciadores, dos empreendedores e do público, após a experimentação do ambiente, seja usuário ou não do equipamento náutico.

Pelo conjunto de atividades que possibilita e serviços que oferece, pela qualidade do espaço que é vivenciado com a desejável proximidade do mar, pelo efeito propagador de valorização e inspiração de outras iniciativas empresariais no entorno, pela atração de público que exerce, a Bahia Marina constitui-se, de fato, em importante equipamento urbano, integrante do sistema hidroviário da maior baía do país, para a qual foi elaborado um Plano Náutico que não consegue ter o processo de implantação deslançado. São exceções as estruturas que teimaram em se instalar à revelia de uma política pública vigorosa, a exemplo da Bahia Marina, cujos novos edifícios a complementam e reforçam a capacidade de atendimento do equipamento, agregando-lhe condições de maior dinamismo.

Voltando ao detalhe destas duas novas edificações da Bahia Marina, passa-se a ressaltar os valores que estas incorporam no sentido de evidenciar o que se estabeleceu como parâmetros de compatibilização das edificações, com a paisagem em que se inserem, retomando os elementos da estrutura urbana perceptíveis na leitura da paisagem: uso, forma e significado.

Quanto ao uso

As edificações têm destinação que se associa ao que estabelece o Plano de Reabilitação do CAS, como anteriormente mencionado. Estas atividades reforçam polos de atividades terciárias em sintonia com o potencial do CHS, como espaço privilegiado para o turismo, mais especificamente o Centro Náutico/Hotel.

O Edifício Comercial corresponde à tendência urbanística de redução dos deslocamentos das rotinas casa/trabalho, assim como, da liberação da relação de proximidade para a realização de trabalho sinérgico decorrente da disseminação dos meios digitais de comunicação. A tendência de que as relações presenciais sejam cada dia menos frequentes dispensa que Edifícios Comerciais sejam implantados no cerne das grandes centralidades especializadas.

Ressalte-se que a constituição de Fundo de Investimento Imobiliário, iniciativa em formatação como meio para a revitalização do CHS, proposto no Plano de Reabilitação do CAS, promoverá a ocupação de centenas de imóveis vazios e outros tantos para reconstrução, criará um novo mercado potencial a demandar por comércio, serviços e estruturas para desenvolvimento de atividades e negócios.

Com relação ao próprio equipamento Bahia Marina, os usos dos novos edifícios são complementares ao *mix* de lojas e restaurantes já implantados, e atividades náuticas ali desenvolvidas. Constituem-se em incremento ao equipamento, ampliando-lhe a oferta de serviços compatíveis com porte do complexo náutico no contexto urbano em que se situa.

Quanto à forma

O Centro Náutico/Hotel está implantado adjacente à Avenida do Contorno e observa rigorosamente, assim como o edifício garagem, a cota do gradil da Avenida do Contorno como altura máxima da edificação. No conjunto, o tratamento da cobertura já é considerado como uma quinta fachada, pois este plano passará a compor as visuais das tomadas à meia encosta.

O tratamento das fachadas do Centro Náutico/Hotel não estabelece, seja com os materiais de revestimento, padrão de esquadrias e linguagem arquitetônica da expressão plástica, nenhuma relação de vinculação com as demais edificações do complexo Bahia Marina. Este se apresenta como um conjunto diverso de unidades constituintes correlacionadas por estarem implantadas num subespaço, a uma mesma cota, e por estar numa relação de proximidade com o mar, assemelhada à relação do Solar do Unhão – em plano inferior ao de deslocamento através do sistema viário urbano principal.

O Edifício Comercial recorre às referências do que estabeleceu o GT Bahia Marina, 1991, com duas variantes: o Edifício afasta-se da Avenida mais que definido pelo GT, reduz um pavimento da altura prevista por este GT e escalona o último pavimento do edifício, conforme estabelecido no TAC firmado com a Prefeitura Municipal do Salvador.

Outras observações já identificadas como valores a serem perseguidos foram adotadas de modo a evitar massas concorrentes aos edifícios monumentais do entorno: Solar do Unhão e Convento de Santa Tereza. O edifício adota o partido de vazio central configurando dois volumes a partir do segundo pavimento. Reforçando a necessidade de presença, o menos insinuante quanto possível, os volumes foram revestidos por mescla de panos de vidro e superfícies opacas, diluindo os cantos com a transparência do material e fragmentando as marcações de fachada, **FIGURA 5.3.3-18**. A cor do revestimento cerâmico em tom de ferrugem mescla-se com os elementos naturais da encosta. Na composição resultante foi alcançado um grau de integração com o mosaico das unidades habitacionais que compõem a paisagem, da perspectiva do mar, não atingido por nenhuma das alternativas de projeto anteriores.



FIGURA 5.3.3-18 – Perspectiva do Edifício Comercial.

Fonte: Fotografia Tarso Figueira, Fotomontagem Quântica Design

Quanto ao Significado

O complexo Bahia Marina já integra o quadro de referências da cidade como equipamento urbano de funções náuticas e centro de entretenimento e lazer com ampla gama de restaurantes e comércio especializado, após mais de uma década de relação com o público de Salvador. As novas atividades agregadas, nessa Ampliação, complementam a estrutura de apoio aos serviços náuticos e ampliam a oferta de serviços turísticos e empresariais no CHS, sendo ambos – o Centro Náutico/Hotel e o Edifício Comercial - reforços aos objetivos de reversão do esvaziamento do CHS.

Para a cidade portuária e terciária do século XXI o equipamento Bahia Marina tem o significado de manter o foco no resgate da pujança do porto e do comércio da outrora capital da América Portuguesa, pois que,

“(…) em Salvador, podemos, (…) estar em dois, três séculos diferentes e todos genuínos (…) o velho e o novo, o presente e o passado, o luxuoso e o primitivo, (…) tudo isso se reúne para formar o todo, numa das mais tranquilas e mais agradáveis paisagens do mundo.” (SWEIG, apud SAMPAIO 1999, p. 149)³¹.

5.3.3.2. Levantamento dos instrumentos legais em vigor relacionados ao uso e ocupação do solo e paisagísticos para a área pretendida para o empreendimento

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano constitui-se no instrumento básico da Política Urbana e fundamenta-se nas disposições da Constituição Federal, Constituição do Estado da Bahia, Lei Orgânica do Município do Salvador, e da Lei Federal nº. 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade.

A Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da Cidade do Salvador, Lei 7400/2008, vigente, consolida toda a legislação federal, estadual e municipal relativa ao uso e ocupação do solo até a data de 27/02/2007, quando sancionada, sejam disciplinas da ordem urbanística, ambiental ou do patrimônio.

Decretos no entorno da Bahia Marina como o Decreto nº 24.435 de 07/11/2013 de alcance localizado, nas imediações da Ladeira da Preguiça, exemplificam uma ação legislativa continuada, mas sem o alcance do instrumento diretivo do uso e ocupação do solo.

Considerando que a análise da Dinâmica Territorial pressupõe a dimensão temporal e que conceituações sobre o centro da cidade motivaram, ao longo do tempo, a definição de poligonais distintas, cada vez mais abrangentes, estas foram mapeadas, com o sentido de oferecer maior clareza, explicitando referências que constam no corpo do texto, ressaltando a relação do empreendimento com as poligonais e com a natureza motivadora dos respectivos traçados.

As seguintes poligonais estão representadas na **FIGURA 5.3.3-19**:

Poligonal 1 – Áreas tombadas pelo IPHAN em 1959 e 1984.

A partir do final da década de 1950 o IPHAN passa a proteger, através do instrumento do tombamento os sítios urbanos. Na Bahia foi tombado o Centro Histórico de Salvador e outros conjuntos arquitetônicos e paisagísticos localizados. No Centro Histórico foram delimitadas três zonas de proteção com a designação de Zonas de Preservação Rigorosa, Zonas de Simples Preservação e Zonas de Proteção da Paisagem. Estudos posteriores indicaram a re-delimitação da Poligonal do Centro Histórico de Salvador envolvendo as três subáreas já tombadas pelo IPHAN em 1959 e o tecido urbano do interstício entre estas, poligonal reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO como Patrimônio da Humanidade, em 1985.

Poligonal 2 - A Lei Municipal nº 3.289, de 21/09/1983, além da delimitação do Centro Histórico de Salvador - CHS, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, demarca a área do entorno do CHS como Área de Proteção Rigorosa.

Poligonal 3 - Delimita o Centro Antigo de Salvador - CAS, correspondendo à área de maior concentração da ocupação até meados do sec. XX, a partir de quando se acentua o processo de esvaziamento, subutilização e deterioração com a falta de manutenção e insalubridade dos imóveis, associado à degradação social no espaço que mais concentra o patrimônio histórico da cidade.

Poligonal 4 – Define a área do entorno do empreendimento para fins de caracterização da paisagem por meio de análise descritiva e histórica da ocupação que extrapola a Área de Influência Direta - AID. Foi tomada a mesma área de estudo do G.T. Dec. No. 9.243-05/12/91. CPM-IPAC-IBPC, trecho compreendido entre a Praça Cairu e o Forte da Gamboa, limitado à 1ª linha de colinas, altura do campo visual alcançado a partir de visuais na direção mar/terra.

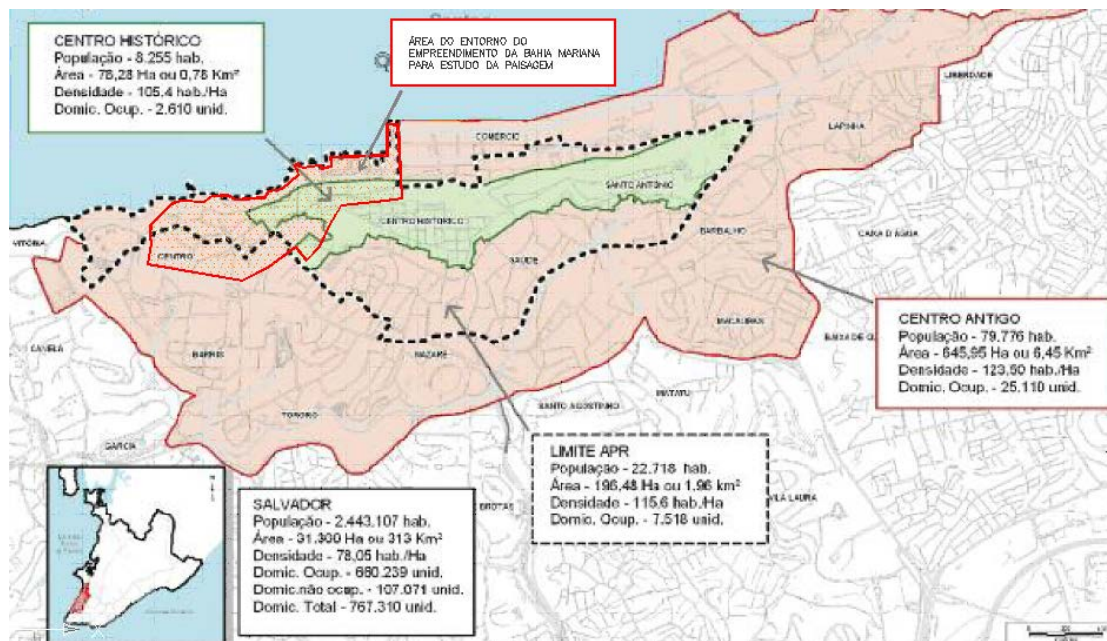


FIGURA 5.3.3-19 – Poligonais de Áreas de Leis, Decretos e Grupo de Trabalho /1991.

Fonte: Adaptação do Mapa 01 do Plano de Reabilitação do CAS, Ângela Gordilho, p. 21.

Termo Aditivo de Reti-Ratificação ao Termo de Acordo e Compromisso firmado entre Prefeitura Municipal do Salvador e as empresas Bahia Marina S/A e Aldeiotta Empreendimentos S/A, de 25 de agosto de 1995, foi celebrado em 28 de novembro de 2012. Estes documentos, dado a especificidade da localização do empreendimento, integram os documentos legais que orientam os aspectos de uso, ocupação do solo e paisagísticos.

5.3.3.3. Caracterização e mapeamento do uso de solo e ocupação na área de influência direta do empreendimento

A **FIGURA 5.3.3-20** apresenta o mapeamento do uso e ocupação na área de influência direta do empreendimento. Como se pode observar, a Bahia Marina está inserida no bairro Comércio, considerado como área urbana. A Caracterização do uso e ocupação do solo é apresentada no **item 5.3.3.4.** abaixo:

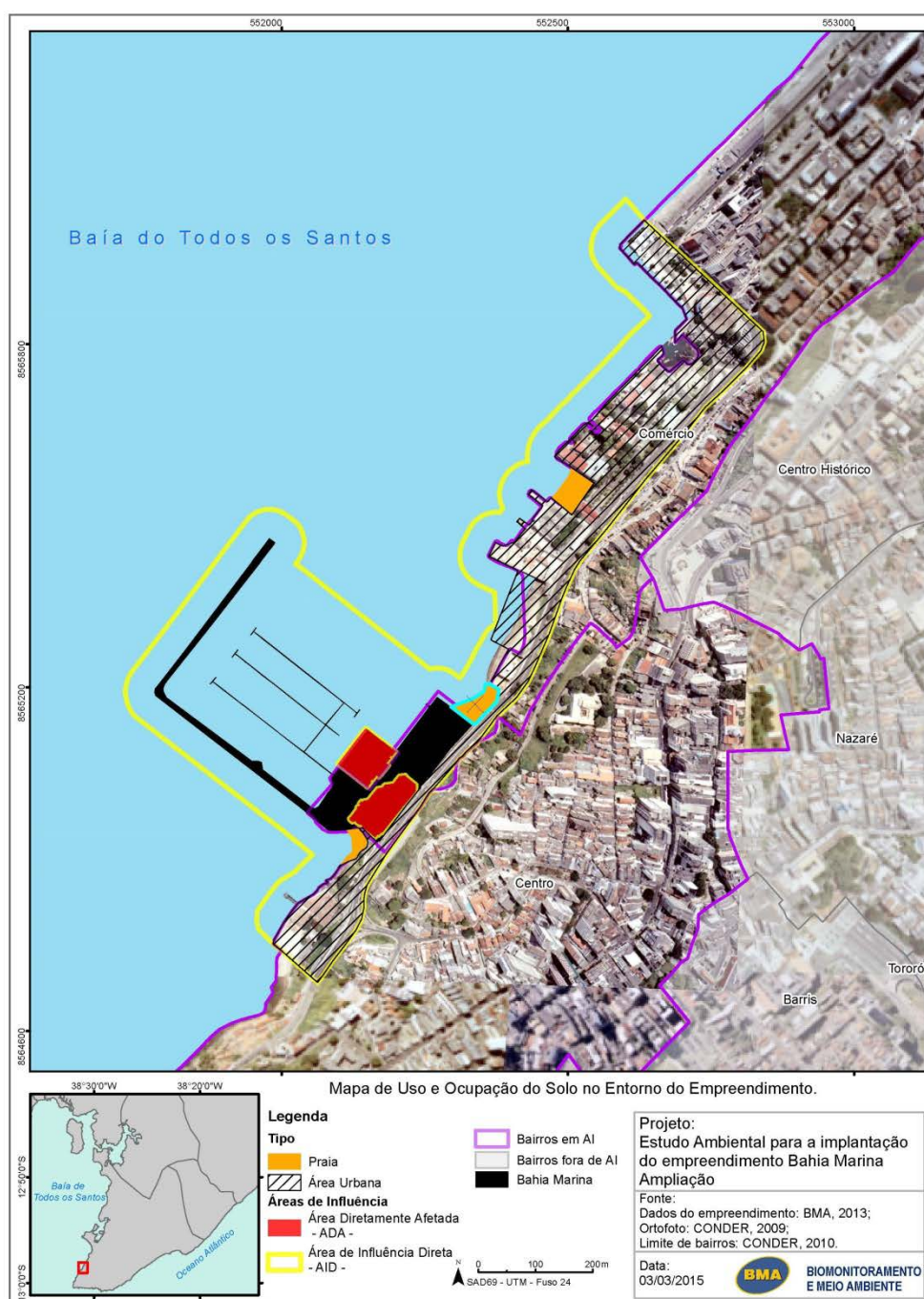


FIGURA 5.3.3-20 – Mapa de uso e ocupação do solo no entorno do empreendimento.



5.3.3.4. Análise da compatibilidade do empreendimento com o zoneamento do uso e ocupação do solo do município, identificando a existência de possíveis conflitos.

Como antecedente, ressalte-se que o empreendimento Bahia Marina compreende duas áreas que têm tratamento distinto no PDDU 2008: a área entre a Avenida do Contorno e o bordo da Baía de Todos os Santos para as quais são mapeadas a incidência de usos e outras determinações do Plano; e, a área dos acrescidos de Marinha, correspondente à porção de área aterrada e mais a ocupação do espelho d'água com molhe e *fingers*, não mapeada com as definições do Plano, para a qual, por meio do Decreto Municipal nº 9.243 de 05 de dezembro de 1991, foi criado Grupo de Trabalho com os objetivos, conforme o Art. 1º, de:

- Definir parâmetros de uso e ocupação do solo para a área de Preservação de Paisagem integrante da área de Proteção Rigorosa instituída pela Lei nº 3.289/93, trecho compreendido entre a Praça Cairu e o Forte da Gamboa.
- Detalhar com base nos estudos elaborados, o sub-trecho pleiteado para a execução do empreendimento BAHIA MARINA enfocando sob o ponto de vista de imagem ambiental urbana e impacto no entorno, os aspectos: uso e ocupação do solo, localização e volumetria das edificações, articulação como sistema viário oficial, expansão de área urbanizável sobre o mar.

Desse modo, disciplina o uso e ocupação do solo da área do equipamento Bahia Marina, além do PDDU 2008, o que dispõe o Relatório Final do Processo Marina, Parecer emitido em Dezembro de 1992.

Análise de compatibilidade com o PDDU 2008

A lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador, Lei 7400/2008, dispõe sobre este instrumento básico da Política Urbana do Município. Para a análise de compatibilidade todo o documento foram percorridos e extraídos ou comentados os pontos de contato com o empreendimento em análise.

TITULO IV - DO MEIO AMBIENTE

CAPÍTULO II - DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS

Seção V - Do Planejamento e Gerenciamento dos Recursos Costeiros

Conforme o que estabelece o Art. 30, o planejamento e gerenciamento costeiro no Município devem ser orientados pelas políticas nacionais e estaduais, garantindo o livre acesso às praias e o controle dos usos na faixa de preamar, de modo a assegurar a preservação e conservação dos ecossistemas costeiros, bem como a recuperação e reabilitação das áreas degradadas ou descaracterizadas.

A Política Municipal de Meio Ambiente estabelece o EIA/RIMA como requisito de licenciamento de empreendimentos situados em ambiente de praia, e, o plano de monitoramento como suporte ao gerenciamento costeiro.

O instrumento do EIA/RIMA foi elaborado em momentos distintos do processo de licenciamento do empreendimento, 1996 correspondente às etapas de construção do molhe, *fingers*, sistema viário, aterro, garagem seca e edificações de usos diversos. Em 2012 também foi elaborado EIA/RIMA para ampliação do quebra mar e, em 2014, Estudo

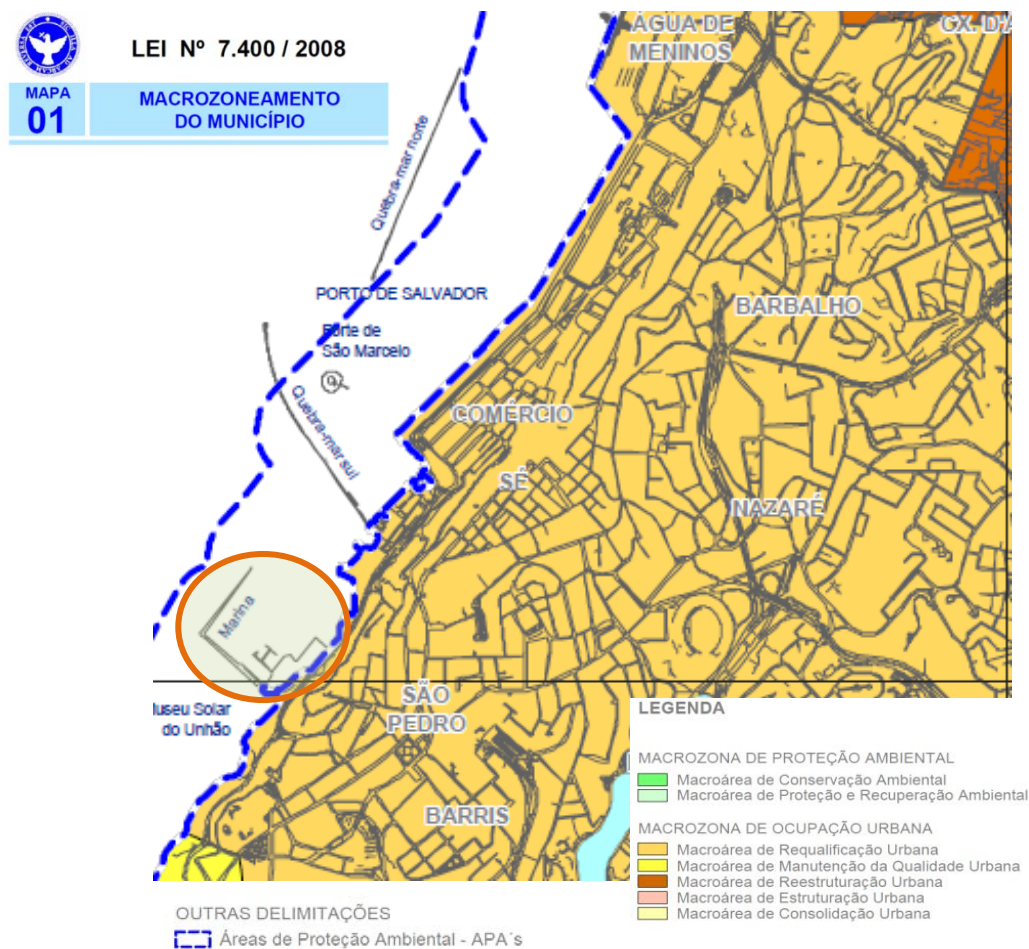


Ambiental em elaboração relativo às duas novas edificações complementares: o Centro Náutico/Hotel e o Edifício Comercial.

TITULO VIII - DO ORDENAMENTO TERRITORIAL CAPÍTULO II - DO MACROZONEAMENTO

Em razão das necessidades de reversão de tendências quanto ao uso e ocupação do solo e de compatibilizar demandas sobre o espaço urbano, além do imperativo de conservação do ambiente, de valorização da paisagem urbana, e de melhoria dos padrões urbanos, são definidas duas macrozonas na cidade do Salvador: Macrozona de Proteção Ambiental e Macrozona de Ocupação Urbana.

A Macrozona de Ocupação Urbana foi dividida em cinco subáreas em função das condições do padrão de urbanização. Pequena parte do empreendimento está situada na Macroárea de Requalificação Urbana e, conforme o Art. 133, compreende áreas de ocupação consolidada, com boas condições de acessibilidade e de infraestrutura, dotadas de equipamentos e serviços urbanos, em que se concentram atividades diversificadas com significativa oferta de postos de trabalho, mas que vêm apresentando tendência à perda de população e à evasão da atividade econômica, com efeitos na qualidade dos espaços e na ociosidade e desvalorização do patrimônio imobiliário existente.





CAPÍTULO III - DO ZONEAMENTO

O zoneamento define quatro categorias de zonas: Zonas de Usos Residenciais, Zonas de Usos Não Residenciais, Corredores de Usos Diversificados e Zona de Proteção Ambiental, ZPAM- Zona de Proteção Ambiental Municipal.

- A área entre a Avenida do Contorno e o bordo da Baía de Todos os Santos está inserida na Zona Predominantemente Residencial 5 e corresponde a parte do Corredor de Atividades 1 que se estende, da Gamboa de Baixo até o Comando do 2º. Distrito Naval, denominado Corredor Especial de Orla Marítima – Orla da Baía de Todos os Santos.

O Art. 166 estabelece que as Zonas Predominantemente Residenciais, ZPR, são destinadas preferencialmente aos usos uni e multirresidenciais, admitindo-se outros usos desde que compatíveis com os usos residenciais. São valorizados: a minimização de conflitos de uso, a participação das comunidades no controle do uso e ocupação do solo, a realização de Estudos de Impacto de Vizinhança - EIV, quando for relevante o impacto urbanístico-ambiental, e, a solução para os impactos na mobilidade como pré-requisito para aprovação de empreendimentos geradores de tráfego.

- A área do empreendimento está situada nas imediações da Zona Não-Residencial, CMT – Centro Municipal Tradicional, que inclui o CHS, espaço simbólico e centralidade mais representativa da identidade do município, na proximidade de: grandes terminais de transporte de passageiros e de cargas; concentração de comércio e serviços diversificados, atividades empresarial e mercantil, financeiras e governamentais, lazer e turismo; e, portanto, tem a possibilidade de somar aos esforços de reversão da tendência de decréscimo populacional e de provimento de espaços de convivência na Orla da Baía de Todos os Santos.
- O CDO – Corredor Especial da Orla da Baía de Todos os Santos onde se encontra o empreendimento Bahia Marina estende-se da Gamboa de Baixo ao Comando do 2º. Distrito Naval na faixa entre a Avenida do Contorno e o bordo da Baía de Todos os Santos.

Conforme define o Art. 183, os Corredores de Usos Diversificados são concentrações de usos predominantemente não-residenciais, localizados ao longo dos corredores viários, com acesso direto para a via principal, ou por meio de via marginal, que se beneficiam das condições de acessibilidade, configurando-se como espaços preferenciais para a implantação de usos geradores de tráfego.

Nos Corredores Especiais de Orla Marítima, recomenda-se: o incentivo à requalificação urbanística, à recuperação das edificações degradadas e à miscigenação de atividades residenciais com as comerciais e de serviços voltados para o turismo, o lazer e atividades náuticas, e estabelecimento de novos critérios, parâmetros e índices urbanísticos, incluindo as restrições de gabarito, em sintonia com o complexo de atividades previsto para o conjunto das funções do empreendimento proposto.





O empreendimento não está situado em Zona de Proteção Ambiental, municipal. A área dos acréscimos de Marinha está inserida na APA Estadual da Baía de Todos os Santos³⁴, para a qual o PDDU não estende seus parâmetros de uso e ocupação do solo.

Dado à condição locacional do empreendimento, foi criado o G.T. Dec. No. 9.243-05/12/91. CPM-IPAC-IBPC que desenvolveu diretrizes urbanísticas para ocupação da área, assim como é requerido o EIA/RIMA e não apenas um EIV para empreendimentos situados em ambiente de praia na zona costeira.

³⁴ Decreto Estadual Nº 7.595 de 5 de junho de 1999

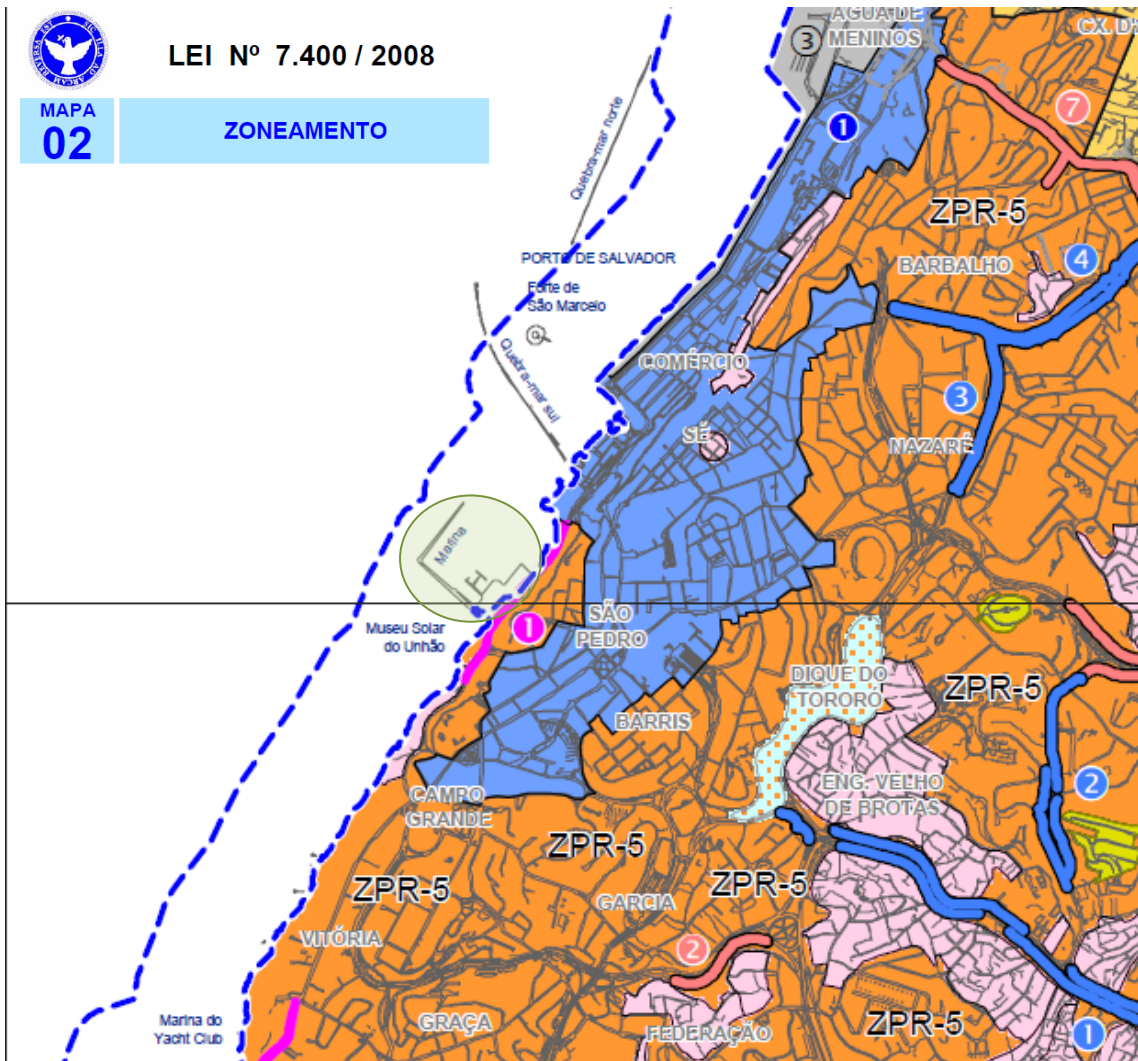




LEI Nº 7.400 / 2008

MAPA
02

ZONEAMENTO



LEGENDA

ZONAS DE USOS RESIDENCIAIS

ZONAS PREDOMINANTEMENTE RESIDENCIAIS - ZPR

- ZPR-1
- ZPR-2
- ZPR-3
- ZPR-4
- ZPR-5
- ZPR-6
- ZPR-7
- ZPR-8

ZONAS EXCLUSIVAMENTE UNIRESIDENCIAIS - ZEU

ZONAS ESPECIAIS

- ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL - ZEIS
- ZONAS SOB REGIME URBANÍSTICO ESPECIAL - ZRE
- Loteamento Vela Branca
- Loteamento Itaparica

ZONAS DE USOS NÃO-RESIDENCIAIS

CENTROS URBANOS

CENTROS MUNICIPAIS - CM

- Centro Municipal Tradicional - CMT
- Centro Municipal Comarcado - CMC
- Centro Municipal Rôdro / Acesso Norte - CMR

SUBCENTROS MUNICIPAIS - SM

- Calçada
- Liberdade
- Barra
- Pituba
- Pau da Lima
- Periperi
- Paripe
- Coqueiros
- São Cristóvão
- Itaguá
- Estrada Velha do Aeroporto
- Jogaribe

ZONAS INDUSTRIAIS - ZIN

- Zona Industrial - ZIN-1
- Zona Industrial - ZIN-2

ZONA DE EXPLORAÇÃO MINERAL - ZEM

ZONAS DE USO ESPECIAL - ZUE

- Centro Administrativo da Bahia - CAB
- Parque Tecnológico
- Porto de Salvador
- Complexo Aeroportuário de Salvador
- Base Naval de Aratu

ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - ZPAM

OUTRAS DELIMITAÇÕES

- APA's Estaduais

CORREDORES DE USOS DIVERSIFICADOS

CORREDORES SUPRAMUNICIPAL - CDS

- Av. Luis Viana (Paralela)

CORREDORES MUNICIPAIS - CDM

- Av. Anita Garibaldi
- Av. Rector Miguel Calmon
- Av. Juracy Magalhães Junior
- Av. Manoel Leal Ferreira
- Av. Antônio Carlos Magalhães
- Av. Helder Dias
- Via Portuária
- Av. 29 de Março
- Av. Otávio Mangabeira / Pituçu
- Av. Orlando Gomes

CORREDORES REGIONAIS - CDR

- Av. Vasco da Gama
- Av. Graça Lessa (Vale do Ogujã)
- Rua Djalma Dutra
- Rua Cícero Pereira / Av. J.J. Seabra

CORREDORES ESPECIAIS DE ORLA MARÍTIMA - CDO

- Orla da Baía de Todos os Santos
- Orla Atlântica

SISTEMA VIÁRIO BÁSICO

- Vias Existentes
- Vias Projetadas / Planejadas

LIMITES MUNICIPAIS

- Limite da Base Cartográfica (PDDU)
- Limite Intermunicipal

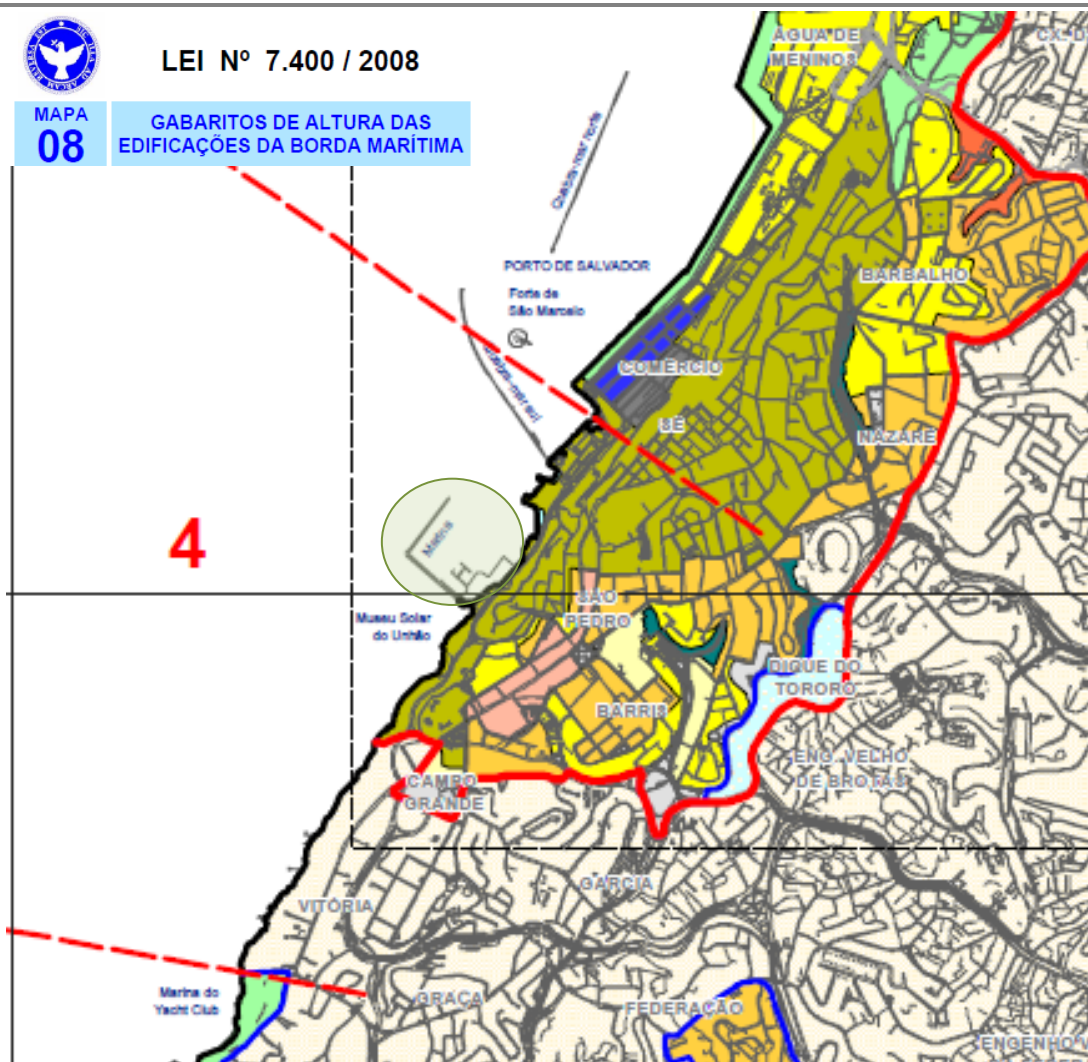




LEI Nº 7.400 / 2008

MAPA 08

GABARITOS DE ALTURA DAS EDIFICAÇÕES DA BORDA MARÍTIMA



LEGENDA

— Limite de Área de Borda Marítima

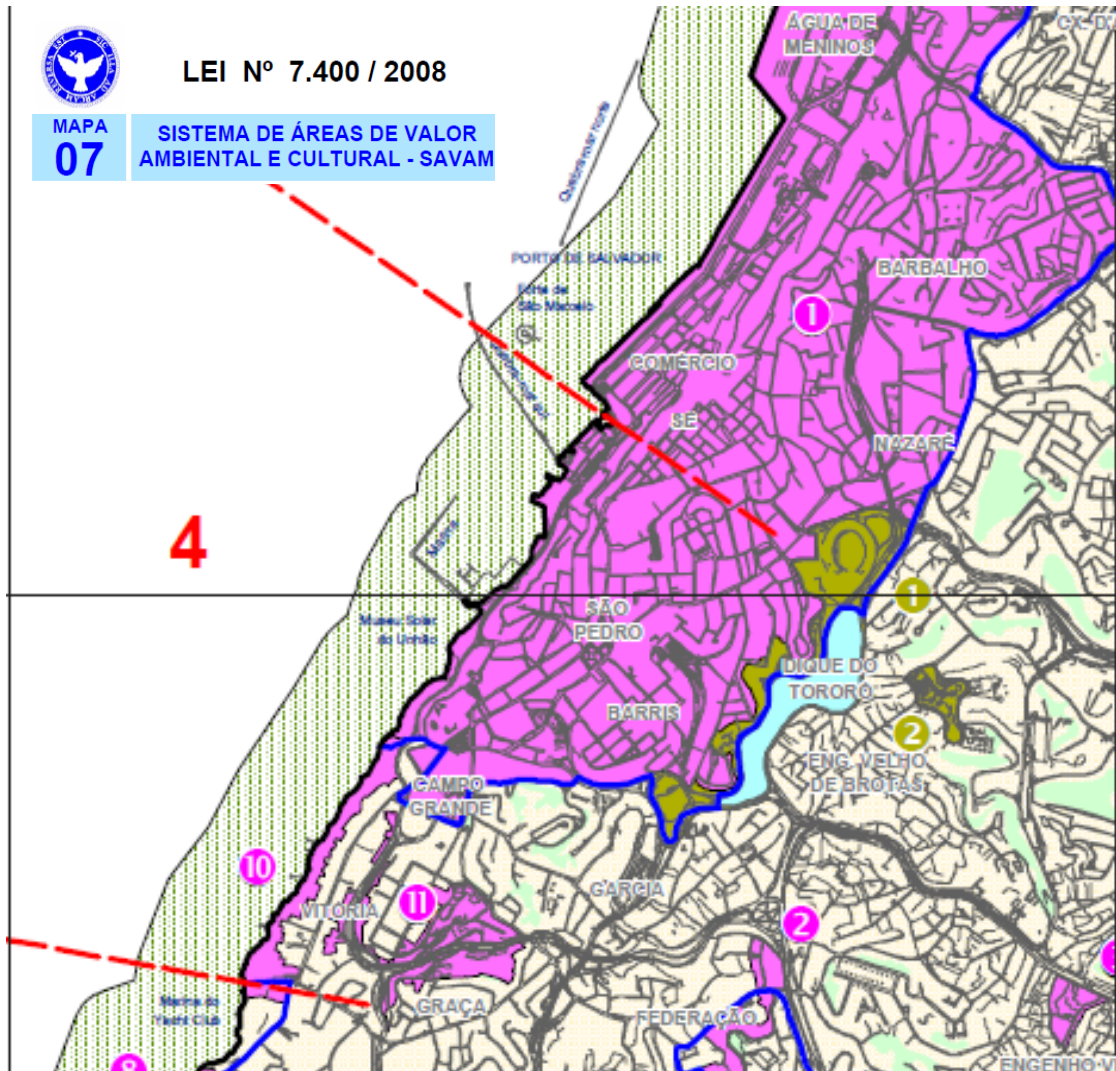
— Limite da Área de Proteção Cultural e Paisagística definida pela Lei nº 3.288/83

GABARITOS DE ALTURA DAS EDIFICAÇÕES



— Trechos da Área de Borda Marítima

- 1 - Canal de Cotegipe até a Enseada do Cabrito
- 2 - Enseada dos Tainheiros até a Calçada
- 3 - São Joaquim até a rampa do antigo Mercado Modelo
- 4 - Conceição até a Encosta da Vitória
- 5 - Encosta da Ladeira da Barra até o Farol da Barra



LEGENDA

ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA'S

ÁREAS DE PROTEÇÃO CULTURAL E PAISAGÍSTICA - APCP

- ① Centro Histórico de Salvador
- ② Candomblé Ilê Iyá Omin Axé Iyamassê (Terreiro do Gantois)
- ③ Ladeira da Barra / Santo Antonio da Barra
- ④ Morro Clemente Mariani
- ⑩ Encosta da Vitória
- ⑪ Encosta do Canela
- ⑫ Encosta de Ondina / São Lázaro

PARQUES URBANOS

- ① Parque Zoo-Botânico de Ondina
- ② Parque Joventino Silva
- ③ Parque Pituçu
- ④ Parque Socioambiental de Canabrava
- ⑤ Parque da Lagoa da Paixão

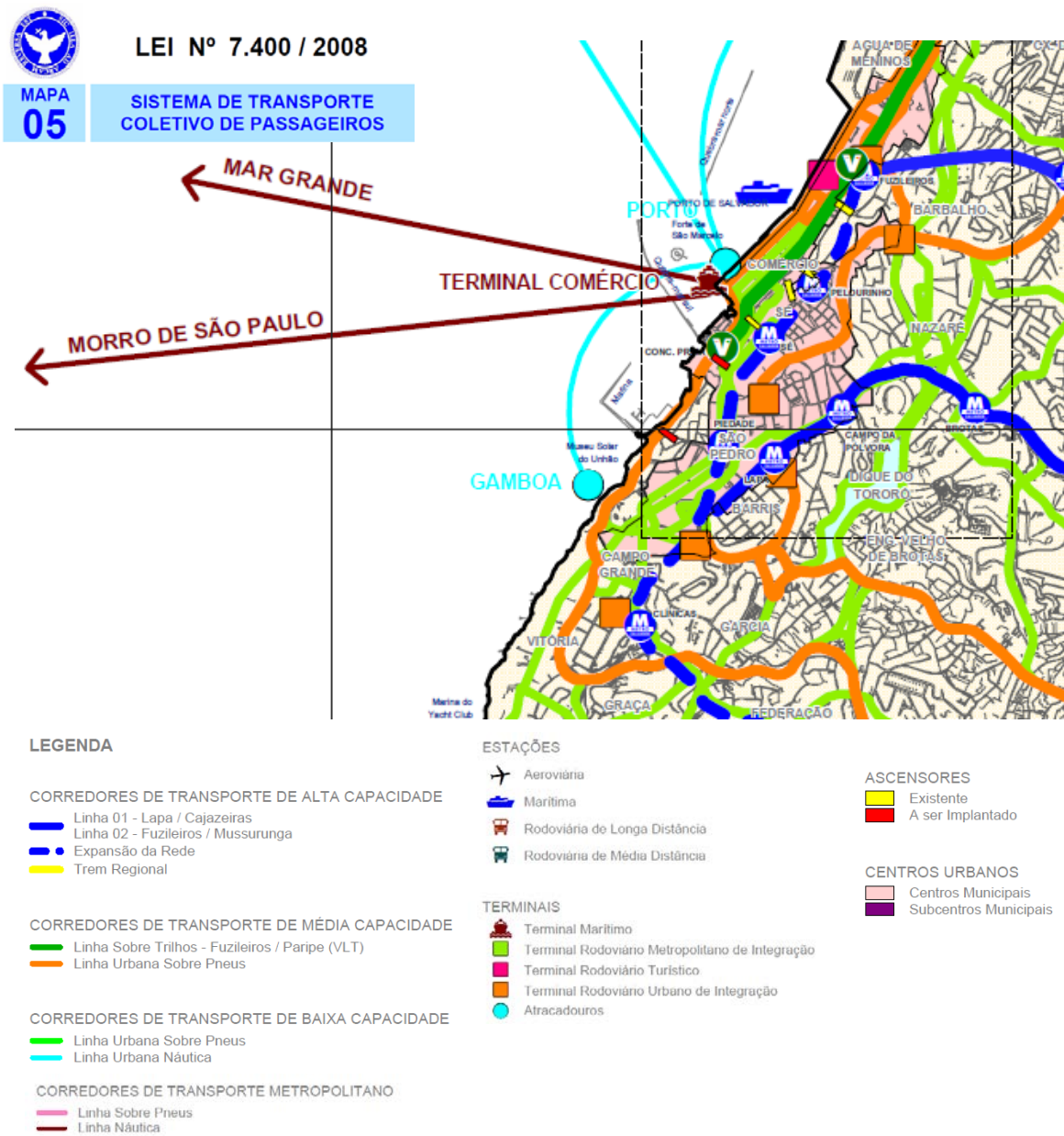
ESPAÇOS ABERTOS URBANIZADOS

- ① Parque Dique do Tororó
- ② Parque Solar Boa Vista
- ③ Jardim dos Namorados
- ④ Parque do Costa Azul
- ⑤ Parque Atlântico
- ⑥ Lagoa dos Frades

ÁREAS ARBORIZADAS

Trechos da Área de Borda Marítima

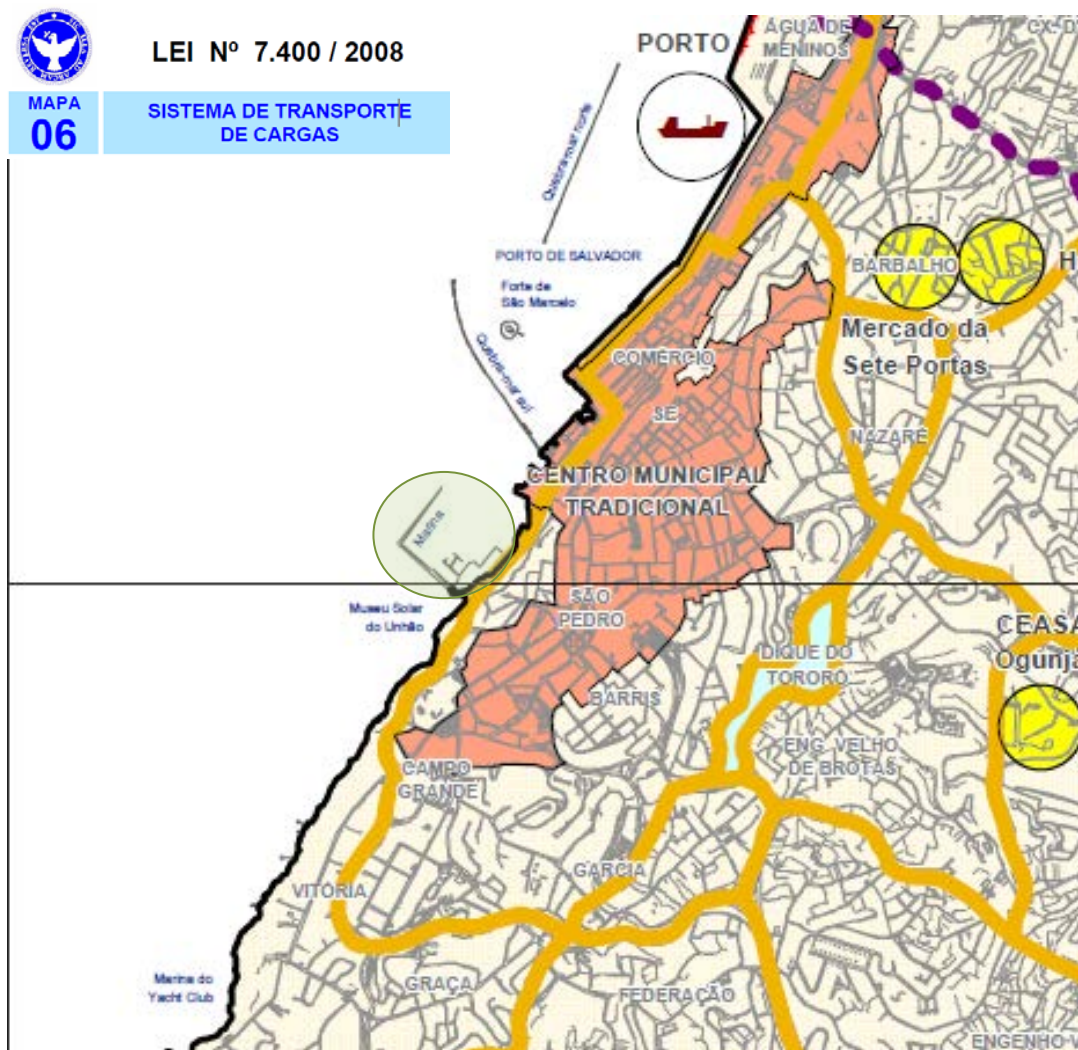
Seção V - Do Transporte Coletivo de Passageiros



A Bahia Marina, embora não se constitua em terminal marítimo para o sistema de transporte de passageiros ou carga, contribui para o desenvolvimento da atividade náutica, como importante suporte ao Plano Náutico da Baía de Todos os Santos e ao Plano de Reabilitação do CAS. Destacam-se pelo conjunto de espaços comerciais, restaurantes, lazer, eventos e a complementação de usos empresarial e hoteleiro - Ampliação, além da atividade de centro náutico propriamente dito.



Seção VI - Do Transporte de Cargas



LEGENDA

CORREDORES DE TRANSPORTE DE CARGAS

- Ferrovias
- Corredores Primários existentes
- Corredores Primários a serem implantados
- Corredores Secundários existentes
- Corredores Secundários a serem implantados

ÁREAS DE GERAÇÃO E ATRAÇÃO DE CARGAS

- Zonas Industriais
- Centros Municipais
- Subcentros Municipais
- Equipamentos de Abastecimento
- Pedreiras

TERMINAIS DE CARGAS

- ⊕ Aéreo
- ⊖ Marítimo

O empreendimento não opera com intenso movimento de cargas, entretanto a condição de estar situado à margem de Corredor Secundário de Carga constitui-se em condição favorável ao acesso dos suprimentos do centro náutico/hotel, restaurantes e demais empresas do complexo Bahia Marina.



CAPÍTULO V - DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

Foram definidas ZEIS para implementação de programas de regularização urbanística, fundiária e produção, manutenção ou qualificação de Habitação de Interesse Social, garantindo a permanência da população e a integração dos assentamentos informais ao conjunto da cidade. Na vizinhança do empreendimento, entre a Avenida do Contorno e o mar, encontra-se a ZEIS do Unhão e Gamboa de Baixo. Embora sem vinculação direta com a Bahia Marina, este equipamento agrega valor imobiliário, constitui-se em área de potencial de oferta de emprego renda e viabiliza a interação entre públicos de estratos sociais diversos nas ambientes de uso público e nos espaços de realização de grandes eventos.

Da análise de compatibilidade com o Plano Diretor depreendem-se as seguintes considerações:

Pontos Favoráveis

- Empreendimentos nas Macroáreas de Requalificação Urbana concorrem para os objetivos de reversão do quadro de evasão da atividade econômica. O quadro atual é de comprometimento da qualidade dos espaços urbanos no Centro Antigo de Salvador com a ociosidade e conseqüente repercussão na desvalorização do patrimônio imobiliário existente.
- A Bahia Marina, embora não se constitua em terminal marítimo para o sistema de transporte de passageiros ou carga, contribui para o desenvolvimento da atividade náutica, como importante suporte ao Plano Náutico da Baía de Todos os Santos e Plano de Reabilitação do CAS.
- O Plano Diretor preconiza o estímulo e a criação de condições para a prática de esportes náuticos, utilizando os atrativos naturais do Município. Evidente que este complexo de atividades que compõe o *mix* da Bahia Marina e os novos empreendimentos são meios que favorecem a intensificação do uso da marina propriamente dita e, por conseqüência, meios de estímulo às práticas do esporte náutico.
- A definição do Corredor de Atividades CDO advém do reconhecimento da nucleação de atividades terciárias especializadas no bordo da baía e da possibilidade de incremento de atividades correlatas para consolidação deste Corredor no bordo da BTS.
- A leitura de que o empreendimento limita a condição de acessibilidade à praia, induzida pela ocupação no bordo da baía, ao contrário, cria oportunidade de aproximação do usuário com o mar, uma condição excepcional na orla da BTS, no Centro de Salvador. Além disto, nenhuma das praias existentes no entorno do empreendimento teve acesso comprometido pela implantação do empreendimento Bahia Marina. Permanecem acessíveis as praias da Preguiça, do Solar do Unhão e do Comando do 2º Distrito Naval.



Pontos desfavoráveis:

- Parâmetros dependentes de estudos e análises específicas implicam em processos de licenciamento delongados;
- A circulação de veículos e de pedestres no bordo da baía, tanto na direção do Solar do Unhão quanto na direção da Praça Cairu, pretendida no escopo do GT/1991, foi obstaculizada. Na direção do Solar do Unhão por painel artístico que isola esta praia da Bahia Marina, e na outra direção não foi exigido dos empreendimentos implantados recuo que assegurasse uma articulação continuada por meio de espaço público de dimensões apropriadas, restando apenas passeio mínimo, sem galeria ou algo que reforçasse o elemento de conexão Praça Cairu/Gamboá;
- O produto final do GT/1991, fruto da colaboração dos maiores expoentes do urbanismo, à época, e da mobilização das equipes técnicas de órgãos licenciadores, das três esferas governamentais, tem alcance propositivo mais abrangente na conformação desta subárea constituída de acrescidos de marinha e suas conexões com o Comércio e a Gamboa. Entretanto, este documento não tem sido balizador de licenciamentos em áreas contíguas a Bahia Marina em prejuízo da integração que potencializaria os desdobramentos deste e de outros empreendimentos na renovação do tecido urbano e na dinamização do Centro da cidade do Salvador.

Diferenciais da Ampliação

A Ampliação introduz dois edifícios complementares à estrutura da Marina e caracterizam-se pelos usos de Centro Náutico/Hotel e Edifício Comercial.

Edifício 1 – Centro Náutico/Hotel

O projeto do Centro Náutico/Hotel compõe-se de 74 unidades habitacionais hoteleiras - UHH: 28 UHH no 1º pavimento, à cota predominante de 7,16m; 30 UHH no 2º pavimento, à cota 10,22m; e, 16 UHH no 3º pavimento, à cota 13,28m. Os apartamentos estão dispostos envolvendo área central destinada a pátio de embarcações, em três níveis, às cotas 4,10m, 8,80m e 13,50m. O pátio de embarcações projetado contíguo ao Hotel libera a atual área utilizada para guarda de embarcações em seco para implantação do Edifício Comercial.

Do Hotel, ainda constam 18 Lojas e 6 escritórios, que caracterizam pequeno Centro Comercial e espaços de lazer com decks, piscina e outras amenidades.

O Centro Náutico é composto por uma hangaragem para guarda de embarcações, duas oficinas e 59 boxes.

O edifício foi desenvolvido em níveis escalonados longitudinalmente, acompanhando a altura correspondente à diferença de níveis do gradil da Avenida do Contorno e o plano de arranque da edificação, visto que, não ultrapassar o gradil foi condição estabelecida para edificações lindeiras à Avenida do Contorno.



As lajes de cobertura com acabamento em teto verde, exceto para o pátio de embarcações, correspondem a planos às cotas: 10,54m, 13,28m, 13,43m, 14,68m, 16,49m.

Edifício 2 – Comercial

Principal volume do conjunto, o Edifício Comercial compreende:

01 Pavimento Subsolo destinado à garagem,
01 Pavimento Térreo destinado a 15 Lojas, Lobby e garagens,
04 Pavimentos Tipo, destinados a 198 unidades imobiliárias comerciais,
01 Pavimento Cobertura, com terraço humanizado e áreas técnicas de ar condicionado e elevadores.

Até onde conhecido, não há o que destacar com relação a conflitos. As observações feitas no texto tem o objetivo de antecipar esclarecimentos sobre interpretações que poderiam suscitar dúvidas na leitura da legislação e demais documentos que incidem sobre a área da Bahia Marina.

5.3.3.5. Análise das interferências da operação do empreendimento na situação atual e prevista do fluxo viário em suas imediações, especialmente, quanto ao aumento do tráfego de veículos

Para a análise das interferências da operação do empreendimento, foi contratada a TTC Engenharia de Tráfego e de Transportes Ltda.

O estudo elaborado abrange o estudo de estimativa de viagens geradas com a ampliação do empreendimento, além de sua distribuição modal, temporal e espacial, de maneira a avaliar as condições de acessibilidade e os prováveis impactos no trânsito de passagem das vias do entorno, analisando os aspectos relacionados à fluidez e à segurança no trânsito de veículos e de pedestres.

A metodologia utilizada foi desenvolvida por esta Consultora TTC, a partir do desenvolvimento de diversos estudos semelhantes e em especial às orientações específicas da PMS. A avaliação do impacto foi feita com base nas informações fornecidas pelo empreendedor e no conhecimento do local, utilizando conceitos técnicos de engenharia de tráfego, e em discussões feitas entre as equipes técnicas da TTC e da Bahia Marina, que está viabilizando a ampliação do empreendimento.

Este estudo encontra-se na íntegra no **ANEXO 5.3-II** deste Estudo Ambiental, e a consultora TTC considera que não há necessidade de qualquer medida mitigadora para a Ampliação do PGT (Polo Gerador de Trânsito) uma vez que a mesma não gera impacto significativo no fluxo de passagem sendo absorvido pelo sistema viário construído quando da implantação do mesmo.

Comparando os valores dos níveis de serviço das vias apresentados com nível de serviço das vias **considerando a ampliação do PGT** com os valores apresentados com nível de serviço **sem a ampliação**, conclui-se que:



- O sistema viário existente apresenta na média entre os anos estudados, um nível de serviço regular de ocupação;
- O aumento do volume veicular nas vias em frente ao PGT devido ao empreendimento está compreendido entre 8% e 12%. Por conta da pequena contribuição no volume atraído pelo PGT, o aumento do fluxo do tráfego de passagem não apresentará alterações significativas no nível de serviço da via com a ampliação do PGT;
- A demanda gerada pela ampliação do PGT será absorvida pelas vias existentes.
- Foi proposta a regulamentação do retorno para quem sai do empreendimento sentido ao comércio na Ladeira do Gabriel na Rua Augusto França.
- Nesse estudo também esta projetada a requalificação da sinalização horizontal e vertical das ruas lindeiras ao empreendimento.

5.3.3.6. Análise das interferências da operação do empreendimento na situação atual e prevista do fluxo viário em suas imediações, especialmente, quanto ao aumento do tráfego de embarcações.

O Fluxo viário não deverá sofrer impacto significativo em função do empreendimento, como foi observado no item anterior. As obras civis de construção do prédio onde vai funcionar um hotel e um centro náutico e do prédio onde vai funcionar um centro comercial, devido à sua localização em terrenos situados no interior da Bahia Marina, também não irão impactar diretamente no tráfego de embarcações. Não está previsto aumento do fluxo de embarcações na marina, pois o acesso aos equipamentos construídos será por via terrestre.

5.3.3.7. Caracterizar e mapear a importância local das atividades de lazer existentes na ADA e AID do empreendimento.

A abordagem sobre as atividades de lazer pressupõe a conceituação do termo. Adota-se o conceito de CAMARGO (1989) que conceitua lazer como:

“... um conjunto de atividades que devem reunir certas características: devem ser gratuitas, prazerosas, voluntárias e liberatórias, centradas em interesses culturais, físicos, manuais, intelectuais, artísticos e associativos, realizadas num tempo livre, subtraído ou conquistado, historicamente, da jornada de trabalho profissional e doméstica e que interferem no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos. (CAMARGO, 1989 apud AQUINO e MARTINS, 2007)³⁵”.

Compreendendo que as variações conceituais perpassam os conceitos de lazer, ócio e tempo livre, busca-se o caminho para traçar um quadro objetivo das atividades de lazer disponibilizadas, especificamente, no centro da cidade, no entorno e no equipamento Bahia Marina.

Do ambiente mais abrangente ao mais restrito, pode-se afirmar que o conjunto de possibilidades de lazer é diverso e preenche as categorias apontadas no conceito que baliza esta leitura sobre o tema lazer.

³⁵ AQUINO, CÁSSIO E MARTINS, JOSÉ. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. Rev. Mal-Estar Subj. v.7 n.2 Fortaleza set. 2007. (versão impressa ISSN 1518-6148).
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1518-61482007000200013&script=sci_arttext&tIng=en Disponível 24/09/2014 Disponível em 15/09/2014.

No Centro e entorno:

As atividades centradas em interesses culturais, artísticos e manuais encontram possibilidades de fruição, participação, engajamento e desenvolvimento em ampla e variada gama de espaços: igrejas, oficinas – de marmoraria, de restauro, de artigos de couro e atividades manuais refinadas centradas no Instituto Mauá e oficinas de ourivesaria-, núcleos de produção musical – teatros, cinemas -, centros de comércio de artesanato e tudo que disponibiliza a concentração de eventos culturais num Centro Histórico, Patrimônio da Humanidade, palco de festividades religiosas e profanas.

Dentre as principais festividades se destacam: a Festa de Nossa Senhora da Conceição da Praia, o Carnaval, Festa da Lapinha ou de Reis, Boa Viagem e Procissão do Bom Jesus dos Navegantes e a Festa do Bonfim. Algumas destas festas têm origem nas imediações da Bahia Marina, outras, em circuito marítimo, intensificam a saída de embarcações e há aquelas que apenas impactam o fluxo e a circulação de pessoas e veículos no Comércio.

O Mapa de Equipamentos Culturais e o Mapa da Distribuição Espacial dos Negócios Culturais do Plano de Reabilitação (pag. 137 e pag. 140) ilustram a disponibilidade de lazer de natureza cultural e artística: Igrejas, Conventos, Museus, Bibliotecas, Arquivos, Centro Culturais, Galerias, Antiquários, Sebos, Teatros e Cinemas.

As atividades centradas em interesses físicos têm sua ênfase nas atividades relacionadas com os espaços abertos tendo à proximidade com o mar amplas perspectivas de lazer: a pesca, o lazer de praia, caminhada, atividades físicas relacionadas a jogos de praia e práticas esportivas, contando com duas tradicionais praias: a praia do Unhão e a Praia da Preguiça, pois que a Praia na vizinhança do Comando do 2º. Distrito Naval tem acesso mais restrito. Saliente-se que o empreendimento não é impeditivo de acesso a nenhuma das praias existentes no seu entorno.

Observe-se que, com a implantação do empreendimento Bahia Marina, foi sendo depositada areia no canto do molhe direito entre a Bahia Marina e o Soho, um impacto que será oportunamente mitigado.

Para as caminhadas o ambiente é muito favorável pela condição topográfica, plana, em todo o Comércio ou para além deste, como inspira o percurso da festa Lavagem do Bonfim.

As atividades associativas marcadas por especializações oriundas de interesses coletivos encontram no Centro espaços para manifestações, com ampla possibilidade de comunicação e com alta visibilidade, seja para a exposição da produção artística ou para a exposição de ideias no exercício da prática da cidadania.

As atividades intelectuais, da produção intelectual ao repouso da mente, são favorecidas no ambiente do entorno do empreendimento. As grandes visuais sobre o mar e a alongada perspectiva até a península dão margem ao intelecto - do devaneio na contemplação à inspiração criativa - condição total à abstração conceptivo-produtiva / contemplativa.

A **FIGURA 5.3.3-21** apresenta o mapeamento das áreas de uso para fins de lazer no entorno do empreendimento.

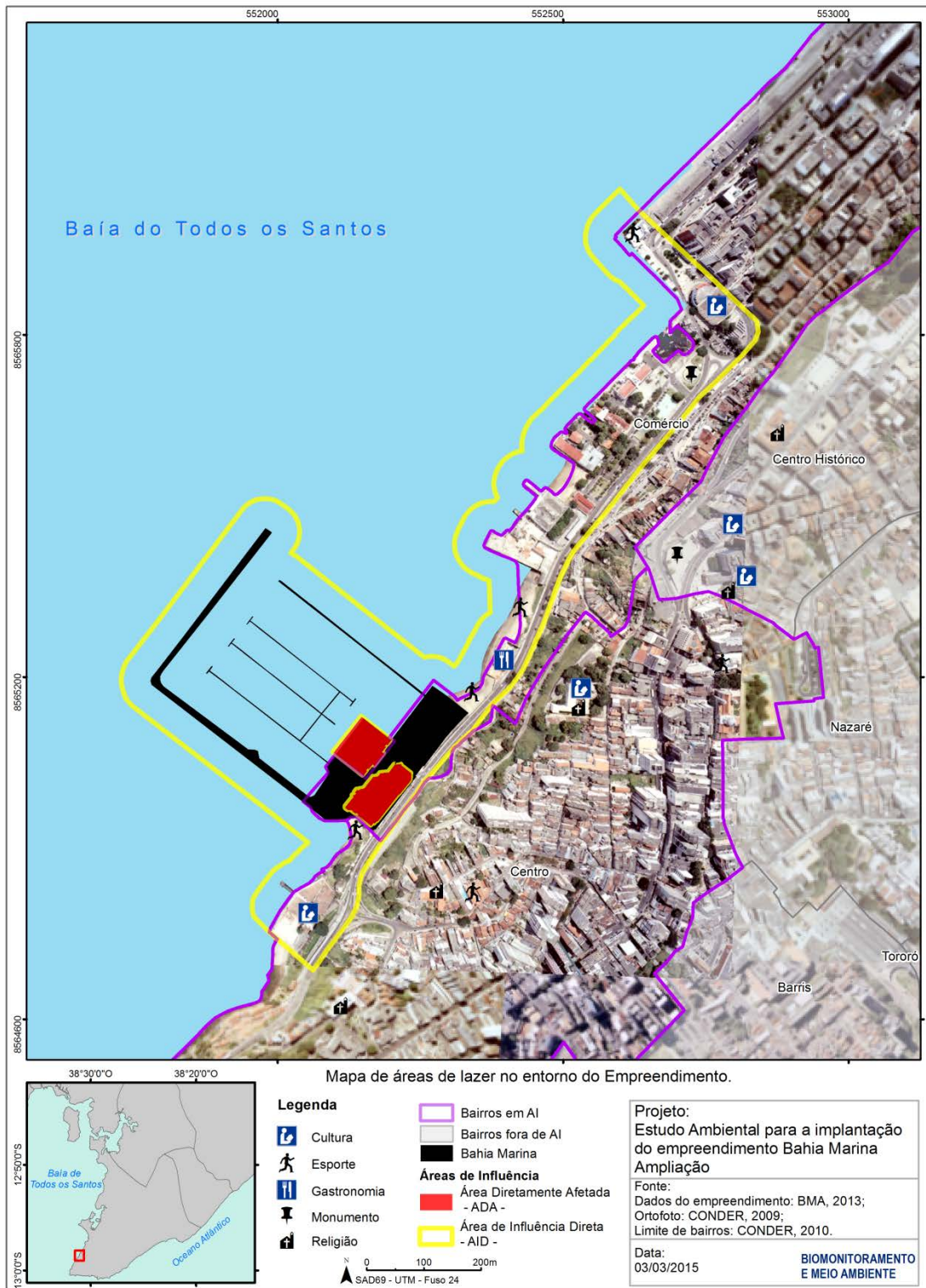


FIGURA 5.3.3-21 – Áreas de lazer no entorno do empreendimento.



No empreendimento:

Antes de adentrar as possibilidades de lazer, vale retomar a atual condição do empreendimento Bahia Marina, hoje, um equipamento urbano de porte metropolitano com articulação nacional e internacional.

As atividades aí desenvolvidas estão predominantemente direcionadas à complementaridade de usos para a oferta de serviços náuticos num mix de funções: atracação, guarda de embarcações e serviços de apoio náutico e de apoio a navegadores que aportam na marina por curto ou longo período - hotel, restaurantes e outras amenidades e serviços. A **FIGURA 5.3.3-22** destaca as áreas de lazer proporcionadas no equipamento.

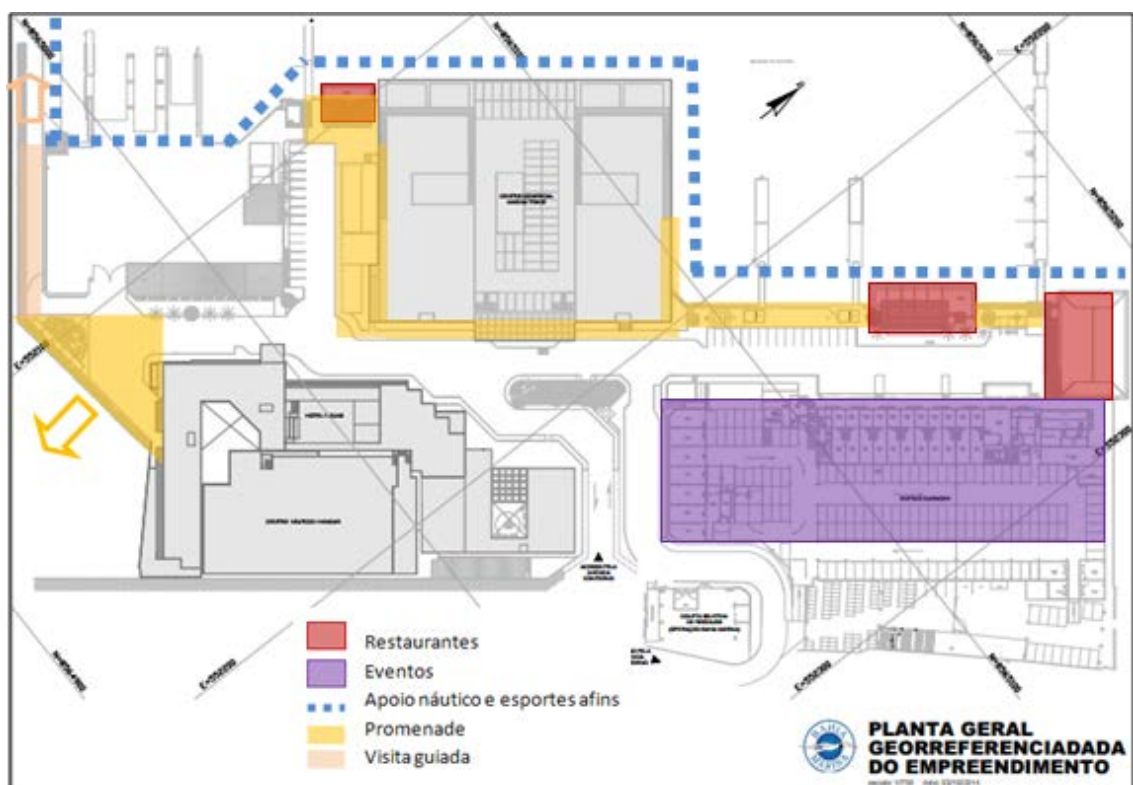


FIGURA 5.3.3-22 – Mapeamento das áreas de lazer da BAHIA MARINA.

Promenade e contemplação do mar: ao longo da rua, onde foram dispostos bancos de onde se pode acompanhar o movimento de atracação e saída de barcos; espaço de contemplação aproximado do espelho d' água, do Solar e da praia do Unhão.

Espaço de Eventos de grande porte: corresponde à área de estacionamento, cobertura do edifício garagem. A realização de grandes eventos já se consolidou neste espaço como as festas do Bonfim Light.

Restaurantes e bares diversos: Soho, Lafayette, Das, Café Forte, dentre outros.



Suporte a esportes náuticos: atividade que encontra neste equipamento a condição de infraestrutura para a prática de vela, ski-aquático, pesca esportiva, pesca off shore, outros do gênero.

O conjunto de restaurantes, assim como a possibilidade de realização de eventos de grande afluência de público nas dependências do equipamento o posicionou também como forte polo de entretenimento e lazer, com alcance para o público de maior poder aquisitivo, nos restaurantes e serviços náuticos, e para o público de modo geral para os grandes eventos.

Enquanto espaço de fruição e de proximidade do espelho d'água, este é acessível ao público de modo irrestrito, visto que a via que dá acesso ao conjunto de atividades terciárias, concentradas no empreendimento, é de uso público. Muito embora, não sejam desconhecidos os códigos sociais e simbólicos que exercem o papel de sinalizadores da condição socioeconômica dos usuários, induzindo-os a se posicionarem como usuários ou não dos ambientes. Ressalte-se, entretanto, que o empreendimento criou esta condição reintegradora do acesso ao bordo do mar da BTS desde a fase inicial de implantação.

5.3.3.8. Caracterização e análise dos possíveis conflitos com a atividade de lazer da população do entorno e o empreendimento

O empreendimento proposto será construído em aterro hidráulico já existente, não sendo esperados conflitos com a atividade de lazer da população do entorno e o mesmo.

5.3.4. Dinâmica sociocultural

5.3.4.1. Patrimônios históricos, culturais e arqueológicos

O objetivo deste estudo foi efetuar a contextualização patrimonial arqueológica da Área de Influência do Empreendimento, cujos focos foram: o levantamento histórico e patrimonial da região de abrangência do empreendimento; a realização de estudo bibliográfico sobre a ocorrência de sítios arqueológicos na área e adjacências; a realização de levantamentos sobre a potencialidade arqueológica local; e o levantamento dos patrimônios arquitetônicos da área.

A área avaliada compreendeu o trecho entre a Bahia Marina e o Mercado Modelo, não deixando de contextualizar o patrimônio histórico e cultural da cidade de Salvador e arredores.

Esta avaliação foi totalmente realizada por meio de dados secundários históricos, patrimoniais e arqueológicos, cuja metodologia empregada constou estritamente de pesquisa bibliográfica e na base de dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia (IPAC).

O IPHAN, órgão que regulamenta e fiscaliza a pesquisa arqueológica no Brasil, considera para fins de estudos arqueológicos preventivos como Áreas de Influência Direta e Indireta





(AID e AII) o raio de 10 km ao redor do Empreendimento e a bacia hidrográfica na qual se inclui o Empreendimento, respectivamente (BASTOS e SOUZA, 2008)³⁶. Assim, para esta pesquisa foram consideradas as seguintes Áreas de Influência:

- AID: raio de 10 km do empreendimento;
- AII: a região de Salvador para onde convergem várias bacias hidrográficas de pequeno, médio e grande porte. Todavia, para a contextualização da AII consideramos os municípios que integram a Baía de Todos os Santos (BTS).

Dados arqueológicos da região de estudo

Sítios arqueológicos pré-históricos da Baía de Todos os Santos

A Baía de Todos os Santos apresenta registros da ocorrência de três tipos básicos de sítios pré-históricos: os sambaquis, os sítios da Tradição ceramista Aratu e os sítios da Tradição ceramista Tupiguarani.

Existem 22 sítios arqueológicos pré-coloniais cadastrados no Banco de Dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), associados aos municípios que compõem a Baía de Todos os Santos. Destes, um sambaqui foi cadastrado em Itaparica e outro em São Francisco do Conde; em Jaguaripe, 17 sítios pré-coloniais foram cadastrados apresentando cerâmicas e material lítico; em São Felix ocorre um sítio pré-colonial do tipo cemitério com presença de cerâmicas e material lítico; em Cachoeira existe o cadastro de um sambaqui semi-destruído; e em Simões Filho existe o cadastro de um sítio contendo material cerâmico e lítico (IPHAN, 2013)³⁷.

De acordo com a pesquisa realizada no IPHAN, não existem registros, até então, para os municípios de Salinas da Margarida, Maragogipe, Saubara, Santo Amaro e Madre de Deus, todavia, existem dados bibliográficos que atestam a ocorrência nos mesmos. Vale salientar que nem sempre os sítios registrados e pesquisados pelos arqueólogos encontram-se cadastrados no IPHAN e muitos destes são apenas conhecidos por meio de publicações.

Sítios sambaquis

Na pré-história os primeiros grupos relacionados à ocupação dos ambientes costeiros foram os sambaquianos. Esses grupos dependiam da pesca e da coleta de mariscos, e, por esse motivo, eram dependentes de ambientes costeiros protegidos. Seus sítios encontram-se relacionados sempre próximos a baías, lagunas, manguezais, planícies de maré, enseadas, desembocaduras de rios e ilhas (GASPAR, 1994³⁸; SILVA-SANTANA,

³⁶ BASTOS, R. L. e SOUZA, M. C. Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico. IPHAN, Brasília, 2ª Edição. 2008.

³⁷ IPHAN –. Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>. Acesso em: maio, 2013.

³⁸ GASPAR, M. D. 1994. O Homem e o ambiente: um estudo de caso. In: Anais do Simpósio de Ecossistemas da Costa Brasileira. Serra Negra, 11: 367-370.





2007³⁹). Por esse motivo, qualquer ambiente protegido da costa, ou, que o tenha sido na pré-história, é favorável à ocorrência de sambaquis.

Os sambaquis são sítios formados por amontoados de restos de conchas de moluscos e demais esqueletos de animais como peixes, associados a artefatos e a enterramentos humanos. Sítios semelhantes a sambaquis são também encontrados em outras partes do mundo como na Dinamarca, no Japão, na Espanha, em Portugal, no Uruguai, dentre outros países (PROUS, 1992)⁴⁰. Estas ocupações foram tão amplas que, segundo Figuti (1993)⁴¹, por volta de 7.000 anos antes do presente, a ocupação da costa torna-se um evento global.

Os sambaquis distribuem-se por quase todo o litoral brasileiro, mas concentram-se no litoral sul e sudeste, onde podem formar montanhas com até 70m de altura (DEBLASIS *et al.*, 2007)⁴². No nordeste estes ocorrem na Bahia, Maranhão, Piauí e Alagoas (CALDERÓN, 1969⁴³; MARTIN, 1997⁴⁴; SILVA-SANTANA, 2007³⁹). A Bahia apresenta muitos sambaquis localizados desde o litoral sul até o litoral norte do estado, todavia, apenas seis foram estudados: o da “Pedra Oca” datado em 2.800 anos A.P., situado no Bairro de Piripiri, Salvador (CALDERÓN, 1964)⁴⁵ e os sambaquis do litoral do município de Conde, datados em até 5.200 anos A.P. (SILVA, 2000⁴⁶; SILVA-SANTANA, 2007³⁹ e AMÂNCIO-MARTINELLI, 2007⁴⁷).

No que diz respeito especificamente à região da Baía de Todos os Santos existe o registro de alguns sambaquis como, por exemplo, o sambaqui da Pedra Oca localizado no bairro de Piripiri em Salvador, acima mencionado; o sambaqui de Porto Santo, situado na Ilha de Itaparica (IPHAN, 2013)³⁷ e o sambaqui do Paty, situado na Ilha do Paty, município de São Francisco do Conde (IPHAN, 2013)³⁷.

Durante o século XIX, Rathburn (1878)⁴⁸ coletou conchas do sambaqui de Porto Santo na Ilha de Itaparica. Durante a sua visita, coletou material conquiliológico e fez várias descrições sobre o ambiente geográfico e as condições geológicas onde se encontra o referido sítio. Entretanto, durante a coleta foram também retiradas e misturadas ao material do sítio, espécies malacológicas pertencentes à praia próxima, tornando assim difícil o reconhecimento das características particulares daquele sambaqui (MARTINS

³⁹ SILVA-SANTANA, C.C. 2007. Sambaquis perilagunares da zona costeira de Conde, Bahia. Tese de Doutorado. Orientador: Dra. Maria Dulce Gaspar. Programa de Pós-Graduação em Geologia Costeira e Sedimentar, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 197p.

⁴⁰ PROUS, A. 1992. Arqueologia Brasileira. Editora Universidade de Brasília, DF, 605 p.

⁴¹ FIGUTI, L. 1993. O homem pré-histórico, o molusco e o sambaqui: considerações sobre a subsistência dos povos sambaquieiros. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 3: 67-80.

⁴² DEBLASIS, P.; KNEIP, A.; SCHEEL-YBERT, R.; GIANNINI, P.C.; GASPAR, M.D. 2007. Sambaquis e paisagem: Dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. Arqueologia Suramericana, 3: 29-61.

⁴³ CALDERÓN, V. (1969). A fase Aratu no Recôncavo e Litoral Norte do Estado da Bahia. In: Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultados preliminares do terceiro ano. 1967-8. Pub. Avulsas, Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 13: 161-72.

⁴⁴ MARTIN, G. 1997. Pré-história do Nordeste do Brasil. 2a edição atualizada - Recife: Editora Universitária da UFPE, 450p.

⁴⁵ CALDERÓN, V. 1964. O sambaqui da Pedra Ôca. Relatório de uma Pesquisa, 2. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciências Sociais, 88p.

⁴⁶ SILVA, C.C. 2000. Herança Geológica como ferramenta para a prospecção de sambaquis no Litoral Norte do Estado da Bahia: o exemplo do sambaqui Ilha das Ostras. Dissertação de Mestrado. Orientador: Dr. José Maria Landim Dominguez. Programa de Pós-Graduação em Geologia, Universidade Federal da Bahia. 127p.

⁴⁷ AMANCIO-MARTINELLI, S. G. 2007. Estudo do Processo de Formação do Sambaqui Ilha das Ostras, Bahia. Tese de Doutorado. Orientador: Dra. Maria Dulce Gaspar. Programa de Pós-Graduação em Geologia Costeira e Sedimentar, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 197p.

⁴⁸ RATHBUN, R. 1878. Observações sobre a Geologia – Aspecto da ilha de Itaparica, na Bahia de Todos os Santos. Arquivos do Museu Nacional, Rio de Janeiro, III: 159-183.



1950)⁴⁹. No entanto, o trabalho de Rathburn figura como a primeira informação na literatura nacional sobre um sambaqui identificado cientificamente no nordeste e em especial na Baía de Todos os Santos, com coleta de material para estudo.

O sambaqui Porto Santo, cujo registro se encontra nos inventários do SPHAN (1984)⁵⁰ e no cadastro do IPHAN (2013)³⁷ apresentou material basicamente relacionado a mariscos e ostras, com pouca ocorrência de cerâmica.

Embora pouco estudada, a ilha de Itaparica mostra-se como um dos locais de maior probabilidade de ocorrência de muitos e grandes sambaquis. De acordo com Almeida e Santana (2009)⁵¹, as informações dos primeiros cronistas reforçam a ideia de que os maiores sambaquis desta área deveriam estar situados na ilha de Itaparica, já que foram facilmente identificados e sua transformação em cal, se dava efetivamente, naquela ilha.

Ainda segundo Almeida e Santana (2009)⁵¹, Rodolfo Garcia organizou e publicou pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro alguns documentos sobre a fundação da cidade de Salvador e reforçou a utilização da cal, procedente de sambaquis, na construção das antigas cidades do Brasil.

Em 1936, os geólogos Abreu Paiva e Amaral Abreu encontraram o sambaqui da Pedra Oca, localizado em Periperi, subúrbio de Salvador, de onde foi retirado um esqueleto humano (ALMEIDA e SANTANA, 2009)⁵¹. Posteriormente, entre 1961 e 1964, o arqueólogo Valentin Calderón da UFBA escavou esse sambaqui. De acordo com suas pesquisas o mesmo media menos de 100m² de área e pouco menos de 3 m de altura, estando instalado sobre uma praia extinta. Os estudos no sambaqui da Pedra Oca resultaram em uma coleção de artefatos de ossos, conchas, vestígios de enterramentos humanos, além de vestígios cerâmicos pré-coloniais. O sambaqui da Pedra Oca tem datação de 2.800 anos antes do presente (CALDERÓN, 1964)⁴³.

Em Cachoeira Calderón também localizou outro sambaquis, o Ponta Grossa (IPHAN, 2013)³⁷. Ainda em Cachoeira, em 1990, outro sambaqui, o Sambaqui do Convento foi sondado por professores e arqueólogos do VII CECRE (Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos Históricos - CEAB/FAUFBA), por encontrar-se no mesmo espaço, onde existe um monumento arquitetônico (ALMEIDA e SANTANA, 2009)⁵¹.

A BTS é, juntamente com o litoral norte da Bahia, a área do estado a apresentar a maior quantidade de sambaquis. Infelizmente, é também na Baía de Todos os Santos que se verifica a destruição sistemática desses sítios, impulsionada inicialmente pela construção da cidade de Salvador, a partir de 1534, e posteriormente, imposta pelo crescimento demográfico e industrial.

Vale salientar que no Brasil os sambaquis encontram-se datados a partir de 8.000 anos atrás e deixam de ser construídos por volta de 1.000 anos. O desaparecimento dos grupos humanos que construíram os sambaquis ainda não está bem explicado, mas,

⁴⁹ MARTINS, E.A. 1950. Notas sobre os moluscos coletados por Richard Rathburn, em 1876, na praia consolidada e sublevada e no sambaqui de Porto Santo, Ilha de Itaparica, Estado da Bahia. Revista Brasileira de Biologia. Ed. SBB. Rio de Janeiro, D.F. 10 (1): 141-143.

⁵⁰ SPHAN 1984. Inventário dos sítios arqueológicos do Estado da Bahia. Ministério da Educação e Cultura. Pró-Memória 152 p.

⁵¹ ALMEIDA, L.M.R. e SANTANA, C. Termobahia: Potencialidade Arqueológica na Região de Mataripe. HARA Editora Virtual de História, Arquitetura, Restauração e Arte. Disponível em: www.editoravirtual.netfirms.com/arqueologia.htm Acessado em: 18 de fev. de 2009.



acredita-se que estes foram extintos após o contato com grupos Tupi. Os Tupi eram ceramistas oriundos da região amazônica e que chegaram ao litoral por volta de 1.000 anos antes do presente. Seja por miscigenação ou por extermínio, o contato com esses grupos parece ser a resposta mais plausível para o colapso dos sambaquianos.

Sítios das Tradições ceramistas Aratu e Tupiguarani

Além dos sambaquianos, o litoral brasileiro foi também ocupado por outros grupos durante a pré-história. Os ceramistas, por exemplo, encontram-se relacionados a todo o litoral do Brasil, todavia, na Bahia, apenas ocorrem registros de dois grandes grupos: Aratu e Tupiguarani (CALDERÓN, 1970⁵²; e CALDERÓN 1971⁵³).

Tanto os Aratu quanto os Tupiguarani construíam grandes aldeamentos no litoral baiano. Seus sítios são normalmente extensos e rasos, com pouco mais de 60 cm de profundidade. No litoral baiano os sítios Aratu são datados desde os últimos 1.500 anos e os Tupiguarani por volta de 1.000 anos A.P. Ambos os tipos de sítios se caracterizam por grande quantidade de fragmentos cerâmicos, dentre e outros objetos (CALDRÓN, 1970⁵²; e CALDERÓN 1971⁵³).

Estes grupos, da mesma forma que os sambaquianos, também procuravam os espaços litorâneos, resultando, na maioria das vezes, na ocupação dos mesmos espaços, em tempos diferenciados. Esses sítios são caracterizados pela ocorrência de grandes aldeamentos estando presentes no Estado da Bahia há mais de 1.000 anos antes do presente (SILVA, 2000)⁴⁶. Parte dos sítios já registrados no estado se encontra na Baía de Todos os Santos, área onde foi localizada a maior quantidade de sítios arqueológicos deste tipo (CALDERÓN, 1969)⁴³.

Os grupos Aratu eram sedentários, semipermanentes e viviam em aldeamentos a céu aberto. Dominavam a agricultura do milho, mesmo que incipiente, e exploravam alguns tubérculos sem, contudo, desprezar a caça e a coleta (PROUS, 1992)⁴⁰.

A primeira ocorrência de sítio Aratu se deu no Recôncavo Baiano, no Sítio da Viúva, localizado no Centro Industrial de Aratu, que deve a esse fato a sua denominação (CALDERÓN, 1974)⁵⁴. O sítio Guipe, localizado nas cercanias da barragem do rio de mesmo nome, próximo a Salvador, possui a datação de 1.130 anos antes do presente, que é a datação mais antiga para assentamentos dessa cultura no Recôncavo (CALDERÓN, 1969)⁴³.

⁵² CALDERON, V. 1970. Nota prévia sobre três fases da arte rupestre no Estado da Bahia. Universitas, Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia, nº 5. Salvador.

⁵³ CALDERÓN, V. 1971. Breve notícia sobre a arqueologia de duas regiões do Estado da Bahia. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – 4 – Resultados preliminares do 4o ano – 1968 – 1969, Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém – PA, 15p.

⁵⁴ CALDERÓN, V. 1974. Contribuição para o reconhecimento da Arqueologia do Recôncavo e do sul do Estado da Bahia. Publicações Avulsas no 26: 141-56. Museu E. Goeldi, Belém.



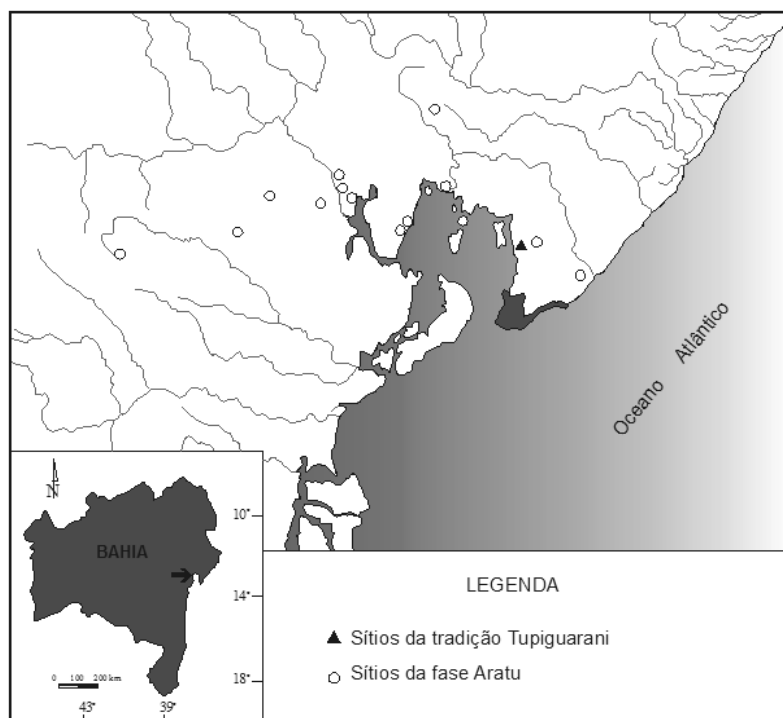


FIGURA 5.3.4-1- Mapa de localização de sítios arqueológicos de grupos Tupiguarani e Aratu, situados no Recôncavo Baiano. Fonte: Silva, 2000⁴⁶.

Em São Francisco do Conde Calderón cadastrou dois desses sítios relacionados a grupos ceramistas horticultores, um na fazenda Mombaça e outro na Ilha Cajaíba (SPHAN, 1984)⁵⁰.

Diversos sítios afiliados às Tradições culturais Tupiguarani também foram objeto de registro por Calderón nos municípios do recôncavo baiano, em áreas próximas à Baía de Todos os Santos (CALDERÓN, 1969⁴³; CALDERÓN, 1970⁵²; CALDERÓN, 1971⁵³; e CALDERÓN, 1972⁵⁵).

No litoral, os ceramistas ocuparam, não só os espaços que anteriormente serviram aos sambaquianos, como também os depósitos Terciários e Quaternários, incluindo a planície costeira, desde dunas a terraços diversos. Desta forma, qualquer trecho da zona costeira é passível de se evidenciar essas ocupações. O estudo de qualquer área do litoral baiano deve levar sempre em consideração a provável ocorrência de sítios Aratu e/ou Tupiguarani.

As tradições ceramistas Tupiguarani e Aratu tiveram ampla dispersão pelo nordeste brasileiro, fato corroborado por dezenas de pesquisas arqueológicas desenvolvidas entre as décadas de 1960 a 1980 (LUNA, 2006)⁵⁶.

Sítios Aratu e Tupiguarani foram localizados em várias regiões baianas por Calderón e posteriormente pelas equipes de arqueólogos que o sucedeu no estado da Bahia.

⁵⁵ CALDERÓN, V. 1972 As Tradições Líticas de uma região do Baixo Médio São Francisco (Bahia). Universitas 12/13: 49-65. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

⁵⁶ LUNA, S. 2006. As Pesquisas Arqueológicas sobre Cerâmica no Nordeste do Brasil. Canindé, Xingó, nº 8, Dezembro de 2006, P: 167-207.



Um dos elementos mais característicos da Tradição Aratu é a cerâmica cerimonial; as urnas funerárias Aratu são tipicamente piriformes (assemelha-se a uma pera invertida) com opérculo (tampo).

As urnas apresentam entre 65 e 75 cm de altura, abertura em torno de 40 a 45 cm de diâmetro; os opérculos correspondem a tigelas menores, que se situam sobre a boca da urna. Os enterramentos em urnas eram sempre secundários e as urnas enterradas bem próximas à superfície (MARTIN, 1997⁴⁴; CARVALHO, 2003⁵⁷).

A técnica de fabricação da cerâmica era a roletada, sem decoração, superfície alisada e, por vezes engobo de grafite; alguns exemplares podem apresentar decoração corrugada-ondulada nas bordas. Os vasilhames apresentam formatos semiesféricos com bordas onduladas. Cachimbos em forma de funil ou tubulares encontram-se presentes nos sítios (CARVALHO, 2003)⁵⁷.

Do material lítico, chamam a atenção os machados polidos ou picoteados, os brutos utilizados para o uso como moedores de grãos, além de rodela de fusos; esses últimos também podem ser de cerâmica.

A organização das aldeias, segundo Prous (1992)⁴⁰ era de ocas que rodeavam uma praça central; aldeias circulares e situadas topograficamente nos locais altos e planos das paisagens.

Os sítios Aratu são espessos, apresentam ocupações com cerca de 40 a 90 cm de profundidade (média de 60 cm de profundidade), o que pode indicar aldeamentos densos e estáveis (MARTIN, 1997)⁴⁴.

A Tradição Aratu foi estabelecida por Valentin Calderón a partir do estudo de 24 sítios arqueológicos situados entre os litorais dos estados da Bahia, Sergipe e Pernambuco. O nome Aratu foi dado ao grupo de sítios dessa tradição porque o primeiro sítio (sítio Guipe) com as características típicas de uma cultura até então desconhecida se localizava no Povoado de Guipe, na Baía de Aratu (BTS).

Calderón também pesquisou sítios Aratu no interior do estado, tendo localizado nos municípios de Barreiras, São Desidério e Catolândia, cujas aldeias se localizavam sempre perto dos rios. Em São Desidério Calderón escavou 25 urnas funerárias.

Na década de 90, pesquisas realizadas por Etchevarne evidenciaram um grande aldeamento Aratu em Muquém do São Francisco, tendo resgatado mais de 40 urnas funerárias.

A ocupação Aratu foi ampla no território nordestino, tendo sido encontrada também em outras regiões do Brasil. Pesquisas atuais mostram que esses grupos habitaram, além da Bahia, Sergipe e Pernambuco, o sudeste do Piauí, os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Mato Grosso e sudeste de Goiás.

De acordo com os estudos existentes, acredita-se que os Aratu eram agricultores ceramistas que viviam em grandes aldeias, estáveis, com numeroso quantitativo de pessoas e ocupações demoradas. Ocupavam solos férteis em áreas florestais e

⁵⁷ CARVALHO, F. L. A pré-história sergiapana/Fernando Lins de Carvalho. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2003. 159p.



propensos à cultura do milho, feijão, amendoim e da mandioca, sempre próximos a cursos de água perenes. Parece não terem sido canoieiros, embora suas aldeias permanecessem próximas a rios e riachos. A ocorrência de rodela de fuso nos sítios Aratu pode indicar que fiassem algum tipo de trama ou tecido grosso. A ausência de assadores pode indicar que a mandioca cultivada pelos Aratu não era para a fabricação da farinha.

As datações existentes acerca da Tradição Aratu correspondem a sítios escavados na Bahia: 1.081 ± 250 C-14 BP para a região de São Desidério; 1.360 ± 50 C-14 BP e 608 ± 50 C-14 BP para o litoral norte; e, 870 ± 90 para o Recôncavo (MARTIN, 1997)⁴⁴.

O elemento principal de caracterização da Tradição Tupiguarani também é a cerâmica. Como elementos característicos da cerâmica Tupiguarani podem-se destacar a confecção por técnica acordelada, que consiste na superposição de roletes de barro e obliteração destes para formar a peça desejada; vasilhames com paredes espessas; queima incompleta resultando em uma banda central escura, observável em fragmentos quebrados. As formas dos vasilhames oscilam em tamanho, variando de 10 cm a 70-80 cm, existem informações de vasilhames com até um metro.

Com relação à decoração estas podem ser plásticas ou pintadas; os tipos de decoração definem as subtradições em Pintada (ou Policrômica), Corrugada e Escovada (PROUS, 1992)⁴⁰.

A subtradição Pintada é mais comum no litoral nordestino (MARTIN, 1997)⁴⁴, mas, pode aparecer também no interior, como é o caso do sítio Candeias estudado por Almeida e Silva no início da década de noventa no município de Iraquara, Chapada Diamantina (ALMEIDA e SILVA, 1991)⁵⁸.

A cerâmica pintada se caracteriza por apresentar desenhos em preto, vermelho, ou castanho sobre fundo (ou engobo) branco ou cinza; a pintura pode estar presente no interior, exterior ou em ambos os lados dos vasilhames. Os desenhos apresentam motivos geométricos, abstratos e muito complexos.

A policromia é marcante na cultura Tupiguarani e a pintura é mais comum na face externa dos vasilhames fechados e na face interna dos vasilhames de formas abertas, como por exemplo, nos pratos. As subtradições corrugada e escovada são mais recentes no litoral Nordeste (MARTIN, 1997⁴⁴; CARVALHO, 2003⁵⁷).

Segundo Calderón (1969)⁴³ a subtradição escovada e a corrugada apresentam decoração plástica na face externa dos vasilhames. Essas subtradições e principalmente a corrugada são mais comuns no interior do nordeste. Deve-se levar em consideração que os Tupiguarani também produziram cerâmicas sem decoração e estas correspondem às mesmas formas e espessuras das demais.

Os Tupiguarani também enterravam seus mortos em urnas funerárias de cerâmicas. As urnas são carenadas, largas com bojo maior que a altura (PROUS, 1992)⁴⁰. Segundo Martin (1997)⁴⁴ rituais de incineração foram comuns entre os Tupi do litoral.

⁵⁸ ALMEIDA, L. M. R. e SILVA, C. C. (1991). Cadastramento de sítios arqueológicos da Chapada Diamantina – Relatório de Campo. CEAB/FAUFBA 26p.



Os sítios Tupiguarani, diferentemente dos sítios Aratu, são rasos não ultrapassando 30 cm de espessura; alguns apresentam apenas 15 a 20 cm de depósito arqueológico.

De acordo com as pesquisas existentes, os Tupis se estabeleciam preferencialmente próximos a rios navegáveis (eram grupos canoieiros) e em regiões costeiras e de zona da mata de terrenos baixos, no entanto, estudos recentes mostram a ocorrência de sítios em áreas de caatinga.

A tradição Tupiguarani difundiu-se amplamente pelo Brasil: no litoral, sertões e planaltos, a partir de duas grandes correntes migratórias de norte a sul: uma descendo pelo litoral e outra pelas grandes bacias do Amazonas e do Prata (MARTIN, 1997)⁴⁴.

No nordeste as primeiras ondas migratórias vindas pelo litoral encontram-se datadas por volta de 1.100 a 700 anos antes do presente, caracterizada tipicamente pela subtradição pintada. Posteriormente, por volta de 700 a 500 anos antes do presente, já em período e pré-contato e contato, ocorrem as segundas ondas migratórias com a introdução da subtradição corrugada (CARVALHO, 2003)⁵⁹.

Os Tupis eram hábeis canoieiros e bem souberam utilizar os cursos de água (rios e mares) para a sua expansão. Assim, “quando da presença portuguesa, no século XVI, já ocupavam extensa faixa do litoral, desde o Iguape até a costa do Ceará” (CARVALHO, 2003)⁵⁹.

De acordo com Carvalho (2003)⁵⁹, os únicos pontos não ocupados pelos Tupis foram à foz do rio Paraíba (ocupada pelos Goitacazes); o norte do Espírito Santo e o sul da Bahia (ocupado pelos Aimorés); e a faixa entre o Ceará e o Maranhão (ocupada pelos Tremembés).

Carvalho (2003)⁵⁹ salienta que os grupos não Tupis, genericamente designados como “Tapuias” passariam a ocupar o interior (agreste e sertão).

De acordo com as características dos ambientes ocupados pelos sambaquianos e posteriormente pelos grupos Aratu e Tupiguarani, como descrito, o litoral em estudo é um dos mais propensos à existências desses tipos de sítios.

Sabendo-se que o modo de ocupação das terras realizadas pelos portugueses não diferia bastante daqueles realizados pelos indígenas é possível que as ocupações históricas tenham destruído ou danificado parcialmente os sítios pré-coloniais locais.

Além dos grupos pré-históricos deve-se levar em consideração, ao se estudar o espaço litorâneo, e em especial o espaço costeiro próximo à cidade de Salvador, a possibilidade de se encontrar assentamentos indígenas relacionados aos primeiros anos da colonização do território brasileiro e assentamentos dos primeiros colonos e ocupações posteriores, objeto de estudo da arqueologia histórica. A região em questão fora intensamente ocupada durante o período colonial e os que se seguiram posteriormente, tendo sido palco de guerras e demais eventos históricos.

⁵⁹ CARVALHO, F. L. (2003). A pré-história sergipana/Fernando Lins de Carvalho. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe. 159p.



Resumo Histórico e Etnohistórico da Região⁶⁰

Dados etnohistóricos e históricos

Um ano após a descoberta oficial do Brasil, Portugal enviou a primeira expedição com o objetivo de explorar as potencialidades do novo território anexado ao Império colonial português. Desta expedição data o primeiro relato sobre a baía que receberia o nome de Todos os Santos, por ter sido alcançada no dia 1 de novembro de 1501, dia de Todos os Santos.

Nessa época, esta região já era habitada por grupos humanos que ali estavam desde o período pré-colonial. Por volta do ano de 1.500, quando da chegada dos europeus, viviam na região os tupinambás, grupo indígena que fazia parte do grande tronco linguístico Tupi, que dominava vastas dimensões do que viria a ser posteriormente o território costeiro brasileiro.



FIGURA 5.3.4-2- Dança de índios Tupinambás (WHITE, 2013)⁶¹.

Os tupinambás se dividiam em tribos com língua comum entre estas, tendo sido posteriormente organizada gramaticalmente pelos jesuítas quando chegaram ao Brasil. O intuito era de utilizá-la na catequese dos povos indígenas. Assim, historicamente todo o território do município de Salvador era ocupado pelos índios Tupinambá.

⁶⁰ Fonte principal deste tópico: TAVARES, Luis Henrique Dias. O Primeiro Século do Brasil. Da expansão da Europa Ocidental aos Governos-Gerais das terras do Brasil. Salvador: EDUFBA, 1999.

⁶¹ WHITE, J. Tupinamba Indians dancing. Disponível em: <http://topblogger.livejournal.com/6450993.html>. Acesso em: abril, 2013.



FIGURA 5.3.4-3- Mapa ilustrativo da distribuição indígena no início do século XVI, com indicação dos Tupinambá em Salvador, Bahia. Modificado de Fausto (1992)⁶².

No início da colonização os indígenas foram muito importantes, pois, eram estes que supriam os brancos com mantimentos. Sabe-se assim que nos arredores do núcleo primordial da cidade existiam diversas aldeias e eram destas que vinham à cidade a alimentação, tais como: galinhas e porcos (PINHO, 1968)⁶³.

Ao redor da cidade antiga de Salvador ocorriam aldeias indígenas e a região durante o século XVI era basicamente dividida em duas áreas: uma de domínio português, nas proximidades de Salvador e outra, mais para norte e para o interior de domínio indígena.

⁶² FAUSTO, Carlos. Fragmentos de História e Cultura Tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. P; 381-396. In: História dos Índios do Brasil (org. Manuela Carneiro da Cunha), Companhia das Letras. 1992. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP.

⁶³ PINHO, Wanderley (1968) História social da cidade do Salvador. Aspectos da história social da cidade 1549-1650– Evolução Histórica da Cidade de Salvador. Tomo 1º. Publicação póstuma da Prefeitura Municipal do Salvador comemorativa do IV Centenário da Fundação da cidade, Salvador.

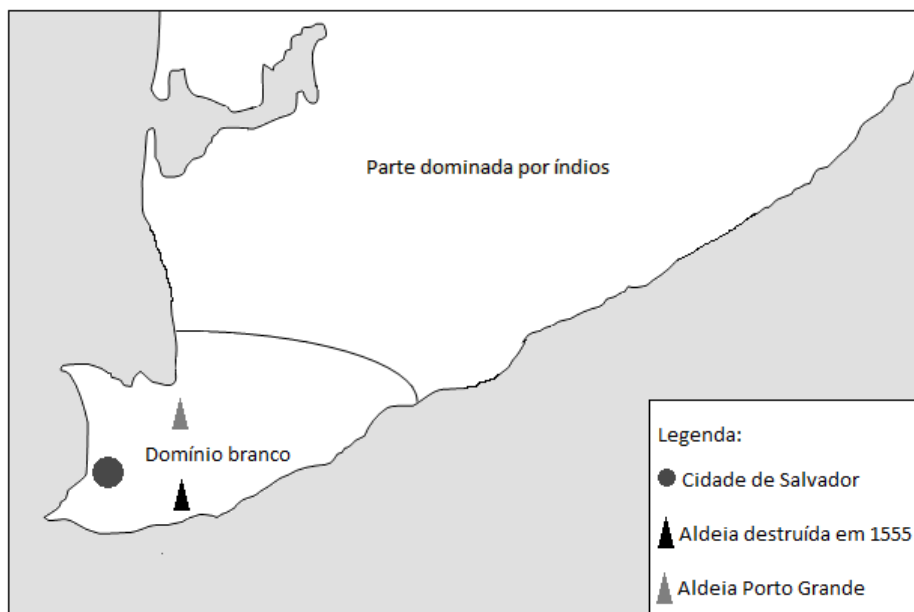


FIGURA 5.3.4-4 – Mapa esquemático da ocupação indígena na região compreendendo Salvador, bem como das aldeias ao redor da cidade durante o século XVI. Modificado de Pinho (1968)⁶³.

Eram aldeias ao redor de Salvador por volta de 1559: do Simão, do Tamandaré ou São Lourenço, e a do Rio Vermelho. Durante o Governo de Mem de Sá, foram povoadas as aldeias de São Paulo (hoje Brotas), São João (Plataforma) e Espírito Santo (Abrantes). Após a conquista da área que seria sede da antiga Salvador, os gentios ou nativos ficariam basicamente restritos à área além das fortificações erigidas para proteção do 'casco antigo' da antiga São Salvador.

Assim, a zona povoada e sob o domínio dos índios nativos passou a se estender logo após as fortificações até área muito além dos currais de Garcia D'Ávila, nas regiões hoje conhecidas como Itapuã.

Durante o ano de 1555, o nobre D. Álvaro parte para dominação de toda área além das fortificações da cidade, aniquilando as aldeias e tribos, incluindo as de Pirajá e Itapoã, para impor a presença do branco em toda a gleba, em face da presença massiva dos gentios ou indígenas, que cultivavam e criavam em toda região.

O núcleo inicial de Salvador

Anotações de Amerigo Vespucci indicam que em 1503 já havia uma feitoria na Baía de Todos os Santos, destinada ao comércio de pau-brasil. Vale salientar que as feitorias correspondiam a um entreposto, em geral fortificado, que, na fase inicial da colonização dos domínios ultramarinos portugueses, negociava com os nativos, bem como recolhia e armazenava os produtos que deviam ser transportados para a metrópole.

Uma descrição mais detalhada dessa feitoria encontra-se no Livro da Nau Bretoa, que, em 1511, registra um carregamento de 5.000 toros de pau-brasil na Baía de Todos os Santos, além do embarque do português Joham de Braga e de 35 indígenas escravizados.



Além da existência da feitoria, há a indicação da presença de europeus não apenas para carregar seus navios de mercadorias, mas formando um verdadeiro núcleo de povoamento às margens da Baía de Todos os Santos. Esta antecede até mesmo o período conhecido verdadeiramente como Colonial, iniciado, de acordo com a historiografia oficial, a partir da expedição Colonizadora comandada por Martim Afonso de Sousa, em 1531.

Efetivamente, existem relatos a partir de 1514 que se referem à existência de um branco “peró” vivendo entre os tupinambás na Baía de Todos os Santos. Com o passar do tempo, os relatos já fazem referência à existência de um núcleo de povoamento formado em sua maioria por indígenas, tupinambás, e alguns europeus provenientes de naufrágios e deserções, além de um pequeno número de mestiços.

Tal núcleo de povoamento seria o habitado por Diogo Álvares, mais conhecido como Caramuru, sua esposa, Catarina Paraguaçu, filhos, filhas, algumas delas casadas com outros europeus naufragados, além de muitos indígenas, tupinambás. O povoado, segundo relatos da época, contava com cerca de 300 casas espalhadas, mas não muito distantes umas das outras.

Diogo Álvares teria chegado à Baía de Todos os Santos entre 1509 e 1511, não se sabe ao certo se sua chegada à dita baía se deu devido a um naufrágio, à deserção ou se teria permanecido na região para facilitar o comércio do pau-brasil entre os tupinambás e os franceses, a quem se supõe Diogo Álvares servia.

O comércio do pau-brasil estabelecido pelos franceses na Baía de Todos os Santos, com a provável contribuição de Diogo Álvares, o Caramuru, chegou a influenciar de tal forma esta área até o início da década de 1530, que há relatos de navegantes de que o povoado existente entre o atual bairro do Rio Vermelho e a Praia do Forte, ficou conhecido como ‘Aldeia dos Franceses’, tal era a quantidade de pessoas de pele clara, fruto provável da miscigenação entre tupinambás e franceses. Assim como uma ilha localizada na baía de Iguape que ficou conhecida como ‘Ilha dos Franceses’, pois se tratava de um provável local de atracação de embarcações francesas para o carregamento de pau-brasil.

Só em 1531 que parte de Lisboa uma expedição dita Colonizadora, que de passagem pela Baía de Todos os Santos aprisionou três naus francesas carregadas de pau-brasil, além de ter encontrado com Diogo Álvares Correia e sua mulher tupinambá, Catarina Caramuru, ou Paraguaçu, que viviam em um povoamento formado por indígenas e alguns portugueses na região onde hoje se encontra a cidade de Salvador, mais exatamente nas proximidades da Ponta do Padrão, hoje do Porto ao Farol da Barra.

Em 1534, o território brasileiro que, de acordo com o Tratado de Tordesilhas cabia a Portugal, foi dividido em Capitânicas Hereditárias, ficando a Baía de Todos os Santos pertencendo à capitania com mesmo nome, de propriedade de Francisco Pereira Coutinho, também conhecido como “Rusticão”. De acordo com Dias Tavares, essa capitania tinha como limites prováveis a margem direita do Rio São Francisco e a Ponta do Padrão (hoje Forte e Farol da Barra).

Pouco se sabe sobre os primeiros tempos da capitania. Acredita-se, entretanto, que o Donatário contava com o suporte de portugueses que aqui chegaram acompanhando o mesmo, e contou com a valiosa ajuda de Diogo Caramuru, que auxiliou Francisco Pereira





Coutinho na pacificação dos nativos que viviam onde hoje se encontra a cidade de Salvador.

Com a morte de Francisco Pereira Coutinho, a Coroa portuguesa preferiu readquirir o controle sobre as terras da capitania da Baía de Todos os Santos. Em 1548, esta capitania já pertencendo à Coroa, tornou-se então sede da colônia com a criação dos Governos-Gerais e a fundação da cidade de São Salvador (1549), capital da colônia portuguesa na América.

Tomé de Sousa, primeiro governador-geral, chegou à colônia com designações claras no chamado "Regimento de Tomé de Sousa". Fora-lhe recomendado que fosse feita a paz com os indígenas e que com eles trabalhasse desde Tatuapara (atual Praia do Forte) até o Para Açú (provavelmente o Paraguaçu).

E assim foi feito, Tomé de Sousa e os representantes dos reis de Portugal que lhe sucederam tentaram minimizar o quase total fracasso das capitanias hereditárias, que continuariam existindo, mas foram sendo gradativamente readquiridas pela Coroa no decorrer dos séculos XVI, XVII e XVIII.

O fracasso das capitanias, entretanto, não significou o fracasso de todo o sistema instituído em 1534, pois, os capitães donatários tinham por obrigação doar sesmarias e nelas estabelecer atividades lucrativas, em especial o cultivo da cana-de-açúcar e a construção de engenhos onde o açúcar seria produzido, com destino ao mercado externo, de acordo com as necessidades econômicas de Portugal e com a política mercantilista vigente no início da Idade Moderna.

Foram justamente estas sesmarias que se constituíram na base da divisão de terras e da economia agrário-exportadora da colonização portuguesa no Brasil.

De uma forma geral, as Sesmarias caracterizavam-se por serem grandes extensões de terras, e, de acordo com muitos estudiosos, aí reside a problemática da questão agrária que vivemos até os dias atuais no Brasil.

O cultivo da cana para a produção do açúcar tornou-se assim a base da economia colonial, entre os séculos XVI (implantação e organização do sistema) e XVII ao princípio do XVIII, quando uma grave crise abalou a economia açucareira. Tal crise teria origem em questões econômicas internacionais (nesta época a economia mundial passava por um momento de crise), mas, principalmente em questões internas vividas pelo Império Colonial português, tais como a vacância do trono, ainda em fins do século XVI, 1580, que daria início à União Ibérica, ou seja, união entre as Coroas de Portugal e Espanha, que duraria até 1640, só chegando a termo após uma guerra entre portugueses e espanhóis; e, principalmente, o domínio holandês sobre a região nordeste do Brasil (1630-1654), então o eixo econômico da colônia, desestruturando não apenas a produção açucareira colonial, como também o comércio de escravos entre África e Brasil, visto que os entrepostos portugueses em África foram, também, dominados pelos holandeses.

A implantação do sistema colonial no Brasil contou com o suporte financeiro do Estado português, além dos comerciantes flamengos (comerciantes originários da região de Flandres, nos Países Baixos, hoje Holanda e Bélgica), que financiaram muitos dos



engenhos instalados assim como passariam a ter participação ativa no comércio de tão lucrativo produto.

Para Azevedo:

(...) Eram de tal monta as despesas das primeiras instalações coloniais, em terra virgem e hostil, exigindo instalações defensivas, portuárias e de transporte, que não se justificava a montagem de engenhos pequenos. (...) Capitais portugueses e muitas vezes flamengos se associavam aos donatários, permitindo viabilizar a empresa (AZEVEDO, 1985)⁶⁴.

Durante esse período de estabelecimento português as lutas entre colonizadores e indígenas foram sangrentas e duradouras, a resistência tupinambá foi forte, muitos foram os mortos. Entretanto, como atestam relatos de alguns jesuítas que ali viveram, como o Padre Manuel da Nóbrega, os portugueses se aproveitaram das disputas e guerras entre as diversas tribos, algumas das quais insufladas pelos próprios colonizadores para efetivar a posse do território. Em fins do século XVI, o número de indígenas na região já estava bastante reduzido.

Existem 124 sítios arqueológicos históricos cadastrados no Banco de Dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), associados aos municípios da Baía de Todos os Santos. Destes, um sítio histórico fora cadastrado em Vera Cruz; em Jaguaripe 112 sítios históricos foram cadastrados; em Cachoeira existe o cadastro de um sítio cemitério histórico; em Candeias há o cadastro de dois sítios históricos e, em Salvador há o cadastro de oito sítios todos históricos (IPHAN, 2013)³⁷.

Como salientado anteriormente, nem sempre os sítios registrados e pesquisados pelos arqueólogos encontram-se cadastrados no IPHAN e muitos destes são apenas conhecidos por meio de publicações.

Além dos sítios localizados em áreas continentais existe a informação de vários naufrágios na Baía de Todos os Santos. Esses naufrágios são considerados áreas arqueológicas em potencial. Para o estudo de áreas litorâneas as informações acerca dos naufrágios são essenciais.

Informações sobre naufrágios na BTS e proximidades

É do início do século XVI que se tem a primeira notícia acerca dos naufrágios na Bahia. As informações dão conta da existência, entre os índios, de um branco conhecido na historiografia convencional como Caramuru, vivendo entre os tupinambás na Baía de Todos os Santos. Os relatos desse período fazem referência à existência de um núcleo de povoamento formado por cerca de trezentas casas. Esse povoado inicial da Baía de Todos os Santos era habitado, segundo relatos, por Caramuru, esposa, filhos e filhas, indígenas tupinambás e europeus naufragados, muitos desses casados com as filhas de Caramuru. Essa é, pois, a primeira menção a ocorrência de naufragos na história do litoral baiano.

⁶⁴ AZEVEDO, P. O. de. Alfândega e o Mercado: Memória e Restauração. Salvador: Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia, 1985.



Naquele primeiro momento navios de vários países transitavam pela BTS em busca do pau-brasil. Sobre os ataques dos barcos franceses em busca dessa madeira na vila da Capitania da Bahia e acerca dos naufrágios nesse primeiro momento da história da capitania assim descreve Luis Henrique Dias Tavares sobre um dos episódios ocorridos com Francisco Pereira Coutinho (donatário da capitania da Bahia):

(...) tupinambás da Baía de Todos os Santos, muito provavelmente ligados a comerciantes franceses de pau-brasil, atacaram a vila. (...) não conseguindo resistir, Coutinho retirou-se para a capitania de Pero do Campo Coutinho. Ali o foi buscar Diogo Álvares em 1546. Levava a notícia de um novo ataque a Vila Velha, desta vez por franceses. Decidindo regressar, quando alcançava a ilha de Itaparica, o caravelão que o trazia naufragou nos recifes de Pinaúnas. Francisco Pereira Coutinho alcançou a praia, mas caiu prisioneiro dos tupinambás, que o mataram e devoraram (TAVARES, 2008)⁶⁵.

Durante a história dessa região e da mesma maneira como a embarcação que trazia Caramuru e outros europeus naufragou, outras embarcações que traziam especiarias, escravos, membros da corte portuguesa tiveram o mesmo destino.

Um episódio que ficou marcado na história foi o naufrágio do Galeão Sacramento ocorrido no banco de Santo Antônio, em frente ao atual bairro da Barra em Salvador. No século XVII, durante os episódios da invasão holandesa, a união ibérica defendia o território da colônia por meio do envio de embarcações de guerra. Assim, em 1668, ocorreu o naufrágio do Galeão Sacramento, segundo descrição de Max Justo Guedes (1980): “em 5 de maio de 1668, uma enorme frota de mais de 50 navios, capitaneada pelo Galeão <<Sacramento>>, de 60 canhões (dois outros navios de guerra, a *almiranta* e a *fiscal*, participavam da escolta ao comboio) aproximou-se da Baía de Todos os Santos, fustigada por violenta tempestade”. Ainda segundo o autor: “Desde as seis horas da tarde tentou ela entrar à barra, ao invés de fazer-se na *volta do mar* (afastar-se de terra) e aguardar, como seria aconselhável, a melhora do tempo”. Todavia, por volta da 11 horas da noite, o galeão viria a afundar após “tocar no Baixo de Santo Antônio de areia e pedra”. O galeão trazia ainda aquele que seria o novo governador da Bahia João Corrêa da Silva, naufrago do galeão Sacramento (**FIGURA 5.3.4-5**).

O galeão foi encontrado na década de 70 do século XX por mergulhadores e dele foi retirado grande quantidade de objetos.

⁶⁵ TAVARES, Luis Henrique Dias. História da Bahia. São Paulo: UNESP. Salvador: EDUFBA, 2008.



FIGURA 5.3.4-5- Esquema do local do naufrágio do galeão Sacramento e das condições de vento que agiam no momento do naufrágio (GUEDES, 1981)⁶⁶.

Além do galeão Sacramento, aproximadamente uma centena de embarcações afundaram na BTS e adjacências de Salvador, como pode ser observado no **QUADRO 5.3.4-1** a seguir:

QUADRO 5.3.4-1- Lista dos Naufrágios da Bahia (proximidades de Salvador e Baía de Todos os Santos).

Nr.	Nome do Naufrágio	Ano do Naufrágio	Local do Naufrágio
1	Aliança	1906	Salvador
2	Amsterdam	1627	Salvador
3	Anne Reed	1901	Salvador
4	Aquidabã	1943	Salvador
5	Ariadne Pandellis	1936	Itaparica
6	Astronomer	1903	Salvador
7	Banco da Panela	-	Salvador
8	Blackadder	1905	Salvador

⁶⁶ GUEDES, M. J. Acerca de alguns instrumentos náuticos (inclusive dois astrolábios) recuperados no naufrágio do Sacramento (1668), na Bahia. Coimbra: Junta de Investigação Científica do Ultramar, 1981. 20 p. il.; Publicações do Centro de Estudos de Cartografia Antiga. 137. Sep. Rev. da Universidade de Coimbra, 28.



Nr.	Nome do Naufrágio	Ano do Naufrágio	Local do Naufrágio
9	Bretagne	1903	Salvador
10	C.G.T.IV	1940	Salvador
11	Cap Frio	1908	Salvador
12	Cahy	1920	Itaparica
13	Cape Verti	1900	Salvador
14	Caravelas	1604	Aratu
15	Carvão	1858	Itaparica
16	Catraia	-	Salvador
17	Cavo Artemidi	1980	Salvador
18	Comandante Miranda	1927	Salvador
19	Delphin	1856	Salvador
20	Eber	1917	Salvador
21	Eolo	1949	Salvador
22	Eros	1935	Salvador
23	Fernão Dias	1968	Salvador
24	France	1893	Salvador
25	Galera francesa	1806	Salvador
26	Geneve	1912	Itaparica
27	Germania	1876	Salvador
28	Gysseling	1648	Salvador
29	Hammarem	1942	Salvador
30	Ho Mei III	1990	Salvador
31	Hollandia	1627	Salvador
32	Huys Nassau	1648	Salvador
33	Inhambupe	1941	Salvador
34	Irman	1968	Salvador
35	Itabira	1927	Salvador
36	Java	1812	Salvador
37	Kent	1810	Salvador
38	La France	1874	Salvador
39	La Plata	1959	Itapagipe
40	Madalena	1941	São Roque
41	Manau	1906	Salvador
42	Maraldi	1875	Salvador
43	Marília	1957	Itaparica
44	Mascote	-	Salvador
45	Moskwa	1875	Salvador



Nr.	Nome do Naufrágio	Ano do Naufrágio	Local do Naufrágio
46	Nau de Caramuru	1510	Salvador
47	Nau de Francisco de Araujo	1599	Salvador
48	Nau de Francisco Pereira Coutinho	1546	Itaparica
49	Nau de Silveren Werelt	1599	Salvador
50	Naus	1604	Salvador
51	Navios flamengos	1625	Salvador
52	Navios portugueses	1624	Salvador
53	Nice	1946	Salvador
54	N.S. da Ajuda e Santo André	1600	Salvador
55	N.S. da Caridade	1755	Salvador
56	N.S. da Conceição	1757	Salvador
57	N.S. de Caridade	1755	Salvador
58	N.S. de Jesus	1610	Salvador
59	N.S. de Loudes	1956	Itaparica
60	N.S. de Nazareth	1742	Salvador
61	N.S. do Bom Sucesso	1700	Salvador
62	N.S. do Pópulo	1665	Salvador
63	N.S. do Rosário	1648	Salvador
64	Orange Boom	1627	Salvador
65	Paraguassú	1821	Salvador
66	Paulo Afonso	1875	Salvador
67	Pernambuco	1907	Salvador
68	Piaçava	1900	Itaparica
69	Piratini	1898	Salvador
70	Piraúna	1547	Itaparica
71	Pituba	1813	Salvador
72	Postilhão da América	1801	Salvador
73	Primavera	1944	Magarogipe
74	Queen	1800	Salvador
75	Rebocador do rio Vermelho	1970	Salvador
76	Reliance	1884	Salvador
77	Sacramento	1668	Salvador
78	San Pedro	1594	Salvador
79	San Raphael	1600	Salvador
80	Santa Escolástica	1624	Salvador

Nr.	Nome do Naufrágio	Ano do Naufrágio	Local do Naufrágio
81	Santo André	1737	Salvador
82	São Francisco	1596	Salvador
83	São Francisco Xavier	1647	Salvador
84	São Paulo	1560	Salvador
85	São Pedro	1547	Salvador
86	São Pedro	1714	Salvador
87	Sereia (Nau)	1693	Salvador
88	U-?	-	Salvador
89	U-161	1943	Salvador
90	Utrecht	1648	Itaparica
91	Valda	1943	Salvador
92	Vapor da Jequitáia	-	Salvador
93	Vapor de Itapuã	1900	Salvador
94	Veer	1648	Itaparica
95	Veleiro de Itaparica	1917	Itaparica
96	Vicente Gonçalves	1551	Salvador

Fonte: NAUFRÁGIOS DO BRASIL⁶⁷.

Em outra lista de Araújo (2000)⁶⁸ específica para a Baía de Todos os Santos, há o indicativo desses registros em alguns de seus pontos. Os dados que se seguem compõem sítios arqueológicos submersos, integrantes do Patrimônio Cultural da Cidade de Salvador (**QUADRO 5.3.4-2**). Vale salientar que, de acordo com os dados bibliográficos pesquisados, não ocorrem naufrágios na área específica do empreendimento.

QUADRO 5.3.4-2- Sítios de Naufrágios e Afundamentos na Baía de Todos os Santos entre 1503 a 1995 (ARAÚJO, 2000)⁶⁸.

DATA	NOME/ COMANDANTE	SÍTIO OU LOCAL
1546?	Embarcação de Francisco Pereira Coutinho	Recifes das Pinaúnas ou no das Caramunhanhas em frente ao Mar Grande. Ilha de Itaparica – BA
1560?	São Paulo	Próximo a Baía de Todos os Santos. BA
1604?/jul	5 naus	Baía de Todos os Santos. BA
1599?/dez	São Francisco	Entrada da Baía de Todos os Santos. BA
1604/jul	2 caravelas	Baía de Aratu
		Rio Cotegipe ou Matoim. BA
1610/ago	Nsa. Sra. de Jesus	Banco da Panela. Baía de Todos os Santos,
		Área do Porto. BA

⁶⁷ NAUFRÁGIOS DO BRASIL. Lista dos naufrágios da Bahia. Disponível em: <<http://www.naufragiosdobrasil.com.br/bahia.htm>> Acesso em: 09 de maio 2011.

⁶⁸ ARAÚJO, J. G. de. Naufrágios e Afundamentos, Costa do Brasil – 1503 a 1995. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, ano 2000.



DATA	NOME/ COMANDANTE	SÍTIO OU LOCAL
1624/mai	7 navios	Baía de Todos os Santos
	portugueses	BA
1625?	7 navios	13° 02'S; 36° 30'W
	flamengos	Baía de Todos os Santos.
		BA
1627	Holandia e um navio flamengo	Baía de Todos os Santos. BA
1647 ?	1 nau portuguesa e 2 flamengas	Baía de Todos os Santos.
		BA
1647 ?	São Francisco	30 léguas ao nordeste da Baía de Todos os Santos.
	Xavier	BA
1648 28/ set 17h	Utrecht	13° 07'30"; 38° 39'13"W
		Baía de Todos os Santos. BA
1648	Nsa. Sra. do Rosário	13° 07'30"S; 38° 39'10" W
28/set	Frei Vicente Carneiro	B. de Todos os Santos, Itaparica, B. do Pote. BA
17h		
1648 ?/jul	Huys v. Nassau	Ilha de Itaparica . BA
	Depois	
	Fortuna	
1665 ?	Nsa. Sra. Del	Baía de Todos os Santos. Lado Oeste. Recifes das Pinaunas, Mar Grande
	Pópulo	Ilha de Itaparica. BA
1668 ?	Sacramento	Banco Sto. Antônio
		Costa da Bahia.
		BA
1693 ?	Sta. Escolástica	Baía de Todos os Santos Lado Leste, porto. BA
1693 ?	Sereia	Baía de Todos os Santos, porto. BA
1700 ?	Nsa. Sra. Bom Sucesso e mais duas naus	Baía de Todos os Santos, atracadas juntas no porto. BA
1714 ?	São Pedro	12° 58'S; 38° 01'W
		B. de Todos os Santos.
		Porto da Preguiça. BA
1737 10/mai.	Nsa. Sra. Rosário e	B. de Todos os Santos
	Sto. André	Praia de Jequitáia,
		lado Leste. BA
1755	Nsa. Sra Caridade e S. Francisco	B. Todos os Santos,
9/jul.		Porto.
		BA
1799	Queen	Baía de Todos os Santos



DATA	NOME/ COMANDANTE	SÍTIO OU LOCAL
09/jul		Pedra de Mont Serrat
		Itapagipe. BA
1806		Baía de Todos os Santos
18/ mai.	Galera francesa	Pedras de Mont' Serrat
		Itapagipe. BA
1810		Baía de Todos os
?/jul	Kent	Santos. BA
1812		Cerca de 20 milhas a
22/dez	Java H. Lambert	leste da Baía de Todos
		os Santos. BA
1821 ?	Paraguassu	Baía de Todos os
		Santos Pedras de Mont'
		Serrat. BA
1856 ?	Delphin	1'30 e 225° do forte
		S. Marcelo. BA
1858 ?	Carvoeiro	B. de Todos os Santos
		Itaparica lado oeste da ilha. BA
1874		B. de Todos os Santos
27/set	La France	Porto de Salvador. BA
1875 ?	Moskwa	Área do porto de Salvador. BA
1875 ?/fev	Maraldi	13°0, 82'S; 38°32,22'W
		Praia H. Espanhol. BA
1876		13°0, 42'S; 38°32, 02'W
22/set	Germania	Baía de Todos os Santos,
		entre a praia do Farol da Barra e o
		forte S. Maria.
		BA
1885		Abrolhos.
20/jun	Guardiana	BA
1893 ?	France	0,5 e 225° forte
		S. Marcelo.
		BA
1898 ?/set	Piratini	Local desconhecido
		Baía de Todos os
		Santos.
		BA
1905	Black Deer	Em frente a fabrica



DATA	NOME/ COMANDANTE	SÍTIO OU LOCAL
05/nov		Luiz Tarquinio. BA
1917 ?	Beam	Ilha de Boipeba a
		300m da ponta dos Castelhanos. BA
1917	Eber	Enseada de
26/out		Itapagipe. BA
1919 ?	Reliance	Afundou junto ao atual morro do Cristo. BA
1903	Bretagne	Baía de Todos os Santos rochedos ntre o Farol da Barra e o forte S. Maria. BA
12/set. 4h 30m		
1908	Cap Frio	Baía de Todos os Santos rochedos entre o Farol da Barra e o forte S. Maria. BA
31/ago 11h 20m		
1927	Itabira	Porto de Salvador , na altura do armazem 5. BA
11/dez	E. Escobar	
?	Ariadne	Afundado junto ao cais de Itaparica.
	Pandellis	BA
1980	Cavo Artemidi	Banco de Sto Antônio entre Farol da Barra e Rio Vermelho.BA
20/set.		
1955 ??	Ho Mei III	12°59.326'S; 38°32.39W
		Em frente late Club. BA

Dados Históricos sobre a Área da Pesquisa

A Bahia Marina se localiza nas proximidades de um antigo porto denominado “Ribeira das Naus”. Este foi o local em que as primeiras caravelas da armada de Thomé de Souza aportaram ao deixarem o Porto da Barra, onde se deu o desembarque inicial. Nesse período inicial da história colonial da Bahia até a efetiva construção da cidade no alto da escarpa de Salvador, os barcos permaneciam nessa área.

Assim, a Bahia Marina nasceu no entorno dessa antiga ribeira, e foi justamente naquela região que a primeira indústria naval do Brasil surgiu. Segundo Serafim (2006)⁶⁹:

O primeiro estaleiro organizado oficialmente foi a Ribeira das Naus de Salvador, depois Arsenal de Marinha da Bahia, fundado no final do século XVI. Apesar das

⁶⁹ SERAFIM, C. F. S. A importância do mar na história do Brasil / coordenação Carlos Frederico Simões Serafim; organização Armando de Senna Bittencourt. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 216 p.: il.color. (Coleção Explorando o ensino; 13)

dificuldades, o estaleiro de Salvador desenvolveu-se rapidamente, tornando-se o mais importante centro de construção naval do Brasil durante todo o período colonial e mesmo até meados do século XIX. (SERAFIN, 2006)⁶⁹

Nessas proximidades, também durante a invasão holandesa, houve a restituição ou reconquista de Salvador pelos portugueses, conforme menciona Behrens (2004)⁷⁰: “No mar, os navios foram colocados o mais próximo possível da ribeira. Em terra, foram levantados parapeitos, paliçadas, trincheiras, etc.”

Esse episódio histórico conhecido como Jornada dos Vassalos foi retratado por João Teixeira Albarnaz, em 1631, em pintura que retrata a vitória dos portugueses sobre os Holandeses na Bahia.



FIGURA 5.3.4-6- Planta da Restituição da Bahia de autoria de João Teixeira Albarnaz, 1631⁷¹.

A Bahia Marina está assim localizada em área de importância histórica e onde se desdobrou importantes eventos da história colonial do Brasil.

A praia contígua à antiga ribeira das naus recebia o nome de Praia da Preguiça. Esta designação foi herdada de uma Ladeira de mesmo nome e situada à frente desta, na qual os escravos carregavam mercadorias do antigo porto até o Solar do Unhão. Esse Solar corresponde a um conjunto arquitetônico colonial que continha engenho de açúcar, fábrica de rapé e trapiche.

⁷⁰ BEHRENS, R. H. B. (2004). A capital colonial e a presença holandesa (1624-1625). 147f. Orientador: Maria Hilda Baqueiro Paraiso. Mestrado em História, Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador.

⁷¹ WIKIPEDIA. Disponível em: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/67/Planta_da_Restitui%C3%A7%C3%A3o_da_BAHIA%2C_por_Jo%C3%A3o_Teixeira_Albernaz.jpg. Acesso em: abril, 2013.



Durante os quatro séculos seguintes, essa área foi de difícil acesso, só facilmente acessível após a construção da Ladeira do Contorno, em inícios da década de 60 do século XX.

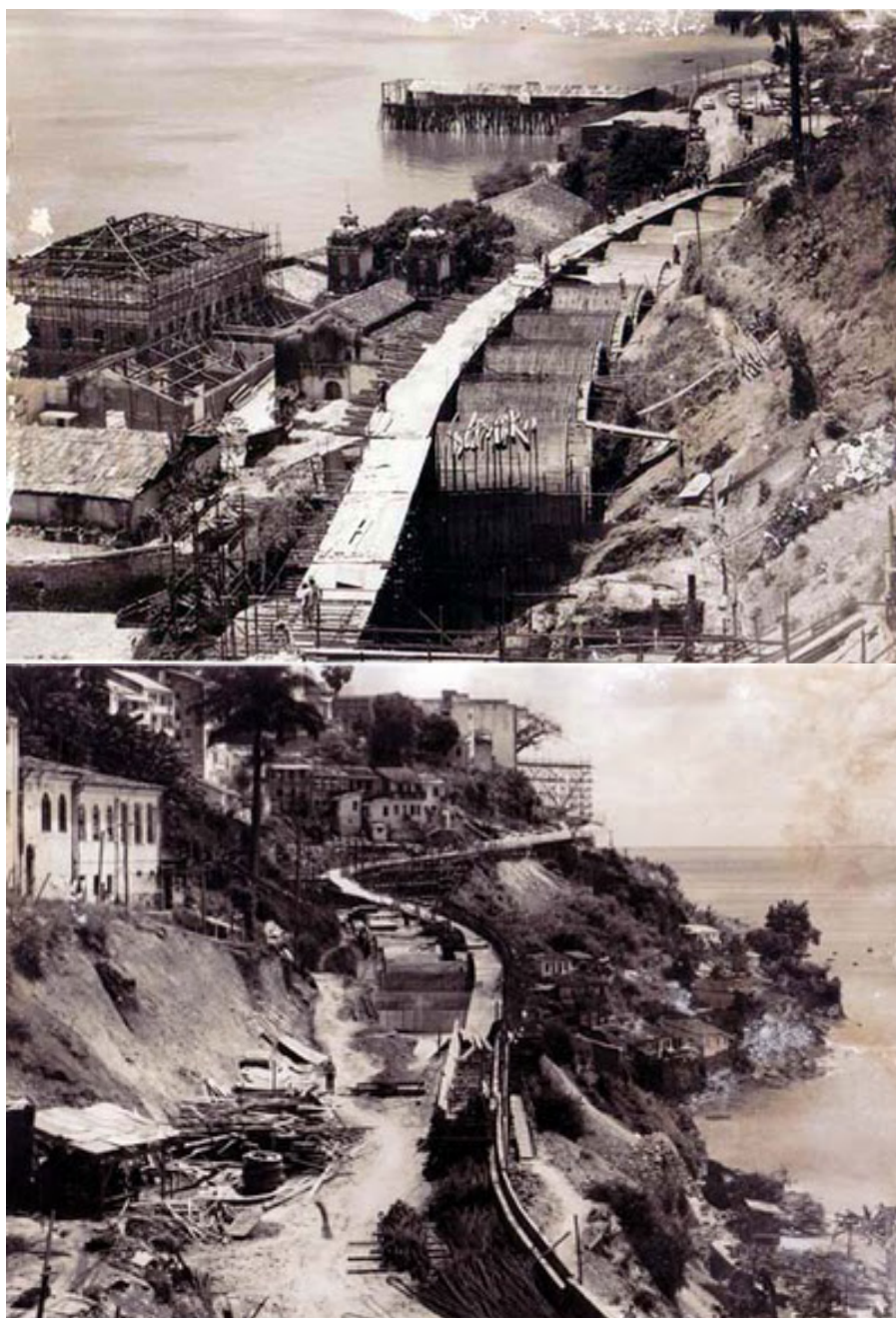


FIGURA 5.3.4-7- Construção da Avenida Contorno em Salvador, Bahia, durante a década de 60⁷².

⁷² ARQUITETANDO NA NET. Disponível em: <http://arquitetandonanet.blogspot.com.br/2010/11/avenida-do-contorno-salvador-bahia.html>. Acesso em: abril, 2013.

Patrimônio edificado associado a AID

Salvador foi a primeira capital colonial do Brasil, única no país a ser protegida por muralhas, característica tipicamente medieval. A cidade tinha como função primordial ser o ponto de ocupação da colônia e protegê-la. No desenho original da cidade o atual centro histórico (pelourinho e adjacências) se situava no interior da muralha. Conforme salientam Andrade & Brandão (2006)⁷³, a expansão para além dos muros ocorreu após a instalação de ordens religiosas: ao sul os beneditinos e ao norte os carmelitas.

Conforme salientam Andrade & Brandão (2006)⁷³, a escolha do local para a edificação de Salvador foi planejada para o controle visual da Baía de Todos os Santos. Para tanto, a cidade foi implantada sobre uma falha tectônica (escarpa rochosa) e à sua frente, na parte baixa costeira, instalado o porto (a referida ribeira das naus). A partir de então surge a divisão: na parte de baixo a cidade baixa (área portuária e comercial) e na parte de cima a cidade alta (área de moradias e hortas).

Ao passar dos primeiros momentos iniciais da colonização, Salvador por sua situação geográfica tornou-se importante área portuária e mercantil, pois, era a via principal de entrada da colônia e situava-se adjacente ao Recôncavo Baiano, maior polo exportador de açúcar da colônia.

Salvador ao ser o maior entreposto comercial da colônia acabou por tornar-se imprescindível junto ao comércio marítimo no Atlântico Sul, tornando-se importante cidade portuária.

O desenvolvimento pelo viés comercial/portuário produziu grande prosperidade e profundas modificações na cidade ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, como podem ser atestados pelos edifícios construídos ao longo dos referidos séculos e que compõem o rico patrimônio da cidade de Salvador.

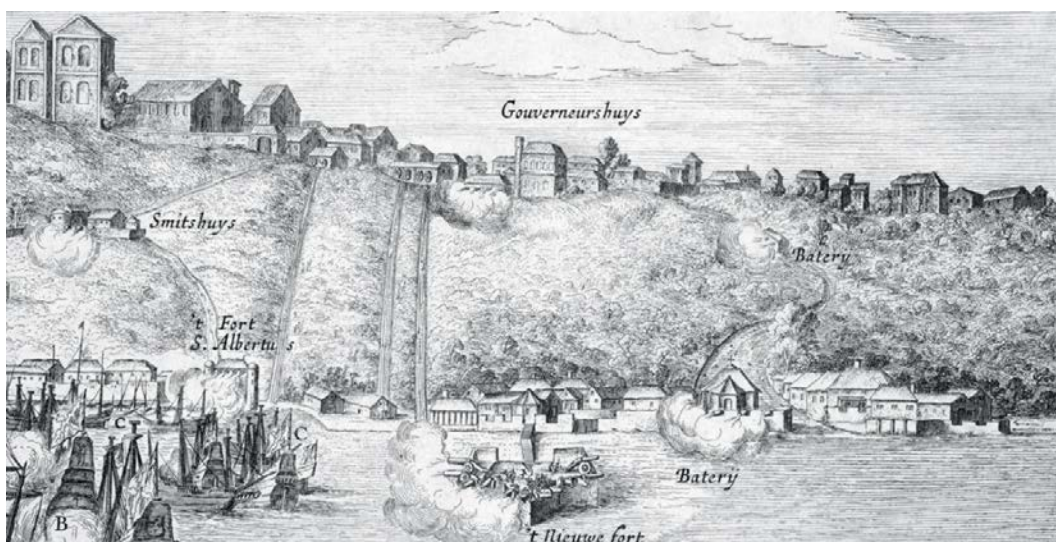


FIGURA 5.3.4-8- Vista frontal da parte alta e baixa da cidade de Salvador no início do século XVII. Autor: Hessel Gerritsz (1627)⁷⁴.

⁷³ ANDRADE, A. B.; BRANDÃO, P. R. B. Geografia de Salvador. Salvador: EDUFBA, 2006.

⁷⁴ CIDADE-SALVADOR. Disponível em: <http://www.cidade-salvador.com>. Acesso em: abril, 2013.



FIGURA 5.3.4-9- Vista parcial da escarpa de Salvador com visão emperfil da cidade alta e baixa durante a segunda metade do século XIX (1875) (VASQUEZ, 2003)⁷⁵.

Conforme Salvador foi se desenvolvendo, a cidade alta continuou a concentrar as residências e os edifícios públicos, bem como os prédios das ordens religiosas. Por sua vez, a cidade baixa dando continuidade a sua função portuária e comercial desenvolveu-se no sentido de ampliar tais postos que foram ampliadas ao longo dos séculos. Para atender a esse crescimento da cidade baixa, vastas áreas de planície costeira foram modificadas (aterradas), cujo intuito era ampliar a região do Comércio.

A seguir encontram-se listados e descritos os principais prédios associados à área de influencia direta do empreendimento.

QUADRO 5.3.4-3- Edificações históricas localizadas na área diretamente afetada pelo empreendimento.

Edifício	Século de construção	Localização (sub-distrito)
Casario		
Mercado Modelo	XVI a XIX	Conceição da Praia
Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia (atual)	XVII	Conceição da Praia
Forte de São Marcelo	XVIII	Conceição da Praia
Sobrado Azulejado da Praça Visconde de Cairú	XVII	Conceição da Praia
Elevador Lacerda (atual)	XIX	Conceição da Praia
Forte de São Paulo da Gamboa	XX	Conceição da Praia
Solar do Unhão		

⁷⁵ VASQUEZ, P. K. O Brasil na fotografia oitocentista. São Paulo: Metalivros, 2003.

Edifício	Século de construção	Localização (sub-distrito)
	XVIII XVIII	São Pedro São Pedro

Fonte: IPAC (2006)⁷⁶ e Andrade & Brandão (2006)⁷³.

QUADRO 5.3.4-4- Quantitativo dos bens arquitetônicos representativos da história e cultura localizados na área de influência direta do empreendimento.

Edificações				
Civil		Militar	Religiosa	
Casario	Infraestrutura	Fortificação	Igreja	Monumento
15	38	08	30	01

Fonte: Dados extraídos do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (2006)⁷⁶.

QUADRO 5.3.4-5- Principais edifícios históricos localizados na área de influência direta, século de construção e condição de tombamento.

Edificação	Século de construção	Tombamento	Localização (sub-distrito)
Capela de Nossa Senhora da Conceição	XIX	Não	Maré
Igreja de São Tomé de Paripe	XVII	Sim	Paripe
Casa 13 – Remanescentes das Portas do Carmo	XVIII	Sim	Passo
Forte de Monteserrat	XVI	Sim	Penha
Igreja Basílica de Nosso Senhor do Bonfim	XVIII	Sim	Penha
Mosteiro de Monteserrat	XVII	Sim	Penha
Casa Nobre da Jequitaia	XVIII	Sim	Pilar
Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim	XVIII	Sim	Pilar
Fonte do Padre	XVI	Sim	Pilar
Forte de Santo Alberto	XVI	Sim	Pilar
Capela de Nossa Senhora de Escada	XVII	Sim	Plataforma
Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Itapagipe	XVIII	Não	Plataforma
Casa de Castro Alves	XVIII	Sim	São Pedro
Forte de Santa Maria	XVIII	Sim	Vitória
Forte de Santo Antônio da Barra	XVIII	Sim	Vitória
Igreja de Santo Antonio da Barra	XVIII	Sim	Vitória
	XVII	Sim	Vitória

Fonte: IPAC (2006)⁷⁶.

Vale salientar a presença na Área de Influência Direta dos seguintes patrimônios: Centro Histórico - Pelourinho e o Solar do Unhão como ícones da arquitetura colonial, o Elevador Lacerda e o Mercado Modelo como imponentes construções do século XIX.

⁷⁶ IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. Bens Culturais Tombados e Registrados pelo Estado da Bahia. Lista dos bens culturais Tombados ou Registrados pelo Estado na Bahia. 2010.



Centro Histórico e Pelourinho

O centro histórico de Salvador apresenta estruturas datadas desde o século XVI e que, à medida que a cidade foi se desenvolvendo, foi agregando mais construções. No geral o centro histórico de Salvador apresenta importantes ícones da arquitetura datados desde o século XVI até o século XX.

Originalmente, a aristocracia de Salvador, composta por políticos, comerciante e o clero, habitava a região de entorno do Pelourinho. Como já mencionado, as residências, prédios do clero e sedes do poder estavam instalada nessa área da cidade.



FIGURA 5.3.4-10- Parte de ilustração panorâmica de Salvador com indicação para a 'Igreja de Conceição da Praia'. Pintura de Friedrich Salathé (possivelmente de 1830)⁷⁴.

Casarios, igrejas que incluía a Sé Primacial posteriormente demolida, prédios governamentais que se destacam no Centro Histórico de Salvador, tais como: Igreja do Carmo, Igreja e Convento de Santa Teresa, Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, bem como prédios públicos, tais como: Casa de Câmara e Cadeia, Palácio do Governador, Terreiro de Jesus, sobrados e construções do Pelourinho, entre outros, são exemplos da arquitetura que congregam elementos do barroco e do renascimento. Considera-se o século XVII como a fase de maior esplendor arquitetônico de Salvador.

O imponente patrimônio edificado decorrente do esplendor histórico de Salvador foi reconhecido como Patrimônio Histórico da Humanidade pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1985. Nas proximidades da área de pesquisa há grande concentração de edifícios da arquitetura civil, militar e religiosa de interesse histórico e cultural.



FIGURA 5.3.4-11- Centro histórico de Salvador fotografado por Ben Mulock, em 1859⁷⁴.

O Centro histórico conhecido normalmente como Pelourinho, na realidade engloba três bairros: Pelourinho, Sé e Pilar.



FIGURA 5.3.4-12- Centro Histórico de Salvador atualmente.

O centro histórico de Salvador passou a ter tombamentos isolados por parte da Superintendência do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) desde a criação do órgão, atualmente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).



Esses tombamentos se deram inicialmente em monumentos durante os anos de 1938 e 1945. Em 1984 o IPHAN realizou o tombamento de grande parte desse centro histórico (aproximadamente 80 hectares) fazendo com que a UNESCO, a partir de então, declarasse, no ano seguinte, esse centro como Patrimônio da Humanidade.

As restaurações no Centro Histórico se iniciaram em 1991, especialmente na região do Pelourinho.

Solar do Unhão

Conjunto de construções datadas do século XVII contemplando um engenho de açúcar à beira-mar, casa-grande, capela e senzala, cais, aqueduto e alambique, de propriedade inicial de Pedro de Unhão Castelo Branco.

O engenho do Solar do Unhão teve clímax de produção em meados do século XVIII, sendo dessa época de apogeu que a casa-grande foi reddecorada com painéis de azulejo português e um chafariz. A capela também foi reedificada para tributo a Nossa Senhora da Conceição.

Com a decadência da economia açucareira no Brasil, o Solar do Unhão foi arrendado, sofrendo desgastes. Entre 1816 e 1926 o engenho deu espaço para a instalação de uma fábrica de rapé, e posteriormente, em 1928 a um trapiche.



FIGURA 5.3.4-13- Parte de ilustração panorâmica de Salvador com indicação para o 'Solar do Unhão'. Pintura de Friedrich Salathé (possivelmente de 1830)⁷⁴.

Ainda na primeira metade do século XX, serviu como depósito de mercadorias do porto e, na década de 40 do século XX transformado em quartel para a tropa de fuzileiros navais que serviram na Segunda Guerra Mundial.

Atualmente, após restaurações, o local funciona como restaurante e também congrega o Museu de Arte Moderna da Bahia. O conjunto foi tombado pelo IPHAN (então SPHAN) no ano de 1940.



FIGURA 5.3.4-14- Vista atual do Solar do Unhão, conjunto arquitetônico situado ao lado da Bahia Marina (MAM, 2013)⁷⁷.

Elevador Lacerda

Segundo Sampaio (2005)⁷⁸, o Elevador Lacerda foi idealizado com o intuito de ligar e fazer o transporte rápido de pessoas entre a cidade alta e a cidade baixa. O Elevador Lacerda foi construído na segunda metade do século XIX pelo engenheiro Antônio de Lacerda (1837-1885), atendendo solicitação da Companhia de Transportes Urbanos de Salvador, que foi a primeira operadora de trens da cidade. A construção é célebre como um dos símbolos mais tradicionais do turismo histórico arquitetônico de Salvador.

A construção do elevador Lacerda iniciou em outubro de 1873, tendo sido concluído em 1896. O material para a sua construção foi trazido da Inglaterra e a tecnologia incluía um sistema hidráulico. Esse tipo de sistema consolidou a sua designação inicial como “Elevador Hidráulico da Conceição”, posteriormente passou a ser designado de “Elevador do Parafuso” e em 21 de junho de 1896, após deliberação do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (IGHB), foi finalmente nomeado “Elevador Antônio de Lacerda” em homenagem ao seu idealizador.

Na década de 1930 o elevador passa por reforma e a partir de então adquire as características arquitetônicas atuais.

⁷⁷ <http://bahiamam.org/>

⁷⁸ SAMPAIO, Consuelo Novais. 50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no Século XIX. Rio de Janeiro: Versal, 2005.



FIGURA 5.3.4-15- Vista do elevador Lacerda do início do século XX⁷⁹.



FIGURA 5.3.4-16- Reforma do Elevador Lacerda, em 1930⁸⁰.

⁷⁹ ACHE TUDO REGIÃO. Fotos. Disponível em: <http://www.achetudoeregiao.com.br/ba/Salvador/fotos.htm>. Acesso em: abril, 2013.

⁸⁰ LITERATURA CLANDESTINA. Disponível em: <http://literaturaclandestina.blogspot.com.br/2012/12/salvador-antiga.html>. Acesso em: abril, 2013.

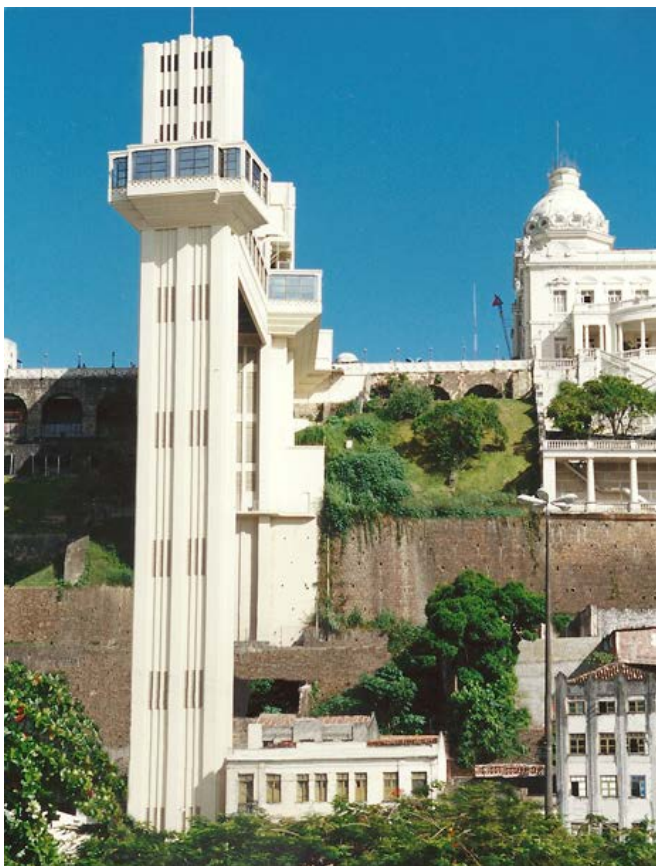


FIGURA 5.3.4-17- Elevador Lacerda atualmente⁸¹.

Mercado Modelo

O Mercado original foi construído em 1912 com o intuito de servir de centro de abastecimento da Cidade Baixa de Salvador. Em 1969 esse prédio inicial foi vítima de um violento incêndio que o destruiu completamente. Nesse período passa a funcionar em uma construção da segunda metade do século XIX, em 1861, passa a ocupar o prédio de arquitetura neoclássica pertencente à terceira alfândega de Salvador, prédio que ocupa até a atualidade. O prédio é tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (AZEVEDO, 1985)⁶⁴.

De acordo com Azevedo (1985)⁶⁴ o Mercado Modelo passou por cinco grandes incêndios: em 1917, em 1922, em 1943, em 1969 e em 1984.

⁸¹ <http://www.bahia-turismo.com>



FIGURA 5.3.4-18- Antigo Mercado Modelo⁸².



FIGURA 5.3.4-19- Mercado Modelo visto desde o Elevador Lacerda.

Fonte: Acervo BMA – janeiro de 2007.

⁸² SALVADOR HISTÓRIA DA CIDADE BAIXA. Disponível em: <http://salvadorhistoriacidadebaixa.blogspot.com.br>. Acesso em: abril, 2013.



5.3.4.2. Comunidades Tradicionais

As Áreas de Influência Direta e Indireta envolvem o Bairro de Conceição da Praia e partes dos bairros da Vitória e de São Pedro. Tratam-se de bairros consolidados de Salvador ocupados por segmentos estratificados da população, onde convive população de alta faixa de renda ao lado de moradores em situação de vulnerabilidade social extrema, como ocorre com as comunidades da Gamboa de Baixo e Ladeira da Montanha situadas no entorno do empreendimento.

Nas comunidades do Solar do Unhão, Gamboa e adjacências parte da população sobrevive da pesca praticada de forma artesanal. Contudo, estas comunidades não podem ser consideradas como “comunidades tradicionais” na acepção exata do termo, pelo grande número de moradores que exercem outras atividades produtivas.

A demarcação das terras indígenas compete basicamente à Fundação Nacional do Índio-FUNAI e secundariamente ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA. Quanto às Terras quilombolas, esta atribuição recai sobre o INCRA e Fundação Palmares, responsáveis pela abertura de processo de reconhecimento de territórios quilombolas sua demarcação, desintrusão e titulação. Levantamentos realizados junto a esses órgãos indicam que não existem comunidades tradicionais quilombolas certificadas ou em processo de certificação na área. O mesmo ocorre em relação à população indígena.

Embora a região da BTS tivesse abrigado diversos grupos indígenas ao longo de sua história, não existe atualmente nenhuma comunidade indígena reconhecida e registrada pelo INCRA na BTS ou na RMS.

5.3.5. Discussões e Conclusões sobre a Socioeconomia

5.3.5.1. Avaliar os principais problemas e conflitos socioambientais decorrentes da implantação e operação do empreendimento sobre as atividades desenvolvidas pelos grupos sociais identificados.

O principal conflito existente entre as comunidades do entorno e a Bahia Marina, que com este projeto almeja ampliar suas atividades, refere-se aos possíveis impactos à praia, área de lazer e de identidade dos moradores, contudo, essa percepção dos moradores não se refere ao objeto do licenciamento atual, mas aos licenciamentos anteriores.

Conforme dados fornecidos pela Bahia Marina

“a faixa de areia localizada entre o restaurante Amado e o Soho não existia antes da implantação da Bahia Marina. Com implantação do empreendimento, a areia da Praia da Preguiça (praia localizada entre o Porto Trapiche e Restaurante Amado) migrou para o lado do Soho, ação esta já prevista no Eia-RIMA inicial do empreendimento. Por determinação do Ministério Público, a Bahia Marina iniciou processo de licenciamento das obras mar, tendo como um dos objetivos promover a recomposição da Praia da Preguiça.



Este processo de licenciamento iniciou em 2001. A Licença só foi concedida em 2012, após realização de vários estudos e ampla discussão sobre o assunto. O espaço onde está sendo construído o novo braço do quebra-mar é objeto de locação, respaldada na Portaria nº 229 de 18 de setembro de 1997, assinada pelo, então, Ministro da Fazenda. A Bahia Marina realizou estudos arqueológicos, de correntes marítimas e de impacto ambiental no local, desde 2001 até 2012, com o objetivo de atender os requisitos exigidos pelos órgãos de controle ambiental.

A Bahia Marina realizou reuniões prévias com as comunidades do entorno do empreendimento e audiência pública em 2010, amplamente divulgada, aberta a todos os interessados, devidamente documentada e aprovada pelo IBAMA. As obras de ampliação do quebra-mar tem a licença ambiental emitida pelo IBAMA, alvará da Prefeitura Municipal de Salvador e cumpriu todas as etapas do licenciamento com acompanhamento de diversos órgãos: APA Baía de Todos os Santos, Marinha do Brasil, IPHAN e Patrimônio da União. Em junho/13, após início das obras, em função de questionamento de algumas lideranças de comunidades, a Bahia Marina realizou audiência pública na Assembleia Legislativa, com apresentação de todo histórico do licenciamento ambiental desta obra.”

No estudo de expectativa dos moradores do entorno do empreendimento, o resultado indicou uma atitude positiva de média intensidade frente à Bahia Marina. Considerando o atual projeto em específico, não se identifica grandes impactos sobre as atividades desenvolvidas pela população.

5.3.5.2. Avaliar a capacidade local de disponibilidade de mão de obra suficiente e adequada para a implantação do empreendimento, com base nos dados apresentados no estudo.

A mão de obra a ser contratada nas fases de construção e operação do empreendimento será recrutada preferencialmente nos bairros próximos ao empreendimento. Inserido no centro da cidade, o local do empreendimento é atendido pelo sistema público de transporte coletivo. A demanda de mão de obra que não puder ser suprida com moradores da região poderá ser recrutada em bairros mais distantes, sem necessidade de implantação de sistema especial de transporte ou construção de alojamentos.

5.3.5.3. Avaliar a alteração da circulação viária local, desvios de tráfego e bloqueio de ruas necessários à implantação do empreendimento.

Não será necessário alterar a circulação viária local e nem produzir desvios de tráfego e bloqueios de ruas. Segundo informações do empreendimento, a estimativa de circulação de caminhões no período da obra é baixo, mesmo nos dias de realização de serviços de concretagem, quando a circulação atingirá um máximo de 15 (quinze) caminhões betoneira/dia.

Em estudo realizado pelo TTC engenharia (**ANEXO 5.3-II**), propõe a regulamentação do retorno para quem sai do empreendimento sentido ao comércio na Ladeira do Gabriel na Rua Augusto França e também, a requalificação da sinalização horizontal e vertical das ruas lindeiras ao empreendimento.



5.3.5.4. Avaliar os fatores de risco e a ocorrência de acidentes durante as obras

Em toda obra de construção civil há um risco envolvido. No entanto, o canteiro de obras será implantado em área isolada e em três etapas, deslocando-se em função das fases da obra, de modo que as instalações atendam às condições estabelecidas pelo PCMAT – Programa das Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Construção, em consonância com as Normas Regulamentadoras.

5.3.5.5. Avaliar a interferência do projeto no desenvolvimento das atividades socioeconômicas da população do entorno

Conforme identificado anteriormente, o empreendimento não deve impactar sobre a pesca, o trânsito e nem em outras dimensões da vida da população do entorno. Em contrapartida, no que se refere às atividades socioeconômicas, o projeto pode dinamizar a economia local, principalmente, ao integrar trabalhadores locais nas suas atividades.

5.3.5.6. Avaliar se o projeto dificultará a mobilidade no entorno

Conforme observado anteriormente, os impactos do projeto sobre o fluxo viário não deve causar maiores dificuldades à mobilidade no entorno.

5.3.5.7. Avaliar a degradação da paisagem

Os dois edifícios propostos na ampliação do empreendimento – Centro Náutico/Hotel e o Edifício Comercial – incorporam as recomendações sedimentadas ao longo de duas décadas de discussões técnicas, um acervo de considerações e massa crítica sobre a ocupação deste espaço, tanto por parte dos órgãos licenciadores, dos empreendedores e do público, após a experimentação do ambiente, seja usuário ou não do equipamento náutico.

As massas do complexo Bahia Marina não empanam as volumetrias do Solar do Unhão, do Convento de Santa Tereza ou do Forte de São Marcelo. As opções de revestimentos e cor se contrapõem as massas brancas das caixas murarias dos monumentos assegurando-lhes a distinção e a identidade. Os trechos em vidro devem contribuir para amenizar e tornar menos incisivas as arestas dos volumes como efeito dos reflexos e transparência que este material proporciona.

5.3.5.8. Avaliar a ocorrência de danos socioeconômico e culturais diretos às comunidades tradicionais identificadas

A principal inter-relação do empreendimento às comunidades se refere à sua sinergia com um conjunto de intervenções que vem sendo realizadas na região da Avenida Contorno e no Bairro Dois de Julho, que se relaciona ao processo de gentrificação, ou seja, de substituição de populações tradicionais da região, de menor poder aquisitivo, por grupos de mais alta renda, que vem sendo levado a cabo através da proliferação de novos empreendimentos como hotéis e lofts, entre outros.



Embora os novos empreendimentos da Bahia Marina isoladamente não contribuam diretamente para este processo, pois não implicam em impactos de realocação de população, contribuem indiretamente seja pela sua sinergia com os demais investimentos realizados na região seja pela contribuição que darão para a valorização imobiliária da região, que podem ter como consequência, a médio prazo, a “expulsão” da população.

Para além da expulsão direta, pode-se ocorrer o fim e/ou aumento de possíveis contratos de aluguéis ou outros fatores como o aumento do custo de vida no entorno, por exemplo. Pelo caráter das ocupações, as comunidades da Ladeira da Preguiça e da Jaqueira do Unhão são mais vulneráveis a este processo.





ANEXO 5.3-I – ESTUDO – PRAIAS DO SOLAR DO UNHÃO



ANEXO 5.3-II – ESTUDO TRÁFEGO